

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
GIANNI BOSCOLO

**AS ONGs E OS DESAFIOS A SEUS PROCESSOS IDENTITÁRIOS: pressões
externas e inserção na educação comunitária das comunidades periféricas de
Salvador**

SALVADOR
2006

GIANNI BOSCOLO

**AS ONGs E OS DESAFIOS A SEUS PROCESSOS IDENTITÁRIOS: pressões
externas e inserção na educação comunitária das comunidades periféricas de
Salvador**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal da Bahia,
como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor.

Área de concentração: Políticas e Gestão da
Educação

ORIENTADOR: Prof. Dr. Robert E. Verhine

CO-ORIENTADOR: Prof. Dr. Paulo Batista Machado

SALVADOR

2006

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA

B742 Boscolo, Gianni.

A s ONGs e os desafios a seus processos identitários : pressões externas e inserção na educação comunitária das comunidades periféricas de Salvador / Gianni Boscolo . - 2006.

291 f. :il

Inclui anexos e apêndices.

Orientador : Prof. Dr. Robert E. Verhine.

Co-orientador : Prof. Dr. Paulo Batista Machado.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2006.

1, Educação. 2. Educação popular - Salvador (BA). 3. Educação comunitária - Salvador (BA). 4. Organizações não-governamentais. 5. Gestão da qualidade total na educação. I. Verhine, Robert E. II. Machado, Paulo Batista. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. IV. Título.

CDU - 37(813.8)

CDD - 370.19842

GIANNI BOSCOLO

**AS ONGs E OS DESAFIOS A SEUS PROCESSOS IDENTITÁRIOS: pressões
externas e inserção na educação comunitária das comunidades periféricas de
Salvador**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade Federal da Bahia,
como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutor.

Área de concentração: Políticas e Gestão da
Educação

Data de aprovação _____

Prof. Dr. Robert E. Verhine (orientador) – Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Paulo Batista Machado (co-orientador) – Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Prof. Dr.a Alda Muniz Pepe – Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. Antônio Dias Nascimento – Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Prof. Dr. José Albertino Carvalho Lordelo – Universidade Federal da Bahia - UFBA

Aos meus filhos Jussara, Bruno e Janaina com os quais
procuro sempre encontrar o sentido da vida.

Àquela que me incentivou a construir outros caminhos
borboleta napaula, donana do Gahia
a Feitosa de nome Ana Paula.

AGRADECIMENTOS

Às amigas de ontem do Ágata e hoje na vida em busca de um
sonho
Às amigas amigos companheiros de um curso que veio da
veia da história
para realizar o sonho de outros
Às pedagogas de hoje educadoras que embarcaram comigo
no sonho ao navegarmos juntos
por mares nunca antes navegados
Aos amigos da vida sofrida do sertão
da alegria das escolas capelas
que se alastra pelas ruas da cidade favela
e se aninha no coração
Aos que ao partir deixaram exemplo e saudades
Paulo, Luiz, Lazzaro...
doutores sem título da esperança e da vida
A todos que entenderam que abrir portas e janelas é missão
dos que acham que sabem porque o povo é que sabe
e não precisa de nós pra saber
A quantos acreditam que a luta não para porque o mar é
profundo e o horizonte só guarda dos sonhos
a vontade de ser gente que busca vida plena pra todos
E o dia vai chegar!

Obrigados companheiros desta empreitada Bob Paulo Alda
Antonio Vera acadêmicos das letras e Delia Pina Teresa
Cândida Germana Renata e outros muitos
da academia da vida, OBRIGADO!

**A CANÇÃO DOS NOSSOS SONHOS..... e de quantos acreditam em
sonhos impossíveis!**

Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender

Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite provável
Tocar o inacessível chão

É minha lei e minha questão
Virar este mundo, cravar este chão
Não me importar saber
Se é terrível demais

Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz
E amanhã este chão que eu deixei
Por meu leito e perdão
Por saber que valeu
Delirar e morrer de paixão

E assim seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão.

Sonho Impossível (The impossible Dream)
L. Darion – M. Leigh – Chico Buarque – Ruy Guerra

Resumo

AS ONGs E OS DESAFIOS A SEUS PROCESSOS IDENTITÁRIOS: pressões externas e inserção na educação comunitária das comunidades periféricas de Salvador

O que se pretende com esta pesquisa é entender como se formaram dentro do Estado social moderno, as ONGs, como reagem hoje na ocupação dos espaços que já foram do Estado e dos partidos políticos, e como operam diante das pressões externas provindas de um pensamento sempre mais neoliberal e de pressões internas, vindas dos seus associados, dos doadores externos e das próprias comunidades onde estão inseridas. Até que ponto diante das pressões externas e internas as ONGs se preocupam com seus objetivos e sua identidade e como mudam redirecionando seus objetivos e suas práticas na busca da sobrevivência e do cumprimento de sua missão. Como de fato uma ONG italiana, Associação Beneficente Ágata Esmeralda Projeto Ágata Esmeralda, que se qualifica como uma Entidade que promove a defesa e a promoção das crianças e dos adolescentes, consegue manter seus objetivos e finalidades de acordo com os parceiros internacionais e as comunidades locais, buscando manter sua identidade e sua inserção na Educação Popular e Comunitária na periferia da cidade de Salvador. A pesquisa confirma a dificuldade de um organismo internacional - ONG, que opera no Brasil, entender a realidade local e se engajar numa reflexão e numa prática que desvende as causas da miséria e da injustiça para a construção de uma nova sociedade. A pesquisa mostra como os discursos sobre a pobreza e a exclusão social, propostos pela matriz da ONG no exterior e divulgados na mídia internacional, são utilizados como meios para arrecadar recursos e possibilitar, no país sede, a manutenção de objetivos e finalidades de acordo com uma visão de mundo religiosa e integralista. No Brasil, apesar do esforço das lideranças e dos técnicos locais em propor uma nova mentalidade de ajuda que priorize uma educação de qualidade, os recursos arrecadados no exterior e repassados com a justificativa da superação da pobreza e da transformação social, servem mais para continuar uma secular prática paternalista de cunho religioso, que para ajudar a construção de uma mentalidade de autonomia e de autosustentabilidade.

NGOs and the challenges to their processes of identity: external pressures and insertion into community education in the peripheral communities of Salvador

This study seeks to understand how NGOs were created within the modern social State. It examines how they react today as they occupy space that once belonged to the State and to political parties in dealing with external pressures originating from neo-liberal thinking and internal pressures applied by members, external donors and the local communities of which they are a part. The research investigates the extent to which the NGOs, in handling internal and external pressures, are concerned with their objectives and identity and how they change, redirecting their objectives and their practices in an effort to survive and comply with their mission. More specifically, the study focuses on an Italian NGO, Benefit Association Ágata Esmeralda Ágata Esmeralda Project, which is qualified as an entity that defends and promotes the welfare of children and adolescents. The key question is how this NGO is able to preserve its objectives and identity in accordance with international partners and local communities, in seeking to maintain its identity and its insertion into popular and community education in the outskirts of the city of Salvador. The findings of the study confirm the difficulty that an international organization – more specifically, a NGO operating in Brazil – faces in understanding the local reality and in engaging processes of reflection and action that illuminate the causes of misery and injustice that impede the construction of a new society. The research shows how the discourse about poverty and social exclusion, proposed by the NGO's foreign headquarters and divulged in the international media, is utilized to raise funds and maintain, in the country of origin, objectives and goals that correspond to a religious and integralist world view. In Brazil, in spite of efforts by local leaders and specialists to propose a new mentality of assistance that gives priority to education of high quality, the resources raised externally and transferred to Brazil in the name of poverty alleviation and social transformation serve more to continue paternalistic practices of a religious nature than to help build a mentality of autonomy and self-sustainability.

LISTA DE QUADROS

- 4.1. Razões do engajamento das técnicas e/ou educadoras do PAE.....
- 4.2. Desafios, dificuldades e experiências angustiantes.....
- 4.3. Experiências reconfortantes.....
- 4.4. Objetivos e Princípios de ação.....
- 4.5. Problemas enfrentados
- 4.6. Relacionamento com os Dirigentes da Itália.....

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
----------------------------	-----------

CAPÍTULO I

AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE	21
1.1. O excludente desenvolvimento humano mundial.....	22
1.1.1. As Organizações Não Governamentais.....	23
1.2. O excludente desenvolvimento humano regional.....	28
1.3. As pressões externas e internas às ONGs.....	30
1.3.1. As pressões das entidades ou órgãos financiadores	30
1.3.2. As pressões dos princípios identitários das ONGs	32
1.4. O nosso problema de estudo	35
1.5. O espaço da pesquisa.....	37
1.6. Objetivos	42
1.7. A pertinência do estudo e seus limites	42

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	44
2.1. As Organizações Não Governamentais.....	44
2. 1.1. As ONGs e as mudanças no contexto brasileiro e internacional nos anos 90....	53
2. 1. 2. 'Desenvolvimento institucional' como condição de sustentabilidade das ONGs	60
2. 1.3. As ONGs em busca de sua identidade"	64
2. 2. O Estado.....	66
2.2.1. O Estado-nação.....	67
2. 2.2. O <i>Welfare State</i> e Terceiro Setor	74
2.3. A Educação Comunitária	77
2.3.1. O Conceito de Educação Popular, de Educação Comunitária e de Escola Comunitária	83
2.3.1.1. O Conceito de Educação Popular.....	83
2.3.1.2. O Conceito de Educação Comunitária	85
2.3.1.3. O Conceito de Escola Comunitária.....	87

CAPÍTULO III

METODOLOGIA	1 00
3.1. Procedimentos Metodológicos.....	105
3.1.1. A entrevista semi-estruturada: natureza, pertinência e operacionalização.....	106
3.1.2. A pesquisa documental: natureza, pertinência e operacionalização.....	108
3.1.3. a questionário: natureza, pertinência e operacionalização.....	109
3.1.4. A observação participante: natureza, pertinência e operacionalização.....	110
3.2. Análise e interpretação dos dados	111

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	113
4.1. O Discurso dos Dirigentes Italianos.....	114
4.1.1. Razões da existência da ONG Ágata Esmeralda	115
4.1.1.1. A pobreza e a exclusão social dos adotados	116
4.1.1.2. As intenções/motivos de caráter pedagógico em relação à formação do jovem e da família italiana.....	118
4.1.2. Razões da ajuda às crianças brasileiras através da adoção à distância.....	120
4.1.3. Natureza da proposta da ONG Ágata Esmeralda	121
4.1.3.1. A visão dos dirigentes italianos que vivem na Itália quanto aos elementos centrais da proposta da Ágata Esmeralda	122
a) A luta contra o aborto, o turismo sexual e o <i>Movimento per la Vita</i>	122
b) A adoção tradicional substituída pela adoção à distância	124
c) A cumplicidade com a Igreja Católica.....	127
4.1.3.2. A proposta, segundo a visão dos dirigentes italianos que vivem no Brasil	129
4.1.3.3. Síntese dos dados do discurso dos dirigentes italianos	133
4.2. A Proposta da Secretaria Executiva da ONG Ágata Esmeralda no Brasil.....	134
a) A educação nas escolas.....	135
b) Educação e organização da comunidade.....	141
c) Educação Infantil e Básica na Comunidade.....	144
4.2.1. Síntese da Proposta da Secretaria Executiva da ONG Ágata Esmeralda no Brasil.	150
4.3. O Discurso das técnicas e/ou educadores brasileiros entrevistados	152
4.3.1. a perfil dos técnicos e/ou educadores brasileiros entrevistados.....	152
4.3.2. a discurso das técnicas e/ou educadoras brasileiras entrevistadas.....	153
4.3.2.1. As razões para o engajamento na ONG Ágata Esmeralda.....	154
a) Identificação com o trabalho e realização pessoal e profissional	154

b) Atendimento a um convite pessoal	155
c) Influência da Universidade	156
4.3.2.2. Desafios iniciais do engajamento na ONG Ágata Esmeralda: dificuldades e experiências angustiantes.....	157
a) Dificuldades inerentes às instituições orientadas.....	158
b) Relações conflituosas	165
c) Inexperiência	169
d) Indignação diante de problemas sociais.....	170
4.3.2.3. As experiências reconfortantes.....	171
a) Mudança Pessoal	172
b) Mudança de Agentes e Responsáveis.....	174
c) Resultados obtidos.....	177
d) Mudanças da Ágata Esmeralda.....	179
4.3.2.4. Os objetivos e os princípios de ação.....	180
a) Incertezas e falta de clareza	181
b) Importância da ação educacional e do espaço educativo.....	184
c) Organização coletiva e projeto participativo.....	187
4.3.2.5. A evolução da Ágata e os problemas enfrentados	191
a) Relacionamento com a Igreja.....	191
b) Desafios emergentes.....	199
c) Assistencialismo	206
4.3.2.6. O relacionamento com os dirigentes da Itália.....	209
a) Choque de culturas e conflito de visões.....	209
b) Os padrinhos.....	221
4.4. Síntese do Discurso das técnicas e/ou educadoras brasileiras entrevistadas....	228
4.5. Síntese geral dos dados apresentados	230

CAPÍTULO V

INTEGRAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	233
5.1. Os pressupostos norteadores e subjacentes ao Projeto.....	234
5.2. Os princípios identitários e a caminhada da ONG Ágata Esmeralda/Projeto Ágata Esmeralda (PAE).....	247
5.3. O espaço educativo como espaço privilegiado.....	254
5.4. A pertinência do estudo para atingir os fins da pesquisa	261

CONCLUSAO	263
REFERENCIAS	271
APENDICE	278
ANEXO A	280
ANEXO B.....	281
ANEXO C.....	282
ANEXO D	283
ANEXO E.....	284
ANEXO F	285
ANEXO G	286
ANEXO H	287
ANEXO I.....	289
ANEXO J.....	290
ANEXO L.....	291

INTRODUÇÃO

Vivem-se, contemporaneamente, intrigantes paradoxos que têm preocupado os que se dedicam à reflexão e estudos que dizem respeito a complexas situações do mundo de hoje. Entre contradições e complexidades revela-se como central a constatação de uma sociedade que, à medida em que se globaliza e encurta as distâncias, desvela uma face excludente e, como tal, preocupante.

O processo de globalização evidencia que à medida em que se firmam novas estratégias de configuração e exploração do capital, nos quatro cantos do mundo, mais se percebe a incapacidade de os diversos grupos sociais globalizarem bens e serviços. Veja-se o caso do Brasil, em que o processo de exclusão do mercado de trabalho da população extremamente pobre se intensificou de 1995 a 2004. Nesse período, o rendimento médio dos trabalhadores que se encontram entre os 10% mais pobres caiu 39,6%, ao mesmo tempo em que aumentou a dependência dos programas sociais do governo. Em 1995, constata-se que 89% da renda dessa população vinham do trabalho. Em 2004, essa porcentagem caiu para 48%, configurando que mais da metade da renda do trabalhador mais pobre no Brasil não era proveniente de sua atividade no mercado de trabalho. Essas são conclusões de um estudo do sociólogo Álvaro Comin, do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), a partir da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE, apresentado pelo articulista Antônio Gois (FOLHA DE SÃO PAULO, 25.12.2005).

O aumento ou a maior visibilidade das desigualdades e exclusão social, se comparadas às rendas auferidas nos países ricos e nos países pobres, o nível de participação no PIB, as diferenças crescentes nos mercados de exportação, nos investimentos diretos estrangeiros, nos meios de comunicação, entre outros, acusam índices inaceitáveis de concentração de riquezas e de recursos. Gilberto Dupas (FOLHA DE SÃO PAULO, 24.01.2006), em um artigo no qual analisa alguns fatores (tecnologias e logísticas de ponta) que permitem altas taxas de acumulação de muitos setores do capitalismo global, afirma que pobreza e concentração de renda não podem ser separadas da ordem mundial que as produz. Elas estão tanto na periferia como nos países ricos, pois nos

EUA e na Grã-Bretanha a disparidade de renda é maior do que na Índia. Ao contrário do que pregam os neoliberais, a desigualdade prosperou enquanto avançava o livre comércio e as conferências mundiais que se sucedem, ano a ano, pouco conseguem diante do quadro ora exposto.

Percebe-se que as sociedades e grupos sociais, incomodados pelo delineamento crescente e pela consolidação dos referidos processos excludentes, têm enfrentado tais desafios através da criação e manutenção de movimentos sociais específicos, as Organizações Não-Governamentais. Essas, nascidas para facilitar a presença do Estado nas suas propostas sociais *welfare state* -, aos poucos se tornaram críticas desse modelo de Estado que se mostra incapaz de atender à demanda da maioria da população e procuram, elas mesmas, meios financeiros e recursos humanos que permitam uma atuação mais efetiva, tanto para denunciar, junto à opinião pública, as grandes mazelas do planeta (aquecimento global, devastação das matas, poluição dos rios, direitos das minorias, situações de injustiças, guerras insanas), como para se colocarem, abertamente, em defesa do meio ambiente e da vida, com propostas e projetos ambientais e sociais incluídos, na área da educação, da habitação, do saneamento básico, da cultura e da geração de renda.

É neste quadro que se delinea o nosso objeto de estudo: uma ONG de origem italiana, voltada para a adoção à distância, que procura, a partir de sua atuação nos bairros periféricos de Salvador, superar uma situação de exclusão social com uma proposta de educação de qualidade e tendo como foco e prioridade as escolas, chamadas comunitárias, as famílias e seu ambiente de vida.

De forma específica, a presente pesquisa se coloca os seguintes objetivos:

- Definir os pressupostos que norteiam as ações da Associação Ágata Esmeralda, em relação à educação comunitária e à promoção das comunidades periféricas da Bahia;
- Identificar as concepções da ONG, quanto à ação educativa por ela desenvolvida;
- Analisar se a pressão avaliativa neoliberal dos organismos financiadores, e a pressão dos próprios princípios identitários das ONGs parceiras concorrem para a criação, manutenção e revisão desses mesmos princípios identitários.

No presente estudo, o primeiro capítulo explicita a problemática central de nossa

pesquisa: a presença no tecido social de um novo interlocutor, as Organizações Não Governamentais ONGs, que vêm constituir um espaço de reflexão e de ação junto ao Estado e à sociedade civil. Com a incapacidade do Estado de assumir funções a ele inerentes, e de responder às finalidades para as quais foi criado, as ONGs se tornam instâncias representativas da sociedade, forçando-o a colocar-se diante de suas responsabilidades que, se satisfeitas, atenderiam às demandas da população que clama por uma presença estatal mais efetiva. Entretanto, nem sempre as ONGs conseguem responder aos apelos de seus objetivos e finalidades, encurraladas entre a necessidade de arrecadar recursos para seus projetos e as pressões dos “doadores”, que delas pretendem uma administração racional, objetiva e eficiente.

No segundo capítulo, em que se faz presente o quadro conceitual ou fundamentação teórica, apresentamos os elementos fundamentais para a compreensão do nosso problema de estudo, explicitação indispensável ao acompanhamento do estado atual do debate científico em torno do mesmo. O capítulo inicia apresentando um histórico do surgimento das ONGs, mostrando seu enraizamento na sociedade civil, seus pressupostos e valores, a partir de uma presença assistencialista que tinha como esteio ações de voluntariado. No decorrer do tempo, com o surgimento de novas necessidades e novos paradigmas mundiais desenvolvimentistas, nascidos no final da década dos anos 40, as ONGs empreendem mudanças no seu status, profissionalizam-se a partir dos anos 80 tentando adquirir rosto e identidade, elementos importantes e necessários, em vista de sua autonomia e autosustentabilidade. A reflexão, que caracteriza de fato a década de noventa, marca este momento como um dos mais ricos das ONGs, pois afinal nele se inicia a percepção do valor e dos limites de sua presença na sociedade civil e de sua relação com o Estado.

Diante deste quadro torna-se importante investigar também a origem e as finalidades deste Estado aceito pela modernidade como resultado de um pacto selado com a sociedade em nome do desenvolvimento industrial e da governabilidade. A configuração que assumiu o Estado europeu influenciou de tal forma os espíritos liberais da época e os políticos de todas as nações, que este Estado-nação se tornou o molde para o surgimento de todos os outros, independentemente de seu passado, de sua cultura e de suas aspirações. A incapacidade deste Estado em atender e resolver os problemas dos cidadãos abriu o caminho para a atuação, no território, de instituições e organismos da sociedade civil, como as ONGs, que tentam construir aquele estado de bem estar social *welfare state* proposto e nunca realizado totalmente. O Estado, então, se torna aos poucos senhor e amo com a única finalidade de perpetuar-se e, nos países periféricos, de colocar-se como instrumento de conservação de privilégios, notadamente das suas elites. Eduardo Galeano lembra (FOLHA DE SÃO PAULO, 29.01.2006, A24), que todas as primeiras Constituições do continente latino-

americano, sem exceção, deixaram de fora as mulheres, os índios, os negros e os pobres em geral. Tanto que Nandy (2000), pesquisador indiano, diante desta monolítica construção, moderna e européia, aceita por todos como insubstituível e necessária, chega a afirmar que: “nenhum sistema se torna moralmente aceitável somente porque a imaginação humana não conseguiu produzir até o momento outra alternativa ao mesmo” (NANDY, 2000, p. 344).

Ainda neste capítulo discutem-se os conceitos de educação popular, educação comunitária e escola comunitária, que são o foco desta investigação, mostrando-se como o Brasil foi pródigo em construir formas de superação das desigualdades e da exclusão a partir de elementos culturais presentes na vida social habitualmente relegados à marginalidade e ao desconhecimento. A análise histórica desvenda o caminho e o crescimento desta teia de relações que revelam suas particularidades e que pressupõem a valorização de um saber local, patrimônio social, nascido das lutas e da consciência da sociedade em momentos de crise.

O terceiro capítulo traz as escolhas metodológicas em vista da coleta de dados e de sua posterior análise e interpretação. Por tratar-se de uma pesquisa de natureza exploratória e empírica, este estudo é movido por uma perspectiva qualitativa, com base em pressupostos fenomenológicos e da etnopesquisa. Neste sentido, a pesquisa procura responder à objetividade exigida pelo discurso científico, sem perder de vista os limites de construção dessa objetividade, ante a teia complexa que cerca o conhecimento da realidade. Por isso os procedimentos metodológicos adotados tentam não perder de vista o consenso e o antagonismo como elementos que podem dar conta dessa complexidade do real, o que possibilita dar a palavra a todos os sujeitos da pesquisa, dando voz, assim, tanto aos dirigentes italianos radicados na Itália, quanto aos dirigentes italianos que atuam no Brasil (Bahia) e, ainda, aos técnicos e/ou educadores da ONG Ágata Esmeralda, observadores aos quais cabe o difícil papel de perceber o jogo do poder entranhado nas complicadas relações institucionais e interinstitucionais.

Além da entrevista com o questionário e a observação participante, o estudo utiliza-se também da análise documental, especificamente de documentos de comunicação de massa, que permitem ao pesquisador, repetindo Selltiz (1974), propor uma análise mais “livre de seu viés teórico ou pessoal”. Quanto à análise dos dados, a escolha da análise de conteúdo pareceu a mais adequada, por tratar-se de uma técnica que permite a utilização de procedimentos para diferentes “discursos”.

O quarto capítulo debruça-se sobre os dados recolhidos, coletados através da entrevista semi-estruturada, da observação participante e dos documentos encontrados,

analisando-os e explicitando-os. Aqui desfilam aos nossos olhos os dados colhidos, sendo nossa preocupação apenas expô-los, levando em conta os conteúdos quer dos documentos pesquisados, quer das falas dos dirigentes italianos residentes na Itália, ou dos residentes no Brasil, bem como os conteúdos dos discursos pronunciados pelos (as) técnicos (as) e/ou educadores (as).

O quinto capítulo retoma os dados analisados no capítulo quarto e busca realizar a interpretação dos mesmos, confrontando-os com as diversas reflexões que conformam a fundamentação teórica constante no segundo capítulo. A pesquisa revela as dificuldades de uma ONG do Sul do mundo, de origem italiana e em sua atuação no Brasil, em desvencilhar-se de sua visão de mundo, das finalidades e objetivos que motivaram sua origem histórica, para inserir-se e aceitar uma realidade “outra”. As orientações e as práticas institucionais efetivadas não permitem a estruturação e a manutenção de uma proposta, apresentada pela ONG Ágata Esmeralda local, que prioriza o combate à pobreza e à exclusão social por meio de uma educação de qualidade. A manutenção de práticas paternalistas e assistencialistas de cunho religioso humanitário confirma resultados de estudos realizados em torno do problema da validade das ajudas internacionais.

A pesquisa abre também novas perspectivas para as Organizações Não Governamentais, sobretudo no que diz respeito à valorização dos recursos humanos locais, mostrando claramente o comprometimento e a competência dos técnicos preocupados tanto em desvendar as causas da exclusão social, como na elaboração e implementação de mecanismos de superação, cuja prioridade é a busca de uma educação de qualidade. Percebemos assim de que forma a atuação da ONG Ágata Esmeralda aponta elementos que permitem também a outras ONGs repensar sua presença e atuação de acordo com princípios identitários próprios, respeitando as aspirações e as necessidades das populações que pretendem colaborar socialmente.

Enfim, na conclusão, fazemos uma retomada geral do estudo, dando uma visão de conjunto, destacando os principais resultados, as perspectivas, as limitações e as recomendações a ele pertinentes.

CAPÍTULO I

AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E OS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE

Em 3 de dezembro de 1999 encerrou-se, como um absoluto fracasso, em Seattle, Estados Unidos, aquela que fora planejada para ser a mais importante e significativa iniciativa do capitalismo, no final do século XX: a 3ª Conferência Ministerial convocada pela Organização Mundial do Comércio (OMC). A referida conferência objetivava definir uma nova e ofensiva política que resultasse na total liberalização do mercado, o que não se efetivou: "Seattle, que devia consagrar o irresistível avanço da globalização tecno-econômica, viu o nascimento de um novo movimento social de escala e amplitude mundiais" (MORIN, 1999). O sociólogo francês, em artigo que repercutiu mundialmente "O século XXI começou em Seattle", mostra que o grande ator revelado em Seattle foi o movimento social. Tese esta defendida por Sader (2001) que, a partir daquelas manifestações de protestos afirma: "um novo elo de solidariedade começa a surgir, permitindo vislumbrar o potencial de um novo projeto hegemônico" (Sader, 2001, p.22).

Defende Morin (1999), que as ONGs são as legítimas herdeiras do papel que já fora desempenhado pelo Estado e pelos partidos políticos, apresentando-se elas como o espaço privilegiado da sociedade civil organizada. Estariam as instituições contemporâneas, segundo o autor, deveras engajadas na defesa dos que se encontram excluídos ou marginalizados por razões étnicas, sociais, políticas e econômicas. Daí, o entusiasmo com o qual o pensador comemora, ao lado de milhares de resistentes, à mundialização do mercado e do capital, o fracasso em que se constituiu a propalada 3ª Conferência Ministerial.

Analisando-se, contudo, o fato em seus desdobramentos, percebemos que após Seattle não só se inaugurou um novo século, como as ONGs se sentiram obrigadas a rever as suas posturas, os seus compromissos, a sua identidade, a sua inserção na rede dos movimentos sociais que se impõem hoje como a mais viável alternativa para o encaminhamento dos graves problemas que afligem as diversas sociedades do mundo contemporâneo.

1.1. O excludente desenvolvimento humano mundial

A ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicou recente relatório nada animador sobre as condições de vida da população mundial (ONU: PNUD, 2001):

Constata-se, nos últimos 30 anos, um aumento preocupante das desigualdades: a diferença de renda entre o 1/5 dos seres humanos, vivendo nos países ricos, e o 1/5 habitando nos países pobres, era de 74 por 1, em 1997, contra 60 por 1, em 1990, e 30 por 1, em 1960. No tocante à renda a diferença por habitante, entre os países mais ricos e os mais pobres, passara de 3 por 1 em 1820, para 7 por 1 em 1870, para chegar a 11 contra 1 em 1913. No final dos anos 80, o 1/5 da população mundial, vivendo nos países mais ricos, partilha 86% do PIB mundial contra 1% dos mais pobres. A diferença também é gritante nos mercados de exportação (82% contra 1% dos mais pobres), nos investimentos diretos estrangeiros (68% contra 1% para os mais pobres) e nos meios de comunicação (74% das linhas dos telefones mundiais, contra apenas 1,5% para os mais pobres). Indica ainda o Relatório que se deu uma concentração da renda, dos recursos e da riqueza num pequeno grupo de pessoas, de empresas e de países:

Com 19% da população mundial, os países da OCDE, que reúne os países mais ricos do mundo, controlam 71% das trocas mundiais de bens e de serviços, acolhendo 58% dos investimentos diretos e reunindo 91% dos usuários da Internet. As 200 pessoas mais ricas do mundo viram o valor do seu patrimônio ser multiplicado por mais de duas vezes, entre 1994 e 1998, chegando a ultrapassar, hoje, 1 trilhão de dólares numa soma acumulada. (ONU: PNUD, 2001)

Dados gritantes como estes levaram Mark Malloch Brown (2001), administrador do Programa da ONU que produziu o relatório, a chamar, no prefácio do referido trabalho, os mais excluídos de “os deixados-por-conta da mundialização” e a clamar para que se elabore um programa muito mais audacioso de reformas, nos níveis planetário e nacional, para que se dê um rosto humano à mundialização. “Trata-se de um processo tão importante que não pode permanecer incontrolado, sabendo que ele pode ser, de maneira formidável, tanto destruidor quanto benéfico” (ONU: PNUD, 2001).

Constata-se então, que as novas potencialidades e bens não são repartidos de maneira uniforme por países, regiões, grupos étnicos e religiosos, categorias e setores de atividade. Acrescente-se que, desde 1980, sessenta países, a grande maioria localizados no Sul do mundo, não param de ficar mais pobres, com repercussões socioeconômicas e com um custo humano e político sem precedentes.

Nesse quadro preocupante, procuram situar-se as ONGs, na busca de construção de uma realidade mundial que possibilite o respeito às diferenças, a proteção aos mais fracos, o controle dos mais fortes. Os protestos ocorridos em Seattle e a consciência de muitos países

que ali estavam e não se alinhavam com a proposta excludente neoliberal dos grandes da conferência, impuseram às ONGs a necessidade de rever seus discursos e suas atuações. Se o fato urge para todas as ONGs, urge especialmente para as ONGs que atuam no Terceiro Mundo, ou em uma de suas regiões, como veremos a seguir.

1.1.1 As Organizações Não Governamentais

No decorrer destes quinhentos anos, foram muitos os europeus que chegaram à América Latina e ao Brasil, a começar pelos religiosos que na sua maioria fizeram coro com a espada dos conquistadores (HORNAERT, 1977). Vários Institutos missionários se fizeram presentes, com suas organizações de cunho assistencialista, primeiro para converter os índios e mais tarde para acompanhar os imigrantes (AZZI, 1987). A Igreja desempenhou um papel muito importante na suplência do estado em atender à demanda social, com relação à educação e à saúde, mantendo-se presente, com suas “organizações” como as confraternitas, hospitais e abrigos. Entretanto as Organizações Não Governamentais, tema deste trabalho, do jeito que nós as conhecemos, tiveram sua origem depois da 2ª grande guerra.

Antes de analisarmos detidamente essas Organizações, tentaremos fornecer algumas referências que facilitem sua compreensão a partir do próprio nome "organização não governamental". Esta novidade institucional, abreviada pelas iniciais do nome ONG, apareceu pela primeira vez na terminologia utilizada pelas Nações Unidas. O artigo 71 da Carta constitucional da ONU, prevê de fato a possibilidade que o conselho econômico e social possa consultar "organizações não governamentais interessadas nas questões relativas à sua competência. Estes acordos podem ser celebrados com organizações internacionais e, se for o caso, com organizações nacionais" (CARTA DA ONU, 26.06.1945. Em www.dhnet.org.br/).

A partir dos anos 60, diante de um panorama mundial de descolonização, várias ONGs surgiram e se espalharam pelo mundo, a maioria interessada em trabalhar para o desenvolvimento. É deste período a primeira campanha mundial contra a fome no mundo, promovida pela FAO (*Food and Agriculture Organization*), no mesmo período em que a ONU proclamava o início da primeira década para o desenvolvimento.

Com o passar dos anos o termo ONG passou a designar tanto as ONGs internacionais como as nacionais. O caráter essencial para a definição de uma ONG, é constituído de pelo menos três elementos fundamentais: *pertencer à esfera privada*, portanto não governamental; *ausência de lucro* no desenvolvimento de suas atividades; *capacidade de se*

autogovernar, e participação popular, como acrescenta o Montaña (2000).

Nestes últimos dez anos, as organizações do *no profit*, as chamadas ONGs (Organizações Não Governamentais), têm atraído sempre as atenções da sociedade, começando a ter um papel significativo no sistema social e econômico da vida nacional. Estima-se hoje que, no Brasil, existam cerca de 400 mil ONGs e, segundo a Receita Federal, em 1991, 220 mil entidades estavam registradas como “sem fim lucrativo”, (LANDIM,1999). É consenso entre os autores (ARMANI, 1999; LANDIM, 1999; TEIXEIRA, 2001; MONTAÑO, 2002), que este setor esteja crescendo e esteja se consolidando quanto ao número, à solidez e à sua capacidade de fornecer serviços.

Como diz a literatura, na formação social brasileira a sociedade foi “criada” pelo Estado, um Estado de matriz européia, de corte autoritário, patrimonialista e corporativista, correspondendo a uma sociedade civil débil, subordinada, tardia, assim como tardia foi a constituição do mercado. O historiador Buarque de Holanda conceitua o patrimonialismo como um aspecto cultural e deletério da burocracia estatal brasileira:

Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos, os benefícios que deles auferem relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 146).

Pensando-se nas organizações ditas voluntárias, ou sem fins lucrativos, alguns traços característicos e que as diferenciam, podem ser lembrados através de fatos conhecidos da história. Em primeiro lugar, até os finais do século XIX, quase tudo o que havia de consolidado em termos de assistência social, saúde e educação, era formado por organizações (formalmente sem fins econômicos) criadas pela Igreja Católica - com o mandato do Estado, em uma situação de simbiose entre as duas instituições e trazidas para as colônias, depois de consolidadas em experiências européias.

Este “envio” procurava manter a presença do poder eclesiástico como alternativa a uma prestação de serviços que um Estado, incipiente e incompetente não conseguia oferecer à população. A “sociedade civil” confundia-se com os espaços dessa Igreja, sob o regime de padroado (BUARQUE DE HOLANDA, 1995).

A década de 1930 inaugura o período da expansão do Estado na prestação direta de serviços em áreas como a educação, cultura e saúde. Se, nas primeiras décadas do século, tinha havido uma proliferação de associações voluntárias e autônomas de tipo mutualista,

profissionais e sindicais, a era autoritária pós-30 vai se caracterizar pela sua dissolução e pelo fortalecimento e também atrelamento de sindicatos e organizações previdenciárias ao Estado, dentro do projeto corporativista. Vale observar que esse processo autoritário e centralizador, repetindo Armani (2002), caracterizado por políticas de bem-estar fragmentadas e excludentes, não deixou de reservar um lugar para um conjunto de organizações sem fins lucrativos, mesmo que isso não fosse formulado em termos de uma política clara. O projeto centralizador e autoritário dos anos 30-40 reservou um papel para as numerosas entidades “sem fins lucrativos”, as quais foram em grande parte responsáveis pela prestação de serviços a amplas camadas da população que ficavam à margem das políticas sociais corporativas, da “cidadania regulada”. Isso teve como pressuposto a aliança entre o Estado getulista e a Igreja Católica, favorecendo então o enorme campo de organizações de ação social a ela ligadas.

A crise pós-guerra, com a crescente desarticulação do estado social, que não mais consegue dar conta dos inúmeros problemas que surgem com o crescimento e a explosão das necessidades decorrentes da globalização e de uma desenfreada urbanização, manifesta-se nos seguintes aspectos: na falta de infraestrutura (habitação, educação escolar, rede de saúde, saneamento básico, etc.); nas dificuldades decorrentes da organização do trabalho (emprego, profissionalização, trabalho informal); no rompimento dos valores tradicionais (família, religião...); abre novas perspectivas para o desenvolvimento daquele que será chamado de “mercado social” (LEONARDIS, 1998). Diante das críticas neoliberais, que vêem o estado como incapaz de dar conta das novas realidades, reflexo de uma pesada burocracia e hiperregulamentação, com o conseqüente sufocamento da liberdade de iniciativas, surge uma nova tendência que reivindica, para a sociedade civil, maior autonomia, tanto organizativa como de atuação.

Nasce portanto, na sociedade civil, um forte anseio para a constituição de associações que tentem superar o paternalismo e a ineficiência do Estado em nome de uma presença positiva e atuante desta sociedade que se está organizando. Nas pegadas de Tocqueville (MONTAÑO, 2002), filósofo francês, que em sua viagem á América de 1830, vê no livre associacionismo o elemento constitutivo da democracia americana, as formas associativas são redescobertas como fonte de virtudes cívicas, lugar onde se aprende a interessar-se pelos outros e trabalhar para o bem comum. Portanto, a partir da salvaguarda da democracia contra aquilo que Tocqueville chama de “tirania da maioria” ou “Estado despótico” (MONTAÑO, 2002), se desenvolvem formas de associações voluntárias, nascidas apenas como desejo e vontade individual, em favor de pessoas ou grupos socialmente excluídos, que começam a formatar um chamado Terceiro Setor que, se no início, não caracteriza claramente o espaço que pretende ocupar, se apresenta como uma promessa de futuro para a consolidação das

democracias, na construção de um verdadeiro *welfare* social.

Então, com a crise do *welfare state* nos países desenvolvidos e o controle político nas mãos de partidos qualificados como de “centro-direita”, as funções dos serviços sociais tem sido transferidas para organizações privadas, empresariais, ou para associações voluntárias sem fins lucrativos. Teixeira (2001) propõe que, na atuação destas últimas, prestando serviços sociais públicos, sobretudo de saúde e de assistência social, financiados pelo Estado e em competição com empresas privadas, se estaria constituindo um “terceiro setor” ou “terceiro sistema”. Este teria como características “a produção de valores de uso, ausência de lucro e participação social na gestão, apresentando-se como cooperativas, fundações, associações cidadãs ou de voluntários” (TEIXEIRA, 2001, p. 99).

Neste contexto, são valorizados laços sociais, modos de associação e coesão social, fundados nas relações interpessoais e horizontais de reciprocidade, solidariedade, lealdade, altruísmo (contra as formas impessoais e hierárquicas encarnadas na burocracia). São enfatizadas as motivações morais, contra as lógicas do interesse e do oportunismo criados pelo mercado, que, nesta nova realidade, fortalecem os elementos de “crescimento da autonomia e da responsabilidade dos cidadãos” (LEONARDIS, 1998, p. 50).

Este novo modelo associativo tem no “voluntariado” mais ou menos organizado, presente em diferentes maneiras nas democracias industrializadas, seu espelho e seu parâmetro. Muitas são as diferenças no interior desse modelo, pois, além de abrigar vários campos de atuação, que se manifestam na cooperação internacional, na adoção de crianças, na assistência aos doentes, na luta contra a exclusão social e na defesa do meio ambiente, também respalda ideologias formadas por matrizes sócio culturais, religiosas e políticas diferentes, dando vida àquilo que Leonardis (1998) chama de “arquipélago do voluntariado”.

1.2. O excludente desenvolvimento humano regional

A cidade de Salvador, já capital do Brasil colônia e hoje capital do Brasil das artes e dos Orixás, esconde entre suas belezas, misérias e violências que a tornam madrasta dos seus próprios filhos. Segundo dados da CONDR (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia), confirmados em um Seminário, promovido pelo jornal A Tarde (A TARDE, 6/7 maio 1998), afirmam que cerca de 70% da população vive em bairros parecidos com “favelas”, a maioria dos quais nascidos de ocupações ilegais, abusivas, chamadas popularmente de invasões, onde o viver se torna um exercício de

malabarismo cotidiano entre a violência, a falta de trabalho, de comida, em situação de vida precária ou de miséria quase absoluta. De acordo com os dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), estimava-se que em 1990 existiam 42 milhões de pobres no Brasil, cerca de 30% da população total.

O aumento do desemprego e da precariedade do trabalho destes últimos anos é uma agravante da situação. De fato, segundo o mesmo programa, no período de 1990-97, houve no Brasil uma perda de 2 milhões 435 mil 860 postos de trabalho formais, sendo que mais da metade da População Economicamente Ativa (PEA) está na economia informal. Segundo uma publicação da ActionAid/Brasil, ONG de alcance internacional, sediada na Inglaterra e que publicou: “As faces da Pobreza no Brasil” (ACTIONAID BRASIL, 2000), o Brasil não é simplesmente um país pobre, o fato dramático é que 16,5 milhões de pessoas, 11,9% do total da população, encontram-se em condições de indigência absoluta, sendo que, somente na Região Nordeste, são cerca de 9 milhões os indigentes.

Nesta situação de marginalidade, onde o poder público está ausente ou investe em obras paliativas, e onde as necessidades superam sempre as intervenções, muitas crianças vivem em situação de exclusão, sendo privadas dos seus direitos fundamentais básicos contrariando o Estatuto da Criança e do Adolescente que não só recomenda, como obriga o Estado e os cidadãos afirmando que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, ECA art. 4º).

Quanto à educação, e, especificamente no que diz respeito à educação infantil, na falta de estruturas públicas, pessoas do bairro, em geral senhoras e mães, acolhem em suas casas, transformando um quarto em sala de aula, as crianças menores para permitir às outras mães trabalharem, não precisando para isto de alvará ou de projeto pedagógico.

Para as crianças maiores, que devem cursar o ensino fundamental,

a falta ou a incapacidade das escolas municipais, responsáveis preferencialmente por este nível de ensino, que não conseguem atender à demanda, que não abrem o campo para o surgimento de espaços para o desenvolvimento de atividades escolares, a rua se torna lugar de encontro e aprendizagem. Nesta cidade periférica, viva e marginalizada, por iniciativa dos próprios moradores, nascem as Associações de Bairro, as Escolas Comunitárias, as Creches, o reforço escolar, escolas de capoeira e outras iniciativas que se sobrepõem à incúria do Estado.

Serpa (1990) identifica a década de 1980 como o início e o surgimento efetivo da criação de creches e escolas que não são do Estado e não são particulares: é a escola ou creche da Associação de Moradores, a denominada escola ou creche comunitária. Geralmente “as creches e escolas construídas pelas Associações são, em geral, precárias. Falta de tudo: as instalações não são adequadas, há deficiência de recursos materiais e os recursos humanos deixam a desejar” (PEIXOTO,1990, p.3). Entidades organizadas da sociedade civil, as ONGs, com a contribuição da comunidade ou com recursos de organizações internacionais, tentam se organizar, tomar consciência da situação para reivindicar e para buscar alternativas quando os apelos ao poder público não são atendidos.

1.3. As pressões externas e internas às ONGS

Creemos estar aqui um elemento crucial nesta procura de definição identitária das ONGs: estas experimentam uma dupla pressão. A primeira, de natureza mais exógena, que se configura à medida que a Organização procura formas de sustentabilidade, o que tende a prendê-la a objetivos ou metas que não são necessariamente as suas, mas decorrentes das expectativas dos organismos financiadores; a segunda, mais endógena, que é a criação e manutenção de seus princípios e compromissos sócio-políticos e econômicos. É sobre o que refletiremos nos próximos segmentos.

1.3.1. As pressões das entidades ou órgãos financiadores

Se nos países ditos desenvolvidos, a exemplo dos estados capitalistas europeus, a parcela da sociedade que forma o Terceiro Setor encontra-se fundamentalmente e historicamente no Estado, o cofre que lhe permite estar presente na base da pirâmide social, oferecendo serviços que o próprio Estado, em última análise, lhe concede, o mesmo não se pode dizer em relação aos países do terceiro mundo. De fato, fica pouco claro como o Terceiro Setor, nos países da periferia, a maioria encravados no chamado Sul do mundo,

encontra meios financeiros e recursos humanos para conseguir atingir seus objetivos (TEIXEIRA, 2001).

Não podemos negar, contudo, que o problema atinge hoje a todas as ONGs, quer tenham a sua origem nos países do primeiro mundo, quer sejam criadas no terceiro mundo. Na verdade, somente algumas poucas organizações que atuam no território estatal e em âmbito internacional, recorrem aos seus sócios para manter suas atividades. Entre estas podemos recordar as mais conhecidas como o Greenpeace, WWF, Amigos de Raul Foulou, Adveniat, entre outras. O trabalho destas ONGs, na medida em que se abre ao mundo, canaliza recursos para as finalidades mais diversas, entrando numa linha de solidariedade universal, e, de certo modo, não preocupando excessivamente os Estados nos quais elas foram criadas, nem a si mesmas. Pode-se dizer ainda que estas organizações conseguem angariar recursos do próprio Estado, quando os recursos possuem finalidades específicas para emergências ou atividades sociais e caritativas no Terceiro Mundo.

Repetimos que as referidas ONGs que são auto-sustentáveis pelas contribuições de seus sócios não criam problemas para o Estado e para elas mesmas, visto que se torna crescente o controle avaliativo sobre os referidos organismos, com o perigo de interferência na construção e manutenção de seus princípios identitários. Em outros termos: a crescente preocupação em estabelecer critérios e indicadores de atuação das ONGs tem pressionado esses organismos em direção a elementos que, necessariamente, não lhes interessariam mas que não podem ser desprezados pelo olhar neoliberal da avaliação que se desenvolve.

A introdução do conceito de qualidade total e de procedimentos aplicáveis a empresas, em termos de custo-benefício, obriga as ONGs a desenvolverem procedimentos, atividades e estruturas que escapam ao seu perfil identitário e a afastam muitas vezes da obtenção de objetivos de natureza eminentemente qualitativa, sócio-histórica, política e cultural.

Nesse contexto de grandes mudanças, as ONGs têm sido desafiadas a se fortalecerem, institucionalmente, como condição para a sua sustentabilidade. O *desenvolvimento organizacional e institucional* das organizações da sociedade civil tornou-se, assim, mais uma das unanimidades presentes nos círculos da cooperação ao desenvolvimento. Em nome do desenvolvimento das organizações, muito se debate, programas de capacitação se realizam, recursos são investidos e grandes expectativas são anunciadas.

Resumindo, diríamos que as ONGs se vêem, cada vez mais, exigidas quanto ao que a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) chama de certificação: “um conjunto de atividades desenvolvidas por um organismo independente da relação comercial com o objetivo de atestar publicamente por escrito, que determinado produto, processo ou serviço está em conformidade com os requisitos especificados.” (<http://www.abnt.com.br>) Tais requisitos podem ser nacionais ou internacionais e são obedecidos sempre os mesmos procedimentos: análise de documentação, auditorias/inspeções na empresa, coleta e ensaio de produtos e outros, tendo-se em vista à credibilidade internacional e em consonância com a ISO (*International Organization for Standardization*).

Encontra-se, aqui, a questão que vem preocupando as ONGs e que também nos preocupa como pesquisador: esta busca de credibilidade pode levar organismos criados com outros objetivos e fins a deixarem escapar o essencial de sua missão, que está assentada em uma realidade onde a complexidade e a irredutibilidade são fundamentais.

1.3.2. As pressões dos princípios identitários das ONGs

Como acabamos de expor, um dos novos desafios que se tem colocado às ONGs é, em termos da sua visibilidade, legitimidade e responsabilidade pública (*accountability*). Ser capaz de constituir-se e projetar-se no espaço público como protagonista relevante, seja através da mídia, da relação direta com a população e/ou através de parcerias com o poder público e outras instituições de respeito como as universidades, passou a ser condição *sine qua non*, para a sustentabilidade de movimentos sociais e ONGs. Para tanto, tornam-se decisivos fatores como: eficiência organizacional, capacidade de inovação, produção de impactos sociais, demonstráveis, e política de comunicação adequada.

Praticamente todas as ONGs e muitos movimentos sociais brasileiros encontram-se às voltas com *metodologias de planejamento estratégico*, e correspondentes técnicas de avaliação e monitoramento, a partir de indicadores de resultados. Há neste campo divergências significativas: algumas organizações resistem às exigências ligadas ao PMA (Planejamento, Monitoramento e Avaliação), qualificando-as de influência neoliberal; já um grupo crescente delas, tem buscado desenvolver sistemas de PMA próprios, ajustados a sua missão e *ethos* institucional. Estes desenvolvimentos, no âmbito de sistemas de PMA, ainda se encontram numa primeira fase de experimentação, especialmente no tocante aos indicadores de impacto.

Não menos importantes são os desafios emergentes, em relação às formas de gestão

institucional. Diante de tantas mudanças em seu contexto de atuação, as ONGs vêm sendo forçadas a rever sua estrutura, seus organogramas, seu processo decisório, as formas de relação com os beneficiários da base social e suas formas de coordenação do trabalho, além de aperfeiçoar os instrumentos de gestão, propriamente administrativa e financeira. O grande desafio reside em construir novos formatos institucionais que combinem os tradicionais elementos de informalidade e democracia interna, típicos das organizações brasileiras, com novos patamares de eficiência organizacional, transparência e responsabilidade pública (*accountability*).

No plano do desenvolvimento institucional das organizações brasileiras, ganham ênfase crescente, também, as dimensões das relações de gênero e de raça, tanto em termos de seu trabalho social, quanto em relação à integração destas dimensões na sua estrutura e dinâmica internas (corpo de sócios/membros, níveis hierárquicos, técnicos, relações intra-institucionais, etc.).

Fundamental, assim, é o desafio representado pela busca de sustentabilidade financeira. A reconfiguração da cooperação internacional com o Brasil e as novas oportunidades de captação de recursos nacionais, públicos e privados, tem desafiado as organizações brasileiras para um processo crescente de 'nacionalização'. Tal reconfiguração leva a um duplo desafio: de um lado, qualificar suas parcerias internacionais na Europa e adaptar-se ao *modus operandi* das fundações norte-americanas e congêneres, e acessar fundos públicos federais, estaduais e municipais, sem perder de vista a captação de recursos de fontes privadas de financiamento, como o desenvolvimento e a geração de recursos próprios; de outro lado, manter fidelidade a seus compromissos primeiros, a novos compromissos oriundos dos desafios de um país cada vez mais excludente e complexo.

Mas não se pode esquecer que a presença das ONGs nos países em desenvolvimento, e sobretudo no Brasil, tem sido incrementada como uma alternativa de busca de acesso aos bens e serviços sociais básicos e indispensáveis, a exemplo da educação, habitação, saneamento básico e cultura. Tal ocorre em uma sociedade neoliberal em que, por mais que se fale de globalização e de inclusão, consagra-se e consolida-se a pobreza, a miséria, a fome, a exclusão (DUPAS, 1999; GENTILI, 1995). Esta pauperização ou exclusão social se expande de forma progressiva e se agudiza, diante de um Estado cada vez mais ausente, ao tempo em que abre espaços para a parceria e para a ação das ONGs que se apresentam como os canais contemporâneos mais eficazes da organização da sociedade civil. Arroyo

(GENTILI & FRIGOTTO, 2001), ao reconhecer que estamos em “tempos de exclusão e de barbárie” (p.270), mostra como os movimentos sociais são catalisadores de práticas educativas extremamente ricas que permitem a construção de sujeitos sociais, culturais e humanos.

Análises sociológicas, deixando à margem paradigmas críticos de compreensão ou de explicação dessa pobreza (o paradigma marxista, por exemplo), assumem critérios menos piramidais e constata a existência de grupos sociais integrados, econômica e socialmente, de grupos vulneráveis e a caminho da integração e de grupos sociais excluídos, de fato. Diante desta nova ordem econômica e social, e de uma clara perda de poder da sociedade civil, diante da ausência do Estado, ante uma política de mundialização do capital, colocam-se as ONGs como uma resposta possível ao desafio crescente da pauperização e da exclusão (GENTILI & FRIGOTTO, 2001).

Historicamente, a presença estrangeira em “*terra brasilis*” sempre foi um processo paradoxal, confrontando-se de um lado com a conquista e do outro com a aceitação. Bem ou mal, essa secular presença tem suas raízes em Bartolomeu de Las Casas, Alvar Nuñez, Alonso de Ercília, o segundo Pe. Antonio Vieira, veemente pregador do nordeste do Brasil, que de volta ao Brasil, depois de vinte anos na Europa, troca seus sermões de paciência e resignação aos negros, faz inflamadas acusações aos ricos donos de escravos:

Sabeis cristãos, sabeis nobreza e povo do Maranhão, qual o jejum que quer Deus de vós esta Quaresma? Que solteis as ataduras da injustiça, e que deixei ir livres os que tendes cativos e oprimidos. Estes são os pecados do Maranhão... Todos estais em pecado mortal; todos viveis e morreis em estado de condenação, e todos vós ides direto ao inferno (SERMÃO DA QUARESMA, 1643).

O que procuramos interrogar é se vemos de forma crítica a pressão que vem sendo exercida por uma visão neoliberal de serviços e se refletimos que estes modelos podem se tornar inúteis, senão danosos, na medida em que afastam as ONGs de seu eixo condutor, e impedem a permanente vigilância em torno dos objetivos identitários propostos e construídos. Afinal, as propostas e os projetos estão sendo adaptados, revistos, e reprogramados, sem que se abandonem os elementos centrais do percurso até o momento desenvolvido?

1.4. O nosso problema de estudo

Vemos, pois, que o nosso problema de estudo se situa na interface da dupla pressão

que vem sendo exercida sobre as ONGs, principalmente a partir do mandato confirmado e recebido na Conferência de Seattle. Cercados por exigências gestadas nos processos avaliativos neoliberais, processos estes de natureza excessivamente neoliberal de um lado, e pelos próprios princípios e objetivos estabelecidos e desenvolvidos ao longo de anos, as ONGs vivem momentos paradoxais que, se não forem administrados de forma coerente, podem colocar em xeque o seu próprio processo identitário.

As ONGs não pretendem manter um discurso de pura rejeição dessa pressão avaliativa, sobretudo porque este se constitui em canal indispensável à captação dos recursos, necessários à execução de projetos e programas. Este fato nos convida a evitar a tentação do maniqueísmo, que não ajudaria a refletir a questão nos termos em que ela tem sido colocada historicamente, e a encontrar caminhos de enfrentamento da situação, sem prejuízo para o perfil e a identidade de cada organização.

Daí, a necessidade de uma pesquisa em que se possa identificar se e como vem ocorrendo essa dupla pressão, e o que ela vem provocando em termos de composição e recomposição institucional; se esta dupla pressão tem resultado em re-discussões ou re-orientações dos programas desenvolvidos; se a dupla pressão (*os projetos neoliberais* versus *seus próprios objetivos*), tem provocado alterações significativas nas concepções dos agentes que pensam e encaminham os objetivos das ONGs. Afunilando ainda mais o nosso problema de pesquisa, interessa-nos fazer um recorte em torno de uma ONG de origem italiana, a Ágata Esmeralda, tendo-se uma preocupação especial com a construção e o desenvolvimento do seu processo identitário. Tal elemento essencial diz respeito à sua inserção como instituição voltada para a educação popular, mais especificamente, como instituição voltada para a educação comunitária das comunidades periféricas de Salvador.

Estivemos sempre conscientes dos limites que se impoem à nossa pesquisa, levando-se em conta a diversidade de objetivos das ONGs, brasileiras e italianas instaladas na Bahia, que mantém parceria financeira e pedagógica com a Associação Ágata Esmeralda e sobretudo pela diversidade de motivações, pressupostos e/ou fundamentos filosóficos e educativos das organizações. Mas temos como elemento unificador o desafio de buscar, junto ao capital neoliberal excludente (Governos, entidades privadas do Brasil e do exterior), os recursos para enfrentar as mazelas oriundas da ação desse próprio capital.

Diríamos então que serão motivos de nossa atenção, para obtenção de dados, especialmente as idéias, as concepções, os discursos, dos agentes da referida ONG. E aqui tomamos discurso no amplo sentido que lhe foi dado por

Foucault (1986), visto que os discursos são práticas que se estabelecem socialmente.

1.5. O espaço da pesquisa

O Projeto “Ágata Esmeralda” (PAE), chegado à Bahia pela iniciativa de uma Associação italiana da cidade de Florença, chamada *Movimento per la Vita*, procura, através de um “serviço de adoção à distância”, voltado ao amparo das crianças mais carentes dos bairros periféricos da cidade de Salvador, encontrar uma forma diferente de participar da “caridade” para com os excluídos, do chamado Terceiro Mundo. O *Movimento per la Vita*, que tem entre seus objetivos zelar pela difusão dos ensinamentos da doutrina católica, sobretudo, no combate à prática do aborto e na defesa da vida “da concepção à morte natural”, depois de sua instalação na Bahia, assume também a bandeira da luta contra o chamado “turismo sexual”, prática que veio crescendo, sobretudo nos anos 90, entre os europeus e os italianos. Desde o momento de sua implantação na Bahia, a Associação italiana queria que o dinheiro, arrecadado e enviado, servisse aos “amigos” no Brasil, para facilitar o trabalho voltado para a defesa da vida das crianças mais carentes, problema dos mais graves na Bahia, detectado, sobretudo, na periferia da cidade de Salvador.

A partir do final de 1992, início de 1993, o PAE começou a se estruturar na Bahia, tentando transformar esta iniciativa em proposta de transformação social, visando não apenas o acesso da criança à escola e à alimentação, mas sim à manutenção desta criança na escola com um ensino e uma alimentação de boa qualidade, envolvendo nesta tarefa também os pais, “exigindo” deles uma presença mais responsável na educação e na saúde dos filhos. O Projeto, chamado na Itália simbolicamente de “Ágata Smeralda”, fruto, talvez, de um compromisso histórico em favor da vida, se instala na Bahia tentando quebrar os vícios de uma presença colonialista fundada na doação de recursos e no assistencialismo, procurando reconstituir, em nome de todas as crianças, uma ponte entre os dois continentes, desta vez com uma proposta de solidariedade.

Estas novas metas, propostas a partir da metodologia da “adoção à distância” começaram a ser detalhadas, estudadas e implementadas, aos poucos, com os primeiros “responsáveis”, e, traziam no seu bojo as aspirações de um mestrando preocupado em colocar na sua prática social os conhecimentos adquiridos ao longo de uma vida e, com certeza, amadurecidos e organizados, no curso de mestrado e no trabalho de pesquisa.

De fato, ao pesquisar a Prática Social dos Voluntários Italianos na Bahia – tema da dissertação do mestrado, concluído em 1992- tinha ficado evidente quanto o trabalho generoso, persistente, incansável, dos atores sociais envolvidos, escondia os germes de uma mentalidade paternalista e assistencialista, preocupada mais em solucionar e responder a necessidades e problemas imediatos, que em proporcionar meios e elementos de reflexão crítica, capazes de levar o cidadão a uma tomada de consciência cívica, frente ao mundo e à comunidade na qual ele vive.

Não é fácil para nenhum educador, como agente de transformação social, perceber claramente o limite entre uma prática paternalista e uma prática transformadora, quando o limite é a vida e a morte, quando a violência do desemprego ou do analfabetismo transforma os homens em animais preocupados em defender sua cria ou, simplesmente, seus vícios. Quando oferecer o dinheiro para a compra de um remédio pode levar à acomodação ou a mais uma chance de vida. Na periferia e nas favelas de Salvador, a vida, marcada pela miséria, pela violência, e pelo desemprego (*O Rastro da violência. Documento elaborado pelo Fórum de combate à violência de Salvador, 2003*), desclassifica a humanidade, reconduz o homem ao patíbulo da necessidade e da sobrevivência, e obriga muitas vezes o educador popular a tomar atitudes nem sempre em sintonia com os princípios sociais aprendidos na escola. Na favela, o amanhã é sempre incerto, a esperança é um padrão jornalístico e os sonhos se nutrem das novelas, dos grupos de pagode e da luminosidade dos Shoppings.

O desafio de estruturar um projeto de “adoção à distância” que, partindo de uma idéia interessante e contrária, formalmente, às adoções chamadas “verdadeiras”, que colocam as crianças juridicamente em uma nova família, visava estimular “padrinhos” , como são chamados os doadores, para o compromisso de sustentar regularmente uma ou mais crianças, tendo como princípio básico deixar a criança na sua família, no seu bairro, no seu país. A proposta parecia oferecer uma liberdade de intervenção que poderia permitir aos agentes sociais envolvidos, aqui na Bahia, brasileiros ou estrangeiros, religiosos ou leigos, outras possibilidades de intervenção que, superando o assistencialismo, conseguisse recuperar aquele papel de educador e de transformador social do qual muitos falavam, e a pesquisa de 92, do próprio autor desta tese (BOSCOLO, 1992), o comprovava, mas que poucos sabiam de fato operar na prática.

Encontrar pessoas responsáveis, entidades mantenedoras de creches ou escolas, que

quissem colaborar nessa tarefa, não foi difícil, pois a necessidade é sempre grande. Tornou-se complicado, sim, fazer entender a estas “pessoas” que, em teoria (pela prática diária de administrar e pela experiência adquirida), eram as mais “confiáveis” e organizadas, quais os objetivos do PAE e como operar para alcançá-los.

Muitos dos dirigentes apelidados de “responsáveis” não tinham idéia do que fosse um projeto pedagógico, não sabiam como definir prioridades, fazer uma previsão de gastos; o dinheiro era visto, em alguns casos, como propriedade pessoal a ser usado conforme as necessidades mais urgentes, inclusive para suas próprias necessidades.

Superar práticas e/ou conceitos tais como: o conceito de creche como depósito de crianças; a prática de escolha do professor pelo grau de parentesco, pela amizade ou pela necessidade; fazer entender como, em educação, não é qualquer coisa que serve; como um prato de comida não é suficiente para criar um vínculo de amizade; como uma cesta básica não leva, necessariamente, ao bem estar; mostrar como o fato da criança passar necessidade em casa, não autorizava manter as crianças na ignorância ou na sujeira na escola, foi a parte mais difícil e complicada na organização do PAE.

A partir do conhecimento desta realidade, tornou-se necessário elaborar um projeto educativo, início de um processo de reflexão contínuo que se concretizava nos encontros periódicos e permanentes com os “responsáveis”, e se explicitava, também, nos cursos de capacitação para os professores, nos encontros com as pessoas diretamente envolvidas no trabalho social, e no acompanhamento constante do trabalho desenvolvido.

Aos poucos, o Projeto foi crescendo e se organizando. Tornou-se entidade jurídica sem fins lucrativos, com uma secretaria executiva que, composta por profissionais de várias áreas como assistente social, pedagogo, psicólogo e assistente jurídico, começou a coordenar/assessorar e auxiliar as mais de cem entidades localizadas nas favelas e nos bairros mais carentes da cidade de Salvador. A escolha das crianças, para esta “adoção à distância”, foi dirigida para se selecionarem as mais necessitadas e excluídas. A proposta era de escolher entre as crianças carentes, as mais carentes, e o objetivo principal, nada modesto era: “Que as crianças possam crescer na sua terra para se tornarem amanhã responsáveis pelo destino do seu País” (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ÁGATA ESMERALDA, 1996).

É nesta Salvador excluída que o projeto **Ágata Esmeralda**, ONG brasileira

com aporte de recursos internacionais, está operando desde 1992, mantendo em 2003 cerca de 8.000 crianças, distribuídas em mais de 140 organizações comunitárias. Para tanto, esta pesquisa tentará se aproximar dessa ONG que atua nas áreas de educação de crianças e adolescentes e de ação social, em processos de educação comunitária, para entender melhor sua identidade e sua ação junto a essa clientela. A Ágata Esmeralda, de origem italiana, e que se encontra no eixo do diálogo Norte-Sul do mundo, atua em bairros periféricos de Salvador, tem a sua sede no bairro Vale dos Lagos, e congrega diversas iniciativas comunitárias e promocionais, que se dedicam a um olhar especial sobre a criança, tomando-se como ponto de partida a escola, sua família e o seu ambiente de vida.

Pretendemos, pois, ao interrogar a Ágata Esmeralda e através dela as ONGs que vêm atuando em Salvador, nas periferias da cidade, não tanto discutir quanto à seriedade de suas propostas, mas sobretudo, quanto à efetivação do seu projeto. Ver se a presença dessas organizações tem contribuído, como instâncias educativas e preocupadas com o quadro sócio-econômico existente, para a superação do estado de exclusão dos grupos sociais que têm sido motivo de ações e projetos específicos. Também observaremos se as pressões, ou melhor a dupla pressão já referida (p. 19), quer por parte de organismos financiadores, quer por parte dos princípios e diretrizes fundamentais das ONGs, têm provocado avanços ou recuos na suas atuações e nos seus objetivos.

No caso da Ágata Esmeralda, que é voltada basicamente para a educação comunitária, há de fato uma ação educativa proposta às organizações e às escolas das comunidades em que ela busca se inserir? Que tipo de ação educativa é esta? Está educando para a autosustentabilidade, para a autogestão dos próprios processos e destinos, ou está contribuindo para a reprodução da lógica da exclusão, decorrente da mundialização do capital?

Estará a Ágata Esmeralda, estarão as ONGs, coligadas com ela, que partilham dos mesmos ideais e sofrem as mesmas pressões, atuando de forma a levar as comunidades a reverter o quadro de exclusão constatado e a se tornarem comunidades de cidadãos, usufruindo dos bens sociais que lhes são geralmente negados? Considerando ainda que a ação educativa se legitima como processo interativo, será que esta ação desenvolvida pela ONG em questão e as ações das outras ONGs que atuam em sua parceria, tem proporcionado uma transformação/mudança nos pressupostos educativos delas próprias e da Ágata Esmeralda, em particular?

1. 6. Objetivos

- ✎ Definir os pressupostos que norteiam as ações da Associação Ágata Esmeralda, em relação à educação comunitária e promoção das comunidades periféricas da Bahia;
- ✎ Identificar as concepções da ONG, quanto à ação educativa por ela desenvolvida ;
- ✎ Analisar se a pressão avaliativa neoliberal dos organismos financiadores, e a pressão dos próprios princípios identitários das ONGs parceiras concorrem para a criação, manutenção e revisão desses mesmos princípios identitários.

1.7. A pertinência do estudo e seus limites

Um estudo desta natureza, tendo por objeto uma entidade como o Projeto Ágata Esmeralda (PAE) numa perspectiva que permita identificar, categorizar, entender e avaliar propostas e metas, torna-se pertinente por razões sociais e científicas. Do ponto de vista social pretendem-se levantar elementos de reflexão que serão colocados a serviço das ONGs que operam na Bahia, que se vêm consorciando e criando espaços de reflexão e de ação conjunta, como se pode depreender do acordo coletivo que resultou na criação do POP. Já do ponto de vista científico, poderemos contribuir para uma revisão de objetivos das referidas ONGs e para uma maior clareza quanto aos conceitos e operacionalizações, que vêm sendo desenvolvidos pelas citadas organizações. Enfim, pretendem-se encontrar mecanismos de compreensão e de enfrentamento da dupla pressão que vem sendo exercida sobre as ONGS, tendo-se em vista o seu processo avaliativo e a luta para manterem de forma coerente os seus princípios e características identitárias.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo procuraremos fundamentar, teoricamente, o nosso problema de estudo. Uma reflexão em torno do problema referido permite a emergência de três conceitos que julgamos devam ser aprofundados, não só para sedimentar a discussão estabelecida, como para articular a análise de dados e interpretação de resultados, na consecução dos objetivos propostos. Inicialmente aprofundaremos o conhecimento sobre as ONGs; precisamos ter maior clareza quanto a aspectos históricos e identificadores dessas organizações, que são centrais à pesquisa, e assim julgamos necessário discutir também o conceito de Estado, visto que as ONGs se firmam na interface do Estado e da Sociedade Civil e no vazio deixado pela superação do *welfare state* ou do “estado do bem-estar social”. Por fim, somos convidados a discutir o conceito de Educação, máxime como Educação Comunitária, por ser este o elemento central do processo identitário da ONG Ágata Esmeralda, objeto deste estudo.

2. 1. As Organizações não Governamentais

Temos visto no capítulo anterior como a expressão ONG, nascida no imediato pós guerra, vem sendo construída socialmente trazendo, como diria Landim (1998, p.25), “a marca da polissemia” e da “polêmica” (LEHER, 2001, p.157), possibilitando assim seu uso por diferentes atores que dela se apropriam com justificativas ideológicas ou discursivas. No Brasil recente as ONGs têm sido associadas à problemática dos chamados novos movimentos sociais e sindicais, ou à criação de grupos de interesse e sujeitos coletivos, ou ainda na defesa de direitos específicos e difusos (LANDIM, 1998).

O reconhecimento social e a capacidade de desenvolver atividades de promoção da cidadania, da igualdade e da democracia, fora dos ambientes tradicionais: Universidades, Igrejas, partidos (FERNANDES,1985), tem possibilitado a estas organizações papel de destaque “como espaços privilegiados no estabelecimento ou no resgate de vínculos, valores ou formas de sociabilidade positivas, numa contra-corrente da chamada exclusão social” (LANDIM, 1998, p. 19).

No cenário latino-americano dos anos 80 as ONGs eram consideradas como uma “novidade institucional” (LANDIM, 1998); ou eram vistas como espaços de criação da utopia democrática (SOUZA, 1992); ou ainda como canais da participação da classe média na esfera pública (OLIVEIRA NETO, 1992). Entretanto, o reconhecimento e a visibilidade desses novos

atores foi se construindo a partir de todo um investimento, por um conjunto de agentes e entidades, na busca e na afirmação de uma identidade comum e na produção de concepções, práticas e instâncias específicas de legitimidades (LANDIM, 1998; GOHN, 2001). Ao se impor como instância de debates e de canais de representação da sociedade civil, vêm se estabelecendo como alternativa das novas relações entre Estado e sociedade.

As discussões sobre dinâmicas integradoras fora do Estado das organizações voluntárias sem fins lucrativos têm sido destacadas como alternativas positivas para iniciativas relacionadas ao voluntariado, ou ao associacionismo comunitário ou de vizinhança, a formas associativas locais como grupos de jovens, clubes de mães, escolas comunitárias, recreação ou esporte. Por um lado, esse campo é permeado por redes religiosas, sendo marcado também pelas relações personalizadas e de reciprocidade tão presentes no universo cultural brasileiro (LANDIM, 1998).

Assim, ao falar de ONGs não podemos esquecer esta componente, do chamado “voluntariado” que, em definitivo nos ajuda a entender e a classificar as Organizações Não Governamentais, segundo alguns critérios. Leonardis (1998) destaca quatro tipos diferentes de voluntariado: o tipo mais tradicional e com uma história longa de atuação, é o “voluntariado caritativo”, de matriz confessional que enfatiza a relação pessoal e não pede nenhum tipo de preparo profissional. O destinatário tradicional, é o pobre. Esta matriz deu origem a um segundo tipo, que pode ser chamado de “voluntariado corporativo”, para sublinhar o enquadramento do fenômeno dentro de uma organização formal. Corresponderia à utilização de voluntários por grandes entidades privadas, tanto leigas como religiosas, que têm na sua organização um corpo dirigente e um corpo de voluntários que agem individualmente e gratuitamente, em tarefas executivas.

Totalmente diferente é o “voluntariado militante”, de história bem mais recente que se inicia com os movimentos de protesto dos anos setenta, interpreta a ação voluntária como militância na luta contra a emarginação, a degradação urbana, a destruição ambiental, a discriminação social. Vem reforçada a idéia de pressão e de promoção política e social, com ênfase no tema dos direitos e das políticas públicas.

O último tipo, também mais recente, pode-se chamar de “voluntariado profissional”, que se manifesta em organizações que fornecem serviços específicos, que precisam de algum

preparo profissional e utilizam profissionais e técnicos. “O limite entre o retribuído e o gratuito é bastante fluido, assim como o limite entre situações profissionais às quais vem agregado algo de 'vocação' para o serviço” (LEONARDIS, 1998, p. 55). Muitas vezes este tipo de organização permite o trabalho como forma de treinamento profissional e como etapa de inserção no mercado do trabalho.

Na atualidade, estes quatro tipos de organização social são mesclados, dando origem a híbridos, que privilegiam uns ou outros elementos, a depender das situações e do contexto de atuação. Laurentis (1998, p. 55) lista uma série de motivações, de ordem “pró-social”, que sustentam a ação destas organizações: “finalidades não utilitarísticas que parecem se opor à hegemonia da lógica econômica e de mercado, do cálculo e do interesse egoístico” (Tradução do autor).

Pode-se dizer então que, caridade, comunidade, militância tornam-se para estas organizações, “o significado do altruísmo que motiva a ação voluntária se transformando em práticas sócio-culturais, formas organizativas, lógicas de ação heterogêneas, que convivem muitas vezes no dia a dia, mas que não podem reduzir-se uma na outra” (LEONARDIS, 1998, p. 56).

As discussões sobre o peso econômico de um “setor sem fins lucrativos”, que relevam seu papel na criação de empregos e ocupações, sem negar seus valores e sua capacidade de realizar processos sociais integradores (LANDIM, 1998), abrem outro debate, quanto ao recorte dessas organizações voluntárias, constituindo uma figura jurídica nova: “privado sem fins lucrativos, voltado para áreas de interesse público” (GOHN, 2001, p. 93). Numa sociedade marcada historicamente por um Estado centralizador e privatizado, pelo corporativismo e pela debilidade da sociedade civil, vêm-se consolidando organizações que utilizam uma cultura empresarial para o campo da ação social, que realçam outras ferramentas de trabalho como investimento, marketing e lucro, com cidadania, responsabilidade e participação social (LANDIM, 1998).

Trata-se do chamado “Terceiro Setor”, entendido como conjunto heterogêneo de entidades, composto “de organizações, associações comunitárias e filantrópicas ou caritativas, alguns tipos específicos de movimentos sociais, fundações, cooperativas e até algumas empresas autodenominadas como cidadãs” (GOHN, 2001, P. 93). O trabalho voluntário,

combinado com o trabalho assalariado dos dirigentes das entidades do Terceiro Setor, passou a ser a nova tônica dos programas sociais. Ele foi redefinido como pertencente ao campo de uma nova economia social, componente fundamental das relações do Terceiro Setor e do mercado informal de trabalho (GOHN, 2001).

Teixeira (2001) e Montañó (2002), ao retomarem a discussão sobre o Terceiro Setor como núcleo de solidariedade que se contrapõe às lógicas do poder do Estado e da ganância das empresas, subdividem este setor em: “(a) organizações não lucrativas e não-governamentais (ONGs, movimentos sociais, organizações e associações comunitárias); b) instituições de caridade (religiosas); c) atividades filantrópicas (fundações empresariais, empresa 'cidadã'); d) ações voluntárias; e) ações solidárias (consciência de ajuda mútua e ao próximo); f) atividades pontuais e informais” (MONTANO, 2002, p. 181).

Teixeira (2001), ao enfatizar o aspecto da participação popular através dessas organizações, esclarece o conceito de “sociedade civil” ao fazer uma distinção interessante entre espaço público e esfera pública. Numa instância de mediação que podemos chamar de *esfera pública*, se produz uma visibilidade na qual as ações e os atores devem aparecer, “até porque a sociedade como um todo deve conhecer e debater as questões e mobilizar-se para que propostas sejam aceitas pelos agentes do Estado” (TEIXEIRA, 2001, p. 46). De igual maneira, na outra instância, a do *espaço público* “realizam-se debates, negociações, entre os diversos atores, para que se formulem as propostas a serem apresentadas na instância da esfera pública” (TEIXEIRA, 2001, p. 47).

Neste espaço chamado de “espaço público”, encontram-se áreas pouco institucionalizadas e de dimensão mais aberta, plurais, permeáveis, autônomas, de interação social. Enquanto na dimensão das chamadas “esferas públicas”, encontram-se estruturas mistas, em que a sociedade civil se manifesta, mas de modo vinculado ao Estado. Deste modo, parece mais fácil entender o conceito de sociedade civil e suas relações com o Estado, desmembrando a sociedade civil, separando os espaços públicos como *locus* de participação autônoma que procuram uma arena maior para garantir os direitos conquistados e a criação de novos direitos, na construção de espaços “públicos” em que todos possam atuar.

De modo sintético, pode-se dizer então que: “a esfera pública é constituída por organizações, instituições, mídia, grupos de interesses, conselhos de representação setorial e associações prestadoras de serviços” (TEIXEIRA, 2001, p. 49). Quanto ao espaço público, “é aquele composto de associações, entidades autônomas, grupos de cidadãos, instituições

livres, não estatais e nem econômicas, que se relacionam com base em regras e procedimentos discursivos e pouco institucionalizados” (TEIXEIRA, 2001, p. 50). Esta distinção permite reconhecer, em âmbito local, onde a interação social é mais forte e, ao mesmo tempo, as estruturas de poder menos permeáveis á participação cidadã.

Neste arquipélago de instituições, a ONG Ágata Esmeralda encontra seu lugar na sociedade civil, operando dentro de um espaço público. Numa classificação histórica, que tem como prioridade a ação em favor dos pobres, pode-se classificar como de tipo caritativo, enquanto numa visão de regulamentação institucional pode-se classificar dentro das “organizações não lucrativas e não governamentais”. Temos que lembrar, porém, aquilo que observa Leonardis (1998), como característica do fenômeno do voluntariado e das organizações não governamentais: uma grande heterogeneidade de formas, uma flexibilização de compromissos e de dinamismos intrínsecos, que pode levá-las a uma mudança, abrindo espaços de atuação e de reflexão interna, propondo e provocando mudanças, até nas políticas públicas, conforme sugerido também por Teixeira (2001). Também, ao contrário, podem regredir para o fechamento comunitário, reproduzir a fragmentação social em prol de visões particularistas e personalistas, ou como diria Natoli, citado por Leonardis (1998, p. 58), o voluntariado é bom por definição, mas pode acabar representando “a boa consciência de uma sociedade perversa”.

Portanto, ao analisar a história das políticas sociais brasileiras, pode-se perceber que esta colaboração, em áreas como a saúde ou a assistência social, se dá tendo por pano de fundo os vícios históricos da relação entre Estado e sociedade, onde é forte a marca do corporativismo, do clientelismo e da transferência de fundos públicos para mãos privadas.

A questão é diversa, quanto ao campo das organizações de ação coletiva, como as de defesa de direitos, de promoção de cidadania, ou das associações de defesa de determinados grupos de interesse, ou comunitárias. Nesse campo, predominou não a colaboração, mas um padrão de conflito com o Estado. Sucessivos regimes autoritários colocaram no campo “anti-governamental” as mais elementares experiências de associativismo no país - como ocorreu na ditadura entre 37 e 45 e no posterior período do pós 64. Ou seja, como afirma Armani (1999), a história do associativismo no Brasil é uma história de repressão e de conflito com o Estado autoritário, nas mais diversas conjunturas. Ao mesmo tempo isso é importante é uma história muito centrada no Estado. Se tomarmos, por exemplo, os movimentos associativos no pré-64, estes desenvolviam a sua atuação tendo como forte referência a intervenção por dentro do aparelho do Estado (inclusive, muitos deles contando com o financiamento governamental, como por exemplo a UNE (União Nacional dos Estudantes) e os CPCs (Centros Populares de Cultura).

Como se sabe, após o golpe militar de 64, com o fim do chamado pacto populista e com as transformações ocorridas nessas históricas formas de relação entre Estado e sociedade, se estabelecem, na sociedade brasileira, condições para o surgimento de novos movimentos e organizações coletivas com a marca da autonomia.

As atuais ONGs, portanto, começam a existir nos anos do regime militar. Acompanham um padrão característico de uma sociedade brasileira em construção, onde o período autoritário convive com a modernização e a diversificação social do país e com a gestação de uma nova sociedade organizada, baseada em práticas e ideários de autonomia em relação ao Estado, num contexto em que sociedade civil tende a se confundir, por si só, com oposição política. As chamadas ONGs se consolidam na medida em que se constrói e fortalece um amplo e diversificado campo de associações na sociedade, a partir, sobretudo de meados dos anos 70 – tendência que caminha em progressão pelas décadas de 80 e 90. Elas fazem parte desse processo e representam um papel no seu desenvolvimento. (LANDIM, 1995).

Essas organizações poderiam ser vistas mantendo alguma continuidade com o vasto, tanto novo como muitas vezes bem antigo, universo de entidades privadas que se “pretendem” sem fins lucrativos, voltadas para atuar no campo das questões sociais no país. Por exemplo, algumas das suas atividades de prestação de serviços a grupos vulneráveis, poderiam aproximá-las das chamadas organizações filantrópicas, ou de assistência social. Ou, por sua dedicação à atuação política no âmbito da sociedade organizada, seria possível estabelecer continuidades entre sua ação e a de organizações associativas do tipo representativo, como sindicatos, associações de moradores ou profissionais. Mas é justamente na distinção, sempre reafirmada por práticas e crenças, com relação a essas outras formas de ação e organização, nos campos político, social e religioso, que se foi construindo a identidade peculiar das ONGs.

Mas será a partir dos anos 70, incentivados pelos estímulos e subsídios internacionais, que se vão consolidando as redes de organizações que, contando com agentes espalhados pelo país com uma trajetória de ligação com grupos populares diversos através de anteriores trabalhos de base, de educação de adultos, de desenvolvimento comunitário vão construindo um campo de identidade comum. Nesse movimento conta-se com o indispensável apoio e respaldo de setores da Igreja, ao mesmo tempo em que é fundamental a construção da distinção com relação à chamada filantropia,

caridade, ou assistencialismo. As mesmas práticas e projetos que se vinham fazendo nas bases da sociedade vão-se politizar, assumindo o sentido básico de criação de organizações populares e de contra-poderes.

Essas redes horizontais e relações com bases sociais, através dos “projetos”, têm como condição básica de existência o estabelecimento de outro feixe de relações, as que se dão com as Agências de Cooperação Internacional, na sua quase totalidade não governamentais e sediadas na Europa e Canadá, por onde circularão moedas e modelos de atuação.

Portanto, pode-se pensar, como bem observa Armani (1999), que as ONGs vão-se formando como um campo de organizações, agentes, práticas, crenças, discursos, constituído por três feixes de relações: para baixo, com as bases; horizontalmente, entre si; e para cima, com as agências de cooperação. Estas últimas serão inclusive fundamentais na própria conformação do campo, promovendo articulações entre “contrapartes”, através de reuniões internacionais e debates de natureza política sobre linhas de atuação.

A partir da virada dos anos 70/80, nota-se uma tentativa de qualificação a partir de uma reflexão sobre a conjuntura, as motivações e as ações; de fato, será difícil encontrar, nesta época, uma organização, com foco nos movimentos sociais ou sindicais, onde não circule algum “assessor”, ou haja algum tipo de relação com o campo dessas entidades “*de assessoria e apoio*” (LANDIM, 1998, p. 47). Os anos 80 se caracterizam, por um lado, pela diversificação de temáticas e pela criação de “sub-redes” entre as próprias ONGs, que adquirem um papel importante na formatação dos novos sujeitos coletivos. Por outro, nesse período se dará a consolidação “final” da identidade comum entre esse conjunto plural de entidades. A consolidação e a diferenciação que se deu entre as entidades representativas, acompanhadas de slogans como “*ONG não é movimento*” e logo depois, na abertura política, a percepção da necessidade do afastamento com relação ao Estado “*ONG não substitui Estado, sua vocação é a sociedade civil*” foram etapas relevantes nesse processo (LANDIM, 1980).

Uma história da construção da legitimidade do nome e do campo ONG deve necessariamente passar também por acontecimentos como um grande encontro internacional promovido em 1991 pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), no Rio de Janeiro, contando com ONGs brasileiras, latino-americanas e agências internacionais. Ou finalmente a fundação da ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), em 1991. Ou ainda a conhecida UNCED (United

Nations Conference for Economic Development), realizada no Rio - a ECO 92 - onde as chamadas ONGs montaram enorme reunião internacional paralela e mereceram grande atenção da mídia.

As ONGs chegam, portanto, à primeira metade dos anos 90 com um forte e enraizado capital de relações construído na sociedade brasileira, além de detentoras de uma identidade e de um nome com valor no mercado de bens simbólicos e com capacidade de interação dialógica, configurando assim “uma esfera pública” (LEHER, apud GENTILI & FRIGOTTO, 2001)

Entretanto, apesar desse patrimônio cultural, construído nas últimas décadas, fica difícil perceber o futuro das ONGs num Brasil empobrecido e sempre mais dependente do capital internacional. As dificuldades de encontrar um caminho para alcançar uma identidade própria e uma capacidade de gerenciamento e sustentabilidade são premissas que precisam de respostas para, em definitivo, garantir e resguardar o financiamento e atingir os objetivos a que se propõem.

Antes de tudo, é premissa de qualquer consideração quanto ao presente ou futuro dessas organizações, o fato de que ONG tornou-se não apenas termo de uso corrente e generalizado, como também de um tipo de emprego mais neutro e indiscriminado, a partir de lógicas e de relações de trabalho mais flexíveis dentro do contexto neoliberal na qual estão inseridas, tornando-se a sigla (ONG) sinônimo para qualquer tipo de organização privada voltada para a ação social (LANDIM, 1998).

Historicamente as organizações brasileiras têm sido confrontadas com o desafio de garantir que sua intervenção concreta específica resulte na elevação da qualidade de vida da população e ao mesmo tempo promova um novo modelo de desenvolvimento social para o país. Experiências em curso neste sentido, especialmente nas áreas de agricultura sustentável, geração de emprego e renda, criança e adolescente, economia popular solidária e desenvolvimento local e regional integrado, têm demonstrado grande potencial inovador, mas também têm posto em evidência as debilidades das ONGs e movimentos brasileiros quanto a sua capacidade de impactar a sociedade brasileira de forma mais ampla e duradoura. (GOHN, apud GENTILI & FRIGOTTO, 2001).

2 1.1. As ONGs e as mudanças no contexto brasileiro e internacional nos anos 90

Pode-se dizer que há três 'movimentos' básicos na década de 90 no Brasil, que podem ser identificados como vetores de mudanças substantivas e estruturais, cuja combinação tem modificado completamente o contexto no qual se encaixam os movimentos sociais e as

ONGs brasileiras.

Landim (2002) sintetiza estas etapas com um olho na conjuntura nacional que caracteriza cada período na vida nacional. O primeiro deles é o assim-chamado **movimento democratizante**, caracterizado pela projeção da participação e do controle social sobre as políticas públicas, cujo início simbólico pode ser estabelecido como sendo o momento da aprovação da Constituição de 1988. O segundo é o **movimento privatizante**, marcado pela adoção de políticas preponderantemente neoliberais no país a partir do governo Collor, em 1990 e, mais decididamente, a partir de 1995 com o governo Fernando Henrique Cardoso. Isto, em grande medida, como uma resposta estratégica ao processo de democratização pós-1988. O terceiro é o **movimento identitário**, resultante, em grande parte, dos dois processos anteriores, manifestando-se pela emergência de novos atores sociais, pela mudança da relação entre Estado e sociedade e pela crise de identidade dos atores sociais, tendo como consequência a ameaça à sua própria existência e sustentabilidade institucional.

O **processo democratizante** caracteriza-se no período que já foi designado como “a era dos direitos”. Uma das mudanças mais fundamentais neste âmbito foi a aprovação da nova Constituição brasileira em 1988, no bojo de um amplo processo de mobilização social. Dentre as inovações mais relevantes para a sociedade civil, figuram a introdução de novos direitos sócio-econômicos (especialmente na área trabalhista), a expansão dos direitos de cidadania política, e o estabelecimento dos princípios da descentralização e da participação popular institucionalizada na promoção das políticas sociais. Um dos exemplos mais interessantes deste processo é o orçamento participativo, apesar de não sempre ter dado os resultados esperados.

Estes novos direitos e novos espaços de atuação institucional levaram a uma ampliação das demandas e das exigências de trabalho para os atores sociais (movimentos sociais e ONGs), fazendo com que estes tivessem de se preparar para uma intervenção técnica e politicamente muito mais qualificada e adequada a estes novos espaços de luta social. Passados agora vários anos de existência dos conselhos de gestão de políticas sociais, observa-se uma sensível frustração com os resultados desta participação, tendo-se “descoberto” que a participação exige recursos, capacidades e tempos difíceis de conjugar com a dinâmica dos movimentos sociais, e que apesar dela, elites econômicas, políticas, corporativas e burocráticas ainda controlam o Estado e opõem obstáculos à pressão popular (GOHN, GEMTILI & FRIGOTTO, 2001).

No mesmo período, verificou-se a conquista de inúmeras prefeituras e alguns governos estaduais por forças políticas democratizantes e o relativo fortalecimento político e financeiro dos governos sub-nacionais, o que levou à abertura crescente de espaços de

participação, apoio e parceira com movimentos sociais e ONGs, particularmente em nível municipal. Isso abriu um novo campo de trabalho para os atores da sociedade civil, e colocou uma nova questão fundamental o processo de mudança social passa não só pela luta social direta, mas também pela democratização do Estado e pela ampliação do espaço público. Isto tendeu a reforçar relativamente os partidos políticos em detrimento dos movimentos sociais, além de tirar destes lideranças e bandeiras. Ainda mais, como reforça Landim (2002) quando os movimentos foram desafiados a abandonar posturas corporativistas e meramente reivindicatórias para assumir um “protagonismo cidadão”, em que o interesse público mais amplo se torna elemento de legitimidade das demandas e interesses de parcelas da população por eles representados. Por fim, para movimentos sociais e ONGs, este processo também representou novos desafios no tocante à maior exposição pública e a maiores exigências quanto à sua legitimidade, organização autônoma e qualidade do trabalho.

O movimento democratizante teve ainda outra faceta fundamental, qual seja a ampliação da mobilização cívica da população e a conquista de maior transparência e *accountability* por parte do poder público. O país viveu intensamente inúmeras CPIs no período, as quais contribuíram para ampliar a percepção pública sobre o grau de corrupção institucionalizada no país e, em menor medida, para a adoção de medidas legais que reduziram as facilidades para este tipo de delito. Também são relevantes aqui as inúmeras caravanas a Brasília, os Gritos da Terra, o Movimento Viva Rio, os abraços “ecológicos” a locais em degradação ambiental, a Marcha dos Cem Mil, etc. Nestes episódios, foi marcante a mobilização de jovens, das igrejas, dos movimentos culturais, de setores da mídia, etc., com vistas à promoção da cidadania e da ética na política (LEHER, apud GENTILI & FRIGOTTO, 2001).

Já o **movimento privatizante** é caracterizado pela defesa e promoção da supremacia dos interesses privados sobre o interesse público, entronizando o “mercado” como princípio regulador das relações sociais. No Brasil, este movimento teve sua arrancada com as políticas liberalizantes do governo Collor de Mello (1990-1992), e seu estabelecimento efetivo a partir de julho de 1994 com o Plano Real e adoção crescente de políticas neoliberais pelo governo de Fernando H. Cardoso (1995-2002).

Pode-se ilustrar tal processo, no plano das políticas sociais, pelos cortes sistemáticos das dotações orçamentárias federais e/ou dos percentuais efetivamente despendidos a cada exercício, em saúde, educação e assistência social. A linha geral da política social do governo federal tem relativizado o caráter universal das políticas sociais, consagrado na Constituição de 1988. Ao contrário, o governo tem implementado uma estratégia no campo social que

combina cortes nas políticas sociais universais, promoção de programas sociais focalizados (Programa Comunidade Solidária), por exemplo, e a terceirização da gestão de órgãos estatais com fins educacionais, sociais e científicos através das Organizações Sociais. O movimento regressivo na área social promovido pelo governo federal combinado com o aumento da provisão de serviços sociais pelas empresas e por organizações do assim-chamado “Terceiro Setor” é de tal monta que alguns analistas o identificam como uma 'refilantropização' do social (ARMANI, 1999).

O terceiro fator de mudanças de contexto é o **movimento identitário**, definido como processo de crise de identidade e papel social dos movimentos sociais e ONGs, emerge na confluência e na tensão entre o processo democratizante e o processo liberal-privatizante.

Um fator novo neste âmbito é a força crescente da articulação e da ação em redes tanto dos movimentos quanto das ONGs. Muitos movimentos e organizações sociais conseguem articular-se nacionalmente e atuar em redes, como o MST (Movimento dos Sem Terra), o movimento indígena, o movimento das mulheres trabalhadoras rurais, o movimento de Direitos Humanos, as entidades de trabalho com crianças e adolescentes, as redes sócio-ambientais, as ONGs-AIDS, etc. Proliferam-se incontáveis redes e fóruns temáticos de discussão e ação conjunta. A ABONG (Associação Brasileira de ONGs), ganha densidade e projeção em nível nacional e internacional, e se consolida também em nível regional, a partir de 8 fóruns regionalizados. Cresce ainda a interlocução entre a ABONG e ONGs brasileiras com redes de ONGs no continente latino americano ALOP (*Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción*) e em nível internacional (SCHERER-WARREN, apud HADDAD, 2002). Tudo isso amplia em muito os espaços de diálogo e articulação para os atores sociais, mas tal processo traz também novas questões para a identidade destas organizações.

As crescentes parcerias entre movimentos sociais e ONGs com o poder público, especialmente em nível local, também têm colocado novas questões para a atuação destas organizações, tensionando sua autonomia e identidade. Intervir no processo das políticas públicas, participar nos conselhos e entrar em diálogo com órgãos públicos e, mesmo, desenvolver projetos conjuntos, tornou-se linha de ação obrigatória para os atores sociais da sociedade civil. Isto, no entanto, coloca novas questões quanto ao papel específico de movimentos e ONGs, assim como tende a fortalecer a dimensão institucional e não necessariamente a dimensão social dos movimentos. Por outro lado, muitos ex-militantes de movimentos e ex-integrantes de ONGs encontram-se hoje em governos, o que pode ofuscar significativamente a dimensão política da relação entre sociedade civil e Estado, além do grande risco, como sublinha Montaña (2002), de o governo vir a se tornar o ator-chave, quase

exclusivo, de mudança social, esvaziando-se os movimentos sociais e a sociedade civil mais ampla.

Uma questão fundamental aqui é a da identidade dos atores sociais brasileiros. As mudanças no Estado brasileiro, as novas tendências na cooperação internacional, assim como o aparecimento de novos atores no campo social como as OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), as fundações de filantropia empresarial, o Instituto para a Responsabilidade Social (ETHOS), nova geração de entidades dentro do Terceiro Setor, fazem com que os movimentos sociais e as ONGs tenham de se reinventar como atores sociais relevantes. Eles agora têm de se justificar perante a opinião pública e a mídia como nunca antes, tendo também de se credenciar política e tecnicamente perante o Estado, o setor privado e as universidades (LANDIM, apud HADDAD, 2002).

O campo das instituições sociais apresenta intensa mutação; o governo federal criou as 'Organizações Sociais' e as OSCIPs para gerirem parte substancial da área social (hoje) estatal. Assim muitas empresas passam a investir significativamente em educação, criando e ampliando suas fundações filantrópicas, constituindo inclusive organismos de articulação e representação como o GIFE (Grupo de Instituições, Fundações e Empresas), e passam a promover a 'responsabilidade social' das empresas (Instituto Ethos, Balanço Social, etc.). Também as universidades aumentam o leque de serviços que antes só eram providos pelas ONGs; o movimento social (especialmente sindical) assume para si funções antes tidas como exclusivas do Estado (na educação básica, por exemplo), e outras típicas de ONGs (capacitação e assessoria na área de geração de emprego e renda, por exemplo), flexibilizando-se as fronteiras entre movimentos sociais, ONGs e Estado.

Em meados dos anos 90 ganha terreno o conceito de 'Terceiro Setor', Armani (1999), Landim (2002), Montañó (2002), ensejando a proliferação de centros de estudos, publicações e serviços para dele tratar, diluindo de certa forma a força recém-conquistada da identidade 'ONG'; por outro lado, dentro da chamada “Reforma do Estado” (PEREIRA, 1999), é aprovada a lei que regulamenta pela primeira vez no país o marco legal das 'Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público', o qual torna possível o reconhecimento das ONGs como organizações de direito privado mas com fins públicos, que podem receber fundos públicos mediante certas exigências de controle e transparência. Enfim, o campo chamado de 'terceiro setor' tende a ganhar em projeção e visibilidade públicas, mas será bem mais trabalhoso para as ONGs comprometidas com a mudança social se diferenciarem como ator político neste contexto.

Um outro elemento originador de mudanças relevantes para movimentos e ONGs é o das mudanças nas relações da cooperação internacional, campo que desde o final dos anos 80 tem passado por uma significativa reconfiguração que combina realinhamento e/ou redução de recursos, intensificação de espaços e mecanismos de diálogo e articulação, com maiores exigências e controles sobre a performance das organizações apoiadas. As maiores mudanças neste âmbito têm origem especialmente na Europa na década de 90, com ocorrências como a redução da cooperação governamental ao desenvolvimento, declínio das contribuições do público em geral, redução da prioridade ao Brasil, questionamento da eficácia da cooperação ao desenvolvimento, aumento do desemprego e dos problemas sociais, levaram as agências de cooperação européias a um profundo processo de reestruturação institucional, que redefiniu sua identidade, sua imagem pública e fortaleceu vantagens comparativas e competências na captação de recursos, dando mais ênfase ao trabalho de '*lobby*' e '*advocacy*' (BEBBINGTON, 2002).

Criou-se, portanto, maior dependência dos recursos governamentais; houve um realinhamento dos recursos favorecendo a África e a Europa do Leste, reduzindo deste modo o apoio à América Latina e tendo como consequência imediata a redução do número de organizações apoiadas no Brasil. Aumentou o rigor na seleção de novos parceiros, havendo uma clara concentração temática e regional no caso do Brasil, com maiores exigências em questões de eficiência organizacional e desenvolvimento institucional, especialmente nas áreas de planejamento, avaliação, monitoramento, gestão e *accountability* e, por fim, ampliação das oportunidades de parcerias não financeiras com as organizações apoiadas (OLIVEIRA 2002).

Ainda no campo internacional, pode-se indicar como relevante para os movimentos sociais e ONGs a emergência de novos espaços e redes internacionais de articulação e ação conjunta, como aponta Scherrer-Warren (2002). As conferências do ciclo social da ONU são um exemplo disso, pelo fato de o processo de sua preparação ter ensejado a constituição e inúmeras redes e fóruns para construir e promover agendas comuns, assim como para o monitoramento dos acordos das conferências em nível nacional. Outro exemplo é o novo espaço, para ação articulada entre movimentos e ONGs, representado pelos mega-projetos de desenvolvimento financiados por Banco Mundial, BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), União Européia, governos do G-7, ou mesmo ações internacionais de pressão sobre organismos como o FMI, o Banco Mundial ou a Organização Mundial do Comércio. Isto traz à tona a questão da interconexão mundial dos grandes problemas sócio-econômicos e ambientais, colocando a capacidade de

articulação do âmbito local, com o nacional e o internacional como condição para o avanço das lutas pela democracia e cidadania.

Dadas as peculiaridades dos diferentes tipos de movimentos sociais e ONGs, torna-se muito difícil fazer generalizações quanto aos efeitos das mudanças acima indicadas. Contudo, é possível arriscar que, habitualmente, a tentativa de se adaptar a este novo contexto e de buscar novas bases de sustentabilidade, tem levado a uma estabilização/redução dos recursos financeiros e a uma correspondente redução de recursos humanos permanentes e de linhas de ação. Além disso apareceu a tentativa de introduzir aperfeiçoamentos técnico-metodológicos e gerenciais visando a uma maior eficiência e eficácia da organização, levando então à busca de novas parcerias de trabalho e de novos canais de sustentação institucional.

2.1.2. 'Desenvolvimento institucional' como condição de sustentabilidade das ONGs

Nesse contexto de grandes mudanças, as ONGs têm sido desafiadas a se fortalecerem institucionalmente, como condição para sua sustentabilidade. O *desenvolvimento organizacional e institucional* das organizações da sociedade civil tornou-se, assim, mais uma das unanimidades presentes nos círculos da cooperação ao desenvolvimento. Em nome do desenvolvimento das organizações, muito se debate, programas de capacitação se realizam, recursos são investidos e grandes expectativas são anunciadas.

Landim (1999) lembra, que apesar do crescente consenso acerca da necessidade de fortalecer as organizações da sociedade civil, não existe necessariamente concordância substancial sobre o conceito para designar este movimento e menos ainda sobre o porquê de fazê-lo. Uma variedade de termos são usados: *desenvolvimento organizacional*, *capacity building* (literalmente, o desenvolvimento das capacidades de uma organização), *desenvolvimento institucional*, *fortalecimento institucional*. Apesar da grande variedade de conceitos utilizados, segundo Landim (1999), podem-se identificar dois enfoques básicos a eles subjacentes: um deles é o **enfoque gerencial**, que tende a privilegiar os desafios da gestão e das condições de eficácia e eficiência de organizações; o outro é o **enfoque sistêmico**, o qual também integra a dimensão gerencial mas de forma articulada à dimensão sócio-política da organização.

O ponto de vista do **enfoque gerencial** tende a enfatizar um papel mais instrumental e operacional para as organizações da sociedade civil. Muitas vezes este enfoque denota uma

expectativa de que, com a retração das responsabilidades sociais do Estado, as organizações da sociedade civil assumam um papel supletivo importante na provisão de serviços sociais básicos (saúde, educação, assistência social, moradia.). Este enfoque também tende a colocar sobre as organizações da sociedade civil uma grande responsabilidade no tocante ao combate à pobreza, possivelmente desproporcional às suas reais potencialidades. O enfoque expressa também um diagnóstico de que os principais problemas das organizações do setor não governamental são fundamentalmente problemas de capacitação e de gestão (FALCONER, 1999). Daí a “explosão” de cursos e programas de capacitação gerencial no Brasil e a crescente prioridade de muitas agências internacionais, especialmente as governamentais e multilaterais, ao fortalecimento institucional das organizações da sociedade civil brasileira (CACCIABAVA, 2000).

Por outro lado, o ponto de vista do **enfoque sistêmico** tende a dar grande relevância para a inserção sócio-política, a credibilidade (*accountability*), o fortalecimento de atores sociais e a capacidade das organizações para impulsionar processos de mudança social duradouros. Nesta perspectiva, o aprimoramento organizacional e gerencial é visto como um esforço necessário mas insuficiente para dar conta da problemática “do poder de fogo” das organizações da sociedade civil. Além do que, os conteúdos, metodologias e ferramentas utilizados no fortalecimento organizacional devem ser desenvolvidos em coerência com as exigências sócio-políticas das organizações e do seu campo como um todo. Assim, nesse enfoque, a capacidade de as organizações exercerem um papel substancial de protagonistas de mudanças, a partir de uma posição de autonomia, é vista como essencial para sua contribuição à inovação e experimentação social, para a constituição e fortalecimento de movimentos sociais, para a contribuição na formulação, execução e no monitoramento crítico das políticas públicas, e para o estabelecimento de redes de ação internacionais pró-desenvolvimento social sustentável. O enfoque sistêmico mostra-se mais apto e propenso a considerar não só a dimensão do desenvolvimento de organizações individuais (predominante na enfoque gerencial), mas também os desafios do campo não-governamental como um todo, considerando os fatores legais, políticos, culturais e econômicos que circunscrevem suas potencialidades e limites em um determinado contexto histórico-social.

Com relação ao desenvolvimento institucional das organizações da sociedade civil é fundamental então se entender qual o papel e o “lugar” que se lhes está atribuindo e a outros atores na promoção do desenvolvimento. Como estas organizações estão se preparando para o papel de promotoras de desenvolvimento, até que ponto se percebem como responsáveis desta mobilização transformadora; e como as agências financiadoras e/ou os doadores

internacionais aceitam esta dimensão prepositiva.

As implicações decorrentes de um enfoque sistêmico dizem respeito, em primeiro lugar, à necessidade de uma atitude política proativa coletiva das organizações no tocante ao enfrentamento dos fatores contextuais que influenciam o desenvolvimento de sua capacidade, como organizações e como setor, para contribuir para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável. Hoje no Brasil, isso diz respeito, fundamentalmente, à sua capacidade para dar sustentabilidade política e financeira à sua identidade como atores políticos autônomos. Em segundo lugar, a adoção de um enfoque sistêmico requer também a interlocução qualificada com os parceiros e financiadores, no sentido de viabilizar a construção de agendas comuns no âmbito do desenvolvimento institucional das organizações, do setor e das próprias relações de cooperação para este desenvolvimento.

Embora exista uma rica discussão sobre o desenvolvimento organizacional e institucional das organizações não-governamentais brasileiras (LANDIM, 2002; MONTANÕ, 2002, OLIVEIRA, 2002) não existe uma definição clara e compartilhada do que seja o *desenvolvimento institucional* (ARMANI, 2002).

Entretanto, parece que o desenvolvimento institucional compreende os processos e iniciativas que visam a assegurar a realização de forma sustentável da missão institucional e a fortalecer o posicionamento estratégico de uma determinada organização na sociedade. Para tanto, exigem-se medidas que fortaleçam a capacidade de articular iniciativas e de promover processos de mudança social e que ampliem sua base social, dando-lhe legitimidade e credibilidade como organização, assim como capacidade de buscar o aprimoramento gerencial e operacional.

Determinados elementos devem ser considerados como indicadores de eficiência e de eficácia de uma ONG. Entre eles podem-se destacar: base social, legitimidade e relevância da missão; autonomia e credibilidade como “responsabilização pública” (*accountability*); sustentabilidade; organização do trabalho e gestão democrática e eficiente; quadro de recursos humanos adequados; sistema de PMA (Planejamento, Monitoramento e Avaliação) participativo e eficiente; capacidade de produção e sistematização de informações e conhecimentos; Poder para influenciar processos sociais e políticas públicas; Capacidade para estabelecer parcerias e para ação conjunta; grau de articulação setorial; constituição de identidade coletiva; visibilidade e credibilidade do setor; capacidade de influenciar fatores contextuais e sustentabilidade do setor (ARMANI, 2002).

Entretanto, apesar de os elementos listados serem referência quando se busca analisar

o grau de maior ou menor desenvolvimento institucional de uma ONG, nem sempre eles aparecem, nem na ordem e ainda menos na quantidade desejada. Em se tratando de uma análise sistêmica, parece importante mostrar como as ONGs do sul do mundo, que se destacam como as maiores agências financiadoras, tendem a aceitar padrões de eficiência que se referem muito mais a organizações ligadas ao mercado do que ao chamado terceiro setor. Outro fator que não pode ser esquecido é que existem mais pesquisas sobre ONGs do sul do que sobre ONGs do norte. Sabe-se muito pouco a respeito do funcionamento, da cultura, da base social ou dos debates internos das ONGs do norte. Bebbington (2002) constata que se tem escrito muito pouco sobre aquelas ONGs que são predominantemente organismos financiadores (por exemplo: EZE, Misereor, Oxfam, ICCO, Diakonia, Mãos Unidas) às quais podemos acrescentar também a Associação Ágata Esmeralda.

Nasce a suspeita de que possa existir um tratamento diferenciado, quando da análise e avaliação de uma ONG do Sul e outra do Norte do mundo. As queixas que circulam entre dirigentes de ONGs brasileiras, que mantêm relações de parceria/financiamento, parecem confirmar que o velho preconceito de uma visão “eurocêntrica”, apesar de mascarado pelos discursos oficiais, retome os temas como: solidariedade, parceria entre pares, autonomia, e continue ainda como parâmetro para justificar uma avaliação e um controle sempre mais rigorosos. O Bebbington (2002) ironiza ao constatar que sabemos muito pouco dessa outra dimensão estrutural das ONG do Norte. “É irônico que, considerando o grande número de sociólogos ou antropólogos existentes no mundo das ONGs, haja tão pouca análise sociológica ou antropológica sobre elas” (BEBBINGTON, 2002, 95).

2.1.3. As ONGs em busca de sua identidade

Algumas das ONGs, indiferentes ao debate que está caracterizando uma parte organizada da sociedade civil, procuram encontrar recursos, muitas vezes esmolando aos pés de Estados e Municípios, tentando colher as migalhas que lhes permitam se manter tentando atender as metas e os objetivos propostos. Outras, que aceitaram se desenvolver segundo padrões de eficiência institucional, estão se firmando como modelos de organização e de competência. Atualmente, como bem lembra Carvalho (1995), as ONGs se movem preponderantemente no terreno da qualificação da sociedade civil, no desenvolvimento da cidadania. Prestam igualmente serviços assistenciais, mas em geral com propostas alternativas para a qualidade de vida e cidadania dos excluídos. Portanto, essas organizações, como sublinha Landim (1998), constroem sua identidade na relação com as áreas que lhes são bem próximas, como o vasto campo das práticas do chamado assistencialismo, visto como gerador de dependências e hierarquias e parceiro antigo do Estado e das igrejas. Com relação aos espaços religiosos cristãos, “a distinção se dá a partir da idéia de secularização e

autonomia, fundamentalmente das hierarquias eclesiais, mas mantendo-se, claro, as alianças de origem” (LANDIM, 1998, P. 39). Hoje, pode-se dizer que, Estado e Organizações Não Governamentais são sujeitos políticos determinantes no modo de produção da política da assistência social:

A sociedade-providência organizada (ONGs) tende a assumir novas características que contradiz a tradicional 'performance' espontaneista e voluntarista. Hoje chega a assumir contornos de um Estado paralelo (e não um governo paralelo) que desenvolve múltiplas e heterogêneas ações juntos aos despossuídos e excluídos. Esta rede, sem dúvida, foi tocada pela racionalidade da modernidade: profissionalizou os serviço que presta, realiza estudos/ projetos e os impõe politicamente por meio de um fluxo de relações com os poderes instituídos (governos, parlamentos, Poder Judiciário), assim como com as organizações internacionais. As chamadas ONGs mantém redes que se conjugam a nível mundial (CARVALHO, 1995, p. 38).

A situação de ONG implica, portanto, uma análise da retração do Estado como favorecedor do bem-estar social no atual momento de globalização, como nos faz ver a reflexão proposta por uma organização não governamental atuante na Bahia:

É nesse espaço vazio de impotência do estado contemporâneo que se vem desenhando uma política de ação social que nasce de movimentos e de formas oriundas da própria sociedade civil, em favor dela mesma. Dir-se-ia então que a ausência ou impotência do Estado moderno, amordaçado pela nova ordem capitalista mundial, têm exigido da sociedade civil uma resposta ao quadro de empobrecimento e de exclusão social crescentes. Esta resposta tem sido encontrada em uma nova política social gerida e sustentada pela própria sociedade civil, e que tem nas Organizações Não Governamentais (ONGS) sua versão mais evidente (<http://www.ongba.org.br> >, p. 2)

A existência das ONGs se dá em decorrência de uma solidariedade do Estado que Souza Santos (OLIVEIRA E PAOLI, 1999) chama de "abstrata". Trata-se da solidariedade do Estado moderno, de uma solidariedade fiscal, decorrente da miniaturização do mesmo. Considerando que ao Estado cabem contemporaneamente funções de coordenação ao invés de funções de oferta do bem-estar, torna-se impossível obter pelos mecanismos da democracia

os bens e direitos sociais. Resulta daí a emergência de mecanismos e instâncias de democracia participativa, da intensificação da cidadania ativa das quais as ONGs se mostram como possíveis, viáveis e necessárias. É um novo paradigma presente na América Latina, uma saída gestada na Europa e na América do Norte que vem recebendo, nos países da América Latina, uma configuração notadamente latina e brasileira.

A expansão heterogênea, multifacetada, das ONGs faz delas um tecido eclético e ao mesmo tempo pluralista. Elas concentram obviamente, disputas e oposições internas, porém são capazes de ampla articulação quando se trata de defender causas que extrapolam essas mesmas disputas ideológicas e doutrinárias (LANDIM, apud HADDAD, 2002).

Tendo refletido amplamente sobre a questão da ONG sentimos-nos autorizados a abordar o segundo conceito de nosso estudo, o conceito de Estado, o que passamos a fazer no próximo segmento. Julgamos que para entender melhor o que seja uma ONG no contexto de uma sociedade neoliberal e globalizada, é interessante rever o nascimento do Estado Nação na modernidade, suas dificuldades em se consolidar e as crises que mostram uma incapacidade em atender às expectativas da população. Mais ainda, cabe-nos analisar como este “modelo” de Estado, proposto e imposto pelos paradigmas europeus, nem sempre, mesmo na Europa, conseguiu realizar o papel pelo qual foi construído.

2. 2. O Estado

Percebemos que a implantação do *welfare state* e o sucessivo recurso de abrir espaços de atuação a organizações da sociedade civil, parecem não conseguir modificar a compreensão de que o Estado se torna cada vez mais incapaz de atender às expectativas da sociedade civil e de dar uma resposta concreta à satisfação de suas necessidades, motivo pelo qual foi criado. Mas para compreendermos tal processo, julgamos por bem realizar uma incursão que toma como ponto de partida a origem ou criação do Estado-nação.

Ao começarmos uma análise da origem do Estado-nação e suas tentativas de oferecer à sociedade garantias sobre seus direitos fundamentais, não podemos esquecer de retomar o histórico deste Estado-nação nascido nas margens do rio Reno, registrando como aos poucos este conceito se tornou hegemônico, destruindo outras formas de contrato social presentes na história da humanidade. Como afirma Le Goff (1996, p. 65): “Reservamos o nome de história para concepções ocidentais e não reconhecemos como tais outras maneiras de pensar a história”. No momento em que o Estado está sofrendo críticas contundentes com relação à

sua incapacidade de aumentar a presença junto à maioria da população, surgem no cenário internacional entidades que se propõem a compensar esta falta, com uma atuação ora assistencial compensatória, ora de cunho transformador, ambas revelando novas propostas e metodologias de atuação junto à sociedade civil.

Tanto o conceito de Estado-nação, como a concepção das entidades que atuam no seu meio, surgiram de uma elaboração ocidental que tinha como ponto inicial, quanto ao Estado, superar os velhos impérios europeus em busca de uma solução mais adequada para os tempos de industrialização e acúmulo do capital (NANDY, 2000) e quanto às Instituições, ligadas ao sistema do *no profit*, realizar aquelas tarefas e suprir as necessidades da sociedade civil que o Estado-nação, se mostrou incompetente para atender (LEONARDIS, 1998). Ao serem exportadas para todos os países periféricos, estas idéias se tornaram reféns de sua própria matriz cultural, ou seja, de uma visão eurocêntrica do mundo, que tem de um lado, quem faz, propõe, em definitivo, quem é importante para estabelecer objetivos, metas e recursos, e do outro, os que querem aproveitar-se da ocasião numa visão que parece permitir a “salvação” - muito mais pessoal do que social - garantindo o desenvolvimento.

2.2.1. O Estado-nação

Norberto Bobbio (1983), no seu dicionário de Política, define o Estado como um conceito de não fácil explicação devido às múltiplas relações que se instauraram entre este e a complexidade social. Historicamente o Estado se estabeleceu para tutelar as liberdades civis: liberdade pessoal, política, econômica. Enquanto isso, os direitos sociais surgem posteriormente, representando o direito de participação do cidadão ao poder político e à distribuição da riqueza, que o Estado se compromete a garantir.

A garantia dos direitos formais, se de um lado obriga o Estado a manter uma certa ordem ou *establishment*, permitindo ao cidadão saber e se localizar dentro do regime no qual ele vive, do outro, no que diz respeito aos direitos sociais, ele se compromete a englobá-los na sua estrutura, na medida em que emergem como necessidades no contexto social, ou são o fruto das lutas e das reivindicações dos cidadãos.

Portanto, se os direitos fundamentais são a garantia de uma sociedade constituída de um tal modo, no caso em estudo, da sociedade burguesa, separada do Estado, os direitos sociais representam o caminho pelo qual a sociedade participa do Estado, mudando de certa forma, sua estrutura formal.

O crescente interesse quanto à natureza do Estado representa um revival de uma maior atenção ao problema a partir dos anos cinquenta e sessenta. Devido ao ingressar na

“modernidade” de nações que, na sua maioria, livres do colonialismo, estavam em busca de um Estado-nação, que se julgava, obrigatoriamente, ter necessidade de passar por momentos históricos bem claros, para chegar ao Estado-nação conhecido e com limites bem definidos. Do mesmo modo se acreditava que cada economia precisasse superar estágios prefixados de crescimento, para gozar das alegrias do desenvolvimento.

Pensava-se ainda (NANDY, 2000) que, para superar estes estágios inevitáveis, cada sociedade devia reestruturar sua própria cultura, eliminar as partes regressivas, cultivando elementos mais compatíveis com as finalidades de um moderno Estado-nação.

Dois motivos parecem ter emperrado este caminho: o primeiro, de certo modo mais cultural, que a maioria das sociedades do chamado Terceiro Mundo não conseguiu realizar com sucesso, mostrava o caminho para o “desenvolvimento”, preparado e ajustado pelos cientistas sociais; o outro, mais técnico burocrático, não permitiu que as novas nações acertassem desenvolver Estados-nações segundo os padrões e as perspectivas da Europa pós-seiscento (NANDY, 2000).

De fato, o Estado, nestas sociedades - basta pensar na situação de alguns países africanos como o Burundi, Angola, a Costa do Marfim, com suas lutas tribais que envolvem o próprio aparato do Estado - aparece como um aparelho coercitivo especializado ou como uma sociedade privada. A cultura que deveria ceder e se moldar aos parâmetros estatais, mostrou uma força enorme, fazendo com que o Estado na maioria das vezes a aceitasse. Esta resistência da cultura, o crescimento das energias étnicas no Terceiro Mundo, parece insinuar que aquilo que antigamente foi possível para pequenas tribos ou minorias étnicas bem limitadas, que foram coagidas e reprimidas pela modernização, se torna difícil, se não impossível, amalgamar num único tecido, quando se trata de grupos culturais maiores e mais organizadas.

Aquilo que hoje nós chamamos de “Estado”, outro não é, se não o moderno Estado-nação que apareceu depois do tratado de Westfália em 1648. Entretanto o conceito tomou força, nos emergentes Estados não monárquicos, pelo brotar do nacionalismo que começou a ser usado como suporte desta legitimação. Strayer (1980) coloca que o carisma weberiano, centrado anteriormente na figura do monarca, mediador entre o sacro e o secular, estava sendo, por assim dizer, distribuído entre a população e um genérico nacionalismo era visto como a melhor garantia da estabilidade do Estado. Alain Dufour, citado por Le Goff (1996), ao analisar o Estado milanês na época de Carlos V, defende uma história política mais moderna, mostrando que para compreender o nascimento dos estados, ou do Estado moderno, nos séculos XVI e XVII, é importante “saber desviar a nossa atenção do príncipe

para a dirigir para o pessoal político, para a classe ascendente dos funcionários, com a sua ética de novo tipo, para as elites políticas em geral, cujas aspirações mais ou menos implícitas se revelaram em tal política à qual se dá tradicionalmente o nome do príncipe que é o seu porta-bandeira” (LE GOFF, 1996, p. 142).

Desde o começo, esta fundação nacional, para indicar a homogeneização cultural e ideológica da população de um determinado país, se tornou um dos objetivos do Estado moderno. Algumas minorias conseguiram permanecer presentes e ativas por causa de um passado de pluralidade ou pela falta de uma romântica memória imperial. O conceito de Estado que estava surgindo tinha algumas características que o distinguiam do anterior. A maior ligação entre a realidade étnica, peça de fusão entre nação e Estado, possibilitava a este a viabilidade de se transformar no principal instrumento da mudança social, que para a sociedade europeia significava estímulo e proteção às instituições associadas ao crescente capitalismo industrial (NANDY, 2000).

Este novo ordenamento institucional começou a solidificar-se com a expansão dos impérios coloniais, marginalizando todos os outros conceitos de Estado remanescentes na Europa, insinuando-se também na consciência pública da Ásia, da América Latina e da África.

Diante deste quadro, Nandy (2000) apresenta duas conclusões. A primeira, que o Estado, influenciado pelo conceito de Estado-nação, é visto como o juiz imparcial e secular entre as diferentes classes, etnias e interesses. A segunda é que cada Estado-nação se assumiu como o depositário dos valores culturais nacionais. Na realidade, cada Estado tentava contabilizar seus valores, pretendendo que eles respondessem a um determinado conceito de nacionalidade, que às vezes não combinava muito com o conceito mais sutil de cultura.

Aos poucos, gradualmente, o conceito de Estado-nação começou a derrubar outras idéias de Estado, desacreditando todas as outras experiências ainda funcionantes no Terceiro Mundo, como primitivas e medievais. As manifestações deste etnocentrismo histórico foram registradas, segundo Le Goff (1996), por Roy Preiswerk e Dominique Perrot, que registraram dez formas desta colonização da história pelos Ocidentais. O processo teve sucesso quando ativistas políticos locais dos novos países, que se defrontavam com o poder colonial, encontraram na idéia de Estadonação o fio da meada do sucesso econômico e da dominação política ocidental. Nandy (2000) afirma que a história da modernização da Ásia, que começou no século XIX, é de fato a história da internacionalização e da aceitação cultural da idéia de estado moderno por personagens tão diferentes entre eles, como Rammohun Roy (1772-1883) pioneiro da reforma social e da emancipação da mulher na

Índia; Sun Yat-sem (1866-1925) fundador da República Popular da Cina em 1911 e Kemal Ataturk (1881-1939) herói turco que fundou a República em 1923.

Hoje, de fato, quando se pensa no Estado, se pensa no Estado-nação. Todos os ordenamentos políticos e todos os sistemas estatais são julgados a partir de uma resposta às necessidades da, ou se estão de acordo com a idéia de Estado-nação (Nandy 2000). Até as maneiras de perceber e conhecer o Estado para desafiá-lo estão de acordo com este conceito paradigmático.

O próprio Marx, ao falar da dissolução do Estado, pensava num Estado-nação que deveria cair, num primeiro momento, nas mãos de um pequeno grupo preparado para tal finalidade e experto nas entrelinhas da política moderna, ocidental, para depois explodir num novo Estado proletário. Do mesmo jeito, quando Kropotkin apresentava as mazelas do Estado, se referia ao Estado-nação ocidental. Anárquicos e marxistas, a partir de pontos diferentes, ignoraram os inúmeros e diferentes tipos de Estado em que os habitantes do Terceiro Mundo tinham vivido e que tinham experimentado.

No decorrer do tempo, poucos foram os que não aceitam este pensamento hegemônico, sendo sistematicamente neutralizados pela cultura dominante. Entre estes “rebeldes” podem ser lembrados: William Blake (1757-1827) poeta romântico inglês, rebelde a vida toda e uma voz solitária contra o establishment; David Thoreau (1817-186 americano do Massachusets, fundador do movimento da “desobediência civil” que influenciou gerações de ativistas contra a guerra e o apartheid e John Ruskin (1819-1900) ativista e filósofo inglês inspirador do movimento ambientalista. Pelas suas idéias e pelo engajamento em favor das minorias e de um novo relacionamento com a política, a sociedade e a natureza, foram considerados, pelos seus contemporâneos, como românticos visionários ou grandes excêntricos.

Resta o fato que dos pensadores mais conhecidos, todos pensavam no Estado como Estado-nação. Marx esperava sua dissolução depois de ter conseguido finalizar seu papel histórico; Tolstoj o enxergava como uma abominação moral; George Sorel, com a teoria da greve geral, e Kropotkin pregavam a imediata supressão do Estado. Todos eles, sem exceção, afirma Andy (2000), eram totalmente eurocêtricos, mostrando conhecer pouco e não respeitar as diferentes tradições de conceitualização do Estado em outras partes do mundo. Se alguma idéia de diversidade estes autores tiveram, era julgada a partir do parâmetro Estado-não-ocidental, que posteriormente será classificado por Wittfogel como “despotismo oriental” e por Max Weber como estado pré-moderno (BANURI, 1989).

Somente hoje, afirma Nandy (2000, p.334):

... a mais de cinqüenta anos da Segunda grande guerra, alguns analistas sociais começaram a se preocupar com a crescente incapacidade do Estado-nação em responder às necessidades da sociedade civil no mundo todo”. Esta hegemonia exercitada pelo moderno Estado-nação dificulta o debate atual sobre o Estado. Se de um lado alguns o consideram como incapaz de solucionar os novos problemas que ameaçam o planeta, o conceito adquiriu tal força institucional e ficou tão enraizado na cultura popular, que se tornou como que axiomático, fazendo parte do senso comum, dificultando até pensar em “outra coisa”.

Souza Santos, na introdução do livro *Políticas Sociais e transição democrática*, ao analisar as políticas econômicas brasileiras dos anos 80, se pergunta:

Se essa política econômica tem brutalizado tanto as relações sociais internas, por que então, ela tem tido aceitação tão ampla da população? Certamente que existem vários fatores explicativos, mas o principal sem dúvida, é a capacidade que o governo tem tido com a ajuda da grande imprensa, é certo - de fazer a população acreditar que a origem da crise é o excessivo tamanho do Estado, cuja solução depende da 'coragem' do governante de fazer o ajuste nas contas públicas (SOUZA SANTOS, 2001, p. 08).

Ainda se poderia perguntar: porque não se questiona então o conceito de Estado, como garantia das liberdades civis, já que o Brasil como exemplo - depois de tornar-se um país industrializado, não conseguiu equacionar a questão da miséria? Até que ponto os repetidos acordos com o Fundo Monetário Internacional, assinados com a maioria dos países do Terceiro Mundo (que levam a um ajuste econômico “sórdido”, segundo o mesmo Souza Santos (2001), sendo sempre mais convenientes para salvaguardar interesses externos, aumentando assim o ciclo da exclusão e da dependência), colocam o Estado contra a defesa dos interesses nacionais, motivo de sua constituição? O mesmo Souza Santos (2001, p.9) continua:

Que uma população inculta e faminta acredite no discurso do governo não é de difícil compreensão, mas que setores ditos progressistas e de oposição se mostrem, muitas vezes, crentes de que a solução passe por sempre novos sacrifícios, novos impostos.

E no excessivo tamanho do Estado - podemos completar - é totalmente incompreensível..

Emir Sader (Folha, 2002), ao retomar o debate político/intelectual que não teve eco no governo FHC (1994 2002), a despeito do mandatário ser da intelectualidade, escreve que mais do que nunca precisamos de uma teoria da saída do neo-liberalismo e do tipo de sociedade que o substituirá. Sabemos que a mercantilização marca do capitalismo na sua

fase atual tem que ser combatida frontalmente e, com ela, a exploração, a dominação política, a discriminação e a alienação, mas ainda não sabemos por onde caminhar.

Começaram a surgir, na última década, alguns conceitos pós-modernos e não modernos de Estado, como resposta à crise contemporânea de Estado-nação. Muitos não duvidam da mudança do paradigma dominante de Estado que deverá ser repensado drasticamente, não tanto pelas críticas, quanto pela pressão e reação provocadas pelos processos de redemocratização que estão acontecendo no planeta. A crise do Estado moderno parece emergir da contradição entre o Estado e as propostas de democratização do saber e da recuperação da dignidade de massas enormes às quais o Estado não consegue oferecer e manter as promessas contidas na sua constituição, aumentando assim o número dos excluídos do planeta. Nesta perspectiva, é indicativa a afirmativa de Eric Hobsbawm, contida numa entrevista ao jornal Clarin (Buenos Aires, 9.08.1998): “O capitalismo global e o mercado livre sem controle chegaram a um ponto crítico. Estamos ao fim de uma era, mas ainda não enxergamos o novo rumo”.

No Brasil as reformas são a tentativa de adequação do Estado nacional às novas exigências fiscais, políticas e gerenciais contemporâneas que respondem ao chamado consenso de Washington. As principais reformas realizadas ou em curso são: reforma administrativa, reforma tributária, reforma da previdência e reforma de poder judiciário.

Segundo Pereira (1998) a Reforma Gerencial, proposta em 1995, envolve três dimensões: institucional que diz respeito ao tamanho do Estado; cultural que tenta remodelar a administração patrimonialista e burocrática, típica da herança portuguesa e do reforma do Estado do Governo Vargas; e a dimensão da gestão que busca inspiração na administração das empresas privadas. Esta Reforma Gerencial visa, portanto, aumentar a eficiência dos órgãos e agências do Estado; melhorar a qualidade das decisões estratégicas do governo e assegurar o caráter democrático da administração pública: “A Reforma Gerencial além de uma reforma para a cidadania e a democracia, é uma reforma na democracia, que supõe a existência do regime democrático” (PEREIRA, 1998, p. 112).

As reformas, começadas nos anos 90 (época Collor), com o ajuste fiscal, a abertura comercial e que continuaram com as privatizações e o Plano Real, têm sido formuladas e implementadas no Brasil como parte da retórica do governo FHC e retomadas recentemente pelo governo Lula., com a justificativa de que o país precisa modernizar-se, nos setores estratégicos, e avançar em termos gerenciais, condições para que o país se integre positivamente ao sistema econômico internacional.

Dentre as várias dimensões deste processo de reformas, uma das mais

relevantes diz respeito às ONGs. É a reforma administrativa, pela qual se promove a mudança do paradigma gerencial na administração pública, (o qual passa a primar pelo controle de resultados através de Contratos de Gestão e de Termos de Parceria, e não mais de procedimentos), e a identificação pelo Estado do chamado terceiro setor como componente complementar estratégico, em todas as áreas consideradas como não exclusivas do Estado.

Tal reforma representa um movimento pelo qual se tenta, por um lado, reduzir o Estado brasileiro e torná-lo menor e mais coerente, dotando-lhe de sistemas e instrumentos de gestão mais modernos e eficientes (PEREIRA, 1999), e, por outro lado, transferir às empresas e às OS (Organizações Sociais, Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998), e, portanto, do chamado Terceiro Setor (Incluindo posteriormente as OSCIPs Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999), parte substancial da provisão de bens e serviços sociais.

Diante da crise do Estado: crise de identidade, crise na geração de emprego (DUPAS, 1999), incapacidade de uma resposta democrática e inclusiva na educação (GENTILI, 1995), incapacidade da distribuição de riqueza e renda (OLIVEIRA, 2002), novas propostas surgiram da sociedade civil e foram permitidas, por um Estado já encolhido, como estratégia com vistas a minorar os efeitos desta crise. As ONGs então viriam a “ajudar” um Estado reducionista e incapaz de responder às sempre novas e substanciais demandas da população. Isso permitiria a manutenção de um *continuum*, a partir de um gradualismo reducionista que, mantendo intacto o paradigma do capitalismo, não leve à ruptura.

2. 2.2. O *Welfare State* e Terceiro Setor

Como descrito por muitos (TITMUSS, 1974; ESPING ANDERSEN, 1990; FERRERA, 1996), o nascimento das primeiras estruturas de *welfare state* na Europa, no final do século XIX, foi gerado por um conjunto de razões históricas que, como já afirmamos anteriormente, partem da consolidação dos Estados-nação, com o crescimento de um aparelho burocrático, da urbanização favorecida pelo processo de industrialização e da diminuição das estruturas familiares, de parentesco e comunitárias, e ainda pela expansão da classe operária com as sucessivas reivindicações e pela luta por direitos civis e políticos.

Para Marshall (1976), a formação do moderno sistema de *welfare* possibilita a afirmação dos direitos sociais dos cidadãos, freando uma possível ruptura entre igualdades dos direitos e desigualdade social. Igualdade esta que se deu pela presença de *garantias de*

remuneração (sistema previdenciário, amparo contra o desemprego, seguros de garantia ao trabalhador); *prestação sanitária* gratuita, ou semi gratuita, *assistência social e serviços* às pessoas (renda mínima, auxílio aos portadores de handicap); *sistema de instrução*; mecanismos de construção para *moradia popular*; políticas de *trabalho* com a finalidade de favorecer o ingresso ao mercado de trabalho a homens e mulheres.

Nesta perspectiva, a difusão da cidadania (onde aconteceu, e portanto nos países mais industrializados, é bom frisar), contribuiu de modo determinante para a criação de um sistema institucional de garantias sociais que procurava assegurar um melhor padrão de vida para todos os cidadãos (RIZZA, 2001).

O ápice deste ciclo de desenvolvimento pode ser colocado depois da Segunda grande guerra até os anos setenta. Nesta fase se observa a formação de um sistema capitalístico “organizado” (OFFE, 1985) ao redor do qual organizações de tipo associativo, como corporações, sindicatos, grupos de interesse (industriais, artesãos, agricultores), assume um papel importante e propulsor para o desenvolvimento da economia (RIZZA, 2001).

Este modelo tem como seu centro o sistema industrial orientado para a produção de bens de consumo padronizados (fordismo), coligado aos programas públicos de *welfare* em contínua expansão pela pressão sobretudo das organizações dos trabalhadores. É neste período, portando, que se estabilizam formam de *welfare capitalism* (ESPING ANDERSEN, 1990) centradas na interação entre o mercado, o Estado, as organizações associativas e as famílias. Neste contexto papel importante é o do setor público complementar, que visa a cobrir as necessidades da família nuclear e á proteção daqueles que são os excluídos do ciclo econômico fordista (RIZZA, 2001).

Importa portanto entender como a economia é continuamente encorpada (*embedded*) no interior de redes de relações sociais que interagem com o mercado, atribuindo a este características específicas a depender do contexto institucional no qual se organiza. Por este motivo os “regimes” de *welfare* não tem como referência somente o papel regulador do Estado, mas fundamentam sua natureza na interação que caracteriza três instituições fundamentais da vida social: o mercado de trabalho, a família e o estado social. Os diferentes modelos de *welfare*, construídos em cada contexto social, são o resultado de como estas instituições se combinam entre elas.

Rizza (2001), no seu artigo, *Welfare State e emergência do Terceiro Setor*, enumera três princípios que marcam as diferenças entre *welfare capitalism* de modelos diferentes. Em primeiro lugar o nível de “demercificação” (*decommodification*) que indica a capacidade, por parte do estado social, de proteger indivíduos e famílias das dependências do mercado, garantindo um teor de vida aceitável, também em condições econômicas precárias. Como

segundo ponto, a capacidade das políticas sociais que atuam nos vários segmentos da estratificação social de manter a estabilidade ou favorecer mudanças. Em terceiro lugar, o papel que as três instituições, que compõem os diferentes regimes do *welfare capitalism*, isto é, mercado, Estado e família/sociedade, exercem nestas interconexões, sendo que diferentes são as responsabilidades de cada setor (RIZZA, 2001).

Parece claro, nesta rápida análise, que o Terceiro Setor tem papel importante no crescimento e na estabilização, sobretudo social, do Estado-nação ocidental. Pouco claro fica ainda, para os países da periferia, como o Terceiro Setor encontra meios financeiros e recursos humanos para conseguir atingir seus objetivos. No Estado capitalista europeu, o conjunto da sociedade que forma o Terceiro Setor encontra fundamentalmente no Estado o cofre que lhe permite estar presente na base da pirâmide social oferecendo serviços que o próprio Estado, em última análise, lhe concede.

No chamado Terceiro Mundo, periferia permanente de sobras tecnológicas e investimentos financeiros cruéis, o *welfare*, como aqui apresentado, parece ainda não ter chegado ou então é tão negligenciado e tão pouco compreendido que fico tentado a chama-la de *setor invisível*, diz Landim (1999). Ela enumera entre as Organizações do Terceiro Setor, “dezenas de milhares de instituições absolutamente indispensáveis à vida da comunidade”, através da nação Igreja, hospitais, museus, bibliotecas, universidades e escolas privadas, grupos de teatro, orquestras sinfônicas e organizações de assistência social de vários tipos. Todas elas dependentes, para sua sobrevivência de contribuições voluntárias de tempo e dinheiro por parte dos cidadãos.

Tem-se, portanto, a impressão, de que os modelos, elaborados em outras partes do mundo, tanto de Estado como de Welfare, dificilmente conseguem se “encarnar” em outra cultura, aceitando as diferenças: são simplesmente transplantados sem a necessária reformulação e adequação. Diante da problemática que envolve o nascimento e a consolidação do Estado-nação como “provedor” e “fiador” de um sistema social industrial e capitalista, Dupas (1998) se pergunta se o Brasil é um Estado social com capacidade para construir um pacto, entre governo e sociedade civil, que consiga restituir legitimidade ao Estado para garantir o cumprimento dos acordos assumidos no processo de regulação (DUPAS, 1998). Num país com grandes diferenças culturais e de uma extensão territorial como o Brasil, onde a União pretende ao mesmo tempo exercer o controle político e descentralizar a gestão administrativa-financeira (BARROSO, 1996), parece tornar-se difícil combinar descentralização, autonomia e controle de políticas públicas que canalizem as tensões e integrem a sociedade em busca de uma mudança social que priorize a inclusão.

Creemos até o momento ter aprofundado a discussão e refletido o suficiente sobre o conceito de Estado; por isso sentimos-nos autorizados a nos debruçar, no próximo segmento deste trabalho, sobre o conceito de Educação Comunitária, que emerge em nossa problematização como um conceito-chave ao nosso estudo. Tal importância advém do fato de que este tipo de educação é essencial à formulação e compreensão da identidade das ONGs que atuam no terceiro mundo e, em especial, a ONG Ágata Esmeralda, espaço de nossa pesquisa. Sem dúvida a educação comunitária é o núcleo em torno do qual se vem construindo a citada Organização Não Governamental.

2.3. A Educação Comunitária

Antes de passar a analisar a educação chamada comunitária, parece-me importante esclarecer o que se entende neste trabalho por “Comunidade”. De fato, o conceito de comunidade, por ter sido utilizado em várias áreas e disciplinas da antropologia à filosofia, à sociologia, ao direito, à política, tem adquirido no decorrer do tempo algumas variações que nem sempre facilitam sua interpretação (BAGNASCO, 1999). O conceito de “comunidade”, a partir de sua origem semântica, pode remeter à raiz latina *cum-munia* (obrigações mutuas) ou *cum-moenia* (muros de proteção, fortificações). Segundo Milan (2001), a preposição latina *cum* exprime a idéia da relação, da interação, portanto de um lugar globalmente constituído e protegido por um sistema interativo.

Na sociologia clássica o conceito serve para definir um tipo de relações sociais que estão na base da constituição da sociedade e compreendem o indivíduo na sua totalidade; a palavra evoca tanto a comunidade do vilarejo do interior, como a comunidade nacional, a família e outras unidades que tenham uma forte integração, chegando por fim a definir a sociedade tradicional que precedeu a atual, chamada de moderna. Na sociologia contemporânea, comunidade é sinônimo de comunidade local. Apesar disso, o termo adquiriu significados tão diferentes que o próprio Parson, segundo Bagnasco (1999), não o define claramente, separando o conceito de comunidade dos estudos da sociedade propriamente dita e propondo em um certo momento bani-lo do dicionário de sociologia. Outros como Streeck e Schmitter, citados por Bagnasco (1999), diante da complexidade dos esquemas gerados pelas sociedades desenvolvidas, estudam-no como parte de modelos mais amplos de interpretação da sociedade como: comunidade, mercado, estado, associação. O estudo vem então reproposto e dirigido para os diferentes campos da sociedade, da economia e da política.

É consenso (BAGNASCO, 1999; MILAN, 2001) que a definição de comunidade mais clara e utilizada até hoje nos estudos sociológicos, que tenha alguma referência com pequenos grupos sociais, tenha sido a de Ferdinand Tönnies que, no final do século XIX, reconhece valor específico da dimensão comunidade com respeito à dimensão genérica de social. É ele de fato que formula uma distinção fundamental entre “vida de comunidade” (*Gemeinschaft*) e “vida social” (*Gesellschaft*):

Todo convívio de confiança, íntimo, exclusivo (assim descobrimos) é entendido como vida em comunidade; a sociedade ao contrário é o público, é o mundo. Na comunidade junto aos seus uma pessoa se encontra desde o nascimento, ligada a eles no bem e no mal, enquanto se vai na sociedade como em uma terra estrangeira. A comunidade é o convívio duradouro e genuíno, a sociedade é somente um convívio passageiro e aparente. É portanto coerente que a comunidade tenha de ser entendida como um organismo vivente, e a sociedade ao contrário, como uma agregação e produto mecânico (TÖNNIES, citado por MILAN, 2001, p. 110).

A comunidade, a partir desta definição, adquire portanto uma dimensão psicossocial na qual o homem percebe e desenvolve um certo grau de pertencimento, de amarração, daí nascendo uma relação intensa e contínua com os outros. Mais tarde Max Weber, retomando o conceito de Tönnies, acrescenta uma distinção entre comunidade e associação:

Uma relação social deve ser definida como associação se e na medida em que a disposição ao agir social se fundamenta sobre uma identidade de interesses, ou então sobre uma série de interesses com uma motivação racional (respeito ao valor e ao fim). Em particular (entretanto não exclusivamente), a associação pode repousar, de modo típico, sobre um 'Contrato racional' através de um compromisso recíproco (WEBER, apud MILAN 2001, p. 111).

Gurvitch, no seu *Traité de sociologie* (1959), introduz nestas relações chamadas “comunitárias” uma nova dimensão de pertencimento que ele chama de “nós” e que viria a ser um sujeito coletivo que age acima e dentro dos indivíduos, que mantém ao mesmo tempo o sentido da própria identidade pessoal e da alteridade, estabelecendo então relações intersubjetivas definidas como “relações com o Outro”. Milan (2001) ao citar Gurvitch, separa o conceito de “*massa*” (como agrupamento) quando afirma:

Os Eu e os Outros interagem somente na superfície, enquanto aquilo que eles tem de mais pessoal e íntimo resta separado”;

“*comunidade*” quando os Eu e os Outros podem se abrir e interagir “comprometendo suas profundezas pessoais”; “*comunhão*” quando os Eu e os Outros alcançam o máximo da recíproca interação e integração colocando na relação suas profundezas mais escondidas e menos acessíveis (p. 112).

Entretanto outros estudos como Contessa (1981) aceitando como categoria de análise o conceito de comunidade, reconhecem na comunidade três aspectos que considera como os mais importantes:

O espaço territorial, as características sociológicas, a unidade psicológica. Para se falar de comunidade precisa antes de tudo um espaço, um lugar, um território no qual existam os mesmos indivíduos e grupos; é necessário que a estrutura econômica, a estratificação social, os hábitos, a linguagem, tenham alguma identidade precisa e unitária; e por fim que os singulos indivíduos, e os grupos, por motivos históricos e contingentes, vivam o pertencimento em uma entidade abstrata e comum. Podemos portanto definir a comunidade como uma unidade psico-sócio-territorial mínima, no interior da qual se desenvolvem relações significativas (p. 35).

Adelson, *apud* Milan (2001, p. 114) sinaliza cinco aspectos e outras tantas definições correspondentes, de comunidade:

1. A comunidade como grupo no qual existe uma intensiva e íntima convivência de idéias e sentimentos.
2. A comunidade como lugar no tempo e no espaço.
3. A comunidade como pertencimento cultural e destino compartilhado.
4. A comunidade como “sistema de sistemas.
5. A comunidade como *civitas*, com os conseqüentes direitos e deveres que dizem respeito aos cidadãos.

Apesar das dificuldades e da complexidade de se definir de modo unívoco o conceito de comunidade, porque, como já vimos, são várias as ciências e as perspectivas de pesquisa com diferentes interesses sobre o tema como a sociologia, a antropologia cultural, a psicologia social, a teoria geral dos sistemas, as últimas definições ajudam a distinguir aquelas que são consideradas as duas fundamentais noções de comunidade: a espacial e a psicológica. Numa ótica ecológico sistêmica, a Escola de Chicago inaugura uma reflexão inédita ao tomar a cidade como seu objeto privilegiado de investigação. A cidade é apreendida por meio de um referencial de análise analógico que tem por base a ecologia, a partir do estudo de um conjunto de indivíduos em um determinado território urbano. Do

outro lado a visão psicológica se refere, sobretudo, à qualidade das relações interpessoais e de grupo e aquilo que disto nasce como organização social quando estas relações se fundamentam em sentimentos de solidariedade, integração, abertura recíproca.

Entretanto, nas sociedades modernas e globalizadas, como bem relata Bauman (2001), o senso de pertencimento evocado da idéia de “comunidade” depende sempre menos da vizinhança física entendida como : espaço e território. Hoje existem outros elementos concebidos entre espaços bem estabelecidos que determinam este conceito. Bauman (2001) retomando “A crítica do Juízo” do filósofo Kant, introduz o conceito de uma comunidade que ele chama de “estética”, típica do mundo da moda, da *audience*, do espetáculo, do Ibope, em que o juízo ético é substituído pelo estético. Nesta perspectiva a “comunidade” teria como função principal confirmar através do impressionante poder dos números a validade de uma escolha marcada e consolidada pela “aprovação social”. Esta comunidade pode ser desarmada com a mesma facilidade com a qual foi construída e deve permanecer uma comunidade flexível, sempre e somente “por tempo determinado” até que lhe convenha. Sua criação e desarticulação dependem da decisão dos seus membros e “nunca esta fidelidade, uma vez declarada deve se tornar irrevogável: as amarras criadas pelas escolhas nunca podem se tornar obstáculo, nem de modo algum excluir outras e diferentes escolhas. Esta coesão nunca pode ser vinculante. Ou como dizia uma metáfora de Weber, aquilo que se procura é um jaleco, não uma gaiola de ferro” (BAUMAN, 2001, p. 64).

Tendo a crítica de Bauman (2001) como pano de fundo, a moderna sociedade consumista que destrói as possibilidades de um relacionamento e de uma interação duradoura, e faz do interesse o valor máximo da vida, está sendo posta como elemento conceptual a não ser descartado ao se analisarem os aspectos da comunidade que interessa a este trabalho.

Propõe-se aqui aceitar, para efeito de análise, uma abordagem que, sem esquecer o espacial e o psicológico, amplie esta visão segundo o qual a comunidade é o primeiro âmbito de organização social completo e auto-suficiente, tal que possa garantir ao indivíduo um positivo sentimento de pertencimento psicossocial, a satisfação de suas necessidades e o desenvolvimento de suas funções (MILAN, 2001, p. 115), reafirmando deste modo a validade de uma idéia de comunidade como grupo coeso, carregado de valores também educativos pelos que nela convivem. É este um conceito de comunidade que:

Rejeita a convicção de que o indivíduo possa fazer parte 'exclusivamente' de uma comunidade, de um grupo: os sentimentos

de pertencimento comunitário existem e são com certeza importantes no percurso da formação individual, mas estes sem se orientar para uma única direção - terão de ser encaminhados para uma pluralidade de relações, no interior das quais o homem tem de se encontrar na sua relação com os outros (MILAN, 2001, p115).

As diferentes tentativas de definição de comunidade não permitem a construção de um conceito unívoco e fechado; ao contrário, a dimensão da comunidade é sempre aberta e complexa, tornando-se quase impossível estabelecer limites pelo simples fato de existirem nela particularidades dinâmicas psico-sócio-culturais que a compõem. Entretanto, parece importante considerar a comunidade como “ator social coletivo”. Bayley e Bulmer, citados por Milan (2001), trazem uma distinção entre *care in the community* e *care by the community* (cuidar na e cuidar por meio) : no primeiro caso a atenção é dirigida às prestações profissionais e serviços oferecidos no interior de instituições presentes no território; no segundo caso a atenção é dirigida às redes que se criam entre amigos, de vizinhança, entre grupos e organizações que de várias maneiras trabalham para o desenvolvimento e a promoção da comunidade, assumida neste caso como sujeito de um projeto na sua globalidade.

O paradigma que vê a comunidade como ator social coletivo, portanto, como sujeito, a considera como dinâmica e tendo capacidade de receber/oferecer recursos e competências. O trabalho pedagógico de comunidade se configura então com relação a um sujeito capacitado e apto (nem sempre isto acontece!), que se coloca numa perspectiva de atuação da própria comunidade, tanto na defesa dos próprios direitos como na possibilidade de oferecer serviços. Citando Wilmott, Milan (2001) reconhece que o “bairrismo” como sentimento de pertencer fisicamente a um determinado território, o “grau de interação entre as pessoas”, a co-participação “pelos interesses e valores”, pela luta e vitórias, definem o senso de comunidade. A “promoção” portanto, valida a emancipação de uma comunidade, o que pode acontecer por meio de estratégias coerentes e respeitadas que se explicitem em relação à qualidade das relações humanas e da validade dos valores propostos.

Feita esta introdução, definindo o conceito de comunidade e suas possibilidades como agente de transformação, passamos à análise do aprofundamento das estruturas que podem permitir a efetivação do trabalho pedagógico de inclusão por meio de uma prática educativa que parta dos muros da escola, o que será feito em dois momentos: no primeiro conceituaremos educação popular, educação comunitária e escola comunitária, e no segundo momento veremos as limitações que são impostas e as possibilidades que se abrem à operacionalização dos referidos conceitos, especialmente no tocante à escola comunitária.

2.3.1. O Conceito de Educação Popular, de Educação Comunitária e de Escola Comunitária

Para alguns autores (POSTER E ZIMMER, 1995) há um tênue limite entre educação popular e educação comunitária, chegando-se até mesmo a traduzir o termo “educação popular” por “educação comunitária”. Contudo, aportes teóricos e históricos nos permitem refletir em que sentido a educação popular e a educação comunitária se aproximam e se distanciam, tornando-se por vezes complementares. O conceito de Escola Comunitária é um conceito em construção, nascido na interface dos processos educativos populares e comunitários.

2.3.1.1. O Conceito de Educação Popular

Pode-se datar o fim dos anos 50, e sobretudo os primeiros anos da década de 60, como o momento histórico de discernimento do que se veio chamar de educação popular. Naquele momento crescem os movimentos sociais organizados no Brasil, a exemplo do movimento de alfabetização “com os pés no chão também se aprende a ler”, do Movimento de Educação de Base (MEB), do Movimento de Cultura Popular (MCP) e dos Centros Populares de Cultura (CPC). Estes movimentos contribuíram para a renovação das orientações da educação popular no país, pois a educação, que era um privilégio de determinadas camadas da população, passa a ser compreendida dentro de uma preocupação com as necessidades das camadas subalternas da sociedade.

As experiências citadas foram aprofundadas e traduzidas em processos metodológicos, centrados na prática política, em que o educador exerce uma função mediadora tendo como fundamentos a ação coletiva, a investigação da realidade, a modificação da consciência, a transformação da realidade e a autonomia das pessoas sobre o seu próprio desenvolvimento (PINTO, 1984). Este processo educativo é colocado em prática por agentes de educação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e por militantes engajados sócio-politicamente.

A contribuição mais significativa para a concepção de educação popular foi oferecida por Paulo Freire, à qual se juntaram outros pensadores e educadores. Para Freire (1992) a única maneira de ajudar o homem na construção e na transformação da sociedade é mediar um processo em que ele substitua a percepção passiva da realidade por uma apreensão do mundo de natureza crítica e consciente. Isto seria possível a partir de um método ativo de educação centrado no diálogo, construindo-se e modificando-se de maneira crítica o conteúdo dos programas de educação.

Em geral, propõe Paulo Freire, a mudança de perspectiva na educação, retirando-se do processo educativo a ação opressiva, em que os atores-sujeitos são elites dominantes que

visam a manutenção da mesma realidade e olham o educando como um objeto. Esta ação cede o seu espaço a uma ação interativa, dialógica, tendo-se como objetivo a humanização das pessoas e da sociedade como um todo.

Um olhar sobre a evolução não só da educação popular no Brasil como do próprio conceito de educação popular, a partir de Paiva (1984), nos convence de que esta evolução se deu em três movimentos, dois simultâneos e um que aparece como o resultado do aparente conflito entre os movimentos simultâneos. Tornando a questão mais clara, nos fortes momentos da educação popular havia duas tendências a se confrontarem: de um lado os educadores populares que abjuravam a educação formal e só compreendiam a educação popular distanciada da escola (GARCIA, PINTO) e de outro lado os educadores populares que faziam aproximações da educação formal com a escola pública com vista à inserção nos diversos grupos sociais e comunidades. Deste conflito nasceu uma terceira perspectiva, predominante até o momento, em que se procura uma articulação entre a realidade das comunidades desfavorecidas e a escola como espaço e mediação de saberes constituídos e sistematizados. O resgate da cidadania passaria necessariamente por essa articulação; esta tendência conciliatória pode ser percebida no Paulo Freire (2000; 2001) mais contemporâneo, Secretário da Educação de São Paulo. Esta síntese haurida do confronto de perspectivas acima citado pode ser bem resumida pela seguinte reflexão de Paulo Freire (2000):

Queremos uma escola pública popular, mas não populista e que, rejeitando o elitismo, não tenha raiva das crianças que comem e vestem bem. Uma escola pública realmente competente, que respeite a forma de estar sendo de seus alunos e alunas, seus padrões culturais de classe, seus valores, sua sabedoria, sua linguagem (p. 42).

Esta tarefa se revela como um desafio ainda não resolvido, o de articular o ensino formal com a informalidade da vida sofrida das comunidades excluídas.

2.3.1.2. O Conceito de Educação Comunitária

De forma intuitiva e em uma primeira aproximação entende-se educação comunitária como o desenvolvimento de projetos ou iniciativas que têm como principal fim a melhoria de vida da comunidade em seus aspectos diversos: saúde, educação, bem-estar, moradia, infraestrutura. Nessa primeira aproximação se englobariam diversas tendências de intervenção na sociedade, sobretudo nas comunidades reconhecidamente excluídas, desde o longínquo e questionável programa Aliança para o Progresso da era Kennedy aos mais críticos e descolonizadores programas de revolucionários da América Latina. Convém, pois, esclarecer que não consideramos como pertinentes os processos e conceitos de educação

comunitária defendidos ou operacionalizados com a finalidade de impedir o desenvolvimento autônomo e crítico da comunidade. Nesta direção comungamos com Paulo Freire quando, no prefácio da coletânea “Educação Comunitária no Terceiro Mundo” (POSTER E ZIMMER, 1995), afirma que:

Educação comunitária não é ipso facto uma coisa boa. Entre os seus promotores e defensores estiveram aqueles cuja visão de mundo parecia a de uma Máfia comunitária: cada um apóia o outro, o mundo é bonito, aqueles que não são livres como nós são por definição elementos subversivos que não querem trabalhar duro (p. 11).

Que elementos nos permitiriam estabelecer um diferencial, em relação ao conceito de educação comunitária, que interessa ao nosso propósito? Vem em nosso auxílio Paulo Freire, no mesmo prefácio citado, mostrando-nos que a educação comunitária se firma como tal justamente nos países onde a redistribuição dos recursos sociais é bloqueada, o que reclama o surgimento de movimentos de base. Logo, a educação comunitária não existe por si mesma mas ela tem como suporte um contexto histórico a exigir mudanças ou transformações. Assim a educação comunitária “não se ocupa simples e passivamente com a educação, mas também engloba organização e ação”. (p. 11)

Neste processo, segundo Fashek (1995), convém identificar duas premissas básicas: a primeira é a premissa de que antes e além de qualquer aprendizagem ou atividade educacional há uma realidade opressiva concreta e perversa e que o propósito da educação não é dissimular ou ignorar, mas transformar essa realidade. A segunda é a promoção da esperança ligada à crença de que a mudança é possível e de que somos responsáveis por ela (p. 37).

Logo, a educação comunitária é um exercício concreto, que envolve organização e ação em vista a uma transformação social, sendo a aprendizagem um elemento mediador que nasce e é mantido dentro de um projeto maior. Neste sentido a educação comunitária é mais ampla que a educação tomada em seu significado mais restrito.

O mesmo autor (FASHEK, 1995) identifica como características da Educação comunitária os seguintes elementos:

- a) tem como ponto de partida as condições e as experiências concretas das pessoas, especialmente das camadas oprimidas e excluídas da sociedade;
- b) começa com aquilo que as pessoas têm, aquilo de que elas necessitam, o contexto social no qual vivem, as experiências pelas quais têm passado e as ações que podem levar a cabo para transformar suas condições de vida;
- c) utiliza como encaminhamento metodológico a identificação do problema, da escolha de informação diretamente observável, da organização, da ação, do diálogo e da articulação;

- d) busca movimentar-se em direção a uma compreensão mais precisa de certas situações e fenômenos, assim como em direção à aquisição de uma maior capacidade para transformá-los;
- e) possui professores que são mais facilitadores que controladores do processo de aprendizagem.

De posse dos conceitos básicos de Educação Popular e de Educação Comunitária, podemos tentar a construção do conceito de Escola Comunitária.

2.3.1.3. O Conceito de Escola Comunitária

Não existe um conceito pronto de Escola Comunitária. Ele vem sendo construído no âmbito das Instituições e ONGs que atuam sobretudo nas periferias das grandes cidades, na interface dos dois conceitos acima desenvolvidos. Esta interface nos permite refletir, inicialmente, que uma escola comunitária não pode ter as mesmas características de uma escola que esteja distante de uma proposta de organização comunitária.

Entretanto, a pesquisa de Araújo (2005) nos mostra como existem, no contexto da periferia de Salvador, escolas que nasceram com “o objetivo de ajudar crianças carentes, através de uma evangelização concreta” a partir da vontade do dirigente, obedecendo a um chamado de Deus: “Se os governantes nada fazem por esses pequeninos pobres miseráveis, eu depois que assisti à missa me coloquei de joelho, me entreguei ao Senhor e na minha oração disse:- Senhor fala comigo e diz o que queres de mim” (p. 155). Outras a partir de princípios religiosos e éticos, apontados por figuras carismáticas, que balizam os objetivos da própria escola nascida com o objetivo de educar para a vida, de acordo com “os princípios de Madre Helena, este educar compreende o saber viver pautado em um conjunto de valores e princípios que vão desde o respeito a Deus e Seus Ensinamentos, até ao respeito pela natureza, pelas pessoas, pela diversidade cultural” (p. 158).

Existem, também, escolas nascidas da vontade do dirigente “em conjunto com as idéias de outros moradores da comunidade que, segundo ela, ainda hoje lutam por melhorias para o bairro”. O objetivo dessas escolas seria o “de resolver o problema de falta de escolas para crianças (...) enquanto seus pais/responsáveis saíam para trabalhar ou procurar empregos, que ficavam pelas ruas ou trancadas em casa sem atividades que pudessem preencher-lhes o tempo” (ARAÚJO, 2005, p. 162).

Entretanto, a pesquisa revela que a qualidade do ensino ou a participação da comunidade e na comunidade não é garantida pelo simples fato de ter nascida ou não por vontade ou de uma necessidade popular. Tanto que a própria pesquisadora (ARAÚJO, 2005) mostra como as escolas pesquisadas, nascidas pela vontade do dirigente, sob inspiração de

princípios religiosos, estão às vezes muito mais inseridas na comunidade e com um discurso e uma prática mais autônoma, do que as escolas nascidas por vontade popular nas quais a Associação é formada muitas vezes pelos membros da própria família do dirigente, sem uma clara distinção entre o público e o privado, entre a casa do dirigente e a escola. Também o discurso de uma ação social coscientizadora da escola junto à comunidade “através de palestras, cursos profissionalizantes, planejamento familiar, prevenção de acidentes na infância, fabricação de remédios caseiros” referido pelos dirigentes, nunca foi observada pela pesquisadora, que afirma: “ nos meses em que estivemos na escola, nunca presenciamos tais atividades sendo desenvolvidas, o que denota que a intenção de fazer era apenas uma intenção, mas que na prática a intenção não se concretizava em ação” (ARAÚJO, 2005, p. 162).

Pode-se dizer, portanto, que o fato da escola ter nascido ou não da vontade popular, estar inserida nas comunidades de periferia, não garante que uma escola, dita comunitária, seja de fato comunitária. Outros elementos precisam ser procurados, que permitam que a escola inserida na comunidade se torne um “oásis” onde a educação escolar esteja em relação permanente com a organização popular daquela comunidade, criando uma prática de diálogo e de autonomia.

Há elementos diferenciadores, elementos estes que embora lhe dêem um diferencial em relação a outras, delas não pode se afastar como instância mediadora e sistematizadora de saberes que se apresentam como um legado para todos os cidadãos, indistintamente. A construção da identidade da escola comunitária se dá, pois, dentro de uma permanente tensão: de um lado estão os reclamos e demandas da comunidade à qual esta escola serve; de outro lado há um currículo que precisa e deve ser integralizado com justiça e competência. Alguns elementos de análise nos ajudarão a avançar na construção do referido conceito:

a) O sentido do termo popular afasta-se de uma concepção massificadora de educação, em que o que importa é atrair o maior número possível de participantes no processo formal de escolarização. Da mesma forma afasta-se de uma concepção «basista», ou seja, a de considerar que os conteúdos e formas de aprendizagem devem concentrar-se exclusivamente no universo das experiências culturais e sociais dos alunos, o que pode descambar para o que Benjamim Garcia denomina de “espontaneísmo delirante” (GARCIA, 1982).

b) A educação popular deve ser aqui entendida como uma condição da educação comunitária das classes populares, devendo proporcionar uma nova função para a escola, ou seja, esta deve abrir mão da sua concepção hegemônica homogeneizadora, baseada em valores de uma classe dominante, buscando garantir um processo educativo em que os componentes culturais da sua clientela sejam

respeitados e “a diversidade cultural seja reconhecida como elemento estruturador da prática escolar.” (GABRIEL, apud CANDAU, 2000, p. 34).

O sentido da educação comunitária (GADOTTI, 1995) é voltar-se para os excluídos sociais e economicamente da sociedade, tendo a escola formal como um dos seus campos de ação, o que significa principalmente uma reversão dos seus valores e concepções tradicionais sobre sociedade, educação e conhecimento.

De acordo com Gadotti (1995), os movimentos sociais emergentes, que colocam a qualidade de vida como centro do processo educativo, têm recrudescido na América Latina, o que coloca para a escola a necessidade de preocupar-se com os aspectos ligados às condições de vida das populações mais pobres, notadamente a escola pública cuja clientela é, na sua maioria, proveniente das classes populares. Entretanto, o público não se identifica necessariamente com o popular, e o problema da escola pública é o de tornar popular o público, colocando o Estado a serviço dos interesses das populações e não o contrário.

Historicamente, a escola pública não surgiu com propósitos de contribuir para diminuir as desigualdades sociais e elevar o padrão de vida das populações marginalizadas, mas para servir aos ideais da burguesia (VALE, 1996). Neste caso, ela mantém princípios educacionais que ratificam um modelo elitista, hierárquico e calcado em valores assumidos pelas classes mais favorecidas. Este mesmo modelo é, de certa forma, assumido pelas escolas comunitárias, que, na sua maioria, ainda não incorporaram o sentido cultural e político do popular, mas, principalmente, o sentido formal do processo educativo. Esta condição é decorrente da influência de valores hegemônicos tradicionais, como também da falta de exercício da sua autonomia política e pedagógica. No Brasil, a falta de incorporação pela escola pública e comunitária do sentido real do popular foi decorrente, inclusive, do regime autoritário das décadas de 60 e 70 que, como afirma Gadotti (1995, p.215):

Pretendeu resolver os problemas educacionais sem a participação popular e dos educadores, mediante... projetos e campanhas que redundaram em fragorosos fracassos, como foi o caso do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Outra influência que pode levar à fragilização do significado popular do processo educativo nas escolas e nos meios educacionais não formais é a presença da igreja e das empresas no processo educativo desenvolvido com as comunidades, o que pode reforçar uma prática assistencialista e dificultar, desta forma, as transformações de caráter revolucionário. No Brasil, esta presença tem sido maciça, e a iniciativa educacional, mesmo com a interferência dessas instituições, vem sofrendo tais transformações.

Prosseguindo na tentativa de construção do conceito de uma escola comunitária, cabe-nos retomar alguns elementos básicos nascidos da referida interface educação

popular/educação comunitária, como, por exemplo, os critérios de uma ação educativa libertadora propostos por Graciani (1995, p. 66):

1. Consciência crítica, que situa a ação educativa entre meninos e jovens pobres e marginalizados em um contexto sociopolítico, econômico e cultural mais amplo;
2. Ação libertadora, que trata meninos e jovens como pessoas, como membros ativos de um povo, como artífices de sua própria história;
3. Ação participativa, que envolve todos nas decisões e atividades do projeto educativo;
4. Ação comunitária, que modifica as realizações criando laços e vínculos solidários e fraternos;
5. Ação sensível aos valores da cultura popular; Ação organizadora e orgânica, que se serve de uma revisão constante da teoria e da prática;
6. Ação integradora e integrada às forças transformadoras da história, que soma esforços e iniciativas com os movimentos sociais e populares, superando ações isoladas, personalistas;
7. Ação política identificada com as classes populares e vinculada à luta e resistência dos setores oprimidos;
8. Ação identificada com a dignidade do ser humano, que se propõe à construção coletiva de uma sociedade mais justa e fraterna que possibilite a todos as mesmas oportunidades.

Com apoio em Nimnicht (1995), julgamos imprescindível à atuação da escola comunitária a observância de alguns princípios que resultam da profícua história da educação popular e da educação comunitária no continente americano:

- **O princípio da intervenção reverente:** é fundamental a manutenção do diálogo, da escuta, do respeito mútuo e da compreensão. Supera-se assim a arrogância cultural e a aprendizagem é compartilhada, com incorporação de novas idéias e experiências no processo. Isto implica mecanismos de negociação e resolução de conflitos, que devem ser mantidos todo o tempo, em permanente avaliação, evitando-se resultados ruins ou destruidores do processo educativo.
- **O princípio da autodireção e da autoconfiança:** os projetos e atividades devem encorajar a auto-ajuda, a auto-estima, a capacidade de cuidar das próprias necessidades, pois ninguém melhor do que a comunidade para enfrentar com coragem e determinação o problema que ela enfrenta em determinado momento. Um bom caminho seria identificar as instituições ou espaços que já existem atuantes na comunidade e envolve-las no processo.

- **O princípio da relevância cultural e da auto-expressão:** não se pode perder de vista que se está desenvolvendo a educação em um contexto cultural específico. Importa compreender as perspectivas culturais e históricas da comunidade, a fim de encaminhar processos em que ela desenvolva novas percepções sobre sua própria cultura.
- **O princípio do engajamento e da participação:** sem abandonar as suas competências, pelo diálogo e participação, o agente educacional leva a comunidade a se engajar desde o início em todas as etapas dos projetos, na tomada de decisões, identificação de problemas e resolução de problemas e conflitos.
- **O princípio da organização:** a finalidade maior dos programas desenvolvidos é capacitar as pessoas para resolverem elas mesmas os seus próprios problemas, utilizando os recursos existentes de forma apropriada e assumindo de forma organizada o controle dos fatores principais que afetam as suas vidas.
- **O princípio da articulação e da complementaridade:** o crescimento da comunidade precisa ocorrer de forma integrada, sem isolamento de condições concretas e fatores que aí emergem; desta forma, o crescimento deve contemplar na mesma intensidade e nível de integração as dimensões social, psicológica, cultural, física e produtiva.
- **O princípio do impacto:** um programa isolado não produz o efeito esperado. A multiplicidade de programas, o envolvimento dos diversos segmentos da comunidade, o envolvimento de um número significativo de grupos comunitários e pessoas pode produzir o impacto necessário a uma real transformação da comunidade.
- **O princípio da diversificação:** as necessidades e os interesses das pessoas e dos grupos comunitários mudam, se expandem, se transformam, são ressignificados. Um acompanhamento dentro da flexibilidade permite a intervenção apropriada na redefinição de estratégias e programas.

Pode-se então afirmar que uma escola comunitária, nascida no princípio democrático da convivência, inaugura um novo tempo onde as diferenças pessoais, sociais, religiosas, ideológicas deixarão de existir, sem empobrecimento ou negação do sujeito, mas como coloca Araújo (2005, p. 52), adquirindo um novo significado: “significa que 'o campo dos enunciados não é um conjunto de plagas inertes, escondido por momentos fecundos; é um domínio inteiramente ativo' e enfrentará a homogeneidade de objetivos nos momentos de

heterogeneidade discursiva”. O espaço democrático torna-se então o espaço da convivência e da diversidade, onde idéias nascidas de sujeitos diferentes se encontram na reflexão e na ação, sem por isso diminuir ou destruir o outro.

Para Araújo (2005), que analisa o cotidiano das escolas comunitárias, a partir da linguagem, o saber e o poder:

caminham em direção de um agir comunicativo, autônomo, dialógico, instituindo possibilidades de articulações específicas que garantem ao grupo social o exercício do não silêncio e da não repressão do pensamento, consentindo, na prática e na experiência cotidiana, o assumir de concepções e posturas passíveis de críticas ou advertências fomentadas pela garantia do livre-dizer e refletir (p. 52).

O viver, nesta teia de relações, pode permitir que seja possível uma convivência em que se podem anunciar valores, concepções, verdades ou pseudoverdades, “que cotidianamente vamos acumulando e projetando em relação à nossa própria vida e à vida do outro que conosco convive, principalmente em instituições públicas tais como: creches, orfanatos, igrejas, associações e grupos escolares” (ARAÚJO, 2005, p. 53).

Do outro lado, uma escola comunitária, como espaço social de construção e reconstrução do saber, permite, também, o encontro de sujeitos que por deterem um poder ou um saber: “articulam seus conhecimentos de maneira que, muitas vezes, afetam o pleno desenvolvimento da educação e do exercício da cidadania, deixando apenas para a lei, as palavras que expressam o viver bom, justo, correto, autônomo e comunicativo” (p. 53). Deste modo, o espaço comunitário repete as relações sociais do agir em grupo e no grupo, produzindo comportamentos que são instituídos no viver cotidiano.

Dependerá portanto da capacidade de transformar estes espaços comunitários em espaços que propiciem a socialização do saber e do poder, para que propostas e projetos coletivos sirvam e manifestem o desejo do grupo e colaborem para o estabelecimento de um agir autônomo, comunicativo e comunitário, sem o qual, qualquer prática autoritária e egoística pode se tornar conteúdo de aprendizagem e de conhecimento.

A partir da análise da LDB e dos PCN's para o ensino fundamental, pode-se perceber como a lei abre caminhos para uma experiência educativa rica e fecunda de uma aprendizagem, que supera os conteúdos programáticos, para absorver a comunidade escolar e inseri-la num mais vasto mundo do conhecimento do qual fazem parte as relações sociais de um viver comunitário. A LDB, de fato, chama a atenção para um dos objetivos da educação comunitária:

o de despertar e promover nos sujeitos escolares e comunitários,

movimentos experienciados de diálogo e comunicação, reconhecimento da identidade como diferença pessoal e social, sentimento de alteridade, solidariedade, cooperação, socialização e participação coletiva na discussão, construção, execução e avaliação de propostas pedagógicas edificativas que atendam satisfatoriamente a comunidade específica (ARAÚJO, 2005, p. 70).

Entretanto, como a própria Araújo (2005, p. 62) observa, “as leis tem o poder de anunciar uma determinação para toda a sociedade, mas nem sempre a força e a energia de suas palavras, obrigam os sujeitos a realizarem o que está dito e escrito”. A escola comunitária, “supostamente nascida do desejo, da vontade” e da organização popular, precisa tomar consciência do seu destino e inaugurar ou estreitar uma parceria entre ela, escola, e a comunidade, para em conjunto construir rede de engajamento sócio-pedagógico em que os sujeitos envolvidos possam: “entender e absorver o trabalho que naquele espaço sócio cultural está sendo construído, uma vez que é trabalho educativo e comunitário, observar, investigar e analisar a realidade concreta que se apresenta no cotidiano” (ARAÚJO, 2005, p.70).

Portanto, a escola comunitária e a vida ganham sentido quando os sujeitos envolvidos nesta dinâmica dialógica, apontam caminhos semelhantes ou possíveis, “no sentido de refletir, re-direcionar, re-avaliar as práticas nascidas da linguagem e do diálogo que podem transformar as concepções de vida, de mundo, de sujeito, de ensino, de aprendizagem” (ARAÚJO, 2005, p.72), renovando tanto o trabalho comunitário como o trabalho pedagógico-educativo.

Nesta perspectiva, cada escola comunitária é única, apresenta uma específica particularidade, tanto na sua estruturação física como técnico-pedagógica, a depender da pessoa ou grupo que a inspirou e do conjunto das pessoas que ali trabalham e a mantêm. Tornar uma escola “comunitária” é mais um desejo do que uma realidade açodada; este seu fazer-se comunitário dependerá da capacidade de refletir e agir no conjunto das diferenças dos sujeitos que fazem a escola/comunidade, a partir portanto de “uma relação de aprendizagem social (convivência) e por intermédio de necessidades e expectativas” (ARAÚJO, 2005, p. 74), dos alunos, dos pais e dos educadores.

Desse modo, será toda a comunidade escolar que terá de refazer seus saberes e suas práticas, a partir, como diria Paulo Freire, de um entendimento dialógico, para que, como complementa Araújo (2005, p. 79):

os sujeitos escolares e comunitários ergam seus discursos, busquem cotidianamente entender-se, vislumbrando a pretensão da validade

não por imposição, mas precisamente porque a verdade ali construída e consentida para aquele lugar social e momento, encontra-se respaldada pela sinceridade e pelo sentimento de comum acordo entre os pares sociais que estruturam o processo pedagógico educativo, dialógico-coletivo, comunicativo.

Para que isso possa acontecer será necessário que a escola comunitária consiga fomentar um sentimento de pertença que permita partilhar a alegria e o sofrimento do debate, em busca daquele entendimento que promove e consolida a idéia de comunidade como “uma unidade psico-sócio-territorial mínima, no interior da qual se desenvolvem relações significativas” (CONTESSA, 1981:35).

Acreditamos, portanto, que uma escola comunitária deverá assegurar uma relação interpessoal e constante entre ela, a família e a comunidade, permitindo assim (ARAUJO, 2005), o desenvolvimento e a “construção de uma autonomia onde o trabalho de cada participante possa ser (re)construído” em vista de uma construção coletiva que une o respeito e a valorização do outro, como sujeito de um mundo diverso e plural, que encontra na escola/comunitária a possibilidade de sua aceitação e de sua participação.

De posse dessas reflexões e ponderações, sintetizaríamos os princípios básicos da educação popular comunitária, que deveriam ser observados por uma organização voltada para a questão comunitária:

- Uma educação libertadora significa não apenas a mudança de métodos e técnicas, mas uma relação diferente com o conhecimento e a sociedade; esta relação se pauta na crítica social e nas ações para mudança;
- A educação deve ser vista como um processo historicamente situado e deve ter um caráter instrumental para a compreensão da realidade, concebida esta última como aquilo que se passa fora da escola: no mundo, na natureza, na sociedade;
- A educação deve estar associada às práticas sociais; portanto, deve não só incorporar conteúdos significativos para o educando, baseados no seu mundo vivido, no saber que ele já traz, como também articular-se aos movimentos sociais que ocorrem fora do contexto escolar e que se dirigem ao desenvolvimento da comunidade social.
- A teorização dentro do processo educativo deve ser desenvolvida a partir da prática e não sobre a prática. Isto vai permitir a elevação dos níveis de compreensão do educando sem

distanciamento da sua realidade.

Desta forma, assume-se a perspectiva de que “todo educador precisa ser educado”, entendendo-se isto como re-educação para uma práxis de mudança, uma vez que as raízes da prática docente são conservadoras. Significa aliar ao valor da competência técnica o compromisso político de transformação, ou seja, apenas transmissão competente dos conteúdos ou, ao contrario, a politização sem os conteúdos de conhecimento desarmam os segmentos populares dos seus instrumentos de luta transformadora. Significa politizar os conteúdos respeitando-se a posição de classe dos alunos, pois, os conteúdos apenas formais são inócuos para uma transformação, ainda que o professor seja tecnicamente competente.

O sentido da reeducação do educador estende-se à sua compreensão crítica, de que ele não é o único que sabe e de que seu saber é limitado diante da totalidade da realidade.

A educação para a transformação não requer a ocorrência prévia de uma mudança social. A participação do processo educativo nas transformações da sociedade começa, de acordo com Paulo Freire, na medida em que se utilizem todas as possibilidades para uma educação transformadora, *dentro dos limites do presente* (FREIRE, 1987, *apud* VALE 1996). Segundo aquele autor, existem diferentes níveis de transformação, e isto significa que os limites do espaço-tempo devem ser geradores de possibilidades, e não coibidores de propósitos de mudança. Portanto, tentar discernir, dentro do processo educativo, que “... a possibilização de possibilidades é a realização da prática dentro do limite que se impõe a ela” (idem). Neste caso, o educador precisa ter uma compreensão crítica clara do possível de hoje, para convencer-se de que ele pode mudar.

O caráter processual e relativo das transformações através da educação, sobre o qual adverte Paulo Freire, funda-se em alguns aspectos da prática da escola formal, que historicamente se vêm impondo no seu cotidiano, os quais são limitativos para a ocorrência de mudanças mais profundas, que contribuam para transformações nas condições de vida dos educandos das classes populares:

✎ Os valores conservadores da escola formal pública não contemplam a realidade das classes populares que a ela acorrem. Sabe-se, inclusive, que a origem das escolas comunitárias, como Organizações Não Governamentais, se deve principalmente à incapacidade das escolas públicas de desenvolverem um processo educativo condizente com a prática sociocultural das classes populares. Portanto, um dos principais limites para a concretização de um processo educativo popular encontra-se no caráter hegemônico dos valores das classes dominantes dentro do ensino formal, que imprimem um *ethos* escolar refratário a mudanças de caráter mais profundo na direção das necessidades daquelas classes.

- ✎ As grandes limitações materiais de vida das classes populares dificultam a sua participação plena no processo educativo formal e, além disso, criam laços de dependência e as tornam sujeitas a práticas assistencialistas, que fragilizam o poder das iniciativas transformadoras, diante da preponderância das suas necessidades imediatas de sobrevivência.
- ✎ Não existe uma concepção por parte do educador sobre o ato de educar para a mudança, e, conseqüentemente, do modelo educacional que pode conduzir a tal objetivo. Esta ausência é fator de fragilização do seu compromisso político como agente de mudança e de consolidação das suas práticas tradicionais, tornando-o pouco competente para saber ultrapassar o saber formal e sistematizar os conhecimentos já trazidos pelos alunos com base na sua prática social, a fim de que possam gerar um novo saber sobre tal prática.
- ✎ Não há uma consciência do professor de que a realidade é dinâmica e que, por isso, qualquer conhecimento é provisório, e, portanto, inacabado. Além disto, os conteúdos formais não dão conta da totalidade, e, portanto, são parciais, devendo ser enriquecidos com aqueles originários do mundo da vida.
- ✎ Há uma exacerbação do valor atribuído à transmissão de conhecimentos sobre a sua construção ou produção, em virtude da preponderância do poder do professor, como detentor do saber sobre os saberes de que os alunos já são portadores. Portanto, o processo de ensino do professor para o aluno ainda mantém superioridade pedagógica sobre o processo de aprendizagem, enfraquecendo a investigação permanente da realidade, a crítica, a reflexão, a problematização, o questionamento, como princípios educativos que colocam o aluno como sujeito do ato de conhecer e lhe garantem mais autonomia do que dependência na sua formação.

Essas considerações encontram respaldo no fato de que a educação deve ter como objetivo fundamental promover o desenvolvimento humano. Este objetivo requer, principalmente, a democratização das oportunidades e condições de aquisição dos conhecimentos, como instrumentos para tal desenvolvimento. Entretanto, essa democratização não significa apenas o acesso de todos aos diferentes níveis e etapas de escolarização, mas, sobretudo, a garantia de permanência do educando num processo educacional de qualidade.

O que se denomina de “qualidade” vai além do seu domínio de conteúdos e formação de

habilidades considerados necessários para uma boa formação, portanto, um ensino competente, como um princípio que a escola deve adotar. “Qualidade”, na perspectiva da educação popular e comunitária, significa um processo educativo sintonizado com a realidade sociocultural do educando, em que sobretudo sua identidade cultural seja considerada e seus conhecimentos prévios respeitados e valorizados.

Pode parecer um sonho, mas como diria Freire (1986), o sonho é possível, cabe a cada um de nós pensar diariamente a sua prática; exige a descoberta, demarcar os espaços livres da existência, conquistar novos espaços e novos limites que a história nos impõe a toda hora.

A questão dos sonhos possíveis, repito, tem a ver com uma educação libertadora enquanto prática utópica. Mas não utópica no sentido de irrealizável; não utópica no sentido de quem discursa sobre o impossível, sobre os sonhos impossíveis. Utópica no sentido de que é esta uma prática que vive a unidade dialética, dinâmica entre a denuncia e o anúncio, entre a denuncia de uma sociedade injusta e espoliadora e o anúncio de um sonho possível de uma sociedade que pelo menos seja menos espoliadora... (p, 68).

Juntar uma visão holística do ato de educar em que a reflexão e a emoção se tornam a base da descoberta, inclusive dos valores, com a dialética da descoberta e da denuncia que nasce de um ato criador, matriz do conhecimento, que Freire (1979) coloca na comunicação e no diálogo que une aluno e professor no mesmo suor transformador, pode dar certo, quando se pensa que o sonho seja possível. Este sonho é também de muitas ONGs, o sonho da ONG Ágata Esmeralda, que pressionadas externa e internamente, continua a defender determinados princípios que julga identitários e inalienáveis à sua atuação.

No próximo capítulo apresentaremos de que forma pretendemos, a partir de uma perspectiva epistemológica enlarguecida, e dentro de procedimentos metodológicos pertinentes, resgatar o que de concreto existe quanto às idéias e práticas mantidas e operacionalizadas pela ONG em estudo.

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentamos o processo metodológico adotado com a finalidade de: a) definir os pressupostos que norteiam as ações do Projeto Ágata Esmeralda, com relação ao processo educativo e à promoção das comunidades periféricas da Bahia; b) identificar as concepções da mesma ONG, quanto à ação educativa por ela desenvolvida; e, c) analisar se a pressão avaliativa neoliberal dos organismos financiadores e a pressão dos próprios princípios identitários das ONGs contribuem para a criação, manutenção e revisão dos princípios identitários da ONG Ágata Esmeralda, máxime no que se refere à sua inserção na educação comunitária das escolas comunitárias e Associações com as quais mantém parceria.

Com apoio em Morin (2002), estimamos que a escolha metodológica de uma pesquisa dessa natureza, envolve, direta e indiretamente, grupos sociais ancorados em contextos sociais diferentes, complexos, o que os deixa, literalmente, diante da “dificuldade da palavra que quer agarrar o inconcebível e o silêncio” (MORIN, 2002, p. 14). Neste sentido, encontramos-nos diante do desafio de responder à objetividade exigida pelo discurso científico, sem perder de vista os limites de construção dessa objetividade, ante a complexidade que cerca o conhecimento da realidade. Isto nos leva a não perder de vista a pertinente reflexão de Morin (2002):

A objetividade não exclui o espírito humano, o sujeito individual, a cultura, a sociedade. Mobiliza-os. Mobiliza os princípios e as potencialidades construtoras do espírito humano e da cultura e exige o seu controle mútuo permanente. Necessita tanto do consenso como do antagonismo e da conflitualidade entre concepções e teorias. (p. 17).

Nossos procedimentos metodológicos não perderam de vista esses elementos de discussão, o que nos levou a dar a palavra por diversas vezes a todos os sujeitos da pesquisa, e a todos os grupos nos quais esses sujeitos transitam. Julgamos que a melhor forma de abrir espaço à compreensão da complexidade seria a de ouvir tanto os dirigentes italianos radicados na Itália, quanto os dirigentes italianos que atuam no Brasil (Bahia), e os técnicos e/ou educadores da ONG Ágata Esmeralda. Os nossos esforços nessa direção não nos garantem contudo que tenhamos atingido, sem contradições, os resultados decorrentes deste estudo, de forma a dar a questão como pronta e encerrada. Convém retomar, novamente, o epistemólogo contemporâneo da complexidade:

A razão e a desrazão são as coisas do mundo melhor distribuídas; o bom senso e o mau senso são as coisas do mundo melhor distribuídas. Não há corte epistemológico radical. Não há uma ciência pura, Não há um

pensamento puro, não há uma lógica pura. A vida alimenta-se das impurezas, ou melhor, a realização e o desenvolvimento da ciência, da lógica, do pensamento têm necessidade dessas impurezas (MORIN, 2002, p. 34).

Confirma-se assim, que mesmo tendo concebido um esforço metodológico que nos parece adequado ao nosso objeto de estudo e ao alcance dos objetivos pretendidos, estaremos sempre a braços com a incompletude, com a necessidade de relacionar e cruzar dados e procedimentos, em vista a um corte epistemológico que nos deixe sempre o esteio da realidade estudada, por mais complexa que esta se nos afigure.

Assim, não se pode perder de vista que estes últimos vinte anos foram teatro de transformações estruturais no mundo da produção, da tecnologia e da ciência, que modificaram as condições e as formas do trabalho, transformando as relações sociais, como também as modalidades de sua representação. Nas ciências sociais surgiram novas metodologias de interpretação dos fatos, que tentam dar conta de um real sempre mais diferente e em contínua mudança. Toda nova proposta inovadora de ciência comparece pela via da desconstrução de paradigmas anteriores, “por deficiências metodológicas, ou teóricas ou mesmo práticas” (DEMO, 2002, p. 132). Na utopia da ciência, afirma Demo (2002), todo limite é recusado e os paradigmas científicos já “não dão conta de outros horizontes da realidade que, antes pareciam dar” (p. 132).

Hoje de fato é impossível definir de modo unívoco o novo paradigma sócio-econômico dominante pelo fato de que é impossível reconhecer um único e homogêneo paradigma com o qual se possa definir a interpretação e a análise de suas características estruturantes. Encontramo-nos frente a frente com um processo de decomposição e fragmentação de tudo aquilo que define a esfera produtiva, econômica, social e espacial, ajuntado-se o fato de que não se pode descrever a realidade de modo unívoco e homogêneo a partir de um ponto de vista, porque estamos entranhados numa pluralidade e numa complexidade de situações que são irredutíveis entre eles (DEMO, 2002).

Hoje a própria física nos mostra que existem dimensões espaciais ligadas de modo “complexo” a outras dimensões do espaço geométrico cujo número não conhecemos (ZICHICHI, 2002). Não estamos parados no centro do mundo, não somos independentes para fazer funcionar nossas leis, temos relações nem sempre de parceria com a natureza, e temos uma relação estranha, se não de ódio, com o tempo. Tudo foge, corre, se move: a Terra, as Estrelas, Galáxias, Conjunto de Galáxias, tudo muda continuamente no Cosmo.

Ao falar do tempo que só tem uma dimensão (sempre do passado para o futuro), o físico italiano Zichichi (2002, p. 225), diz: “O Tempo é concebido como prova de que o nosso mundo é somente uma parte de um 'todo'”. A este 'todo' alguma coisa foi tirada, foi rasgada, e

esta 'alguma coisa' é o nosso Universo. E o Tempo, como fiel manobrista deste nosso mundo, corre sempre em avante, nunca para trás, nunca atrasa, porque estamos voltando lá onde fomos 'rasgados', dilacerados. E “é o Tempo a testemunha e a prova de que nós somos parte de um todo, e quando encontraremos o todo, não terá mais tempo para nada, porque não haverá mais Tempo, o Tempo não existirá” (ZICHICCHI, 2002, p. 225).

Tomando como certo que a realidade na qual estamos envolvidos é uma parte de um todo, temos que refletir a partir de uma visão da realidade da qual somos parte, nunca esquecendo que esta, na qual estamos mergulhados, é somente a parte de um todo, e que são complexas as dimensões que regulam e organizam nosso mundo e a realidade na qual vivemos.

Reforça ainda a nossa argumentação o fato de que, “desde a descoberta do DNA, a hegemonia do pensamento sobre a sociedade deslocou-se da sociedade entendida como o mundo da cultura para a sociedade entendida como uma nova extensão da natureza”. Esta afirmação do filósofo Tassinari, em seu artigo para Folha (FOLHA DE SÃO PAULO, 07.04, 2003), realça o fato da descoberta do DNA se tornar talvez a última peça que faltava para um conhecimento mais complexo da natureza biológica do homem. A mensagem é uma só: da simplicidade do DNA emerge a complexidade dos sistemas que ela produz no homem.

Tendo em vista que a concepção do que seja vida humana mudou nestes últimos 50/60 anos, a partir das descobertas da física e da biologia, assim, o homem como ser vivo “superior” também não é mais o mesmo. E, citando o filósofo italiano Franco Bernardi, o homem deixou de ser a medida de todas as coisas e o humanismo moderno deixou de fazer sentido. Se outro é o homem, outro também é o mundo porque diferentes e ilimitadas são as combinações que se originam desta complexidade. Segundo Deleuze (GARCIA, Folha de São Paulo, 07.03.03): “A capacidade do homem de 'falar' a linguagem do 'centro consistente do ser', leva-o a aceder ao plano molecular do finito ilimitado, no qual um número finito de componentes produz uma diversidade praticamente ilimitada de combinações”.

Nossa concepção metodológica busca, portanto, encontrar respaldo numa síntese que permita entender a complexidade das leis da sociedade, a complexidade do olhar, da história do homem e de sua memória, do seu passado, na perspectiva de um todo já presente no caminhar do Tempo.

Superando a concepção idealista grega, a pós-modernidade assume como pressuposto filosófico e epistemológico que a realidade não existe independentemente do pesquisador. A realidade é construída pelos atores sociais e é portadora de uma globalidade e de uma particularidade que não pode ser reduzida ou simplificada ingenuamente. Ou como diz Castoriades (1999):

O conhecimento, no sentido estrito, que é o único que aqui nos importa, começa quando se engaja um processo de interrogação e de

pesquisa que coloca em questão as crenças da tribo, criando assim uma brecha no nicho metafísico que a comunidade construiu para si. Esta brecha de certo se apóia na crença: como o sublinhava Bohr e Heisenberg, as estranhezas da realidade geral e da teoria quântica supõem o mundo da experiência comum e nele devem ser confirmados (p. 140).

Husserl, num seu escrito datado de 1934, citado por Bello (1998), ao distinguir entre opinião e ciência (doxa e episteme), mostra o caminho para a construção do objeto.

O homem que vive na sua comunidade normal, na doxa do seu mundo e na própria realidade terrestre ordenada, ou seja, no mundo-da-vida, tem seus hábitos normais, as suas avaliações normais, os seus normais interesses permanentes, bem como os seus normais objetivos práticos e, além disso, tem normas e estas pertencem ao 'sujeito', de tal forma que o aspecto típico de tais normas se torna uma 'lógica', uma 'maneira de pensar', um 'jeito de raciocinar' (p. 54).

Percebe-se, portanto, que a vida não é construída de maneira ideal, mas é vivida intencional e com apoio na doxa, (no sentido grego do termo, de opinião e provisoriedade) e procede segundo concordância e correções. O trabalho do pesquisador se encaminhará, portanto, a partir de uma observação que poderá ser participante, pelo seu grau de interação, que deverá dar ênfase a perceber o que está de fato ocorrendo e de como as pessoas vêem a si mesmas, as suas experiências e o mundo que as cerca. Esta aproximação do mundo-da-vida husserliano permitirá que as pessoas sejam encontradas e observadas em sua manifestação espontânea e natural. Deste modo poderá também ser superada a “distância” entre a experiência concreta e a idealização que está na base da mentalidade ocidental.

Deste modo, se abrem as perspectivas de conseguir produzir algo muito perto da perseguição do objeto da pesquisa. De fato, Husserl afirma que: “O ser lógico, o ser da verdade absoluta é o objetivo de uma construção, ou seja, da construção lógica da verdade” (BELLO, 1998, p. 56). Morin completa, 'à sua maneira', a afirmação de Husserl quando afirma a necessidade de se “Voltar a dar lugar ao sujeito pensante, não mais separado da *res extensa*, mas como co-produtor de seu objeto de estudo, na medida em que ele é uma de suas construções possíveis” (BIANCHI, *apud* Pena-Vega, 1999, p. 125).

Enfim, pesquisamos sabendo que nos caberia gerar um saber intrinsecamente ligado aos contextos e por eles produzido, em vista à compreensão da dinâmica do fenômeno estudado. Esta compreensão decorre do acesso privilegiado que temos da experiência do outro que pretendemos abordar. Controlando as nossas intervenções, sabemos que não nos podemos despir de nossa subjetividade e de nossos valores, mas não perderemos de vista que o processo central de nossa pesquisa reside na nossa capacidade de resgatar o sentido que os atores sociais dão às suas experiências de vida.

Sabendo tratar-se de uma pesquisa de natureza fundamental, exploratória e empírica, buscaremos realizar este estudo, movidos por uma perspectiva qualitativa, com base em pressupostos fenomenológicos e da etnopesquisa. Em outros termos, concebemos que o conhecimento da realidade não se constrói apenas em torno de cuidados externos por mais que eles sejam cercados de precauções metodológicas. Julgamos que o conhecimento da realidade, mais de que uma busca de verdades absolutas, nascidas de uma concepção de razão moderna e estruturalista, deve ser compreendida como uma hermenêutica do significado ou do sentido da existência (GADAMER, 1984).

Julgamos a etnopesquisa como o encaminhamento metodológico que melhor poderá responder aos objetivos de nosso estudo, visto que os resultados a serem obtidos passam necessariamente pela escuta dos atores sociais envolvidos (dirigentes, educadores e/ou técnicos em exercício, coordenadores e responsáveis de ONGs). Será importante resgatar nos discursos desses atores e em atividades metodológicas específicas o sentido que é dado, dentro dos seus contextos especiais, à realidade a ser investigada (COSTA, 1996; COULON, 1995; VEIGA-NETO, 1995).

A perspectiva etnometodológica de pesquisa resulta, pois, do paradigma epistemológico por nós adotado, que concebe o conhecimento como um construto social. Os grupos sociais lêem e conhecem a realidade em que estão inseridos, constroem e destroem esta mesma realidade, cabendo ao pesquisador o papel de desvelar esse conhecimento. Em outros termos, o nosso trabalho consiste em identificar o sentido que esses grupos dão a realidade e que é presente no discurso produzido pelo grupo em estudo.

Resumindo, há no discurso produzido pelos atores sociais um “sentido”, um “significado” que se torna o elemento central a ser resgatado e apresentado em nossa análise de dados e interpretação de resultados. Isto quer dizer que os atores sociais que fazem a ONG Ágata Esmeralda constroem social e quotidianamente um discurso que não é vazio ou aleatório mas que se mostra preñado de textualidade, intertextualidade e contextualidade. E aí, seria enfadonho repetir, a pesquisa se processa como um fato rico e desafiador, tal a complexidade e a polissemia presentes na construção social tomada como objeto de estudo.

3.1. Procedimentos Metodológicos

A nossa perspectiva epistemológica nos leva a escolher, entre os procedimentos metodológicos disponíveis, aqueles que mais se aproximam da produção de discursos e da escuta dos atores sociais pesquisados. Ou como diria Veiga-Neto (2002) “... o que importa é compreender a representação (*ou seja, o discurso que o ator social faz sobre a realidade, nota do autor*), como o produto de uma exterioridade em que cada um se coloca e a partir da qual

cada um traz, a si e aos outros, o que lê e entende por mundo real”.(p.) Cabe-nos desenvolver processos que nos permitam, de posse dos discursos produzidos, resgatar o conteúdo desses discursos, o sentido que emerge das falas, das idéias, das crenças, das atitudes ali expressas.

Isto posto, escolhemos como instrumentos de pesquisa a entrevista semi-estruturada, a análise documental e o questionário. Tivemos como suporte a observação participante, que não chega a constituir um instrumento autônomo, mas complementar, como se fora um diário de bordo, a oferecer elementos de maior compreensão das análises realizadas, a partir dos dados colhidos dos principais instrumentos operacionalizados.

3.1.1. A entrevista semi-estruturada: natureza, pertinência e operacionalização

Considerando que uma entrevista pode ser aberta ou livre, fechada ou semi-aberta, optamos pela entrevista semi-aberta ou semi-estruturada, em nossa pesquisa. Esta opção decorre do fato de que uma de nossas metas era a escuta dos técnicos ou das técnicas e/ou educadores que atuam na ONG Ágata Esmeralda, diretamente, na execução do projeto. Precisávamos de uma abordagem flexível, sem uma rígida padronização de perguntas. Interessava-nos um instrumento que nos permitisse ir além de perguntas exatas e dirigidas, de um lado, e de respostas rigorosamente formuladas de outro. Optamos então pela entrevista que Selltiz *et alii* (1974) chama de “não diretiva”, e que ao lado da entrevista clínica, entrevista focalizada e entrevista profunda forma o conjunto de entrevistas mais adequado para o resgate de “percepções, atitudes, motivações, etc. do que o permitido por uma entrevista padronizada, com perguntas abertas ou fechadas” (p.295).

Segundo Selltiz *et alii* (1974), este tipo de entrevista é bastante flexível e exige mais habilidade do entrevistador do que uma entrevista de tipo padronizado. Ainda segundo os referidos autores uma entrevista de tal natureza:

ajuda a revelar os aspectos afetivos e carregados de valor das respostas da pessoa, bem como a verificar a significação pessoal de suas atitudes. Não apenas permite que a definição, pelo entrevistado, da situação de entrevista se exprima de maneira completa e minuciosa; deve também despertar o contexto social e pessoal de crenças e sentimentos. Esse tipo de entrevista atinge seu objetivo na medida em que as respostas da pessoa são espontâneas e não forçadas, muito específicas e concretas, e não difusas e gerais, reveladoras do eu e pessoais, e não superficiais (SELLTIZ, 1974, p. 295).

Enfim, espera-se do pesquisador que ele, embora deva fazer perguntas sobre determinado assunto, não circule demasiado ou interfira nas respostas, colocando-se apenas como um estimulador, apresentando o mínimo de intervenções e perguntas diretas. Prevalece nessas circunstâncias o discurso do entrevistado, e não mais do que ele, com suas nuances e especificidades.

Ao escolher a entrevista semi-estruturada como um dos meios de gerar informação sobre o objeto de estudo, nós a entendemos:

como eventos discursivos complexos, forjados, não só pela dupla, entrevistador / entrevistado, mas também pelas imagens, representações, expectativas que circulam de parte a parte- no momento e situação de realização das mesmas e posteriormente, de sua escuta e análise (SILVEIRA, 2002, p. 120).

Quanto à construção do instrumento referido, nós o reservamos, para a escuta dos técnicos e/ou educadores, que formam um grupo homogêneo. Com base nos objetivos, na problematização, e no quadro conceitual elaboramos um roteiro a ser aplicado, e que se encontra anexo (ANEXO I), tendo por base os seguintes núcleos de abordagem:

- 1) O engajamento do(a) técnico(a) e educador(a) como agente da ONG Ágata Esmeralda (razões do engajamento sócio-profissional; características das atividades desenvolvidas; satisfação no trabalho; os desafios e dificuldades; a formação continua e o aperfeiçoamento);
- 2) O desenvolvimento do trabalho, como técnico(a) ou educador(a) (características do ambiente de trabalho, as instituições conveniadas; as crianças adotadas; os padrinhos; o relacionamento com os dirigentes; as parcerias);
- 3) O(a) técnico(a) ou educador(a) e a educação (O espaço educativo; o papel da educação; a natureza da educação oferecida;. O projeto educativo da Ong na Bahia e as concepções dos dirigentes da Itália; os desafios da educação).

As questões nascidas deste roteiro foram elaboradas no sentido não só de colher informações mas tendo em vista resgatar as percepções dos entrevistados, as concepções e conceitos por eles elaborados, bem como no sentido de lhes possibilitar julgamentos de valor. Esta estratégia nos permitiria fazer emergir as possibilidades, limites e conflitos da realidade estudada, permitindo-se aproximações da sua complexidade.

3.1.2. A pesquisa documental: natureza, pertinência e operacionalização

A pesquisa documental recebe em Selltiz *et al.* (1974) um capítulo especial, no qual os autores concentram a sua atenção em três tipos de documentos: os registros estatísticos, os documentos pessoais e as comunicações de massa. Em nosso caso, nos interessa o tipo de documentos “comunicações de massa”, já que nos debruçamos sobre artigos de periódicos publicados na Itália e sobre publicações específicas da ONG no Brasil.

Cabe ressaltar que “os documentos de comunicação de massa não são criados para o pesquisador, e sob este aspecto (embora não sobre outros), estão livres de seu viés teórico ou pessoal.” (SELLTIZ, 1974, p. 373). Desta forma, estes tipos de documentos permitem que o pesquisador se coloque diante tanto do passado histórico como da sociedade atual, com a vantagem de possibilitar a identificação de amplos aspectos do clima social em que esses documentos foram produzidos. Afirma Selltiz *et al.* (1974), também, que as comunicações de massa “podem ser usadas para esclarecer alguns aspectos da cultura de determinado grupo, comparar diferentes grupos através de aspecto da cultura, verificar a origem da mudança cultural” (p. 373).

Para Boisvert (2000), os documentos que contemporaneamente melhor oferecem suporte ao aprofundamento de um tema de pesquisa seriam as monografias, os artigos de periódicos, os documentos multimídia e os portais da Internet. Quanto aos artigos de periódicos, documento que nos interessa discutir, a autora afirma que estes são as melhores fontes de informação de uma determinada época. Renovando-se continuamente, graças aos novos artigos que são publicados regularmente, os temas aí são tratados de forma mais aguçada e podem apoiar um aspecto particular de uma pesquisa. Por sua vez, os artigos de periódicos podem ser classificados em quatro tipos principais: os artigos de pesquisa empírica, as resenhas de escritos, os textos de opinião e os editoriais.

Quanto ao tipo de artigos de periódicos que são pertinentes à nossa pesquisa, afirma Boisvert (2000, p. 64) que os textos de opinião “exprimem proposições que são tomadas de posição em relação a um debate atual. Estes empregam, muitas vezes, um vocabulário mais acessível a um público mais largo e suas observações devem ser examinadas quanto à credibilidade que se lhes pode atribuir”.

Usando, como técnica de análise a análise de conteúdo do discurso escrito e divulgado, procurando categorizá-los no afim de identificar os pressupostos e concepções circulantes no referido discurso, constituímos dois corpos de análise: periódicos ou publicações italianas, nas quais os dirigentes da Itália expõem os princípios norteadores da

ONG Ágata Esmeralda e publicações em que se encontram externados os princípios e planos de ação da Secretaria Executiva da Ong no Brasil. Estes documentos se encontram listados em anexo (anexo II)

3.1.3. O questionário: natureza, pertinência e operacionalização

O questionário se caracteriza pelo fato da informação, obtida pelo pesquisador, limitar-se às respostas escritas a questões pré-determinadas. Selltiz *et al.* (1974) referem-se à natureza impessoal deste instrumento que lida com frases padronizadas, ordem padronizada de perguntas, instruções padronizadas para o registro de respostas, tendo-se como conseqüência uma relativa uniformidade. Acrescenta-se ainda o fato de que o questionário possibilita uma maior confiança das pessoas em seu anonimato, “e por isso se sentem mais livres para exprimir opiniões que temem ver desaprovadas ou que poderiam colocá-las em dificuldade”.

Tendo apoio em Selltiz *et al.* (1974), defende-se que no questionário padronizado “as perguntas são apresentadas, a todas as pessoas, exatamente com as mesmas palavras e na mesma ordem. Evidentemente, a razão para a padronização é assegurar que todas as pessoas entrevistadas respondam à mesma Pergunta” (p. 286). A colocação de perguntas fora de ordem pode influir no sentido e nas conseqüências de determinada pergunta. Quanto à forma, ainda, um questionário pode apresentar respostas alternativas fixas ou podedeixar a pessoa livre para responder da forma que lhe convier.

Em nosso estudo utilizamos o questionário com respostas alternativas fixas, já que nossa intenção era a de traçar o perfil dos(das) técnicos(as) e/ou educadores(as) que trabalham no Projeto Ágata Esmeralda (PAE) e acompanham o desenvolvimento e a execução das suas diretrizes. Selecionamos algumas variáveis que pudessem nos dar um retrato desses (dessas) profissionais, variáveis que permitissem uma maior contextualização do discurso desses sujeitos que por nós seriam entrevistados. Privilegiamos as variáveis de gênero ou sexo, idade, tempo de experiência de trabalho, estado civil, nível sócio-econômico, nível de formação, jornada de trabalho, nível salarial.

3.1.4. A observação participante: natureza, pertinência e operacionalização

A “observação participante” é um dos métodos de trabalho que permitem entender o comportamento humano e os processos sociais, na medida em que as pessoas são estudadas

em seus próprios termos, devendo o pesquisador tentar entender aquilo que as pessoas definem como importantes e reais. Moreira (2002) define a observação participante como “uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa com os sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise documental”.

A observação participante se torna, pois, um instrumento fundamental para o nosso estudo, visto que o referido procedimento resulta em uma aproximação do grupo permitindo-se o resgate de idéias, sentimentos e atitudes do grupo, “facilita a familiarização (*sensing*) e prepara para apreender a atmosfera social; o cenário social total; as inter-relações entre os membros individuais e o grupo como um todo” (YOUNG *apud* NOGUEIRA, 1968, p.93)

A observação participante nos permite sistematizar a nossa observação, sem deixar à margem a espontaneidade e o inusitado que devem percorrer todo o processo de pesquisa, o que procuramos fazer tendo em mãos o inventário decorrente da tematização. Esta observação, como já dissemos, nos dá um suporte em vista a uma maior compreensão do discurso produzido pelos (pelas) técnicos (as) e/ou educadores (as). Utilizamos como elemento basilar a observação participante com um diário de campo, no qual registramos pontos de análise e reflexão oriundos da observação de reuniões e conversas informais. Este diário sustentou a observação e a reflexão ao longo da pesquisa, através do qual não nos limitamos a fazer um simples registro, mas estabelecer relações e associações ainda não percebidas, compreendendo o acontecimento em sua significação específica.

3.2. Análise e interpretação dos dados

A técnica de análise de dados predominante foi a realizada dentro da técnica da análise de conteúdo, para o que nos apoiamos em Laurence Bardin. A escolha se deveu ao fato de que a análise de conteúdo apresenta um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam, como diz Bardin (1979), “a discursos (conteúdos e continentes), extremamente diversificados”. Pode-se dizer, repetindo Bardin (1979), que a análise de conteúdo se configura como: “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Estas técnicas 'múltiplas e multiplicadas', se baseiam num esforço hermenêutico, que tem como sua base epistemológica a dedução e a inferência.

Este olhar interpretativo, que oscila entre a subjetividade e a objetividade, permite

superar a intuição aleatória e fácil, a partir da necessidade de que os processos de análise de conteúdo obrigam a observação de regras precisas, que possam permitir que os dados colhidos possam ser tratados de maneira a serem significativos e válidos.

Após leituras cuidadosas dos discursos, procuramos identificar as categorias emergentes de análise, tais como: “Razões da existência da ONG Ágata Esmeralda e do PAE”; “Razões da ajuda às crianças brasileiras através da adoção à distância”; “Natureza da proposta da ONG Ágata Esmeralda”; seguindo-se a interpretação dos resultados, em confronto com os pólos epistemológico e teórico da pesquisa. Tivemos sempre em evidência Bardin (1979), para quem o analista deve desenvolver um trabalho de arqueólogo, trabalhando sobre *os indícios, os vestígios*, rastreados no discurso analisado. Após o tratamento analítico, enumerativo, etapa primeira e indispensável de trabalho, passamos à interpretação, à significação dada às características selecionadas. Tal se fará, tendo-se em vista a integração dos resultados à discussão efetuada no capítulo II, desta tese, na fundamentação teórica.

Enfim, nosso trabalho de análise de conteúdo se desenrolou em torno dos três pólos sugeridos por Bardin (1979): a pré-análise, a exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Tal nos levou ao resgate de categorias e temas, tomando-se como elemento fundamental a identificação das unidades de sentido que permitiu tal resgate.

Capítulo IV

Apresentação dos dados

Conforme os nossos objetivos de estudo, enunciados no primeiro capítulo, nos compete definir os pressupostos que norteiam as ações do Projeto Ágata Esmeralda em relação à educação comunitária e promoção das comunidades periféricas da Bahia; identificar as concepções da ONG, quanto à ação educativa por ela desenvolvida e analisar se a pressão avaliativa neoliberal dos organismos financiadores e a pressão dos próprios princípios identitários das ONGs, concorrem para a criação, manutenção e revisão dos princípios identitários da ONG Ágata Esmeralda, máxime no que se refere à inserção na educação comunitária das escolas comunitárias da periferia de Salvador. Tendo em vista o alcance dos resultados pretendidos, procuramos fazê-lo, neste estudo, em dois momentos : em um primeiro, que é este capítulo, apresentamos os elementos que são a matéria-prima sobre a qual se poderão obter os resultados almejados; em um segundo momento, atualizado no próximo capítulo, integramos os dados obtidos, os fundamentos conceituais e os objetivos formulados, respondendo-se assim às questões de pesquisa que nos preocuparam e nos nortearam.

Quanto a este capítulo, atribuímo-nos uma dupla tarefa : de um lado, analisar os documentos oficiais da Organização Ágata Esmeralda a fim de identificar os pressupostos que norteiam as ações do PAE, máxime em relação à educação comunitária e à promoção das comunidades periféricas da Bahia, com enfoque na ação educativa a que ela se propunha e se propõe a desenvolver; de outro lado, resgatar também os pressupostos produzidos e socializados pelos técnicos e/ou educadores que atuam no Brasil que atuam diretamente junto às associações ou instituições conveniadas.

Dividimos assim este capítulo em três partes : na primeira nos debruçamos sobre as concepções dos dirigentes italianos, ou seja, daqueles que na Itália administram e planejam a ONG Ágata Esmeralda e repassam os recursos aos dirigentes do PAE que se encontram na Bahia, na segunda tentamos entender a proposta dos dirigentes italianos que moram na Bahia e dirigem o PAE, e em terceiro, analisar o discurso dos técnicos e/ou educadores que atuam diretamente nas entidades parceiras, como *longa manus* do próprio PAE. Para tanto utilizamos como instrumentos de pesquisa duas estratégias, a saber : a análise documental, com vista ao resgate em periódicos, publicações avulsas e publicações específicas da Associação Ágata Esmeralda, das concepções externadas pelos dirigentes italianos e também das concepções dos dirigentes do Brasil, também, apoiando-nos em publicações feitas na Bahia pela própria Secretaria Executiva do PAE. Usamos também uma entrevista semi-estruturada que nos

permitiria, inicialmente, traçar o perfil das técnicas e/ou educadoras que atuam na linha de frente do PAE, fazendo a ponte entre as propostas da ONG e as instituições e comunidades conveniadas.

4.1. O Discurso dos Dirigentes Italianos

Nesta parte de nosso estudo apresentaremos as concepções que estão claras ou subjacentes ao discurso dos Dirigentes Italianos que, na sede da ONG *Ágata Esmeralda*, são os principais responsáveis pela instituição. Esta análise descritiva está relacionada à nossa preocupação em resgatar as categorias principais do referido discurso, com apoio em textos que têm sido publicados na Itália.

Os documentos pesquisados, e a discussão estabelecida no quadro teórico, nos permitiram identificar nos discursos dos dirigentes italianos três categorias de análise e várias subcategorias, a saber: a categoria nº 01, “Razões da existência da ONG *Ágata Smeralda* e do PAE”, com duas subcategorias, a 1.1. que diz respeito à “pobreza e/ou exclusão social dos adotados”, e a 1.2. no que tange “a intenção/motivação do caráter pedagógico desta iniciativa, em relação à formação do jovem e da família italiana”; a categoria nº 02, “razões da ajuda às crianças brasileira através da adoção à distância”; e a categoria nº 03 “natureza da proposta da ONG *Ágata Esmeralda*”. Esta última categoria aparece como portadora de duas subcategorias: 3.1. a “proposta segundo a visão dos dirigentes italianos que vivem na Itália” e, 3.2. a “proposta segundo a visão dos dirigentes italianos que vivem no Brasil”. Por sua vez, a subcategoria 3.1. a “proposta segundo a visão dos dirigentes italianos que vivem na Itália” é composta de duas novas subcategorias: 3.1.1 a “visão dos dirigentes italianos que vivem na Itália, quanto aos elementos centrais da proposta do PAE” e, 3.1.2. a “visão dos dirigentes italianos que vivem no Brasil, quanto aos princípios básicos da proposta do PAE”. Fechamos esta parte da análise com uma síntese dos dados do discurso dos dirigentes italianos.

4.1.1. Razões da existência da ONG *Ágata Esmeralda* (Categoria 01)

São apresentadas pelos Dirigentes Italianos duas grandes razões para a existência de uma Organização Não Governamental de adoção à distância, preocupada com as crianças brasileiras: “a pobreza e/ou exclusão social dos adotados” e, “a intenção/motivação de caráter pedagógico desta iniciativa, em relação à formação do jovem e da família italiana”. Isto pode ser extraído de discursos tais como:

A finalidade da iniciativa é a de ajudar o crescimento humano das crianças sem família ou que se encontram em famílias que não tem

capacidade de sustenta-las oferecendo condições econômicas e educativas condizentes. A adoção a distancia entende ajudar a criança deixando-o no seu ambiente natural (possivelmente na família na qual se encontra), apesar de estabelecer uma relação particular de conhecimento, de carinho e de solidariedade com uma família italiana (TOSCANA oggi, 20.06.93, p.4).

A família italiana pensa à crianças além do oceano como seu próprio membro, mas não se propõe hospeda-lo na sua casa. O compromisso econômico é relativamente pequeno: L. 60.000 mensalmente são suficientes a providenciar no Brasil à educação de um jovem, mas aquilo que conta mais é a percepção de uma solidariedade por parte da criança e do lado da, uma modificação no seu próprio estilo de vida, que se abre aos mais profundos valores humanos e cristãos (PASSALEVA, folder “Adozione a distanza”. Firenze, 29.05.94).

As intenções/motivações sociais e pedagógicas apontadas recebem uma fundamentação maior ainda por se tratar, segundo os fundadores da iniciativa, de uma “resposta concreta a um pedido do papa João Paulo II” que na Bahia, quando de sua visita em 1988, lançou um dramático apelo:

Todas as crianças são importantes, todas. Não podem e não devem existir crianças abandonadas. Nem crianças sem família. Nem meninos ou meninas de rua. Não podem nem devem existir crianças assassinadas, eliminadas a pretexto da prevenção de crimes, marcados para morrer (TOSCANA oggi, Folder Projeto Ágata Smeralda, Firenze, 29.05.1994).

4.1.1.1. A pobreza e a exclusão social dos adotados (subcategoria 1.1.)

Em artigo de 1993, em um jornal de grande circulação na região da Toscana, na Itália, o então Secretário Executivo do “Movimento per la Vita”, Mauro Barsi, convida os leitores a colaborarem com o Projeto que estava se iniciando, apelando para a situação da criança na Bahia: a criança do lixo, a adolescente que se prostitui, o extermínio dos jovens. Para tanto, apóia-se no trabalho de Irmã Teresa de Calcutá, que aos olhos do mundo se tornara símbolo de luta e de esperança para todos os pobres:

Sabemos, com Madre Teresa de Calcutá, que a criança que ainda não nasceu é verdadeiramente 'a mais pobre entre os pobres', e no Brasil

a luta pelo direito à vida deve certamente, fim do começo, assumir a defesa tanto das crianças não nascidas, como daquelas já v4as, porque também estas são vítimas de uma espécie de aborto 'pos-parto' que se realiza através de sua expulsão do corpo vivo da sociedade e que, às vezes, implica na matança (TOSCANA oggi, 19.09.93, p.04).

Dentro desta linha de pensamento, o secretário da ONG retrata o estado de miséria em que se encontram as crianças brasileiras :

Tinha talvez quatro anos. Vasculhava rapidamente com suas mãos pequenas entre um montão de lixo, sem se preocupar em ser observada. Perto dela um cachorro vira lata, ainda mais rapidamente, procurava algo para comer, em meio a um fedor insuportável (TOSCANA oggi, 19.09.93, p. 04).

Além da miséria constatada nas suas constantes visitas ao Brasil e à Bahia, o prof. Barsi começa a perceber, sobretudo pelos relatos dos religiosos que atuam no Brasil, que não é somente a miséria fonte de exclusão, mas e sobretudo a dificuldade de ingressar numa escola e, portanto, de ter acesso à educação, assim descrevendo este quadro:

O problema da escola é muito grave em todo Brasil. A educação se deteriorou muito e sobretudo os pobres têm muitas dificuldades. Precisa dizer ainda que se as crianças não encontram na escola também a merenda e a alimentação diária os pais preferem deixa-los em casa sem fazer nada ou perambulando nas ruas a realizar pequenos serviços para ganhar alguma coisa e ajudar a família. Portanto precisa que a escola ofereça também a alimentação (TOSCANA oggi, 05.12.93, p.1)

Em outro artigo, Barsi, ao comentar sua visita a Salvador, aponta a proposta do Projeto para a inclusão das crianças:

Crianças ajudadas no lugar, providenciando para eles uma alimentação sadia, uma educação escolar e as necessárias curas médicas, por meio de tantas famílias e grupos italianos uma solidariedade a distancia que entretanto consegui se tornar vizinha, respondendo concretamente às necessidades destas crianças brasileiras e de suas famílias (TOSCANA oggi, 25.12.94, p.18).

O problema da inclusão a partir da educação e da alimentação vem repetido, ao longo dos anos, em quase todos os artigos da Associação Ágata Esmeralda, dirigido aos leitores/adotantes :

A adoção a distancia que o Projeto Ágata Esmeralda propõe é um 'crescer juntos' : o pequeno cresce recebendo uma alimentação sadia, cresce indo para escola, cresce na dignidade porque vem registrado no cartório” (TOSCANA oggi, junho, 2000. In :www.agatasmeralda.org/).

Assim o problema da miséria com o Projeto, tendo em vista o sucesso quase inesperado :

Ninguém : quando, faz mais de nove anos, junto ao Cardeal Dom Lucas Moreira Neves, iniciamos o Projeto Agata Esmeralda, diante dos meninos assassinados pelo esquadrão que pouco se poderia fazer. Hoje, depois de muitos anos, sinto e percebemos ainda a necessidade de continuar com coragem, sem se deixar abater pelo cansaço; e junto se o quisermos poder (TOSCANA oggi, Natal de 2001. In :www.agatasmeralda.org/).

A pobreza e a exclusão presentes na Bahia, apontados como causa da violência, das mortes e da degradação social dos jovens e das famílias, tornam-se motivo para convencer os adotantes de que é preciso continuar ajudando e investindo no Projeto:

Torna-se necessário que cada um se comprometa a providenciar outra adoção. De modo que outras muitas criaturas possam deixar de comer nos lixões das grandes cidades, deixar de quebrar as pedras com 8-10 anos, podendo freqüentar uma escola, para se preparar a um futuro melhor (TOSCANA oggi, Natal, 2001. In: www.agatasmeralda.org/).

4.1.1.2. As intenções/motivos de caráter pedagógico em relação à formação do jovem e da família italiana (subcategoria 1.2.)

O Projeto é conceituado como uma experiência que leva os jovens italianos a uma educação de mundialidade e esta proposta vem apresentada no corpo de vários artigos, tanto pelo presidente do Movimento per la Vita, como pelo seu secretário Mauro Barsi. Neste conceito de educação à mundialidade alguns elementos se repetem: uma ligação estável e duradora, à distância, que permite trazer uma criança do terceiro mundo à casa do adotante através da foto da criança e das notícias periódicas sobre seu crescimento. Na perspectiva dos autores, estes elementos seriam suficientes para permitir o desenvolvimento de uma

solidariedade universal, por parte de uma criança italiana e de sua família, que quase como num passe de mágica, modificaria seu próprio estilo de vida, permitindo então “se abrir aos mais profundos valores humanos e cristãos”.

Em artigo cujo título revela uma surpreendente motivação de cunho antropológico, “Salvador-Bahia: as crianças devem viver e crescer livres na sua terra”; o secretário italiano da Associação, Mauro Barsi, ao explicar o que significa esta adoção para o desenvolvimento de uma nova mentalidade, envereda pelo caminho do sentimento e do amor cristão:

Quem traz para sua casa uma criança, o faz também para satisfazer seu próprio desejo de paternidade e maternidade. Adotar esta criança na 'sua' casa, significa deixa-la crescer no seu mundo, recebendo de vez em quando suas notícias, sua foto, mas sem pode-la abraçar, senti-la como 'sua'. Esta é a capacidade de amar, de modo totalmente gratuito, sem nada pedir em troca (TOSCANA oggi, 20.06.93,p.04).

Mantendo o raciocínio da liberalidade da doação, Barsi, procura mostrar aos leitores a importância deste Projeto para o crescimento, sobretudo nos jovens, dos valores cristãos, que ajudariam na formação de uma nova mentalidade, voltada para a solidariedade e o repúdio do consumismo:

...(a criança adotada) É uma criatura que nos ajuda a sair do ninho no qual a sociedade consumista, na qual vivemos, nos relega sempre mais. A crescer nossos filhos em uma dimensão de codivisão, livres de falsos ídolos e daquele vazio que muitas vezes mata. Ao final a ser mais cristãos (TOSCANA oggi, 07.07.96,p.18).

No mesmo artigo, dirigido às famílias italianas, retoma o tema de uma educação solidária, explicando como se daria esta conscientização e esta mudança de percepção:

Sendo verdade que a foto da criança de imediato personaliza quem é ajudado, é verdade também que não deve reduzir o nosso horizonte àquela criança, mas se deve abrir à mundialidade, lembrando-nos de muitas outras crianças que vivem a Salvador, mas também em outros lugares do mundo, até perto de nós (Toscana oggi,07.07.96,p.18).

O tema de uma educação à mundialidade (condivisão, mudança de vida, solidariedade), proposto como um dos objetivos e valores que estão presentes na adoção, vem repetido em muitos artigos, constituindo-se quase como um leitmotiv, que acompanha os pedidos de contribuição propostos aos adotantes.

Por isso eu digo, com força, que Ágata Smeralda não é somente adoção a distancia. Em primeiro lugar porque a mesma adoção a distancia não é

somente uma ocasião de vida e de crescimento da criança que estamos ajudando no Brasil, mas, como muitas vezes nos dissemos, um estímulo importante a mudar a nossa vida, um convite a não descarregar nossa consciência, e a movermo-nos para um caminho de convivência e de educação à mundialidade (TOSCANA oggi, junho,2000. In: www.agatasmeralda.org/).

4.1.2. Razões da ajuda às crianças brasileiras através da adoção à distância

(Categoria 02)

O Projeto publica periodicamente na Itália, para incentivar os leitores, as razões pelas quais se torna necessário contribuir com a ONG: a educação escolar, junto com a alimentação e os cuidados médicos, vem se repetindo, ao tempo em que se destaca o valor da contribuição do adotante /contribuinte para que isso tudo funcione:

Crianças ajudadas in loco, com uma alimentação sadia, uma educação escolar e os necessários cuidados médicos, por meio de uma solidariedade que vem de muitas pessoas, escolas, famílias e grupos italianos, uma solidariedade à distância que porém consegue se tornar presente, respondendo concretamente às necessidades das crianças brasileiras (TOSCANA oggi, 25.12.94, p.18).

Em 1996, ano em que o Projeto Ágata Esmeralda na Itália estava começando a se separar, juridicamente, do Movimento per la Vita (*entrada no cartório do pedido de funcionamento*), a mensagem do presidente da “nova” instituição conclamava os leitores da família Ágata Esmeralda a festejar porque “o sonho se tornou realidade” e repetia que as 2.619 crianças adotadas “podem dispor todos os dias de alimentação, escola, assistência sanitária e de pessoas que todos os dias sabem resolver seus problemas” (TOSCANA oggi,07.07.96, p.18).

Estas razões não aparecem nos documentos apenas como uma promessa. Após viagem ao Brasil, especialmente à Bahia, o Presidente Mauro Barsi diz como se dá de fato a acolhida proposta pela Ong Ágata Esmeralda :

... as crianças que vivem na rua podem se hospedar em um dos centros de acolhimento gerido pelo pe. Clodoveo Piazza, jesuíta (italiano da cidade de Milão), que trabalha há mais de uma década com os meninos de rua; ... outros, como os filhos dos leprosos, são acolhidos na casa de Maria Iafullo, enfermeira voluntária italiana; ... todos estes são matriculados em cursos de alfabetização ou na

escola pública onde passam o dia inteiro estudando, recebendo uma alimentação sadia, controle médico e se necessário, ajuda psíco-pedagógica. De tardezinha voltam para suas casas ou ficam na instituição para dormir (TOSCANA oggi, 20.06.93).

Por isso, o adotante terá que ter orgulho de adotar uma criança, ao tempo em que saberá que esta ajuda terá um efeito muito maior do que o simples fato de oferecer comida :

Tirar uma criança da estrada, do risco de uma morte violenta, do risco da droga e da violência, tirar uma jovem mãe solteira de uma situação de desespero, ou tirar uma menina obrigada a se vender, preparar para a vida ensinando uma profissão a muitos jovens de idades diferentes, tirar da cadeia meninos inocentes, tirar da pedofilia e do turismo sexual meninas e meninos : tudo isso significa realmente celebrar o Natal (TOSCANA oggi, Natal, 2001. In : www.agatasmeralda.org/).

E, misturando os ideários do Movimento per la Vita, com recomendações da Igreja católica e com o conceito de solidariedade humana e cristã, o Presidente da ONG conclama os adotantes a celebrar a iniciativa que, depois de 10 anos, está possibilitando de fato a vida para mais de 8000 crianças :

No fundo, é isto, que desde o começo, inspirou o nosso Projeto : o amor pela vida, o desejo de ve-la respeitada e acolhida, toda a vida, a começar daquela nascente, nos empurra a nos ocupar de toda situação na qual esta vida é negada ou ameaçada. Nos inspirou, onze anos atrás, o grito do Papa em defesa das crianças de rua das favelas brasileiras, ameaçadas pelo esquadrões da morte. E por meio da adoção a distancia, nestes anos, se se formou uma rede sempre maior de solidariedade e de ajuda à vida e ao desenvolvimento. Aqueles 8000 crianças adotadas, acreditem, não são um número : são os vultos concretos de meninos e meninas que encontraram na generosidade e no amor dos adotantes, uma possibilidade, muitas vezes inesperada, de viver, crescer, estudar, trabalhar (TOSCANA oggi, fevereiro, 2003. In : www.agatasmeralda.org/).

4.1.3. Natureza da proposta da ONG Ágata Esmeralda (Categoria 03)

Como já dissemos alhures, esta categoria se apresenta em mais de uma subcategoria, já que nem sempre são as mesmas as visões dos dirigentes italianos que residem na Itália e os

dirigentes italianos que presidem a ONG no Brasil. Assim, quanto à visão dos dirigentes italianos que residem na Itália, identificamos duas subcategorias : 3.1. “A visão dos dirigentes italianos que vivem na Itália quanto aos elementos centrais da proposta da Ágata Esmeralda” e, 3.2. “A visão dos dirigentes italianos que vivem na Itália quanto aos princípios básicos da proposta da Ágata Esmeralda”.

4.1.3.1. A visão dos dirigentes italianos que vivem na Itália quanto aos elementos centrais da proposta da Ágata Esmeralda (Subcategoria 3.1.)

Importa perceber que a ONG Ágata Esmeralda surge marcada por três fatos que acompanharão sempre os discursos dos dirigentes italianos : um fato seria, a) “**A luta contra o aborto, o turismo sexual e o Movimento per la Vita**”; outro fato, b) “**A adoção tradicional substituída pela adoção à distância**” nasce da crescente restrição internacional ao desejo de famílias italianas para adotar, de fato e de direito, crianças remanescentes ou oriundas de regiões mundiais em conflito ou tomadas por convulsões sociais; enfim, o terceiro fato é c) **A cumplicidade com a Igreja Católica**. Estes três fatos dão as linhas mestras de raciocínio, argumentação e planejamento dos dirigentes italianos.

a) A luta contra o aborto, o turismo sexual e o Movimento per la Vita

O engajamento em campanhas contra o aborto, como sendo um mal a ser evitado na contemporaneidade, é apropriado pelos fundadores e dirigentes da Ágata Esmeralda como um aborto “pós-parto” que seria, como vimos, a negação à criança pobre do direito de viver e viver bem.

O secretário do Movimento pela Vida, Mauro Barsi, que mais tarde assumiria a Presidência da Ágata Esmeralda, estabelece uma forte relação entre a então recém-criada ONG e o enfrentamento do aborto, usando dessas imagens para solicitar de voluntários italianos o apadrinhamento de crianças pobres de Salvador, em artigo publicado no semanário italiano *Toscana oggi* (20 de maio de 1993, pág.04) :

Amor para o homem. Pelo homem todo e por todos os homens, sem distinção de idade ou 'qualidade'. Deste amor nasce o compromisso do Movimento per la Vita em favor das crianças ainda não nascidas. Entretanto em nome deste amor, aquele compromisso, para ter credibilidade, não pode esquecer a criança já nascida.

Tendo crescido o Projeto de adoção à distância, isto exigiria uma separação desta nova iniciativa do Movimento pela Vida, centrado na questão do aborto, mas o paradigma

inicial se faz presente no discurso do Presidente da ONG recém surgida, o Projeto Ágata Esmeralda :

Parece-me importante sublinhar que o Projeto Ágata Esmeralda continuará a colaborar com o Movimento per la Vita, não somente porque em Salvador da Bahia o Projeto assiste também mães solteiras, mas porque manifesta a idéia fundamental do Movimento, segundo a qual as crianças merecem sempre a maior atenção, em qualquer circunstância, seja depois do nascimento como antes (TOSCANA oggi.07.07.96, p.18).

O tema do aborto é tão importante para o Projeto Ágata Smeralda (PAE) que é difícil não encontrar o assunto nos depoimentos que podem ser lidos nos jornais e nas reportagens dos dirigentes italianos. Assim, mais se confunde o objetivo da busca de padrinhos/contribuintes para a adoção à distancia, com uma precisa e constante denuncia do aborto.

Por isso estou convencido, sempre mais, que a grande família de Ágata Smeralda, na Itália e no Brasil, terá que si empenhar sem parar sempre que surgir a necessidade de reafirmar com força e concretude a dignidade da pessoa humana. E quando dizemos de querer defender e promover a vida, do concebimento à morte natural, afirmamos um fato fundamental: a unidade do compromisso na promoção e na defesa da promoção da pessoa, em todo momento de sua existência. .. E não se pode acreditar em quem se ocupa das crianças, e feche seu coração a muitas outras pragas do mundo de hoje (TOSCANA oggi, junho, 2000. In: www.agatasmeralda.org/).

O quanto o Projeto seja também canal para a sensibilização da opinião pública italiana para difusão dos ideários do Movimento per la Vita, o demonstram as chamadas não só contra o aborto, como também contra a pedofilia e o turismo sexual. Esta simbiose se mostra claramente quando Barsi reafirma:

.. ainda quero dizer que: 'não só adoções' significa continuar e reforçar o compromisso contra a pedofilia e o turismo sexual. Nós leva a isso a terrível experiência de muitas meninas acompanhadas pelos nossos centros, o pensamento constante para aquelas 500 mil entre meninas e meninos de rua que todo dia tem sido usados para desejos perversos de porcos que vem com esta torpe finalidade de todos os países do mundo (TOSCANA oggi, junho 2000. In: www.agatasmeralda.org/).

O Projeto se utiliza deste canal de comunicação privilegiado, qual seja o semanário *Toscana oggi*, com as reportagens habituais sobre a adoção, para continuar nas suas lutas

contra o aborto e o turismo sexual. De fato, num artigo no qual relata sua viagem ao Brasil, o Presidente anuncia aos padrinhos o início de mais uma campanha em grande escala contra o turismo sexual:

Neste ano também o Projeto apresentará á opinião pública uma 'campanha de sensibilização contra o turismo sexual, com a realização de cartazes, que terão como finalidade chamar a atenção de todos sobre este grave problema, que não é somente do Brasil, mas de muitas outras partes do mundo, um problema que nestes anos, infelizmente, viu, em todos os lugares, um preocupante e forte incremento (TOSCANA oggi, junho, 2000. In: www.agatasmeralda.org/).

b) A adoção tradicional substituída pela adoção à distância :

A proposta de uma “adoção à distância” é também uma resposta à chamada “adoção” tradicional, que introduz a criança no seio de uma nova família com todos os deveres e direitos dos filhos. Passaleva (29.05.94), em um *Folder* da ONG , lembra: “A adoção normal, intencional, legalmente disciplinada, com certeza é uma coisa boa, entretanto apresenta não poucas dificuldades, entre as quais a primeira, é a separação dos pequenos do seu ambiente e de sua cultura”.

Esta preocupação com o menor a ser adotado e o respeito a sua identidade esconde outra preocupação com adotante/contribuinte italiano quanto às suas obrigações como “padrinho”. É que se afirma, com todas as letras, que nunca existirá alguma ligação maior do que uma simbólica presença entre a criança e o adotante: “A família italiana pensa à criança, que mora além do oceano, como seu próprio membro, mas nunca se preocupará em hospeda-la na sua própria casa” (PASSALEVA, folder de 29.05.94).

O Presidente do Movimento pela Vida (PASSALEVA, 29.05.94) conclama então os leitores a responder a este apelo, contribuindo em favor do Projeto com a “Adoção a Distância”, modalidade de ajuda proposta, que pretende socorrer as crianças baianas com uma “iniciativa concreta de solidariedade humana e de educação à mundialidade”. No mesmo texto o autor explica os conteúdos desta solidariedade que, no seu entender, são o caminho para a construção de uma nova mentalidade porque cria laços afetivos e efetivos com o “estabelecimento de uma ligação contínua e duradoura entre uma família italiana e um núcleo familiar brasileiro”.

A concepção de adoção à distancia é explicada, desde 1993, em quase todos os números do semanário *Toscana oggi*. Num recorte, que mostra várias crianças baianas, sob o título “Assim se adere”, o autor da matéria tenta explicar a finalidade da iniciativa e o

funcionamento do Projeto:

Os adotantes não esperam nada, em troca de uma ligação contínua e constante que eles estabelecem com a criança e sua família...; Comprometem-se a acompanhar a crianças no decorrer do seu crescimento até que ele chegue a autonomia; ...Em nenhuma hipótese a adoção a distancia pode se considerar um precedente da adoção internacional legalmente disciplinada;... Os adotantes se comprometem a contribuir mensalmente ao Serviço de Adoção a distancia Projeto Ágata Esmeralda a importância de L. 60.000 (*hoje cerca de E\$ 30,00*), para uma determinada criança, de modo que se garantam suas necessidades primárias (20.06.93, p.04).

Barsi, num artigo publicado em *Toscana oggi* (07.07.1996, p.18), ao fazer um balanço dos primeiros anos do Projeto, oferece outros elementos conceituais que podem servir como motivação para incentivar os adotantes a contribuir:

A adoção a distancia não pode se reduzir a uma caridade falsa, a uma emoção periódica na nossa vida, quase para calar a consciência, mas deve se tornar um projeto concreto, que enxerga na criança ajudada, um outro componente verdadeiro e importante da nossa família.

Num texto precedente, editado pelo mesmo semanário (19.09.1993 p.04), falava-se do objetivo da iniciativa mostrando esta ligação familiar: “Os adotantes não pretendem nada em troca desta ligação contínua e constante que estabelecem com as crianças e sua família ou aqueles que cuidam dele no Brasil”. Mais adiante, ao lembrar aos contribuintes seu compromisso mensal, reafirma a importância desta contribuição que visa: “garantir suas necessidades primárias (*das crianças no Brasil*), em particular, a educação escolar”.

Depois de quase dez anos da implantação do Projeto, Barsi (junho, 2000), ao avaliar os avanços da atuação do Projeto, suas conquistas e seus benefícios, revela aos leitores como diante da realidade e das necessidades observadas, o Projeto conseguiu se abrir a outros segmentos da população brasileira: “Nasce portanto o compromisso junto aos sem terra: uma questão fundamental de justiça social, negada para amplas comunidades que não podem gozar do direito de possuir a terra em que trabalham”. E ao lembrar dos quinhentos anos da descoberta do Brasil mostra como o Projeto está atento às celebrações e participe das mesmas, fazendo-se presente com a adoção também entre os índios:

Eis então nosso estar perto do povo indígena. Neste período se celebrou no Brasil o centésimo quinto aniversário do desembarque

dos conquistadores portugueses. Por isso o Projeto Ágata Smeralda não pode não estar ao seu lado, adotando um grupo numeroso de crianças indígenas, como também continuando no trabalho de valorização das tradições, das culturas, dos recursos locais, evitando assim todo perigo do 'colonialismo' (TOSCANA oggi, junho, 2000. In: www.agatasmeralda.org/).

Na visão dos dirigentes italianos, a missão do Projeto não pode parar, porque no Brasil as dificuldades continuam crescendo: “Neste verão (*de 2001*), diante da miséria na qual vivem muitíssimas famílias, pensei em vocês, imaginando-os como os braços misteriosos da providencia divina”, e portanto, as adoções terão de continuar, apesar do cansaço:

Hoje, depois de tantos anos, sinto e sentimos a necessidade e a urgência de continuar com força, sem nos deixar abater, porque a realidade nos diz que o Projeto Ágata Smeralda, graças a todos vocês, está cumprindo um papel importante nas ruas de Salvador; e que juntos, se assim o quisermos, podemos fazer muito mais (BARSÍ, Natal de 2000. www.agatasmeralda.org/).

Continuando a afirmar a importância do Projeto e a responsabilidade dos adotantes para com as crianças da Bahia, chama a atenção de todos para não somente continuar na adoção, como procurar outros amigos que possam fazê-lo: “E então cada um se sinta convidado: não somente a continuar com pontualidade na adoção à distância, mas a propor uma adoção também para outros, aos parentes, aos amigos e amigas, na paróquia, na escola e aos colegas de trabalho” (BARSÍ, agosto, 2002. www.agatasmeralda.org/).

Nesta perspectiva de colaboração contínua no tempo, os dirigentes italianos tentam mostrar como a adoção à distância para se tornar eficaz tem de ser permanente, porque do outro lado, nas favelas de Salvador há crianças que precisam desta contribuição para continuar a sonhar:

Um compromisso este que não pode ser visto superficialmente, como um episódio saltuário 'quando eu me lembro': não se pode começar uma adoção para depois se esquecer, abandonando o compromisso: uma adoção a distância significa que tem um menino que todo mês precisa daquela preciosa contribuição, para viver e crescer com dignidade (ESPECIAL *Agata Smeralda*, 04.10.2004).

c) **A cumplicidade com a Igreja Católica**

Não se pode negar a simbiose do *Movimento per la Vita*, ventre gerador do Projeto Ágata Esmeralda, com os conteúdos programáticos da Igreja Católica e a vontade de que o Projeto a se instalar na Bahia, adquira estes conteúdos. Para que isto se concretize, o Projeto chama em causa também personalidades da Igreja Brasileira, como o Cardeal Primaz do Brasil. Num *folder*, publicado na Itália pelo *Servizio di Adozione Ágata Smeralda*, em 29 de maio de 1994, o então Cardeal de Salvador, Dom Lucas Moreira Neves, assim se dirige aos leitores italianos: “Vossa colaboração se insere no grande projeto de evangelização ordenado por Cristo que anunciou a salvação não somente com palavras e sim com os fatos”.

Desde 1993, primeiro ano de fundação do Projeto na Bahia, Barsi, por ocasião do Natal, entrevista o Cardeal da Bahia, que comenta as dificuldades da educação no Brasil e a necessidade de manter as crianças na escola através da alimentação:

É por isso então que a Igreja tem de substituir (*o poder público*), isto é, tem de abrir 'creches' para as crianças pequenas e também construir escolas que às vezes funcionem também em espaços que aos domingos se tornem igrejas ou capelas. Nós construímos muitas destas escolas-igrejas. O que podemos fazer? Como já existe um projeto de adoção a distancia, porque não iniciar um projeto da Toscana para abrir novas escolas? (TOSCANA oggi, 05.12.93, p.1).

A ligação do Projeto com a Igreja não se resume ao Cardeal da Bahia, mas se estende a todas a Igreja local. Confirmando para os leitores a abertura de mais grupos na Bahia e a alegria pelo sucesso do Projeto, Barsi escreve: “Nestes 37 centros de acolhimento, operam, em estreita colaboração com a Igreja local, religiosos, religiosas e leigos de várias nacionalidades, da Irlanda do Norte à Bélgica, do Canadá à Itália, num espírito de fraternidade internacional...” (TOSCANA oggi, 25.12.94,p.18).

Esta adesão e esta parceria com os conteúdos religiosos da Igreja local confirmam-se não somente pela presença de padres e freiras à frente dos grupos de apoio, como também pela parceria declarada com a linha de trabalho da Igreja. Esta adesão é sublinhada e reafirmada também para os padrinhos italianos, quase como uma garantia de seriedade e sucesso. Numa ficha apresentada no semanário *Toscana oggi* (29.09.96, p.08), pode-se ler: “O Projeto está crescendo em conjunto com uma equipe de Assistentes Sociais, missionários - freiras, padres e leigos - vindos de várias nações, em intensa colaboração com a 'Pastoral do menor' da Diocese de Salvador”.

Nesta perspectiva, as orientações aos adotantes na Itália tinham conteúdos que tentavam fornecer motivações espirituais, morais e sociais que traçavam uma linha de trabalho também para o Projeto no Brasil. De fato, o presidente do *Movimento per la Vita*

Fiorentino, prof. Ângelo Passaleva, no *folder* de apresentação da iniciativa, apresentado anteriormente, chama a atenção para o apelo deixado em Salvador da Bahia em 1988, quando o Papa João Paulo II disse: “Todas as crianças são importantes, todas. Não podem e nem deve ter crianças abandonadas. Nem crianças sem família. Nem meninos e nem meninas de rua...”

A ligação com a Igreja pode ser percebida, claramente, também nas motivações que originaram o Projeto e que, aos poucos, se manifestam nos documentos dirigidos aos adotantes. As concepções do Projeto e sua fiel concordância com a Igreja adquirem, no decorrer dos anos, uma dimensão que vem explicitada, com mais intensidade, quando o discurso se dirige aos temas da vida e do aborto:

Como Projeto Ágata Smeralda queremos nos empenhar para acolher este convite, para sermos sempre mais fieis a estas indicações, 'Respeitar a vida e as vidas - nos diz o Papa -: tudo começa aqui, porque o mais fundamental direito humano é o direito à vida. O aborto, a eutanásia ou a clonagem humana, por exemplo, tem o perigo de reduzir a pessoa humana a um simples objeto: de qualquer modo a vida e a morte a uma ordem! (TOSCANA oggi, fevereiro, 2003. In: www.agatasmeralda.org/).

A ligação com a Igreja, que aparece como uma constante nos depoimentos, desde a fundação do Projeto, se manifesta também neste contínuo apelar para figuras importantes da hierarquia, como os bispos e os cardeais que sempre afirmam a importância do Projeto, até se chegar aos “missionários”, vistos como os heróis num mundo que só pensa individualmente:

Ajudem-nos nesta empreitada que não é uma brincadeira e não somente com a fidelidade da contribuição mensal, mas também ajudando a encontrar novas ofertas, novas adoções, novas pessoas que assumam este empenho, para responder aos pedidos dos missionários que operam no Brasil e em outras partes do mundo (ESPECIAL Agata Smeralda, Toscana oggi, 04.10.2004).

4.1.3.2. A proposta, segundo a visão dos dirigentes italianos que vivem no Brasil (Subcategoria 3.2.)

Em umas das primeiras cartas enviadas pela então presidente do Projeto Ágata Esmeralda (PAE), Ir. Romana Cerliani, aos amigos italianos que começavam a se interessar pelo Projeto, pode-se ler:

“Torna-se sempre mais grave a situação de miséria em que vive a maioria do nosso povo, sobretudo no Nordeste. Entre os pobres as crianças chamam mais a nossa atenção e preocupação, pois vivem uma vida severina, franzina, ameaçada pelas doenças, pela violência... O serviço de adoções a distância “Ágata Esmeralda” do Movimento pela Vida com seu programa de ajuda, participa do grande mutirão em defesa da vida e da cidadania, numa visão e perspectiva cristã” (TOSCANA oggi, 29.05.94).

Ir. Romana retoma, em parte, o discurso dos italianos que são dirigentes na Itália. Italiana de Firenze, esclarece em uma entrevista a situação dos meninos de periferia e o que são estes centros e como são organizados. Introduce, contudo, um elemento que por ela é considerado fundamental na adoção, que é a oferta da educação:

As crianças (*da favela*), na sua maioria não têm possibilidade de freqüentar um curso preparatório para ingressar na escola pública, requisito essencial para ter acesso à escola. Para compensar esta necessidade, na nossa paróquia abrimos seis 'escolas de alfabetização' onde as crianças as mais pobres entre as pobres, recebem as primeiras noções de escrita e leitura (Toscana oggi, 29.05.94).

Os responsáveis pelo Ágata Esmeralda no Brasil discutem conceitos e esta complementaridade que existe entre uma ação solidária e uma visão assistencialista de cunho mais religioso. Numa carta publicada no semanário “Toscana oggi”, (20.06.93), a equipe responsável pela implantação do Projeto na Bahia mostra seu agradecimento aos amigos italianos do *Movimento per la Vita* pela ajuda recebida, ao mesmo tempo em que declara:

Queridos amigos, nos sentimos responsáveis pelo crescimento destas crianças e agradecemos a Providência Divina por nos terem doado estes irmãos. De fato não são eles que tem de nos agradecer, porque se tornam verdadeiras as palavras de Jesus quando diz: 'aquilo que fizestes ao menor dos meus irmãos, a mim o fizestes.

Destaca-se contudo o discurso de Pe. Paulo Tonucci que, tendo vivido quase trinta anos no Brasil, apresenta a sua percepção do que seja solidariedade e mundialidade. No folder de apresentação do Projeto (1994) Tonucci faz algumas colocações que ajudam a definir e a conceituar aspectos desta relação de adoção à distância.

A escolha de ajudar as crianças se dá no momento em que

acreditamos que alguma coisa poderá mudar nas relações entre os povos, e isto acontecerá somente quando todas as crianças terão acesso a uma alimentação sadia, uma habitação decente, uma escola aberta a todos, uma família não angustiada pela sobrevivência.

O futuro do mundo, que desejamos melhor, está sendo construído não somente na “sala do comando”, mas sobretudo nas casas, nas escolas, nos terreiros e nas ruas:

...Esta relação (*adoção a distancia*) entre dois irmãos, depois de instaurada, não pretende modificar a vida somente de quem recebe, mas também de quem oferece. Uma relação na qual os dois partners de igual modo recebem e enriquecem [...] A criança que recebe a ajuda material deverá ser ajudada a se tornar autônoma, em um processo que deverá leva-lo, através a garantia inicial de freqüentar uma escola e ter acesso a uma boa alimentação, a não precisar da ajuda externa, porque ele mesmo então se tornará construtor de sua própria história e ajudar no crescimento dos outros (FOLDER, 29.05.94).

Outros dirigentes do PAE, ao escreverem para os adotantes italianos, além de agradecer, mostram como o Projeto, para dar resultados e cumprir com suas finalidades, quais sejam a pobreza e a exclusão, terá que se engajar sempre mais concretamente num trabalho de base que vise recuperar a dignidade das crianças:

É a primeira carta que enviamos de Salvador de Bahia depois de um ano de atuação do Projeto. Perdoem o longo silencio, mas as dificuldades de ordem organizativa, não foram poucas. De fato, um Projeto sério requer muita atenção, critérios objetivos na escolha das crianças, mas sobretudo dos colaboradores que responsavelmente os sigam, ajudando-os no crescimento e na consciência de sua dignidade (TOSCANA oggi, 19.09.1993, p.5).

Mais adiante a carta continua apresentando as ações que serão desenvolvidas nas comunidades, repetindo e ampliando o discurso dos dirigentes italianos, e mostrando como o Projeto pretende operar:

Nosso compromisso pretende não somente ajudar as crianças, mas por meio delas alcançar as eventuais famílias para envolve-las no trabalho educativo. Nesta tarefa estamos sendo ajudados pelas assistentes sociais que moram na comunidade ou no bairro (TOSCANA oggi, 19.09.1993, p. 5).

As diferenças sociais são realçadas e vem reforçada a idéia da adoção à distância como símbolo de uma mudança de mentalidade que possibilite aos adotantes reconhecer,

através da foto da criança, como ainda será longa a luta para que em todo mundo as crianças sejam respeitadas:

Esta terra de desumanos contrastes é caracterizada por um número indescritível de crianças. Cada um deles vive na foto que vos enviamos e à qual se ligam profundamente. Esta imagem porém vos convida a abraçar e aliviar também idealmente os sofrimentos que martirizam a infância em todo lugar. As dores dos meninos brasileiros são as mesmas que, por causa da obtusidade dos adultos, sufocam barbaramente a alegria de viver dos pequenos somalis, tailandeses, ex jugoslavos, romenos... (TOSCANA oggi, 19.09.1993, p. 5).

Além dos agradecimentos, que como vimos se repetem em todos os artigos que são publicados na Itália, outro aspecto dessa colaboração é sublinhado pelos dirigentes no Brasil. Chamam a atenção, de fato, os agradecimentos e a gratidão, sublinhados pelos dirigentes italianos no Brasil, pela qualidade da ajuda recebida que se qualifica pela sua regularidade, permitindo assim, aos grupos parceiros, planejar com uma certa tranquilidade suas atividades: “Aquilo que mais ajuda, nesta colaboração com Ágata Smeralda, é a continuidade das doações com a qual podemos contar, sabendo que, também no mês seguinte, pelo menos não faltará aos meninos a alimentação”. E mais adiante, um dirigente, responsável por um grupo parceiro, sublinha uma marca particular do PAE na Bahia, dando mostra assim de perceber um acompanhamento que vai além da alimentação, para alcançar uma orientação educativa e social no trabalho com os menores e com suas comunidades:

Além do aspecto econômico, eu sou devedora ao Projeto também por tudo aquilo que eu recebo em termos de apoio, orientação e indicação. O nosso é um trabalho não fácil e muitas são as dificuldades escondidas; pelo que eu percebo o perigo maior é aquele de criar dependência, acomodação e passividade, ou pior, pretensões indevidas. Diria que o Projeto é especialista em chamar a atenção sobre isto (TOSCANA oggi, 29.09.1996, p. 8).

Nesta troca de correspondências entre o Brasil e a Itália, se os agradecimentos se tornam praxe, também chama a atenção uma reflexão que parte de quem vive numa situação de sofrimento e injustiça e tenta mostrar aos padrinhos italianos que a estrutura do poder existente no país leva, aos poucos, à perda da esperança:

Entre os muitos problemas que afligem o Brasil: o desemprego, o aumento impressionante da violência e sua banalização, a imposição de uma política que privilegia o econômico sobre o social, o atraso absurdo da reforma agrária... mas talvez o problema mais grave seja a perda da esperança. Com vossa ajuda o Projeto procura manter viva esta semente mostrando que é possível continuar a acreditar (TOSCANA oggi, 30.03.1997).

A presença do PAE e dos grupos parceiros no meio da sociedade permite aos dirigentes perceber também não somente o quanto foi feito com a ajuda dos adotantes, mas o quanto ainda se tem de fazer para se chegar a uma sociedade que possa garantir aos meninos os direitos previstos nas leis:

O Projeto Ágata Esmeralda nasceu quase no mesmo período em que foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Toda as vezes que visito um grupo percebo quanto bem é realizado por pessoas generosas e preocupadas em promover a dignidade das crianças e dos adolescentes. Ao mesmo tempo cresce em mim a convicção de que muito ainda tem de se fazer porque, juntos, possamos intervir na formulação das políticas públicas de modo que possam garantir efetivamente e amplamente os direitos das crianças e dos adolescentes (ESPECIAL Ágata Smeralda, Toscana oggi, 04.10.2004)

4.1.3.3. Síntese dos dados do discurso dos dirigentes italianos

Diante do exposto, podemos sintetizar os dados recolhidos, a partir das razões da existência da ONG Agata Smeralda / Ágata Esmeralda. As primeiras razões apresentadas dizem respeito à pobreza e à exclusão social das crianças brasileiras, que levam à dificuldade de ingressar numa escola e, portanto, de terem acesso à educação. O Projeto se propõe, portanto, a oferecer a estas crianças, em situação de risco social, uma alimentação sadia, uma educação escolar e os necessários cuidados médicos. O caráter pedagógico da iniciativa, que visa iniciar um projeto de adoção à distancia, é visto como uma experiência que pode levar os jovens italianos a uma educação para a mundialidade. Com a adoção à distancia se estabeleceria, portanto, uma ligação estável que permitiria trazer uma criança do terceiro mundo, de modo simbólico, para a casa do adotante, permitindo o crescimento, sobretudo

nos jovens italianos, de valores cristãos e ajudariam a formar uma nova mentalidade voltada para solidariedade e o repúdio ao consumismo. Outros elementos apontados pelos dirigentes como substantivos, para a atuação do projeto na Bahia, além da educação, alimentação e saúde, seria a possibilidade de tirar da cadeia jovens inocentes, libertar da pedofilia e do turismo sexual meninos e meninas inocentes. As razões propostas fazem parte da luta contra o aborto, que teria sua motivação maior no anseio do amor pela vida e o desejo de vê-la respeitada e acolhida a começar de quem ainda não nasceu. Portanto, a luta contra o aborto, ideário do *Movimento per la Vita*, associação da qual nasceu o Projeto, associa-se à vontade e à ânsia das famílias italianas pela adoção de crianças oriundas de regiões mundiais em conflito ou em subdesenvolvimento. A iniciativa tem o apoio e a cumplicidade da Igreja Católica: “Vossa colaboração se insere no grande projeto de evangelização ordenado por Cristo...”, palavras do Cardeal da Bahia, colaboração que facilita a presença de padres e freiras como responsáveis e fiadores do projeto, facilitando assim uma presença ativa na Pastoral do Menor da Arquidiocese de Salvador. Neste quadro de referências, pode-se ainda inserir o desejo de trabalhar com as crianças de acampamento dos Sem Terra e com crianças indígenas. Ao longo dos depoimentos reafirma-se a importância de que a ajuda, vinda dos adotantes, seja permanente para ser eficaz. Quanto aos dirigentes que vivem no Brasil, o que mais importa, além de obter recursos para a alimentação, a educação e a saúde, é a preocupação com um trabalho de educação que permita realizar ações solidárias superando uma visão assistencialista e de cunho religioso. Para eles o importante será portanto a possibilidade de se engajar sempre mais concretamente num trabalho de base que permita recuperar, através da educação, a dignidade das crianças. Outro aspecto, atrelado à idéia de adoção à distância, que vê a criança adotada, como símbolo da necessidade de uma mudança de mentalidade, apresentado pelos dirigentes no Brasil, pretende mostrar aos adotantes que o caminho para a justiça é ainda muito longo e que a estrutura de poder existente no Brasil leva aos poucos à perda da esperança. Nos depoimentos analisados, chamam a atenção, pela freqüência, também os agradecimentos e a gratidão com a qual os dirigentes que vivem no Brasil se dirigem aos adotantes, agradecendo pela ajuda recebida, qualificando-a como contínua e regular, o que permitiria portanto planejar, com uma certa tranquilidade, as atividades.

4.2. A Proposta da Secretaria Executiva da ONG Ágata Esmeralda no Brasil

Ainda a partir da utilização da Análise Documental, passamos agora à segunda parte de nossa análise, em que se privilegia o Discurso daqueles que, estando no Brasil, em Salvador, são o braço administrativo mais forte da instituição no Brasil. Procura-se assim,

neste momento do estudo, realizar a exposição da proposta da Secretaria Executiva da ONG Ágata Esmeralda no Brasil. Hierarquicamente, essa Secretaria é de suma importância para a operacionalização do que é planejado pela Ágata na Itália e em Salvador. O seu pensamento permite uma maior compreensão do que se tem pensado a respeito da ONG, a partir de sua inserção nas comunidades a que serve, através de convênios. Para este entendimento três documentos parecem fornecer pistas para a análise: o Relatório de 1997, o Manual: O Drama do Bem-te-vi de 1999 e o Documento Introdutório à avaliação de 2000. Nesta análise são privilegiadas três categorias: a primeira “a educação nas escolas, e a segunda “a educação e organização da comunidade” e a terceira “a educação infantil e básica na comunidade”.

a) A educação nas escolas (Categoria 01)

Proporcionando o entendimento, a dinâmica e o funcionamento do PAE, o Relatório de 1997, documento da Secretaria Executiva, analisa a realidade da educação brasileira, para mostrar o trabalho realizado nas comunidades na tentativa de melhorar a qualidade do ensino.

A partir dos problemas que envolvem a educação escolar brasileira, sobretudo a educação básica, o Relatório afirma: “não é segredo para ninguém, que a educação vem comprometendo a qualidade da nossa escola e desta forma deturpando a função social e política da mesma”. Mais adiante, o mesmo Relatório, ao declarar que a escola como instituição pública, tem perdido seu caráter universal, tendo deixado sem acesso grande parte da sua clientela e, pior ainda, não executando seu papel social de preparar os indivíduos para a vida social e política, dificulta “a incorporação dos valores morais e culturais, para a aquisição de uma profissão adequada às necessidades de sobrevivência e bem estar” (PAE, Relatório, 1997).

Citando a LDB de 1996, que coloca a educação básica "tendo por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em etapas posteriores." O Relatório se pergunta:

Como isto vem acontecendo? Para dimensionar o valor do ensino formal, sobretudo para as classes populares, como é o nosso caso, é preciso saber o que e como se faz na escola, no sentido de consolidar as conquistas da sociedade civil e avançar na direção de um modelo político e econômico mais sensível às necessidades das camadas majoritárias da população (PAE, Relatório, 1997).

O Relatório continua mostrando como a escola seja desejada pelas camadas populares como forma de melhoria de vida e obtenção de emprego. Neste sentido, ela lhes

deverá garantir os conhecimentos que favoreçam estas pretensões, “ensinando-lhes bem a ler, a escrever e falar, permitindo-lhes a aquisição de conteúdos básicos e habilidades intelectuais necessários à participação de cada indivíduo nas diversas instâncias de vida social, na qual as relações e organização do trabalho são muito importantes”.

O Relatório afirma que, diante desta situação, a tônica do PAE, em parceria com a UNEB, através do Departamento de Educação do Campus I, foi de desenvolver um projeto de capacitação de recursos humanos na área de educação, que teria começado em 1994, visando a melhoria da qualidade do atendimento das escolas parceiras, em busca de caminhos para superar as questões relativas à melhoria da qualidade do ensino, à garantia do acesso e permanência na escola, sobretudo para alunos de educação infantil e de séries iniciais do ensino fundamental, que representam mais de 80% do universo das crianças adotadas pelo Projeto.

Esta opção pela melhoria da qualidade implica em trabalhar o dia a dia da escola, através da qualificação dos seus professores e coordenadores, porque o Projeto acredita que uma das causas do fracasso da escola básica, da evasão e da repetência escolar reside na falta de qualificação adequada do docente que atua neste nível de ensino em escolas que atendem as crianças advindas do meio popular.

Esta parceria com a UNEB prevê cursos de capacitação de professores e de coordenadores e ainda o acompanhamento pedagógico sistemático destes recursos humanos, no seu dia a dia, na escola, “como forma de estar sempre implementando o processo de mudança”.

Para que isto aconteça, o Relatório apresenta uma lista de atividades que deverão subsidiar a mudança pretendida:

Um preparo profissional com uma fundamentação teórico-metodológica adequada; o domínio dos conhecimentos relativos à área do saber específico a ser lecionado; o conhecimento do papel social do professor e demais recursos humanos da escola, diante do contexto do ensino; uma definição, a ser construída em conjunto, do tipo de escola que se quer para as classes populares.

Entretanto, quem apresenta uma fundamentação teórica de forma mais organizada, quem elabora os conceitos e as ações que influenciam a linha pedagógica do Projeto, é o chamado Serviço de Assessoria Educacional, implementado em 1994, parte integrante da estrutura da Secretaria Executiva do PAE, e que continuará funcionando até 2002, quando o

Projeto iniciará nova modalidade de atuação junto aos parceiros.

Na parte que diz respeito à educação, exposta no Manual (PROJETO AGATA ESMERALDA, O Drama do bem-te-ví, 1999), o Serviço de Assessoria Pedagógica inicia sua apresentação lembrando a proposta do MEC:

Cada criança ou jovem brasileiro, mesmo de locais com pouca infraestrutura e condições sócio-econômicas desfavoráveis, deve ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania para deles poder usufruir. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - MEC vol. 1, p. 46.)

O Capítulo referente ao Serviço de Assessoria Educacional no Manual o Drama do Bem-te-vi (1999) começa lembrando as mudanças que a todo dia desafiam a escola, que, como instituição social responsável pela transmissão de saberes científicos, procura encontrar uma definição mais clara do seu papel nas transformações pelas quais vem passando a humanidade.

O estudo continua lembrando como na globalização da economia, do mercado, da tecnologia, da exclusão, muitos são os meios que facilitam a aquisição do saber, da informação e da formação de crianças e adultos. Sabendo ou não, a família, as comunidades, os diversos meios de comunicação, estão efetivando a todo momento o ato de educar, mostrando que a escola não é o único lugar onde o fazer educativo se concretiza: “Apesar disso, não podemos tirar dela sua função histórica e social de transmitir conhecimentos acumulados pela humanidade. A escola, como nós a conhecemos hoje, foi criada pela sociedade moderna para atender à necessidade de seu povo” (PROJETO AGATA ESMERALDA, O Drama do bem-te-vi, 1999,p.46).

O Projeto, através de sua Assessoria Educacional, reafirma portanto que a escola continua tendo assim grande importância histórica e social, cabendo a ela ensinar o código científico acumulado pela humanidade.

Ler, escrever e contar são habilidades necessárias a qualquer indivíduo que deseja conhecer o mundo letrado no qual vivemos. E o principal papel da escola é socializar o saber organizado, sistemático e desenvolvido nas áreas científicas, éticas e tecnológicas. Tal socialização implica na formação do cidadão consciente e construtor da sociedade em que vive (PROJETO AGATA ESMERALDA, O Drama do bem-te-vi, 1999, p. 47)

Aos poucos o trabalho vem introduzindo conhecimentos que estima necessários para que a criança e os jovens possam exercer a cidadania plena, a possibilidade do acesso à informação e à tecnologia. E se faz uma pergunta “Como conceber um cidadão sem estes

instrumentos?”

Depois de argumentar, o papel importante que a tecnologia assume nos dias atuais, permeando a vida social e a cultura, incluindo sua importância na produção dos conceitos e valores, o Manual aponta sua importância na produção do conhecimento, hoje interligado à produção de novas tecnologias, e à impossibilidade, portanto, de desvincular a escola deste processo produtivo porque seria como “tirar o seu chão”.

Diante do quadro de extrema pobreza da maioria das Associações e Escolas Comunitárias, a Assessoria Educacional insiste na valorização e na utilização das novas tecnologias, mostrando sua preocupação também com o acesso dos jovens ao mundo do trabalho, por ele estar cada vez mais exigente, não só em termos de tecnologia, como também de autoconhecimento, espírito crítico, criativo e capacidade de interação social.

As explicações da Assessoria Pedagógica continuam mostrando como os avanços tecnológicos tornaram o mundo mais acessível. As novas relações sociais criaram novos conceitos histórico-geográficos, culturais e econômicos e este caráter globalizador, por sua vez, impõe uma nova concepção histórica da sociedade e, portanto, do homem, o que implica uma revisão do papel social da escola. As fronteiras da ciência e da tecnologia estão dando lugar à globalização da produção da cultura. E, apesar da escola não ter um fim em si mesma, o sucesso do País depende muito do que se produza na sala de aula, pois melhorias significativas na educação resultam e fomentam melhorias significativas na sociedade, fomentando-as.

No que diz respeito às escolas parceiras do PAE, o documento da Assessoria Educacional comenta como a oferta de um ensino, em sintonia com os novos tempos, reforça a necessidade do comprometimento político com a formação das crianças atendidas, pois os alunos pertencem a setores que vêm sendo excluídos sistematicamente dos bens que circulam entre os cidadãos.

As nossas crianças são marcadas por um contexto social de desigualdades, pois suas oportunidades são quase que inexistentes em relação as crianças de classes mais privilegiadas, que contam com uma escola equipada, com professores atualizados, recursos financeiros e todo aparato tecnológico. Por este motivo cabe a nós dar-lhes não só a oportunidade de freqüentar uma escola que compense suas carências alimentares, afetivas ou de saúde (saúde, alimentação e moradia digna são conteúdos pertinentes em uma escola que busca a formação de seres conscientes e críticos), mas também de oferecer-lhes condições para que desenvolvam suas capacidades e valores (PROJETO AGATA ESMERALDA, O Drama do bem-te-vi, 1999, p.47).

Nesta perspectiva, a escola que o Projeto idealiza e aquela que deve perceber, que o mundo do educando precisa ser considerado como um dado determinante e fundamental na relação professor/aluno. Tal relação, alimentada pelo diálogo, deixa de lado uma educação centrada na imposição e na dominação. Enfatizando a importância de uma reflexão a dois, a partir da realidade e da cultura do educando, o documento cita Paulo Freire (entrevista a Nova Escola, agosto de 1990):

Alfabetizar-se é adquirir a língua através de um processo de construção de conhecimento com uma visão crítica da realidade. Quando se trata de adulto a temática que proponho é uma consequência natural da tomada de consciência dos problemas vividos pelo grupo. Com a escrita, ele exerce a plena cidadania. Para as crianças, a teoria é a mesma, mas valoriza-se mais o lúdico. A criança é o sujeito do processo educativo, não havendo dicotomia entre o aspecto cognitivo e o afetivo, mas uma relação dinâmica, prazerosa, dirigida para o ato de conhecer o mundo (PAE, O Drama do bem-te-vi, 1999, p. 48).

Por isso, o documento reafirma a necessidade do aluno que, em sala de aula ou fora dela, deve “sentir, perceber, compreender, conceituar, raciocinar, discursar, transformar”, ao invés do atual quadro pedagógico, calcado no trabalho expositivo do professor e na memorística repetição verbal do aluno. O aluno deve ser o centro e o foco. Sem ação do aluno não há aprendizagem significativa.

Uma escola centrada no lúdico é um outro aspecto apresentado nessa nova visão proposta às escolas parceiras. Parte-se do princípio de que o prazer de aprender deve nortear o processo de aprendizagem, bem como o prazer de ensinar deve caracterizar o trabalho do professor: é a pedagogia do prazer.

A escola não pode ser um clube de lazer, mas é hora de deixar de ser um tempo-espaço do tédio. O lúdico deve ser visto como uma estratégia de aprendizagem, sobretudo no início de escolarização, ainda que no trabalho com classes de jovens e adultos. O lúdico é expressão da vida em qualquer idade. A construção da identidade, da autonomia e o próprio desenvolvimento da inteligência, tem relação com a ludicidade e o prazer (PAE, O Drama do bem-te-vi, 1999, p. 48).

Tendo como um dos pilares da proposta educativa do Projeto uma educação inclusiva, que coloque portanto o aluno na sociedade onde ele vive e que o discurso cognitivo se faça a partir de sua realidade, torna-se importante que esta relação educativa se dê no diálogo com o mundo da escola e com o mundo culturalmente socializado, que compõem a escola e a sociedade.

O documento abre espaço, então, para introduzir outro princípio que deve estar presente numa escola que se pretende socializadora: a interatividade. O conceito de interatividade aplica-se à relação do aluno com o meio ambiente, com as pessoas e com os instrumentos de trabalho. Ela se traduz em manipulações, coletas, classificações, pesquisas, apresentações de trabalhos, debates e jamais em pura audição de aulas expositivas. Na interatividade se fortalece a autonomia e a aprendizagem de procedimentos e atitudes sadias como cooperação, respeito, responsabilidade, segurança, independência intelectual, auto-estima, entre outros.

Nesta escola, um olhar é dirigido também para o professor/educador que saiba claramente que o seu papel não é só de ensinar, mas muito mais de mediar... Para exercer este papel de mediador, é necessário para o professor e para o educador em geral ter conhecimento tanto do aluno/educando, como do objeto de ensino:

A nossa proposta educacional em resumo tem como fundamental a construção da educação com base dialógica, dentro de um processo democrático em que educadores e educandos se completam, trocam saberes e experiências numa relação humanizadora (PROJETO AGATA ESMERALDA, O Drama do bem-te-vi, 1999.p49).

Depois de ter apresentado as linhas mestras do Projeto com relação à educação escolar, que vêm complementando as falas dos dirigentes, mostrando existir uma única preocupação e uma firme vontade de superar a “escola depósito” ou a “escolinha do Vigário”, com vistas a uma educação inclusiva e cidadã, o documento continua apresentando as ações previstas para que estes objetivos e estes desejos possam se tornar operantes.

b) Educação e organização da comunidade (Categoria 02)

No Relatório (1997), temos também elementos indicativos dos princípios e das metas do Projeto com relação ao trabalho educativo mais amplo, que perpassa a escola, para atingir a própria comunidade. De fato, é reiterada a necessidade de que os técnicos e os dirigentes incorporem conceitos como:

Igualdade, responsabilidade, liberdade, etc., superando a 'consciência da sujeição' tão comum no povo das classes subalternas e marginalizadas, do 'seria bom', que afoga a possibilidade da luta,

para caminhar rumo a uma consciência cidadã onde a responsabilidade e o engajamento se tomam as molas mestres da auto-afirmação pessoal e da participação social (PAE, Relatório, 1997).

Do mesmo modo, incentiva os dirigentes a se engajarem nos movimentos populares, a conhecerem os mecanismos que regulam a elaboração e a aprovação das políticas públicas, a se organizarem para receber dos organismos públicos mais atenção e uma proteção mais eficaz:

Nesta busca da conscientização e da solidariedade o Projeto se empenha a perpassar uma idéia de cidadania que leve os indivíduos a exigir do poder público a proteção à vida, à saúde, um comprometimento maior com a educação, e como o interesse coletivo seja superior aos interesses particulares e privados (PAE, Relatório, 1997).

Mais adiante, retoma este conceito reafirmando a necessidade de uma organização popular que permita ao povo superar as precárias condições de vida, a instabilidade da moradia e da família, a atomização e o individualismo: “para organizar o povo, para tomar conhecimento dos seus deveres, sobretudo com as crianças, e reivindicar seus direitos cobrando do Estado suas obrigações”:

Por isso achamos que o espaço e a participação comunitária, oferecidas nas Associações e nas escolas comunitárias, podem preparar e motivar para a participação social, e como seja importante ajudar as pessoas a recuperar uma identidade de grupo e de comunidade, construída através das crenças e dos valores elaborados juntos, e das ações realizadas em conjunto, de modo que cada um defina para si e para sua comunidade, quais os valores, os papéis sociais que o capacitem para intervenções que levem à busca e ao exercício da cidadania” (PAE, Relatório, 1997).

Não podemos entretanto perder de vista os objetivos do Projeto e a missão que parece incorporar, na busca de soluções que permitam superar a situação de exclusão das crianças e adolescentes na construção da cidadania. Soluções que devem ser viabilizadas num plano micro econômico: recuperação da capacidade educativa das escolas como centro propulsor de iniciativas populares; formação dos educadores; retomada das práticas de organização social na comunidade; reestruturação jurídica das organizações de base.

O Relatório (1997), ao analisar o fenômeno da pobreza, mostra como se revela cada vez mais heterogênea, multiforme e multidimensional, não se limitando às camadas tradicionalmente atingidas pela falta de recursos, mas ganhando espaços entre outros

segmentos da população, citando entre outros “jovens desempregados, idosos, migrantes e setores da classe média que não conseguem mais usufruir de determinados bens sociais que se tornam cada vez mais raros”.

Esta “peregrinação” na busca de um trabalho, a necessidade de comer e de se alimentar, de ter um teto onde morar, o medo da violência, a necessidade de sobreviver, repercutiriam de tal modo na vida, que outras necessidades básicas de um cidadão consciente, como a preocupação com a instrução (educação formal) dos seus filhos, com a convivência familiar estruturada e formadora de valores, com a alimentação sadia, com a participação nas atividades comunitárias, se tornam atividades e necessidades de pouca importância ou relegadas a um segundo plano. Diante desta realidade, apresentada e comentada, o Projeto, ciente de uma sua responsabilidade social, convoca todos os dirigentes para um modo mais organizado e sério de trabalhar.

O Projeto Ágata Esmeralda diante desta situação e na busca de suas finalidades, já há vários anos, se preocupa em orientar, organizar, sistematizar e propor um trabalho que não seja pura e simplesmente um “fazer de conta”, um mascarar a realidade, mas a busca de um fazer sério, construindo valores e atitudes que consigam levar as crianças, primeira preocupação do Projeto, a construir sua cidadania (PAE, Relatório, 1997).

A partir deste compromisso de “orientar, organizar, sistematizar”, tomamos conhecimento de que o Projeto se interessa pelo crescimento das associações parceiras, porque percebe que o caminho na busca da cidadania para as crianças, passa também pelo fortalecimento das organizações de base que, uma vez organizadas, poderão ajudar seus associados a tomar consciência dos seus direitos e deveres, a participar com outras entidades de grupos de reflexão e de ação, na busca de “uma maior consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente, participando de eleições para indicação dos representantes da comunidade junto aos organismos competentes, e a reivindicar junto ao Estado, com maior força, seus direitos” (PAE, Relatório, 1997).

Pode-se dizer, então, que o Projeto tem clara consciência de que a agregação das várias entidades parceiras, para pressionar o Estado, é um dos caminhos para conseguir benefícios em favor da criança e dos adolescentes. Neste aspecto nele há uma forte recomendação para que as entidades se organizem juridicamente:

O caminho na busca da cidadania para as crianças passa também pelo fortalecimento das organizações de base que, uma vez organizadas, podem ajudar seus associados a tomar consciência dos seus direitos e deveres, a participar com outras entidades de grupos de reflexão e de ação, na busca de uma maior consolidação do

Estatuto da criança e do adolescente, participando de eleições para indicação dos representantes da comunidade junto aos organismos competentes, e a reivindicar junto ao Estado, com maior força, seus direitos (PAE, Relatório, 1997).

Entre os direitos, o relatório lembra que, uma vez regularizadas, as entidades, podem exigir do Estado as verbas destinadas ao trabalho social em favor das crianças, que apesar de não terem uma garantia constitucional para sua distribuição, dependendo às vezes de critérios político-eleitorais, elas podem chegar, em maior ou menor quantidade. Entre os deveres, lembra a necessidade de ter todo cuidado para que o funcionamento se desenvolva na forma da Lei, de modo a permitir a contratação de funcionários, a emissão de certificados e de todos os procedimentos legais previstos na lei.

A preocupação com a regulamentação jurídica das entidades é importante de tal forma que leva o Relatório a afirmar que o PAE colocou à disposição das entidades: “uma Assistente Social, formada em Direito, para que possa ajudar, tanto na elaboração dos estatutos, como na tramitação dos documentos”. Neste trecho o documento lamenta as dificuldades ao constatar como o direito dos cidadãos, de se agregarem para formar uma associação, se juntar numa organização, seja tão difícil de ser adquirido que

Infelizmente aquilo que é um direito constitucional, a capacidade dos cidadãos se organizarem em associações e terem o reconhecimento do Estado, se transforma as vezes numa longa peregrinação em busca da boa vontade e do apoio dos vereadores ou dos deputados (PAE, Relatório, 1997).

c) Educação Infantil e Básica na Comunidade (Categoria 03)

Diante destas concepções que visam integrar criança e escola na busca por uma escola cidadã, o que fazer e como fazer, porque as ações propostas realizem o sonho pretendido?

O documento analisado (PAE, Relatório, 1977) começa apresentando as ações como desafios; é o olhar do Projeto sobre a realidade ao seu redor: garantia de um ensino de qualidade; conhecimento da nova LDB; formação e reciclagem de professores; construção da cidadania a partir da escola; profissionalização; fracasso escolar; reforço escolar; projetos de arte educação; literatura infantil. São estes os desafios que a Assessoria Educacional propõe para o Projeto e para as Escolas, como metas para um novo modelo de escola participativa e formativa..

Alguns destes temas tinham sido tratados desde o Relatório de 1997, quando, ao apresentar as ações do Projeto, a Secretaria Executiva, reconhecendo os objetivos alcançados, propunha novas metas e novos desafios. Reelaborados pelo Documento da Assessoria Educacional, os conceitos apresentados anteriormente no relatório adquirem mais consistência facilitando assim sua operacionalização; posteriormente estes temas serão tratados também, de modo mais fragmentário, no Documento Introdutório à avaliação de 2000 e na Carta Aberta de 2000.

O Documento Introdutório aos Trabalhos de Avaliação de 2000, três anos depois portanto, do Relatório (1977) citado, é composto de três partes: a primeira traça um perfil histórico do PAE, a realidade encontrada, o perfil das escolas e dos responsáveis; a segunda parte é um convite à esperança, tentando convencer que o sonho de transformar (as escolas, os responsáveis, as crianças), é possível; a terceira e última parte aponta estratégias e caminhos de mudança.

A leitura do Documento Introdutório (2000) torna-se interessante, na medida em que aponta, com uma certa clareza, objetivos e os rumos do Projeto, já consolidados pelos quase oito anos de trabalho, e qual a estratégia para alcançá-los. A leitura remete, muitas vezes, a compará-lo com os documentos anteriores mostrando existir uma linha de ação que tenta se fortalecer ou quanto menos o Projeto mostra que está tomando sempre maior consciência do seu papel de agente de mudança.

O Documento começa lembrando o início do Projeto, sua estruturação nos anos 92/93 e a tentativa de transformar uma iniciativa caritativa, humanitária e assistencialista, em proposta de transformação social, visando proporcionar às crianças:

não somente o acesso à escola e à alimentação, mas sim à manutenção desta criança na escola com um ensino e uma alimentação de boa qualidade, tentando comprometer nesta tarefa também os pais 'exigindo' deles, através dos responsáveis, uma presença mais efetiva na educação e na saúde dos filhos (PAE, Documento Introdutório, nov. 2000).

O Documento lança sua proposta educativa, refletida anteriormente, mas que nesta sede adquire um valor maior porque destinada aos que, como orientadores e fiscalizadores, deverão implementar as mudanças :

Superar o conceito de creche como depósito de crianças, da escolha do professor pelo grau de parentesco, pela amizade ou pela necessidade; fazer entender como em educação não é qualquer coisa que serve, como um prato de comida não seja suficiente para criar um vínculo de amizade, como uma cesta básica não leve

necessariamente ao bem estar. Mostrar como o fato da criança passar necessidade em casa, não autorizava manter as crianças na ignorância ou na sujeira na escola, foi a parte mais difícil e complicada na organização do Projeto (PAE, Documento Introdutório, nov., 2000).

Este desabafo final parece indicar, de um lado, a vontade de buscar, continuamente, uma educação de qualidade, e do outro, evidenciar com maior clareza a situação das escolas de periferia, as chamadas escolas comunitárias. A situação apresentada neste Documento não é novidade no Projeto; de fato, em muitos artigos e documentos o esforço maior se concentra na necessidade de oferecer às crianças o que há de melhor, transformando a escola em “oásis” onde a criança, o professor e a própria comunidade possam reconhecer-se.

Complementando HELLER, citada por SERPA (1990), que vê na vida cotidiana o lugar da exploração, dominação, alienação e portanto também da libertação, é nesta escola “oásis”, vista como centro de construção das relações sociais, que a criança adquire as habilidades necessárias à vida cotidiana. Para o Projeto, apesar de apontar a família, a escola e comunidade, como elementos de mediação entre o indivíduo e os costumes, as normas, os padrões de conduta, a formação do caráter, a escola é eleita como a instância mais importante, a única capaz, talvez, de facilitar a assimilação e a aprendizagem das relações sócias construídas no seu dia a dia, na família e na comunidade.

Ao introduzir uma segunda parte da proposta, o Documento conta um pouco da história do Projeto AXÉ e do seu fundador e mentor, o dr. Cesare La Rocca, lembrando como a proposta do AXÉ se fundamentou para sua estruturação, “da convicção do que o ato de educar é um ato político e de que, a aprendizagem é um processo”. Convoca então os técnicos do Projeto, a lerem uma entrevista com o próprio Cesare, na revista *Educação* do mês de outubro de 2000, onde eles poderão perceber como existem conceitos e práticas parecidas com aquilo que eles fazem, e num desabafo confessa: “só que nós ainda não soubemos torná-los visíveis como o fez, nestes anos todos, e com sabedoria, o Projeto AXÉ”.

Nesta parte, talvez mais saudosista, refletindo quem sabe o imaginário de quem ou dos que o prepararam, o Documento (2000), lembra histórias contadas por voluntários e educadores sobre desafios com a educação, juntado-as com leituras recentes, como o livro do Boff (*O despertar da Águia*, 2000), convoca novamente os técnicos a “construir caminhos onde não há caminho”, numa clara alusão à proposta do Projeto que pretende levar à periferia sua proposta transformadora. Propõem que todos se engajem num sonho de:

Construir caminhos pode significar alguma vez a destruição de outros; desmontar modelos já superados, mas cristalizados nas

peessoas; se fazer de bobo para ganhar tempo, para ganhar espaço; brigar para garantir que as crianças tenham mais atenção, sejam sujeitos e não instrumentos de fazer dinheiro; que a boa vontade deixe espaço para a responsabilidade... (PAE, Documento Introdutório, nov., 2000).

Para que isso aconteça, o Documento pede coragem e perseverança, clareza de convicção de que esta construção talvez não se faça com princípios que organizaram o passado, porque teriam sido eles que levaram a sociedade brasileira ao impasse atual. O texto incentiva os técnicos que estão se preparando para a avaliação anual e o planejamento das atividades do próximo ano, a buscarem novos elementos, acreditar nos sonhos e projetos que estão dentro deles escondidos e vivos; projetos “que nem a gente os conhece, porque fazem parte de nossa herança biológica, do nosso ser humano solidário” (DOCUMENTO INTRODUTÓRIO, 2000).

Nesta parte, o texto, dirigido a uma clientela selecionada (os técnicos do próprio Projeto) tenta argumentar e convencer que a solidariedade é algo natural, intrínseco ao ser humano, que faz parte da herança biológica, esquecida pelo consumismo e pelos valores que sobrepõem o individual ao coletivo, o pessoal ao comunitário.

O ser humano coexiste com outros seres no mundo e no universo, precisa reconhecer esse vínculo de solidariedade cósmica e inserir-se conscientemente nela. Desta consciência nasce todo sentimento ecológico a caminho da integração, o respeito pela vida em geral e pela natureza. Segundo, descobrir a comunidade dos humanos, o sentimento de solidariedade, de co-responsabilidade, de intimidade, de subjetividade, que nos re-uni, nos re-torna irmãos (PAE, Documento Introdutório, nov., 2000).

O texto continua apresentando motivações de ordem genética (biopsíquica... genes, DNA, memória e neurocerebral... sentimento, emoção, dor, paixão...), para mostrar esta unidade da raça humana que se manifesta hoje no indivíduo cidadão, sujeito com direitos e deveres. Depois de lembrar que na história do planeta nem sempre os homens tiveram seus direitos reconhecidos (direitos civis, direitos sociais), mas foram conquistados ao longo do tempo com sacrifício e luta, cita uma passagem de Wanderley (2000), para reafirmar que as metas do Projeto e a realização do sonho se concretizam na formação de um sujeito “com autonomia e liberdade e com capacidade de fazer escolhas”

O Documento retoma, de certo modo acrescentando-lhe suporte e conteúdo, o repetido lema do Projeto Ágata Esmeralda: “que os jovens cresçam livres na sua terra para se tornarem amanhã protagonistas da história do seu país”. Tanto é verdade que logo em seguida, lembra a situação das crianças de periferia sujeitos desta ação e a proposta, sempre mais consciente e amadurecida no decorrer dos anos de trabalho que:

O Projeto Ágata Esmeralda tenta trabalhar um indivíduo, muitas vezes, ou quase sempre, ainda não sujeito de fato, propondo seu resgate através de um acompanhamento, pessoal e familiar, que vai da educação ao serviço social, passando pela nutrição, o psíquico, o jurídico, etc. (PAE, Documento Introdutório, nov., 2000).

Os técnicos que assumem suas funções dentro do Projeto e junto aos grupos parceiros são convidados a repensar sua atividade superando a fragmentação disciplinar numa nova operatividade multidisciplinar: “o que se pede é que cada um de vocês, seja assistente social, pedagoga, psicólogo, sociólogo, nutricionista, coloque em primeiro lugar o fato de serem antes de tudo 'educadores', que percebam portanto, antes de qualquer coisa, o fato como educativo, para dar uma resposta educativa” (PAE, Secretaria Executiva, Agenda, 2000).

A “resposta educativa” proposta pelo PAE tinha sido elaborada pela Secretaria Executiva, em conjunto com os próprios técnicos (a Assessoria Educacional tinha apresentado a linha do Projeto com relação à atividade formativa escolar), e distribuída entre os responsáveis dos grupos. Estes princípios norteadores do trabalho educativo já tinham sido apresentados, de fato, no Manual “O Drama do Bem-te-vi” (1999) e, segundo este Manual, deveriam servir de baliza para o planejamento do trabalho dos técnicos de todas as áreas e também de todo educador, seja ele técnico, responsável ou professor.

Sob o título de: “Princípios que devem nortear o planejamento e as atividades das comunidades que pertencem ao Projeto”, o Manual coloca para os técnicos/educadores elementos que deverão nortear suas atividades junto às comunidades, sobretudo no seu relacionamento com os responsáveis e os professores.





Depois de uma introdução humanista e de conteúdo mais genérico: “Não agimos apenas por agir”, “Nossa prática apóia-se nos valores que fundamentam e dão sentido ao verdadeiro humanismo e à luta por uma sociedade cada vez mais justa e mais fraterna”, o Manual (1999) lista os princípios que o PAE encara como pressupostos fundamentais de qualquer trabalho comunitário. Em resumo são estes os conceitos:

a) “Valorização da pessoa humana”: considerar cada pessoa como única, como digna de ser amada e como portadora de uma história que precisa ser escutada e respeitada;

b) “Visão do outro como um ator social, protagonista”: considerar que cada pessoa é um agente histórico, um ator social, que age e interage na construção da sociedade”. As pessoas têm um potencial que não pode ser desprezado, elas são co-responsáveis na reflexão, no planejamento e na ação.

c) “Integração de saberes”: considerar que há diversos saberes. Que há saberes oficiais que circulam nos meios mais intelectualizados e há saberes que nascem da experiência, da prática, da sabedoria de vida. Há muitas pessoas que não estudaram mas possuem saberes importantes, gerados no dia a dia, que precisam ser integrados, valorizados, levados em conta no planejamento e na ação.

d) “Conhecimento da realidade”: Partir sempre da realidade, procurando conhecê-la e saber como cada situação é montada, é construída. Nesse sentido: “conhecer a realidade significa entender porque existem, por exemplo, cada vez mais famílias que são :

-  destituídas dos meios de sobrevivência física;
-  desestruturadas, com crianças abandonadas e violentadas;
-  marginalizadas, proibidas de usufruir os benefícios do progresso, sem ter acesso às oportunidades de emprego e de usufruir os bens mínimos que o progresso oferece;
-  desprotegidas por falta de amparo público adequado, da obtenção dos direitos básicos de cidadania, como o sagrado direito à vida e ao bem-estar” (PAE, O Drama do Bem-te-vi, 1999, p.15).

e) “Trabalho em conjunto e em parceria”: o texto inicia sugerindo considerar sempre que ninguém é dono da verdade e que todos estão a caminho, construindo juntos e que ninguém tem a resposta pra tudo.

Há pessoas que se especializaram mais em um assunto do que em outro e poderão assim contribuir um pouco mais na sua área (Assistentes sociais, Psicóloga, Orientadora Educacional, Assistente jurídica). Isto quer dizer que em muitos pontos, traremos mais dúvidas que respostas, mais provocações, que saídas. Isto porque não temos receitas prontas. As propostas têm de ser construídas e desenvolvidas a partir das experiências nas comunidades e das idéias e ações partilhadas (PAE, O Drama do Bem-te-vi, 1999, p.15).

Nesta perspectiva, a presença individual do técnico junto aos grupos vem substituída pela presença de dois técnicos, habitualmente um pedagogo e um técnico de outra área. Instaurou-se assim no Projeto uma nova metodologia de presença, baseada nas visitas das duplas de técnicos/educadores, que deveriam repensar o trabalho a partir de suas especificidades, em uma troca de saberes que teriam como centro o fator educativo/formativo: “o que importa no vosso trabalho é uma resposta educativa às dificuldades que vocês encontrarem; o vosso ser pedagogo ou assistente social terá que ajudar na identificação dos problemas enquanto o tratamento terá de ser educativo sempre” (AGENDA, 2000).

4.2.1. Síntese da Proposta da Secretaria Executiva da ONG Ágata Esmeralda no Brasil

A apresentação dos documentos da Secretaria Executiva do Projeto, nos permite sintetizar sua proposta a partir de três categorias: 1ª - educação nas escolas, 2ª - educação e organização da comunidade e 3ª - educação infantil e básica na comunidade. Quanto à categoria “a educação nas escolas”, o texto parte de uma análise da educação brasileira que não executa seu papel de levar o conhecimento e de preparar os indivíduos para a vida social e política e não satisfaz a população que vê na escola a possibilidade de uma melhoria de vida e obtenção de emprego. Diante desta realidade o Projeto propõe desenvolver um projeto de capacitação visando a melhoria das escolas parceiras, projeto que visa não só capacitar professores e coordenadores, mas fornecer um acompanhamento pedagógico sistemático. Para detalhar as propostas pedagógicas a Secretaria propõe a leitura de um Manual (*O Drama do Bem-te-vi*), no qual se encontrarão os elementos que permitam entender o momento histórico e seus desdobramentos para a educação e a didática: a globalização da economia; as novas tecnologias; um novo conceito de interatividade. A partir daí, sugere aos educadores algumas linhas de atuação: a importância do diálogo para superar o conceito de dominação e imposição; uma escola centrada no lúdico; uma escola que ensine a mediar, enfim uma escola que supere a escola como depósito. Quanto à categoria “educação e organização da comunidade”, a proposta visa incentivar os dirigentes a se engajarem nos movimentos populares, para participar ativamente da elaboração e execução das políticas públicas e também para recuperar a capacidade das escolas como centro propulsor de práticas de organização social. O texto chama a atenção quanto à dificuldade crescente da população em participar das atividades e da vida da escola, haja vista a necessidade sempre maior de lutar para sobreviver, o que deixa em segundo plano a participação nas atividades comunitárias. Os documentos mostram como o Projeto se declara portador do compromisso de “orientar, organizar e sistematizar” o conhecimento e as práticas das organizações parceiras,

tendo consciência de que a agregação de várias entidades pode ser um dos caminhos que possa pressionar o Estado para uma maior presença junto à comunidade. Outro aspecto colocado é um chamado para que as entidades se preocupem com sua regulamentação jurídica. Quanto à terceira categoria “Educação infantil e básica na comunidade”, o Documento começa apresentando as ações como desafios; é o olhar do Projeto sobre a realidade ao seu redor: garantia de um ensino de qualidade; conhecimento da nova LDB; formação e reciclagem de professores; construção da cidadania a partir da escola; profissionalização; fracasso escolar; reforço escolar; projetos de arte educação; literatura infantil. São estes os desafios que a Assessoria Educacional propõe para o Projeto e para as Escolas como metas para um novo modelo de escola participativa e formativa e em outro documento a Secretaria, depois de traçar um perfil histórico do Projeto e de convidar para a esperança de que a transformação é possível, aponta estratégias e caminhos de mudança a partir do desejo de quebrar os vícios de uma presença colonialista. Vem retomada a necessidade da construção de uma educação de qualidade e de uma reflexão quanto às escolas chamadas comunitárias, apresentando um novo conceito de escola vista como “oásis”, lugar propiciador de vida de melhor qualidade, da construção das relações sociais e onde as crianças adquiram habilidades necessárias ao viver na família e na sociedade. A Secretaria conclama ainda os técnicos a acreditarem nos sonhos e nos projetos que estão dentro de cada um, sobrepondo o coletivo ao individual, e que possibilite a formação de sujeitos com autonomia e liberdade e com capacidade de fazer escolhas. O texto propõe ainda aos técnicos superar a fragmentação disciplinar numa nova operatividade multidisciplinar que permita dar sempre uma resposta educativa. Ao final, são apresentados conceitos que a Secretaria propõe como pressupostos fundamentais para o trabalho comunitário: valorização da pessoa humana; visão do outro como ator social; integração de saberes; conhecimento da realidade; trabalho em conjunto e em parceria.

4.3. O Discurso das técnicas e/ou educadores brasileiros entrevistados

Dividimos esta parte da análise do discurso dos técnicos e/ou educadores brasileiros em duas partes : na primeira, traçamos o perfil dos entrevistados, com suas variáveis caracterizadoras; na segunda parte nos atemos à análise propriamente dita do conteúdo dos discursos resgatados em entrevista semi-estruturada explicitada na metodologia deste estudo.

4.3.1. O perfil dos técnicos e/ou educadores brasileiros entrevistados

O perfil dos técnicos e/ou educadores brasileiros entrevistados, pertencentes ao Ágata, em número de doze, nos revela que, na verdade, não há homens nesta função, todas

são mulheres. Importa sublinhar também que quase todas encontraram no PAE a primeira experiência de trabalho com carteira assinada.

Segundo a variável idade, vê-se que as técnicas se situam, em sua maioria, entre 28-37 anos. Três técnicas se situam entre 18-27 anos; uma, está na faixa 38-47 anos e uma na faixa de mais de quarenta e sete anos.

Quanto ao tempo de experiência de trabalho na instituição, a metade possui menos de cinco anos de experiência; três têm de 5 a 9 anos de experiência e três dizem ter de 10 a 14 anos de ação na ONG.

No tocante ao estado civil, percebe-se que a maioria das educadoras e/ou técnicas é formada de solteiras, enquanto as outras são casadas e uma viúva.

Tomando-se como preocupação a origem familiar, tendo por referência o nível socioeconômico dos pais das entrevistadas, nota-se que cerca da metade dos pais, exerce profissões simples, a exemplo de motoristas, mecânico, eletricitista; outros desempenham atividades normalmente compatíveis com formação de nível médio (técnico contábil, representante comercial, por exemplo) e um provavelmente de maior nível socioeconômico, o de fazendeiro.

Em termos de formação, a quase totalidade das técnicas e/ou educadoras, possui formação de nível superior, tendo na sua maioria cursado pós-graduação. Em relação aos domínios de estudo, vê-se que muitas têm formação em pedagogia; uma em Direito; uma em Nutrição; uma em Propaganda e Marketing; uma em Sociologia, uma em magistério nível médio e duas em Serviço Social.

Com referência à jornada de trabalho na ONG, a grande maioria dedica 40 horas semanais à instituição, sendo que somente três possuem carga horária de apenas 20 horas.

Enfim, quanto ao nível salarial, que varia segundo a formação e o tempo de trabalho na ONG, quase todas percebem uma média de cinco salários mínimos; algumas recebem cerca de dois salários mínimos; e uma técnica percebe um salário mínimo e meio por mês.

4.3.2. O discurso das técnicas e/ou educadoras brasileiras entrevistadas

Uma análise dos discursos resultantes das entrevistas realizadas com os técnicos e/ou educadores da ONG Ágata Esmeralda que atuam na linha de frente do Projeto na Bahia, dando o apoio e a sustentação às entidades que se encontram conveniadas, nos permitiram resgatar as oito (08) categorias seguintes: 1^a - As razões para o engajamento na ONG Ágata Esmeralda; 2^a - Os desafios iniciais do engajamento na ONG Ágata Esmeralda, 3^a - As dificuldades e experiências angustiantes; 4^a - As experiências iniciais reconfortantes; 5^a - Os objetivos da ONG Ágata Esmeralda, 6^a - Os objetivos e os princípios de ação, 7^a - A evolução da Ágata Esmeralda e problemas enfrentados, e por último, 8^a - O relacionamento

com os dirigentes da Itália.

A seguir apresentamos cada uma das categorias acima citadas e suas sub-categorias.

4.3.2.1. As razões para o engajamento na ONG Ágata Esmeralda

O quadro 4.1. nos oferece uma síntese das razões que levaram as técnicas e/ou educadoras do Ágata Esmeralda, na Bahia, a ingressar na ONG trazida da Itália : oito (8) entrevistadas apontam como motivo de engajamento a identificação com o trabalho e realização pessoal e profissional; sete (7) se referem ao atendimento a um convite pessoal e seis (6) assinalam a influência da Universidade. Temos que atentar para o fato de que as categorias apresentadas não são necessariamente excludentes entre elas.

Quadro 4.1.
Razões do engajamento das técnicas e/ou educadoras do PAE

Identificação com o trabalho e realização pessoal e profissional	EN 01, EN 02, EN 04, EN 05, EN 06, EN 09, EN 10, EN 12
Atendimento a um convite pessoal	EN 03, EN 04, EN 06, EN 08, EN 09, EN 11, EN 12
Influência da Universidade	EN 01, EN 04, EN 05, EN 06, EN 07, EN 08

EN = Frequência dada a cada entrevistada

a) Identificação com o trabalho e realização pessoal e profissional

Das entrevistadas, oito (08) se referem à identificação com o tipo de trabalho, já que este proporcionava uma realização pessoal e profissional, o que confirmamos com alguns depoimentos :

Aí eu vi nisso, a possibilidade de me realizar, tanto profissionalmente, quanto pessoalmente, por que eu nunca consegui estar colocando uma coisa tão desconexa, a questão não é só ganhar dinheiro por ganhar, mas a gente precisa ter uma auto-realização, aí eu comecei a trabalhar com ela nessa questão das comunidades, foi a minha primeira visão, e aí o bom de tudo foi que você consegue a partir das suas observações, você consegue visualizar que aquelas crianças ali, precisam muito mais do que uma simples alimentação.. (EN 02)

Na verdade eu sempre tive muita preocupação, me identificava muito com o trabalho, a criança e o adolescente, tanto é que desde

da época da faculdade eu optei por estagiar no Juizado de Menor da criança e da juventude. Foi assim, muito forte, quando eu fiz serviço social, eu fiz já pensando em criança e adolescente em situação de risco, que na época a gente denominava carente. (EN 06)

Eu quando jovem participei de grupos de jovens e naquela época a gente fazia arrecadação de alimentos fazia de uma forma bem assistencialista, tinha as famílias cadastradas e todo sábado iam buscar aquilo que a gente arrecadava na igreja. Depois, enquanto eu estava estudando por estar estudando numa casa de estudantes carentes, naquela época era ainda dito carente, então assim, a gente tinha dentro da própria residência, pessoas que necessitavam mais e algo mais sistematizado de pensar em trabalhar nessa área até então não tinha pensado.(EN 07)

b) Atendimento a um convite pessoal

Das pessoas entrevistadas, sete (07) revelaram terem sido convidadas a trabalhar na Ong Ágata Esmeralda ou por colegas, ou por uma religiosa, padre, ou dirigente como nos confirmam algumas falas :

Eu não conhecia bem o projeto Ágata, eu entrei por indicação de uma colega minha que trabalhava como estagiária do Ágata na época em 98, e ela me convidou se eu queria ser estagiária do projeto Ágata, me contou um pouco da filosofia do projeto, que na época a relação do projeto com os estagiários era bem diferente, e eu me interessei por que era um trabalho de monitoria, uma proposta de fazer pensar alguns professores que viam a realidade completamente diferente da realidade acadêmica (EN 3)

E a gente foi lá conversar com a Irmã, ela também já me conhecia, não diretamente, mas sabia que eu já trabalhei na Paróquia, tinha uma relação com a comunidade e assim eu cheguei para o Ágata Esmeralda através desse convite..... Na realidade foi um convite. Eu respondi a um convite. (EN 04)

Então quando voltei da minha viagem, eu fui convidada a meio que estagiar “digamos assim” a fazer um pequeno experimento na área de comunicação fazendo um jornalzinho no Ágata, e foi assim que comecei a me aproximar e a gostar de trabalhar no terceiro setor, e é por isso que desenvolvo essa atividade até hoje. (EN 12)

c) Influência da Universidade

Enfim, das doze entrevistadas seis (06) se referem à Universidade como um marco decisivo para o seu engajamento em uma luta mais social, através de estágios e do trabalho na Ágata Esmeralda, enquanto uma entrevistada se queixa de uma Universidade que não as ajudou, para uma prática comprometida com a exclusão social, havendo uma entrevistada

que em nada se refere à questão. Destacamos de que forma algumas entrevistadas que se sentiram impulsionadas pelo Ensino Superior externam esta idéia, revelando que foram decisivas as reflexões em torno da realidade social, da desigualdade. Apresentamos os depoimentos mais marcantes :

A minha formação acadêmica foi bem pertinente à preocupação com a realidade social, então na academia o que se aborda primeiro são as relações existente dos indivíduos em sociedade e como se processa essas relações e assim, essa realidade é muito abordada, a realidade social, a desigualdade e a partir do momento que você começa a entender todos os pilares dessa realidade, a origem e como se dá, como profissional com formação sociológica você tende a criar uma preocupação e intervir nessa realidade, então como surgiu? A partir do meu contato com o curso de ciências sociais na UFBA, primeiro conhecer essa realidade, primeiro saber como ela existe, porque existe, como tudo surgiu, depois é que vem o desejo de intervir na realidade e como o profissional de ciências sociais pode estar contribuindo.(EN 01)

Quando eu fui fazer vestibular, fiz para serviço social, era algum que me entusiasmava e que eu queria e aí fiz todo o curso de serviço social..... E assim eu fui crescendo, com a entrada na Universidade e você mergulhando mais na teoria e ampliando mais os horizontes, os olhares, você vai descobrindo outros viés dessa relação da comunidade com sociedade e com tudo. (EN 04)

Na verdade enquanto aluna da Universidade do Estado da Bahia, os estudos, as discussões de vários professores nos levaram, aliás, me levaram a uma preocupação mais forte e a querer estar fazendo algum tipo de trabalho, mas eu não via como. Quando eu fui aluna de um professor que falou para gente do trabalho do Ágata Esmeralda eu percebi que tinha alguma coisa de muita afinidade comigo (EN 05).

Uma entrevistada não vê a Universidade como capaz de formar os alunos com uma visão mais comprometida, instrumentalizando-os para o trabalho social, afirma :

Quando logo me formei em nutrição, eu percebi que a própria universidade, vamos colocar entre aspas “formar”, por que ninguém forma ninguém, a universidade não nos dava instrumentos para trabalharmos nos meios populares, então a gente não tinha essa sensibilização, principalmente na área de saúde, então a área de saúde é muito academicista, é aquela questão de você trabalhar somente dentro de um hospital ou de uma indústria ou com cálculos ou com pacientes, mas é aquela coisa que você não permeia nem trazendo o seu ser, a sua sensibilidade, então eu não queria isso, pelo menos como primeira experiência, eu não queria. (EN 02)

4.3.2.2. Desafios iniciais do engajamento na ONG Ágata Esmeralda: dificuldades e experiências angustiantes

O discurso das técnicas e/ou educadoras brasileiras que fazem a intermediação entre os dirigentes italianos e os dirigentes da Ong na Bahia, e que atuam diretamente junto aos responsáveis pelas instituições que abrigam as crianças beneficiadas, apontam diversos desafios, dificuldades e experiências angustiantes enfrentados nos primeiros dias de implantação do projeto mostrados no quadro 02.

Quadro 4.2.

Desafios, dificuldades e experiências angustiantes

Dificuldades inerentes às instituições orientadas	EN 01, EN 02, EN 04, EN 05, EN 06, EN 07 , EN 08, EN 09, EN 10, EN 11
Relações conflituosas entre os responsáveis e as técnicas e/ou educadoras	EN 01, EN 02, EN 04, EN 06, EN 08, EN 09, EN 12
Inexperiência no trabalho comunitário	EN 01, EN 02, EN 03, EN 04, EN 10, EN 11.
Indignação diante de problemas sociais	EN 02, EN 03, EN 04, EN 11

a) Dificuldades inerentes às instituições orientadas

A maior parte das dificuldades e obstáculos vivenciados pelas entrevistadas (09) coloca em evidência os problemas encontrados nas diversas instituições que mantêm convênio com o PAE . Citam-se então: 01 as dificuldades oriundas, 1.1 das condições sociais, 1.2 de dependência e de pobreza, em que as crianças e pessoas vivem, 1.3 a falta de condição de trabalho, e, 1.4, falta de um acolhimento digno das crianças :

Então, tinha uma criança que estava na sala de aula, aí vem o nosso olhar por todos os espaços não fica centrado num só. E essa criança não andava, não conversava. Aí eu comecei como educador: o que que está acontecendo? Ela não fala ela não anda, ela nem saia da cadeira ela mal conversava com o professor. Aí eu falei: vamos tentar fazer uma avaliação? E aí começou a fazer uma avaliação nutricional de todas as crianças, comecei a palpar o menino e ele estava num estado de desnutrição chega estava totalmente demasiado. O que nós fizemos? Sentamos e falamos: “ vamos fazer uma visita a essa casa? » Fizemos uma visita a essa casa, os pais os dois alcoolistas mais cinco filhos, todos desnutridos, a mãe tinha aparência de 60 anos mas tem na realidade 38, agora não sei..(EN 02)

A pobreza é grande na área 8, na área do recôncavo baiano e assim, você tem pessoas que querem como você realmente fazer o trabalho, que sentam que planejam e que vêem as possibilidades. Mas, fatores internos inclusive as questões das relações pessoais impedem o trabalho. As suas necessidades pessoais trazem influências que fazem com que o trabalho coletivo não caminhe. (EN 05)

Um depósito exatamente. Os profissionais que estão ali não são valorizados, você vê desde o espaço físico, a organização do espaço físico, do ambiente, como estão as paredes, como estão as cadeiras como estão postas as cadeiras no mesmo espaço, o que é composto, o que tem naquele espaço, as vezes não tem nenhum brinquedo, mal tem uma estante, que aquela estante usa para colocar outras coisas, e assim, a gente percebe mesmo de como está organizado. (EN 09)

Primeiro foi o número de escolas que eu tinha que acompanhar. Por que era um número grande, umas próximas e outras mais distantes. E que muitas que você ia, você percebia que não bastava estar ali apenas uma vez por mês ou a cada 15 dias. Era necessário você ter uma periodicidade maior e mapear essa realidade a partir daquilo que você via, do que o Ágata propunha. (EN 10)

O alto índice de miséria leva a técnica e/ou educadora a relatar fatos penosos e a exigir uma ação mais efetiva não só da ONG mas dos poderes instituídos : um foi a situação de um casal de cegos que tinham 8 filhos e estava esperando o nono, porque ela estava gestante, caracterizando uma situação muito crítica porque havia três crianças que estavam sub-nutridas, com um grau altíssimo de subnutrição. Outro fato chocante ocorreu com uma criança vítima de uma violência sexual na suburbana no Alto Cabrito, em que ela estava sendo vítima de abuso por parte de um vizinho pois a mãe saía e deixava a criança sozinha em casa e o vizinho se aproveitava desse momento abusando sexualmente dessa menina. Ao ser internada no hospital descobriu-se que ela estava com condiloma , uma doença sexualmente transmissível.

Uma educadora e/ou técnica compara a perda salarial e questiona o grau de violência que cerca o seu espaço de trabalho :

O nosso trabalho é altamente angustiante, que eu pergunto: “Meu Deus, será que eu não deveria estar trabalhando num local em que eu poderia estar ganhando muito mais e não estar correndo de assaltante? Muitas vezes a gente está na comunidade e os policiais levantam o revólver e nos apontam. Conversar com os responsáveis que muitas vezes não querem nem saber desse trabalho, aí quando eu vejo essas experiências eu falo: certo, eu estou no caminho certo,

mesmo diante de tantas dificuldades. É isso que me acolhe, que me acalenta. (EN 02).

Há dirigentes de instituições que se apropriam das instituições de forma patrimonialista, como se aquele bem público lhes pertencesse enquanto propriedade privada :

Se você for perceber, você tem uma luta da comunidade, em nome de uma família, quer dizer que a família se apropriou da comunidade para um movimento de associações de moradores e hoje você tem um discurso que sempre é um movimento comunitário, mas liderado por uma família que até hoje existe essa família dentro da escola. (EN 01)

Mas sei de uma coisa, que o dinheiro é peso maior, para fazer com ele coisas em nível de estrutura de construções porque parece que aquilo deixa seu nome gravado. Foi eu quem fim aquela escola, fui eu quem construiu aquele centro, quanto para mim o mais significativo seria: “Fomos nós que podemos dar aquela comunidade a oportunidade de hoje estar fazendo um curso de alfabetização. Uma alfabetização para as mães, um curso a noite, uma oportunidade de construir juntos um centro de profissionalização. (EN 05)

Na mesma direção e dentro da mesma lógica, há os que usufruem dos recursos e que colocam em primeiro plano o lado financeiro :

Muitos estão lá, mas muitos estão ou para ganhar dinheiro ou para transformação, para mudança daquele sujeito, mas outros são para ganhar dinheiro, mas mesmo os que são para ganhar dinheiro, quando a gente consegue estabelecer, ter uma relação afetiva, uma relação de conquista, eles conseguem mudar (EN 02)

A discussão dessa presença da família de como o projeto foi apresentado a essas famílias na relação de dar, que criou um certo sentimento de posse ao dinheiro que vem para meu menino, você tem que me dar o dinheiro até um certo ponto que ter que dar....se a gente for perceber é a repetição da história, é o meu menino, é a minha Instituição, um sentimento de posse. Isso foi muito estressante no começo. (EN 04)

Uma coisa que me incomodava muito e que continua a me incomodar no Ágata é quando eu vejo quando o recurso não está chegando ao seu destino da criança, e isso me incomoda muito, muito mesmo, eu me sinto às vezes impotente porque quem administra o recurso é uma outra pessoa. (EN 06)

Ainda em relação aos dirigentes das instituições conveniadas, percebe-se a

necessidade de uma maior capacitação, acompanhamento e orientação para que compreendam os princípios e interajam diante dos objetivos propostos pela Ágata Esmeralda. Além disso, o crescimento do raio de atuação da ONG exigia a presença de mais técnicos e maior acompanhamento :

Eu penso na questão da capacitação maior para os responsáveis, por que o dirigente é a mola mestra da instituição, e o dirigente não tem clareza quanto ao trabalho às vezes, muitos dirigentes não tem isso e outros tem. (EN 01)

Depois a ausência de perspectivas da Instituição que naquela época trabalhava com a gente. Então era a comunidade que nascia do trabalho da Igreja, então o professor era o catequista, não tinha o preparo. Você ia trabalhando por afinidades pessoais mais do que por competência para fazer um trabalho. (...) Mas como fazer isso? Em que consiste essa ajuda? Para que a gente vai ajudar? A gente não sabia. Eu acho que essa era uma dificuldade. (EN 04)

Assim, por parte de irresponsáveis porque, apesar da maioria estar presente nos encontros de formação, de planejamento e de avaliação de todos os trabalhos, alguns não percebiam a validade deste trabalho. Mas não percebiam mesmo. (EN 05)

Porque assim, um número grande de crianças para esse acompanhamento, isso significa maiores dificuldades. Uma área que é super carente que as pessoas vivem basicamente da pesca não tem opção de emprego. Então, eu quanto observadora enquanto pessoa que estava lá, junto eu via que os problemas eram bastantes. E que, paralelo a isso, a mentalidade não ajudava de a estar junto, pensando e resolvendo esse problema. E que eu precisava estar buscando alguém. Por outro lado, a instituição não tinha condição, ou vivia numa situação em que não podia estar cedendo um outro técnico para estar trabalhando junto comigo. Também porque outras áreas precisam também precisam de outros técnicos. (EN 05)

Então muitos e muitos trabalhos meu, e de minhas colegas de trabalho, pedagogas, nutricionistas, nos empenhamos, foram muitos trabalhos em prol da melhoria daquela situação e assim, o que doía muito é que eu acreditei muitas vezes, que era possível mudar, é claro, nisso eu acreditei sempre mas o mais grave é que eu acreditei que a responsável estava tendo uma outra postura.. (EN 06)

Em muitos momentos a gente não acreditou porque eram vários encontros também, com o mesmo discurso, e quando a gente voltava tinha que voltar do zero porque parece que as coisas não eram entendidas ou não queriam ser entendidas, e hoje a gente vive um momento bem diferente. (EN 07)

Logo no início eu tive uma dificuldade em compreender o número de crianças adotadas. A minha preocupação maior? É a quantidade ou a qualidade? Sempre me colocava em inquietação. Porque via crescendo cada vez mais a meta de crianças era acompanhar,

acompanhar, foi crescendo e o quadro muito pequeno de profissionais (EN 08)

Há também professores e responsáveis engajados nas instituições conveniadas que, diante das dificuldades de implementar uma nova metodologia de trabalho, não apresentam o perfil necessário para efetivar o projeto construído pelas técnicas e/ou educadoras:

Foi um momento muito difícil na minha vida, não só profissional mas pessoal também, porque o grupo, era um grupo que não tinha professor, não tinha colaborador, não tinha responsável, eu por esse motivo me aproximei muito das crianças, porque muitas vezes cheguei lá no grupo e fiz o papel de professor talvez da sala de aula, muitas vezes sentei com os meninos para cantar, ensinar musiquinha para brincar de massa porque a pessoa que estava assumindo a sala de aula era uma pessoa que só brigava, a tarefa dela para os meninos era só ficar de cabeça baixa na cadeira e aquilo me incomodava muito. (EN 06)

Uma outra experiência, foi o fato de a gente acompanhar mais de perto o professor, era a relação afetiva que ele tinha com esse aluno. Era uma preocupação nossa, do Ágata, e minha especificamente quando ia a esses espaços. Então, algumas professoras verbalmente agrediam esses alunos. Uma vez eu disse para uma delas, por que ela disse a um aluno, se você não se comportar, você não vai ter direito a merendar. Depois eu refleti com ela, se aquele espaço tinha a alimentação como punição. Eu disse a alimentação aqui para eles é um direito, então se você quer que ele cumpra com as atividades, a gente precisa falar com ele com outra linguagem, não usando o alimento como estratégia de você conseguir alguma coisa, então isso foi um ganho. (EN 10)

Apontam-se dificuldades inerentes à própria ONG, que em certos espaços ainda não conseguira, em seus primeiros momentos, sistematizar os seus objetivos, definir com mais clareza os seus critérios de adoção e trabalho, abrir espaços à parceria, inserir-se nos contextos, perdurando por vezes a resistência:

Talvez foi muito complicado porque você vê que se tinha algo esquematizado quanto aos objetivos e quanto aos princípios, mas assim, você chega na comunidade você chega na comunidade para tentar provocar nessas pessoas que estão ali e inseridas naquele trabalho, uma melhor forma de atuar com as crianças, mas assim você encontra os modelos de atuação e não se tem nada e é isso que eu me senti no Ágata a dificuldade maior foi a questão do critério, que eu achava que o Ágata não tinha nem sistematizado isso. (EN 01)

No primeiro momento, havia essa simulação do saber, mas sem a clareza de que se estava fazendo aquilo, as discussões eram muito incipientes porque a própria Instituição não tinha essa clareza de onde a gente realmente pretendia chegar com o trabalho desses

profissionais. (EN 04)

A gente tinha uma responsável que, a idéia que eu tenho, é que nunca entendeu o que era, o que foi o Projeto Ágata, foram várias reuniões, vários encontros que tivemos tentando conversar, tentando mostrar para ela a filosofia do Projeto Ágata, o que o Ágata pretendia com aquelas crianças, e em um novo encontro era como se ela não tivesse ouvido nada, não tivesse entendido, a impressão é como se ela tivesse naquele momento no primeiro encontro comigo. (EN 07)

Por que eu também tinha uma relação de respeito com dirigentes, mas de certa forma de medo, por que a gente estava chegando num espaço que não era nosso, que tinha uma parceria com o Ágata, mas a gente queria fortalecer essa parceira como um sonho, como um desejo. E eu não trazia os dirigentes para o trabalho, eu trabalhava com quem estava lá, que eram os educadores, as merendeiras, as crianças. (EN 10)

A forma como as instituições conveniadas viam as técnicas e/ou educadoras, muitas vezes de forma festiva e fora do cotidiano, impediam que se fosse além do superficial, que se pudesse estabelecer um olhar mais produtivo e rigoroso, que houvesse uma imersão nos diversos espaços, maxime no interior do estado :

E assim, uma dificuldade grande minha era sistematizar as atividades desenvolvidas, as ações empreendidas nesses grupos porque. quando eu chegava nos grupos, por eu ser de um grupo do interior, eu também era vista como uma pessoa do Ágata que quando chegava precisava ser festa, digamos assim, era como se fosse uma comemoração. A cada grupo que eu chegava tinha muita dificuldade de ver o real, a realidade daquele grupo porque quando eu chegava os responsáveis, os colaboradores se preocupavam em me receber com festa e eu sabia que não era festa a realidade, a rotina, o cotidiano daquele grupo, eu sabia que tinha muitas outras coisas por detrás que eu tive muita dificuldade de enxergar porque a cada dia que eu ia era apresentações, se preocupavam com apresentações, com almoço então eu era um motivo de festa. E como as visitas eu não conseguir, eu não sei se por motivos pessoais ou até mesmo Institucional, mas eu não conseguir fazer uma agenda periódica nesses grupos, eu passava muito tempo para retornar. E quando eu retornava, mais uma vez era festa. Então eu via o superficial, eu via o que estava na superfície mesmo, mas o que tinha por detrás daquilo tudo, era muito difícil eu penetrar. Foi muito difícil, em alguns, como na região sul que minha presença foi mais constante, eu até conseguir, mas em outros eu não passei de uma visitante. (EN 06)

Destaque-se contudo que se revela preocupante a outra face da moeda, ou seja, a de que forma as técnicas e/ou educadores se aproximam das instituições conveniadas olham as pessoas e as crianças e delas provocam olhares :

Uma coisa que me marcou foi a minha chegada, porque eu era

branca e a comunidade lá, é uma comunidade negra e que as crianças chegavam de junto de mim, pegavam meu cabelo, me cheiravam, passavam a mão na pele e que eles ficavam assim, “o que ela vem fazer aqui?”, “porque tudo ela anota no caderno?”, “por que ela fica no cantinho da sala?”. A responsável pelo Centro chegou para mim, conversou e que aí a gente foi conversar com as crianças, o que era realmente o que a gente estava fazendo ali. E a partir dali eu comecei a ver que a gente tinha que mudar também a estratégia de chegar no espaço. Às vezes a gente vai com aquela postura acadêmica de dar relatório, da visita e as crianças ficaram observando e isso me marcou. Eu achava que ia para observar, mas na verdade eu estava sendo observada, então nesse sentido nessa primeira experiência. Em relação ao Ágata, assim, hoje eu começo a ver que os grupos que eu acompanho depois de técnica, assim, eu percebo, se hoje eu saio muitas comunidades vão continuar o trabalho e isso me deixa feliz. Educadoras que antes tinham dificuldade de fazer planejamento hoje elas já sentam sozinhas quando eu chego, elas já mostram aquilo que elas já produziram. Educadoras que hoje se preocupam de ir à casa da criança, uma visão também que a gente teve que construir, porque o pedagogo pela Universidade ele deveria estar assíduo só pela sala de aula e com esse trabalho do Ágata abriu mesmo a sala de aula, a escola para comunidade. (EN 07)

Primeiro você percebia no espaço que você chegava, a carência daquelas crianças, de querer pegar você, de tocar, de sentar em seu colo, de puxar seu cabelo. Tudo era novo, era uma caneta. Então muitas vezes eu não usava o celular, nem à mostra. Evitava levar determinados objetos por que isso era diferente para eles. Eu lembro de uma escola, que eu sempre sentava ao lado de algumas crianças até para acompanhar e ver o que elas estavam fazendo, conversar com elas. Aí uma aluna me disse um dia, você está com cheiro de gente rica. Aí eu perguntei para ela por que? Por que esse perfume me lembra uma casa que minha mãe trabalhava, uma casa grande e com piscina. E a mulher tinha esse cheiro. E aquilo foi forte para mim, por que eu pensei, poxa, o cheiro não é presente na vida dessas crianças. Então comecei a perguntar como era a casa dela e ela foi me contando. E então, a medida que ela relatava como era a casa dela, eu percebia como era a casa. Morava ela e a mãe dela, tinha lama, não realmente cheiro de perfume. Então eu passei a ver outras coisas, e a dar mais valor aquilo que eu tinha e a agradecer e refletir mais sobre essas crianças. E também discutir isso junto às professoras, por que muitas vezes também elas não percebia. Elas cuidavam daquelas crianças como se a vida delas fosse muito bem, muito tranqüila e se preocupavam em ensinar algumas coisas que elas consideram importantes no planejamento. (EN 10)

b) Relações Conflituosas

Sete pessoas (07) assinalaram como estressantes e angustiantes as relações conflituosas desmembradas no âmbito do PAE. Para algumas entrevistadas, lidar sobretudo com os responsáveis pelas instituições que recebem os recursos da Ong Ágata Esmeralda, dava-se principalmente no início, dentro de um clima de enfrentamento, embora isso

provocasse também uma revisão de valores por parte do profissional :

Entrar numa comunidade e lidar com um responsável, conhecer a história de vida e tentar criar um laço afetivo e a partir daí inserir e provocar mudanças, foi muito difícil para mim, por que foi uma revisão de valores, por que assim, você precisa saber ouvir e intervir na hora certa, saber sorrir e chegar na hora certa e aí depende muito da sua disponibilidade de aceitar o outro... Foi um caso especial, por que a gente trata diretamente com o senso comum e aí você vê no papel dela, todo o interesse da inserção da família e fazer o trabalho por que está beneficiando a família, lidar com ela, conquistar ela, foi estressante, e para ser mais clara, foi um desafio para mim. (EN 01)

Esta mesma entrevistada queixa do autoritarismo e da prepotência de alguns dirigentes de comunidades, geralmente padres ciosos de seu espaço pastoral de trabalho :

A forma como ele adquiriu poder ao longo do tempo, trouxe para ele uma certa prepotência, algo de lidar com ele, atuar com ele foi muito difícil, e a gente conseguiu isso.....então assim, ele é uma pessoa bem tradicional, arcaica, e os encontros com ele são muito difíceis, você tentar provocar nele o que você acredita, é fato ele chegar e dizer: não vamos dar o melhor à criança porque a gente pode estar instigando na criança o desejo de ela querer mais, e esse desejo pode estar associado a violência, a roubar, ela pode querer ter aquilo, por que ela almeja o melhor. (EN 01)

A gente conhecia um lado de padre, mas a medida que você foi adentrando no trabalho se descobriu muita coisa, descobriu-se a intolerância religiosa, a imposição mesmo da vontade, o autoritarismo e concomitante com a não presença dele dentro da comunidade. O que foi chocante, por que é uma pessoa que está fora, dirigindo uma instituição com o trabalho dele enquanto pároco, com as missas, enfim, não está dentro do trabalho, não vê as reais necessidades do dia-a-dia, não vê as dificuldades, e além de tudo, impor valores, por que ele impõe valores religiosos, então isso também foi algo que me trouxe um sentimento assim... por que ao mesmo tempo em que isso veio a mim, como eu descobri aquilo quando já estava na comunidade eu senti necessidade de ter trabalhado e como trabalhar com isso. E aí você vê que a atuação do padre é muito traumática por que a comunidade toda percebe a forma como ele é, ele não é um padre que é benquisto por todos e isso traz murmurinhos, fuxicos e fofocas. É complicado trabalhar assim, mas a gente tenta intermediar. (EN 01).

Antes, eu via muito os responsáveis e até mesmo os professores como pessoas que se colocavam como o dono da verdade. “Sou eu quem sei, sou eu quem posso, sou eu quem digo”. (EN 05)

Às vezes falam como se aquele espaço é o poder, é a disputa de poder, é meu, eu que dou ordem, eu que mando, é que vem de cima, e é uma cidadania passiva, que ele quer que os membros da comunidade sejam subservientes a ele, é como se fosse, a ordem é minha, eu que decido, aquele que for de encontro a opinião dele, está fora, aí vem as intrigas, por que tem algumas pessoas que não entendem e nem querem entender, ficam a favor do padre, e aí vem

as divergências, eu acho que essa autoridade que muitos querem até subestimar e até mesmo o próprio padre, é a questão da soberania, tudo bem eu tenho o maior respeito, por que os estrangeiros tem muito o que contribuir, mas também somos nós quem vamos saber como contribuir com outra cultura, e não de uma forma impositiva, mas construtiva. Eu acho que muitos dirigentes principalmente os da igreja, tem muito essa questão do autoritarismo (EN 08)

As relações de poder preocupam uma entrevistada, que se vê podada e impedida de avançar em seus projetos e propostas:

Na realidade eu me sentia muito em casa, então eu passava isso para os grupos, entrei na cozinha, comecei a conversar com ela, as dificuldades que ela tinha, muito em casa mesmo, de repente enquanto eu estava fazendo algumas coisas uma colaboradora falando: “você precisam sair do grupo agora porque o padre quer que vocês se retirem daqui”. Então, isso para mim foi uma experiência altamente estressante, angustiante, falei “Meu Deus, eu to aqui para ajudar, eu não estou aqui para atrapalhar ninguém”. Aí eu vi que existem relações maiores, relações políticas que permeiam o trabalho e que dificulta ele, isso entra num caos. (EN 02)

Mas quando a gente ia retornar para a comunidade a gente não podia transformar nada porque a gente era podado, porque tinham relações políticas muito maiores que a nossa atuação. Isso me angustia e me angustia até hoje, que é uma coisa que não muda. (EN 02)

É motivo de conflito a mentalidade de alguns dirigentes ou responsáveis por instituições conveniadas, que são vistos como proprietários do dinheiro que é encaminhado para o usufruto das crianças adotadas:

(...) ela é inclusive chamada de tia, os encontros com ela, uma pessoa com uma certa idade, é difícil mudar a questão da mentalidade, você chega numa certa idade que não consegue mudar mais a mentalidade, você pode até rever alguns conceitos mas é difícil, tem uns ranços de toda uma vida. A discussão dessa presença da família de como o projeto foi apresentado a essas famílias na relação de dar, que criou um certo sentimento de posse ao dinheiro que vem para meu menino, você tem que me dar o dinheiro. Isso tudo foi

estressante porque dizer não a essa senhora é o que a gente vive hoje com outra situação, se a gente for perceber é a repetição da história, é o meu menino, é a minha Instituição, um sentimento de posse. Isso foi muito estressante no começo. (EN 04)

O conflito, para uma técnica/educadora, se dá no seio da própria família, que tem dificuldades em entender os telefonemas e os contatos, feitos fora do horário de trabalho, por membros de comunidades assistidas:

E as desvantagens que eu acho são as pessoais, porque assim, eu desde que entrei no Ágata sempre fui muito aberta, sempre quis saber do que estava acontecendo. Então, meu telefone de contato sempre foi dado, então não tenho hora, não tenho dia para receber telefonemas, e isso em momento nenhum foi um incômodo, é uma coisa que eu gosto de fazer, que faço com prazer, mas incomoda muitas vezes meu marido, meus filhos, principalmente o mais velho: “Não é possível, você acabou de chegar do trabalho”. E eu não consigo explicar que eu estava em um canto e que aquele telefonema é de outro completamente diferente e que há uma semana eu não estou presente, que eu não vejo e que eu preciso (..) porque é uma coisa que me interessa. Mostrar para eles que isso é importante para mim, eu ainda não consegui, ainda é uma queixa. (EN 06)

Enfim, uma entrevistada relata que além de ter de vencer as barreiras da aceitação dos responsáveis pelas comunidades assistidas, tendo de conquistar a confiança deles, enfrentou dificuldades de interação com as colegas, da própria ONG, principalmente na articulação interdisciplinar :

Era aquela questão da interação.... eu acho que a relação com (...) não era bem estabelecida então assim, eram momentos muito tensos algumas vezes; às vezes ela transferia as responsabilidades para mim e a gente e eu também, às vezes que eu achava que também tinha uma certa coisa nesse sentido. E assim, foi um momento de medo de mostrar para os responsáveis, para os educadores muitas vezes em um encontro eu conseguia perceber que eu estava vencendo aos poucos aquela barreira entre eles, de dizer assim: “puxa, gostei”, como se dissesse: “ Me surpreendeu”. Eu ouvia muito isso. (EN 09)

Chama-nos a atenção o depoimento da técnica que, por pertencer a uma área inusitada como espaço de trabalho dentro do PAE, teve problemas de interação, o que a obrigou a convencer, mesmo colegas, sobre a importância do seu papel :

Primeiro, por se tratar de uma área tão desconhecida para o terceiro setor, a comunicação, muitas foram as dificuldades. Primeiro a dificuldade de aceitação da pessoa, enfim, que estava chegando, diferente, de uma área diferente, cheia de idéias diferentes e novas e que pareciam ser coisas supérfluas, coisas sem importância. Por que quando a gente fala de organização social e falamos em trabalhar

com a periferia, trabalhar na comunidade e tudo mais, se pensa na ação comunitária, ou de lá e de estar dentro da comunidade, mas não se pensa em tudo que está em torno da organização, que precisa tanto se comunicar para fazer bem o seu trabalho dentro da comunidade. Então no início, acho que houve uma certa resistência e aos poucos acho que essa resistência por se mostrar, e por eu também mostrar o que era a comunicação, qual era a importância da comunicação para a Organização, quais eram os elementos. Por que não era só registrar, por que não era só fazer um vídeo, mas muito mais. Que exigia um planejamento, que exigia que todas pessoas tivessem uma cultura comunicativa, que todas as pessoas ajudassem a comunicar bem a Instituição, que aquela Instituição conhecesse qual é a sua identidade, para que ela está aqui, por que ela está fazendo esse trabalho e para que outras pessoas conheçam o trabalho que ela faz para legitimar essas ações. Isso que é o essencial da comunicação, que aos poucos as pessoas foram entendendo, e depois de um tempo, um ano, digamos, as pessoas já tinham muito mais claro, por que a comunicação era tão importante, e hoje já se fala, o que vai ser do Ágata se não tiver uma acessória de comunicação. Quem vai se responsabilizar por isso. Isso é uma coisa importante, por que foi um espaço conquistado num meio de tantas assistentes sociais e pedagogas, que não tinham nada a ver com a área de comunicação. (EN 12)

c) Inexperiência

Afirmam seis (06) das técnicas e/ou educadoras entrevistadas que passaram por momentos difíceis, tiveram dificuldades, no início de seus trabalhos, por conta da inexperiência. Inexperiência em trabalhar em uma ONG, de lidar com as comunidades ou inexperiência no exercício da própria função de técnica e/ou educadora. Tal pode ser depreendido dos seus discursos, dos quais citamos alguns :

Eu tava saindo da faculdade e ainda estava muito imatura academicamente e também na prática, acho que isso é até normal com os estudantes que saem das faculdades e assim, ainda não tinha experiência muito formal e clara em relação ao conhecimento, por que você sae da faculdade muito verde, o Ágata para mim está sendo ainda uma escola, uma escola de luta e de vida, de mudanças e de como é importante e possível uma mudança. O início foi difícil, por que precisou que eu tivesse muita paciência para conhecer toda a forma de atuação que já era um trabalho formalizado há dez anos em Salvador, então eu precisava mesmo passar mesmo por uma fase de experiência e de conhecer os trabalhos, os critérios de atuação, a forma como cada profissional trabalhava e sair com os profissionais do Ágata para as comunidades, então foi também a busca de um referencial de trabalho, por que assim, até então você entra numa organização e você não sabe como ela trabalha, você precisa adequar essa forma né? Então [...] eu acho que o início foi a fase de buscar experiências e da reafirmação de uma linha de trabalho, a partir de algo que já existia. (EN 01)

Quando entrei, eu era imatura, como eu trouxe anteriormente, a faculdade de nutrição ela não nos dá instrumento de sistematização

e nem de como eu realizar minhas atividades dentro de uma comunidade, então isso eu precisei aprender na prática. E foi muito difícil. (EN 02)

A dificuldade maior foi pessoal em me adaptar àquela realidade difícil, totalmente oposta a minha, eram lugares que eu nunca tinha ido, que eu nem sabia que existiam na minha cidade, era a história de vida de professores, crianças muito sofridas, e que para mim era difícil aceitar aquilo e esse foi o meu problema inicial. (EN 03)

As primeiras dificuldades foram ligadas justamente ao meu despreparo ao trabalho. Eu era, eu estava verde, absolutamente verde, sai da faculdade sem experimentar esse trabalho de base, de comunidade. Então esse era um desafio já pessoal. (EN 04)

E antes de ir a campo, ter um tempo de pensar o que seria esse trabalho, acho que isso foi muito significativo. Como a gente iria atuar, o que fazer, e de certa forma amedrontada, era uma coisa muito grande para quem tava chegando com pouca experiência. (EN 10)

O começo, a gente faz com muita dificuldade, meio atropeladamente, e sem saber como começar, de onde tirar a ajuda e como fazer o trabalho do dia-dia com as crianças e com as famílias. (EN 11)

d) Indignação diante de problemas sociais

Em testemunhos anteriores já nos referimos, indiretamente, ao estranhamento que as situações de pobreza e de miséria causaram nos técnicos e/ou educadores entrevistados. Podemos no entanto identificar quatro (04) discursos em que se evidencia a indignação das pessoas entrevistadas diante dos gritantes dramas sociais testemunhados.

Há por exemplo, uma indignação diante de uma proposta de atendimento que seja reduzida ao assistencialismo, assim, ante um projeto que via de forma limitada a fome e a carência da comunidade, reage a técnica de forma incisiva :

O que nós fizemos? Nesse momento os levamos a refletir, mas segurança alimentar e nutricional não é só alimentos. Porque hoje o programa Fome Zero? É fome só de alimento? Nós precisamos trazer o contexto da fome com cidadania, fome como falta de alimento sim, mas também como falta de cultura, educação. (EN 02)

Desta forma, aparece como um dever de todas as técnicas e/ou educadoras que atuam na ONG promover obstinadamente condições de inclusão, mesmo se todos se vêem movidos por uma utopia :

O que move os profissionais do Ágata é a utopia de que as crianças tenham perspectivas de um futuro, como incluídos na nossa sociedade, tudo que for necessário para essa criança saia da situação

marginal e sub-humana que ela vive e muitos vivem a gente busca fazer tudo que for necessário, acho que a utopia maior é que cada criança se sinta como criança, possa viver como criança, possa ter um futuro. (EN 03)

A indignação nascia também do contato direto com instituições conveniadas ou a conveniar, em que o nível de miséria e de problemas era chocante:

Não podemos perder a capacidade de nos indignar. E a experiência era de se indignar mesmo. Porque a primeira imagem que fica é daqueles meninos, daqueles adolescentes presos na delegacia, atrás das grades com outros tantos outros marginais e sendo tratados como marginais também.. (EN 04)

Vi uma criança amarrada de lençóis, e a diretora dessa Instituição, dizer que se não amarra essa criança, ela pode sair, a criança é doente mental, ela poderia descer fazer mal a alguém, me parece que ela é autista. Então ela não ficaria firme na cadeira sem amarrar.(...) Isso é uma visão que fica marcada, algo que exigia indignação e repúdio. (EN 11).

4.3.2.3. As experiências reconfortantes

As técnicas e/ou educadoras afirmam que a sua trajetória e ação no PAE proporcionou-lhes experiências bastante interessantes e reconfortantes, quer em termos de mudança pessoal (83%), quer de mudança dos agentes ou responsáveis pertencentes às instituições conveniadas (também 83%). Afirmam como reconfortantes, também, os resultados obtidos que foram motivos de satisfação (50%), enquanto quatro (33%) falaram de mudanças provocadas, ao longo do processo, na própria ONG. Distribuímos essas frequências no Quadro 4.3. apresentado a seguir :

Quadro 4.3.
Experiências reconfortantes

Mudança Pessoal	EN 01, EN 02, EN 03, EN 04, EN 05, EN 06, EN 08, EN 10, EN 11, EN 12
Mudança de Agentes e Responsáveis	EN 01, EN 02, EN 03, EN 04, EN 06, EN 08, EN 09, EN 10, EN 11, EN 12
Resultados obtidos	EN 02, EN 04, EN 06, EN 07, EN 08, EN 11
Mudança da Ágata Esmeralda	EN 04, EN 05, EN 08, EN 09

Cabe-nos agora apresentar os dados referentes ao quadro-síntese acima detalhado :

a) Mudança Pessoal

Quase à unanimidade, as entrevistadas afirmam que o engajamento no PAE, se provocou momentos de insatisfação e problemas, também resultou em mudanças pessoais, amadurecimento de atitudes, novas posturas e avanços do ponto de vista profissional :

Eu estou completamente diferente, eu cresci muito no Ágata, tanto como profissional quanto como pessoa, então hoje eu sou mais centrada, eu sou mais segura do que eu sei, até para o conhecimento acadêmico para mim foi muito bom. Para mim o Ágata foi uma escola até muito maior do que a universidade, por que a universidade foi muito importante, mas o Ágata foi uma oportunidade de visualizar, de lidar com aquilo, e foi muito importante.. (EN 01)

Olhe, eu mudei no sentido de aprender a ouvir, eu acho que é preciso você aprender a ouvir, pra saber agir, e eu não sabia ouvir, eu falava muito e não sabia ouvir, e o Ágata me ensinou isso, na relação com pessoas é preciso desenvolver a escuta. Eu mudei no sentido de entender que as pessoas não mudam se elas não se convencem de que é necessário mudar, então eu não mudo ninguém, eu posso dar contribuições pra aquela pessoa para que ela mude, se ela aceitar que a mudança é possível. Eu aprendi que é impossível você resolver os problemas vendo apenas de um ângulo, então depois que eu comecei a trabalhar no Ágata eu não consigo ver um problema por um mesmo ângulo, eu tenho que ver por vários ângulos, ver as várias nuances, os vários ângulos daquele problema para tentar resolver, isso é fruto do trabalho do Ágata. E eu acredito que isso foi e vem sendo realidade na vida daquelas pessoas que interagem com a gente. (EN 03)

Eu cresci muito profissionalmente, muito, muito mesmo. Então hoje eu vejo que, estar trabalhando para o crescimento pessoal de uma comunidade, de alguém, tem uma dimensão muito ampla. Vai além da alimentação, além da educação e da questão social. Então é tudo isso junto mediando o conhecimento provocou mudanças. Eu digo até a você que as minhas relações pessoais, família, relação com o outro, os sentimentos, de namoro mudou. Porque hoje eu vejo as coisas de um modo mais completo. Antes a gente via muito particular, isso quem responde é só esta (..) é só esse indivíduo e hoje não, tem uma dimensão global e que isso é importante. (EN 05)

Eu entrei no Ágata de um jeito e hoje sou outra pessoa. Muitas coisas eu precisei trabalhar em mim para continuar na Instituição. Eu sempre fui uma pessoa muito organizada, muito centrada naquilo que fazia. Às vezes eu tinha dificuldade na relação com o outro, por eu ser assim e gostar que as coisas fossem assim. Acho que essa contribuição eu consegui dar. Depois eu vi que não deveria desistir da minha forma de ser organizada, mas que não podia exigir coisas

da forma que eu era. E a caminhada me permitiu fazer isso. Tentar integrar a forma de fazer, que é sempre diferente. (EN 10)

Em mim mudou tudo. Primeiro mudou no sentido de eu aprender a trabalhar, por que antes, como voluntária, no começo, era aquela coisa que eu falei, só do coração, sem nenhuma técnica, sem nenhum ensinamento, sem nenhuma orientação. (EN 11)

Mudou tudo em mim. Eu não tinha essa visão de terceiro setor, que tenho hoje, nunca pensei em trabalhar no terceiro setor, muito pelo contrário, sempre pensei em trabalhar em outro tipo de empresa, mas depois da experiência do Ágata, eu aprendi muito a trabalhar em equipe, aprendi a gostar do terceiro setor (EN 12)

A mudança pessoal passa, para uma entrevistada, pela dolorosa aprendizagem de que não se pode tudo, mas que se pode fazer muito :

Mas em mim, acho que o que muda, o que fica e é muito forte, é de que é possível, é o de acreditar mesmo no trabalho que é feito pelo Ágata, o esforço de educadora. Assim, uma mudança que eu percebo em mim, sem fazer muito esforço é que quando eu entrei no Ágata eu entrei com força total a minha sensação é que eu, como assistente social podia tudo, que as coisas eram muito simples e que eu ia conseguir o que eu visualizava. Eu acho que precisa mudar isso, e que para mudar isso, seria fácil. Mas hoje eu sei que não posso tudo, que algumas coisas eu vou conseguir ver hoje que outras talvez eu não consiga ver nesse momento mas que possivelmente outra pessoa verá mas que é fruto do hoje. (EN 06)

Outra entrevistada revela que também evoluiu de uma postura concentradora, em que sozinha pretendia resolver tudo, para a percepção de que é indispensável agir sempre em parceria :

Eu me tornei uma pessoa agitada, querendo resolver as coisas, dar conta porque eu acho que tem aquela ansiedade de querer resolver e o trabalho me fez entender que eu não tenho que dar conta de tudo não. O que poderia fazer, fazer bem feito de uma parte, de uma parcela. Dar conta de todos os problemas não cabia a mim sozinha, e sim uma rede que tinha que estar articulada para que as coisas acontecessem. Mas me possibilitou um crescimento pessoal e profissional porque na caminhada eu entendi que eu podia dar algum mais e não só como assistente social. (EN 08).

Uma técnica e/ou educadora faz um longo e belo relato do seu processo de transformação pessoal, em que evolui de profissional ingênua e deslumbrada a uma profissional amadurecida e crítica:

Mas antes de entrar no Ágata Esmeralda, depois dentro do Ágata Esmeralda e dentro do Ágata Esmeralda tem antes e depois também. Tem uma pessoa antes, uma jovem ingênua saindo da Universidade,

verde né? (...) E depois a fase que eu entro no Ágata Esmeralda, no primeiro momento também de deslumbramento, eu como profissional já mesmo com todo esse despreparo, mas que aí eu sou convidada a refletir sobre a minha postura como profissional, sobre meu fazer como profissional a rever inclusive aquilo que eu via na Universidade que nem sempre é tão bonito quanto parece, o confronto da teoria com a prática, que começa a ser questionada, mexida, começa a mexer com os conteúdos que ficam lá e que na fase na Universidade é muito bom mas que quando você entra em contato com a prática você vai despertando inclusive o senso crítico. (...) Eu amadureci e cresci muito como pessoa, como ser humano e como profissional também dentro do Ágata Esmeralda. (EN 04)

b) Mudança de Agentes e Responsáveis

Há aqueles que mudam em termos de perceber a proposta básica da Ágata, como trabalho comunitário e de promoção humana :

Ela ainda deixa a desejar, pela forma como ela trabalha de provocar mudanças e como ela defende uma causa ainda precisa melhorar nesse sentido, mas a essência, o que ela construiu enquanto agente e o compromisso social, com as crianças assim, ela cresceu muito (EN 01)

As pessoas começaram a perceber que aquilo era importante, que estava dando resultado. Então o jornal que começamos a desenvolver, depois de um tempo passou a ser muito mais atrativo, as pessoas passaram a colaborar mais, a perguntar, e a gente começou a investir na identidade, fez-se uma nova marca, e aí todo mundo sempre perguntava, e as entidades que trabalhavam no Ágata também queriam construir aquilo, também queriam ter um “*folder*”, também queriam comunicar o que elas estavam fazendo para a comunidade, e isso eu achei interessante, gostava quando as pessoas me procuravam. Falavam: e aí vamos conversar, vamos fazer um folder, eu quero comunicar, tem uma notícia interessante no jornal, esses eram os momentos mais reconfortantes. (EN 12)

Percebem-se também mudanças nas relações que se estabelecem entre técnicas e/ou educadoras e dirigentes e responsáveis pelos núcleos atendidos :

Tenho realizado conquista através das relações, quando o outro que está do nosso lado, quer dizer, quando o outro que está do outro lado percebe que a gente veio para somar, não para ser mais do que ninguém, porque para eles na realidade nós somos sujeitos que não moram na comunidade deles, que moram em bairros melhores, que não vive na miséria. Então, como é que essas pessoas que vêm para cá podem me falar alguma coisa? A conquista dos sujeitos, a conquista em que o outro, como acabei de falar, percebe a gente como sujeitos de construção, não como sujeitos que vêm para passar o rolo compressor, é essa conquista que é a transformação. Não adianta, como eu falei, ser um catedrático altamente teórico se você não conquista o sujeito (EN 02)

Mas às vezes a mudança é lenta e exige espera ou perseverança, além de intervenções graduais :

E aquilo para mim foi muito bom, por que eu percebi em primeiro lugar que o trabalho não era em vão, por mais que pareça que a gente tem um trabalho mínimo que ninguém dá atenção, uma hora a luz acende, e para aquela professora, foi mudança de concepção, não é alguém que vem aqui e me diz o que é certo e o que é errado, mas é alguém que está trocando comigo e que realmente eu posso acreditar no que aquela pessoa diz. (EN 03)

Mudanças se dão, nos profissionais, em seus próprios perfis, em suas posturas pessoais e profissionais :

Uma mudança que para mim é clara é a mudança de postura das pessoas em relação a si mesmo, em relação às pessoas que vivem naquele espaço e em relação a compreensão do trabalho que eles estão fazendo. Então, eu acho que as pessoas amadureceram e cresceram nesse sentido de ter que acreditar que qualquer coisa não serve. É preciso ter o mínimo de qualidade, “É preciso fazer o bem feito”, uma frase que uma colega sempre repetia para gente. (EN 04)

Mas a caminhada mostrou que não dava para ficar, um fazendo uma coisa e outro fazendo outra coisa de certa forma, competindo esses fazeres. Acho que no momento se percebe que não dá para ficar presa às vaidades pessoais, mas sim pensar no profissional que tinha uma intenção, que tinha uma preocupação com a criança, com a promoção dessa criança. (EN 10)

Cursos especiais de formação e de capacitação são citados como um dos caminhos de mudança ou transformação dos agentes que atuam nas diversas instituições conveniadas com o PAE :

Com certeza o Curso de Formação de Professores com parceria da Rede UNEB vem dando um outro perfil aos educadores nos espaços educativos. A gente sente essa mudança e também o que eu veio percebendo muito é a contribuição que esses educadores vem dando aos demais. Não é uma coisa, eu aprendi, fica para mim, mas como eles estão dividindo, estão sendo multiplicadores nesse momento. (EN 06)

Ressalta-se que o trabalho interdisciplinar resultou em aperfeiçoamentos dos profissionais, que deixaram de agir exclusivamente em seu domínio de saber :

O Ágata teve uma influência que me ajudou quanto à formação dos profissionais que lá trabalhavam. Essa interação, essa transversalização de saberes me possibilitou entender que eu não deveria só saber o serviço social, eu tinha que saber um pouco de educação, e aí eu me inspirei em Paulo Freire. É muito importante isso porque a gente vai para a comunidade achando que é o dom da verdade e do saber, mas lá tem o saber popular, de que forma esse

saber popular pode ser transversalizado, complementar e ter uma interação com a formação acadêmica. E aí essas formações do Projeto Ágata principalmente por ter dentro do Projeto pedagogo, filósofo, psicólogo, sociólogo nos possibilitou ter um olhar, não somente um, mas muitos olhares para as comunidades, essa clientela.(EN 08)

Uma entrevistada destaca que o trabalho de assessoria dos grupos, em vista à transformação, pode mudar não só os que assessoram mas todos os que se encontram naquele contexto :

Eu cresci, eu digo, a cada dia eu cresço mais, não só no Ágata como profissional em termos de ampliação de conhecimento de como agir com as pessoas que estão ali a volta e acreditar no trabalho que faço de assessorar esses grupos no sentido de que pode ocorrer mudanças? Pode. E como fazer essas mudanças ocorrerem? No sentido de que tem propostas que precisam da nossa intervenção mas que também precisam do outro para levar à frente. (...) E o mais gostoso é que todos podem participar, desde o porteiro a cozinheira, o professor, a dirigente e quando você ouve o professor dizer assim: “Poxa, a gente está percebendo que tem uma gestão participativa aqui, enquanto uma criança pergunta para mim: 'Pró, porque a diretora, ela lava os pratos na cozinha?’ “, porque na outra escola isso não acontece e a gente pergunta para os educadores porque um aluno desses faz uma pergunta dessa? É uma quebra de paradigma, o que é um diretor para ele nos outros locais e aqui dentro? Como está sendo aqui? Como a gente pode estar melhorando as relações aqui? Então isso é você acreditar mesmo, é uma gestão participativa, pode acontecer uma construção coletiva também, e essa construção precisa acontecer para ter uma unidade, todo mundo está... (EN 09)

Foi sempre através de reuniões, nessas reuniões os planejamentos eram sempre baseados no que a comunidade estava próxima, que eram as mães. Pediam, sentiam dificuldade, então acho que mudou muito nesse sentido. Há comunidades que mudaram até no sentido de bairro mesmo, porque os pais começavam a se interessar, começavam a ver os seus direitos, a pedir, a exigir, pois tinha bairros que não existiam postos médicos, e foram criados por causa da exigência da comunidade, por saber que isso é um direito deles. Então eles ficaram mais conscientes, isso, eu acredito que em todos os bairros, isso eu vi realmente. (EN 11)

c) Resultados obtidos

São citados como resultados transformações de pessoas, de crianças, devido a uma intervenção planejada em vista a mudanças de comportamento :

Em relação ao meu fazer. Muitas vezes a gente se perde meio a tanta coisa para fazer. Aí eu paro: será que a gente tem algum resultado palpável? Porque a todo momento a gente está se questionando isso, será que eu estou andando no caminho certo, será que tem algum resultado? Então, tinha uma criança que estava na sala de aula, aí vem o nosso olhar por todos os espaços não fica centrado num só. E essa criança não andava, não conversava. Aí eu comecei como educador: o que está acontecendo? Ela não fala, ela não anda, ela nem saia da cadeira, ela mal conversava com o professor. Aí eu falei: vamos tentar fazer uma avaliação? E aí começou a fazer uma avaliação nutricional de todas as crianças, comecei a estudar o menino e ele estava num estado de desnutrição chega estava totalmente demais. O que nós fizemos? Fizemos uma visita a essa casa, os pais os dois alcoólatras mais cinco filhos, todos desnutridos, a mãe tinha aparência de 60 anos mas tem na realidade 38, agora não sei. Aí o que nós fizemos? A única coisa, infelizmente assistencialista, falei: Ir., veja a possibilidade das outras crianças fazerem as refeições na sala de aula e dê pelo menos uma cesta básica, senão essas crianças vão acabar morrendo. Ela acabou dando, ela começou a dar mas depois ela não deu mais. A questão foi: no dia em que eu cheguei na Instituição, chega as professoras: “ele deu dedo para os colegas, ele está xingando todo mundo” mas com aquele ar de felicidade. Meu Deus, uma simples coisa que nós fizemos, nós demos comida mas de uma forma diferente é claro. Igual a esse, tantos outros. Merendeiras das Instituições da gente que agora já estão no segundo grau. Tem uma que está entrando na Universidade, isso que é conquista e conquista nossa. (EN 02)

Há a esperança, a certeza de que a realidade pode mudar e que se podem ter diante de si resultados concretos da proposta desenvolvida pela ONG:

Eu sempre trouxe muito forte comigo que, eu sempre tive muita esperança, eu nunca perdi a esperança, com todas essas dificuldades eu sempre achei, fui pela parte otimista, eu sempre acho que tem um caminho. E eu acho que eu tenho visto no Ágata, não só essa

experiência que eu citei, mas tantas outras, que é possível . Os resultados me mostram que eu não vivo um sonho, que eu não vivo algo irreal mas que realmente você pode, a mudança pode acontecer, a transformação é possível no momento certo. (EN 06)

A gente chegou lá assim, e em pouco tempo a gente conseguiu reorganizar todo um trabalho. Em pouco tempo a gente conseguiu fazer um bom trabalho. Tanto que no final do ano as educadoras disseram: “até que enfim a gente conseguiu uma experiência positiva com as estagiárias do Ágata”. Então eu acho que foram muitas experiências positivas. (EN 07)

Mas há o caso de mudanças significativas e estruturais de instituições conveniadas, que se destacam, em muito, das outras:

E aí quando você vai acompanhando aquela história, que antigamente era uma ação independente, você percebe que é uma Instituição que ganhou um rosto, ganhou uma identidade, hoje é uma Instituição. E tem, talvez eu diria, uma das melhores equipes de educadores de grupos que estejam vinculados ao Projeto Ágata Esmeralda. Porque são educadores preparados, é uma Instituição que hoje investe no educador então eu acho que ficam as marcas positivas de todas as contribuições. As crianças são acompanhadas nas famílias mas ela Instituição tem um espaço educativo como referência, então a ajuda se torna mais concreta, porque aí a gente está falando do processo de formação do intelecto desse menino que as vezes se perdia naquele acompanhamento (EN 04)

Era uma escola em um bairro muito necessitado, onde tem o grupo do Ágata, foi construída uma escola e os resultados são bons quando a gente vai lá. É satisfatório ver que os meninos mudaram. (...) Nós temos uma aluna, que está no 3º ano, e ela nos pediu se poderia continuar na Universidade recebendo nossa ajuda, acho que isso foi uma experiência principalmente para saber como era o bairro, como eram os pais e como estão os outros que não participaram nunca do Projeto Ágata. Nesse caminho ganhamos todos os meninos, não perdemos quase nenhum desse que nós ajudamos. (EN 11)

Faz ver uma entrevistada que as instituições conveniadas avançaram muito do ponto de vista administrativo e jurídico, já que muitas se encontravam irregulares e sem

usufruir de direitos específicos:

Instituições se regularizarem juridicamente e administrativamente. Hoje eu percebo que tem Instituições que são reconhecidas como entidades Não-Governamentais, isso é um avanço. A questão da regulamentação da documentação, principalmente das prestações de contas, em relação a transparência que tem que ter, não só ficar na dependência do Projeto Ágata Esmeralda, buscar outras parcerias, firmar convênios porque isso é também direito de firmar projetos. (EN 08)

d) Mudanças da Ágata Esmeralda

As mudanças constatadas pelos entrevistados se dão no âmbito da própria Ong, que passa a ter um novo rosto, novas preocupações, capacidade de avaliar e decidir novos rumos :

Foi muito significativo porque elas trouxeram a realidade mesma. Dura e crua que está o espaço, no caso que estava. E o que é elas enquanto responsáveis estavam precisando fazer. Mas trouxeram não só as necessidades, mas apontaram caminhos para buscar, e como chegar (EN 05)

Nós acreditamos, não por acreditar, mas porque são dez anos de Ágata. São dez anos de mudanças, muitas mudanças foram vistas. Então, nós acreditamos que é possível mudar cada, não digo cada instante mas a cada dificuldade... Tenho a experiência de seis anos no projeto Ágata, seis anos que você se depara com situações que muitas vezes eram consideradas difíceis, pensou em desistir e que você conseguiu ver como resultado mesmo no trabalho que é feita a mudança, a transformação. Então, eu penso se é possível em determinada comunidade, espaço educativo, também é possível em outros, talvez precise de um tempo maior, precise respeitar o ritmo daquela comunidade, daquele espaço educativo, mas é possível chegar lá. (EN 06)

É tido como significativo, para o avanço da ONG Ágata Esmeralda, o seu engajamento, ao lado de outros movimentos sociais, em Conselhos Específicos :

Uma experiência que eu acho que foi muito importante foi o engajamento nos Movimentos Sociais nos Fóruns de Direito Humano, da Criança e do Adolescente, a participação no Conselho de Direito Municipal da Criança e do Adolescente também. Porque o Ágata tem a preocupação de não só se preocupar com as crianças que eram assistidas mas uma coletividade de todas as crianças da cidade do Salvador. (EN 08)

A mudança da instituição está relacionada também às próprias capacitações que ali são desenvolvidas, e abrem novas perspectivas:

Depois que houve um programa, a primeira fase, quando você chega no grupo, que você está participando, você chega no grupo algumas mudanças ocorrem, primeiro tem a questão do Risco Social, a questão do talher, do copo e até mesmo do papel para limpar as mãos que começa a ser colocado na própria Instituição o que não existia então eu: “O que está fazendo?” e as vezes você pergunta para poder receber aquela resposta, depois daquele curso a gente resolveu mudar. Convencemos o responsável. (EN 09)

4.3.2.4. Os objetivos e os princípios de ação

Que objetivos, que princípios subjazem à proposta da Ong Ágata Esmeralda, segundo as técnicas e/ou educadoras? Como estes objetivos e princípios se definiram e vêm se firmando no planejamento e na ação desses agentes que atuam na linha de frente da Ong no Brasil? A análise de conteúdo do discurso das entrevistadas nos revela que predominam dois elementos : a importância da ação educacional e do espaço educativo (todas as doze entrevistadas) e a organização coletiva e projeto participativo (nove entrevistadas). Percebe-se contudo um terceiro elemento, mais forte no início do projeto, elemento este que pode ser caracterizado por incertezas e falta de clareza quanto aos próprios objetivos.(sete entrevistadas). A síntese das opções se encontra abaixo, no quadro 4.4. sob o título « Objetivos e princípios de ação ». Para efeito didático, iniciaremos a apresentação dos dados com o item que obteve menor escore, relativo à falta de clareza e objetivos definidos e sistematizados.

Quadro 4.4.
Objetivos e Princípios de ação

Importância da ação educacional e do espaço educativo	EN 01, EN 02, EN 03, EN 04, EN 05, EN 06, EN 07, EN 08, EN 09, EN 10, EN 11, EN 12
Organização coletiva e projeto participativo	EN 01, EN 02, EN 03, EN 04, EN 05, EN 06, EN 09, EN 10, EN 12
Incertezas e falta de clareza	EN 01, EN 02, EN 03, EN 04, EN 09, EN 11, EN 12

a) Incertezas e falta de clareza

O fato de lidar com valores e interesses diversos, em uma cultura complexa, provoca sempre um sentimento de incerteza em relação àquilo que se faz ou se pretende fazer :

E não é só isso, é a todo momento você lidar com valores das pessoas, e assim é necessário você estar revendo seus valores e é muito difícil, é uma trajetória com muito desafios, e não é só um não, são vários a todo momento a gente tem a questão da incerteza que sempre bate, de como está fazendo, de como está chegando. Nossa! As vezes eu me sinto assim fraca, incapaz, impotente, por que o imediatismo é muito peculiar e a gente quer ver resultados imediatos, depois você faz esse retrocesso e tem acompanhar o curso natural da história e deixar que as coisas aconteçam. (EN 01)

A gente também começou assim, sem saber quem éramos nós enquanto Instituição, sem ter essa clareza de onde a gente queria chegar, sem a nossa sistemática de trabalho, fazendo as coisas pelo impulso, querendo acertar e errando muitas vezes, então eu acho que essa foi uma história muito gratificante e significativa no caminho. (EN 04)

No primeiro momento, havia essa simulação do saber, mas sem a clareza de que se estava fazendo aquilo, as discussões eram muito incipientes porque a própria Instituição não tivesse essa clareza de onde a gente realmente pretendia chegar com o trabalho desses profissionais. De que forma integrar essas ações, integrar esses saberes? Tanto existia que a Instituição trouxe uma assistente social, um pedagogo, um nutricionista, e foi vendo. Eu acho que no fundo existia esse propósito mas não se tinha clareza de que de que caminho percorrer para que essa troca acontecesse de fato (EN 04)

O começo, a gente faz com muita dificuldade, meio atropeladamente, e sem saber como começar, de onde tirar a ajuda e como fazer o trabalho do dia-dia com as crianças e com as famílias. (EN 11)

Essa incerteza se dá também com a técnica em comunicação, que precisa vencer barreiras para que a ONG compreenda a necessidade e a força da comunicação, e a incorpore como um objetivo a ser perseguido:

Primeiro, por se tratar de uma área tão desconhecida para o terceiro setor, a comunicação, muitas foram as dificuldades. A dificuldade de aceitação da pessoa, enfim, que estava chegando, diferente, de uma área diferente, cheia de idéias diferentes e novas e que pareciam ser coisas supérfluas, coisas sem importância. Por que quando a gente fala de organização social e falamos em trabalhar com a periferia, trabalhar na comunidade e tudo mais, se pensa na ação comunitária, ou de lá e de estar dentro da comunidade, mas não se pensa em tudo que está em torno da organização, que precisa tanto se comunicar para fazer bem o seu

trabalho dentro da comunidade. (EN 12)

Outras vezes a intervenção da técnica e/ou educadora revela que por vezes os princípios passam à margem dos desafios concretos da realidade:

Aí a gente traz mesmo a questão do início, o início do Ágata, talvez foi muito complicado por que você vê que se tinha algo esquematizado quanto aos objetivos e quanto aos princípios, mas assim, você chega na comunidade para tentar provocar nessa pessoas que estão ali e inseridas naquele trabalho, uma melhor forma de atuar com as crianças, mas assim você encontra os modelos de atuação e não se tem nada e é isso que eu me senti no Ágata a dificuldade maior foi a questão do critério, que eu achava que o Ágata não tinha nem sistematizado isso. Aí isso eu senti, e talvez eu senti mais dificuldade de atuar no Ágata por causa dessa falha, eu acho que é uma falha. (EN 01)

Com o tempo se avançou na construção de um projeto com objetivos mais sistematizados, como afirma a mesma entrevistada :

Inicialmente não se tinha objetivos muito sistematizados, poderia ser um deles, eu acho que no processo isso já foi feito. Hoje por exemplo você tem um documento e pode colocar numa pasta e dizer, o Ágata tem um conhecimento sistematizado sobre isso e aí você leva essa material para qualquer lugar, mas ainda se precisa muito mais, a gente precisa buscar a questão do banco de dados, por que o Ágata precisa ser um centro de referência de pesquisa para dados estatísticos de Salvador uma demanda muito grande, o campo do Ágata é muito vasto, ela tem 9 mil crianças e isso é uma população muito grande. (EN 01)

Uma entrevistada se refere à solidão e ao isolamento no encaminhamento de suas tarefas, em ocasiões em que não havia um trabalho mais sistematizado e coletivo :

A formação de merendeiras, a capacitação dos recursos humanos eu fiz sozinha, não tinha ninguém para chegar e falar que eu tinha que elaborar um projeto, você fazer uma metodologia, mas quando a gente trabalha em equipe, a equipe poderia estar me ajudando, eu pedi ajuda? Pedi sim, mas ninguém tinha disponibilidade ou próprio querer, e para mim sempre foi muito difícil. (EN 02)

Uma entrevistada defende que a definição de princípios e estratégias nasceu dos desafios concretos, geralmente no contato com as pessoas, com as famílias, com as crianças portadoras de problemas:

O caso de uma criança da Fonte do Capim, que os pais dela eram alcoólatras, o pai e a mãe ela era uma criança extremamente agressiva na escola, era uma criança que não conseguia se concentrar, era uma criança que dava trabalho aos professores e era

uma criança que já estava me fazendo sentir desgastada, por que tudo que era possível e viável pedagogicamente para trazer a concentração daquela criança, eu tentava e não conseguia, mas eu não conseguia por que eu só via a criança na sala de aula, até um dia que eu resolvi ouvir a história de vida dessa criança, conversar e fui conversar com os pais daquela criança e perceber que aquela criança, se não fosse aquele espaço, ela não iria ter uma perspectiva de um crescimento saudável, a tendência era piorar a agressividade, piorar a marginalidade, e ter o rumo que tantas outras crianças e adolescentes tem. (EN 03)

A saída, contudo, das incertezas e inseguranças exige a superação do medo e uma postura, muitas vezes, de ousadia:

É decisiva a saída da acomodação, a tentativa de algo novo. Assim, as pessoas com quem a gente trabalha, elas se acostumam a um pouco e tem medo de sair daquele pouco mais certo e buscar um novo que pode ter conseqüências boas ou ruins então elas se acomodam e se conformam com aquilo que é as vezes mínimo, que as vezes não tem qualidade, que as vezes não é nada, é um pouco que elas podem fazer crescer, e o trabalho do Ágata com certeza contribuiu para expandir consciência, as pessoas se interagem com os educadores do Ágata, não saem da mesma forma que entraram, saem sempre querendo mais (EN 03)

b) Importância da ação educacional e do espaço educativo

No discurso das entrevistadas fica bem evidente, e de forma unânime, que o projeto desenvolvido pela Ong Ágata Esmeralda ganhou identidade e se firmou como tal à medida que se dedicou à educação e privilegiou os espaços das instituições conveniadas como espaço educativo. Exemplificamos este fato com alguns depoimentos.

A educação é vista em dois momentos. No primeiro, a educação restrita, formal, e no segundo momento a educação entendida como comunitária e transdisciplinar, com a agregação de múltiplos olhares e desejo de crescimento de todos :

A gente pode dividir em duas etapas distintas, o antes e o agora. Vamos falar um pouquinho do antes, é claro. Aqueles momentos de estudo, principalmente a ação comunitária, os espaços educativos. Aumentar a nossa visão, é como se diz: os dois olhos, o olho da terceira visão. A ação comunitária, os espaços educativos, a diferença entre a educação formal, a educação comunitária, tudo nessa ação da parte educacional, da parte educativa mesmo, da ação, a transformação, isso que ajuda. Isso que me ajudou em muita coisa, porque até então eu não dominava esses conteúdos. (EN 02)

Se você for em comunidades que começaram com o Ágata em 1992

e você chegar hoje, as perspectivas são outras, as pessoas querem mais, as pessoas querem qualidade, as pessoas querem mobilização, as pessoas querem bens, as pessoas querem crescer profissionalmente, espiritualmente, querem bons níveis de relação, e isso é fruto do trabalho do Ágata se hoje você tem uma escola, no subúrbio com qualidade, com estrutura física, com professores capacitados, com os dirigentes que investem na capacitação, isso é fruto do trabalho do Ágata. (EN 03)

Mas a mudança de mentalidade não é uniforme e se confronta com necessidades fortes das comunidades, como a necessidade de alimentar-se :

A questão da educação, eu acho que esse é primordial mesmo, da educação. E aquelas pessoas que estão ali não devem receber qualquer coisa mas que devem o melhor, é o que a gente coloca, a educação, o espaço sempre do melhor, desde a educação até o espaço educativo. E assim, são ideais que a gente persegue mesmo, hoje dizem que é a (...), a saúde, a educação e a alimentação. E mais assim, até que ponto os três estão interligados, mas acho que acima de todos, o primeiro é a educação. A educação é que vai permear tudo, não só na questão da saúde, como ter uma boa saúde, que tipo de alimento você trabalha, eu acho que a educação permeia tudo e esse é um dos ideais que eu persigo. As pessoas que estão lá, eles também visualizam um pouco mais, eu percebo que antigamente a alimentação estava acima de tudo, hoje você já percebe que há uma mudança principalmente na área 1, as pessoas estão ali, eles visualizam primeiro a educação para depois a alimentação. (EN 09)

A educação, para uma educadora, da forma como ela se apresentava, era resultado de um planejamento, de algo que era construído coletivamente, embora pudesse haver uma contribuição externa :

Acho que tudo foi muito bem pensado. Até como surgiu. Por que veio o grupo de assistentes sociais primeiro? Por que percebi que era importante acompanhar a criança, por que não tinha ainda muitas escolas. Muitas eram acompanhadas na família, algumas nas escolas. Com o passar do tempo, vai se percebendo que a gente precisa de qualidade naquilo que se faz em educação, na Instituição que oferece. Vejo que o próprio crescimento da Instituição enquanto equipe, ele foi pensado. Não foi, ah vamos dizer que tem pedagoga, assistente social. Tinha um grupo de tinha uma intenção, e isso eram propostas da coordenação. Pelo que sei, discutido junto à diretoria (EN 10)

À medida em que se constrói e amadurece o projeto viabilizado pela ONG os técnicos se vêem como educadores, percebem a amplidão do seu trabalho e que este possui uma natureza eminentemente educativa :

Eu fico assim, impressionada, é que as vezes tem educador que reproduz o discurso do técnico que vai na comunidade. Então você tinha pessoas que na reunião dos pais, aquilo que assistente social falou a ela durante uma visita, então, são influências. E você vai vendo a dimensão que é a sua presença na comunidade, então você

de fato começa a incorporar que é além de técnico você é, antes de técnico, você é educador, é alguém que tem uma presença marcante, que influencia e que traz contribuições para o espaço educativo, para as pessoas que você convive. (EN 04)

Eu sempre levava e discutia com as minhas colegas que o estatuto não era só para quem era formado em direito, mas também para o pedagogo, para o sociólogo, nutricionista, para os educadores. Há uma mudança também muito grande que são os educadores sociais, eu me considero uma educadora. Isso para uns acho que foi um pouco complicado, que para defender a sua formação, como assistente social. Na realidade eu sempre me entendi como educadora, e nunca tive problema em falar que eu era educadora, que eu sou educadora. (EN 08)

Houve uma época que sentia uma certa dificuldade com relação aos próprios técnicos, assistentes sociais e pedagogas. Então teve uma época que por muito zelo, na profissão, cada um achava que o Projeto Ágata tinha que ser, mais para o assistente social, e o outro achava que o mais importante teria que ser o pedagogo. Isso gerou um pouco de mau estar entre eles. Mas foi um período até de se perceber, e colocar um método de trabalho, trabalhando aquelas duplas, que juntou um profissional de uma área e um outro de outra área, e formou uma dupla para trabalhar em conjunto. Essa foi uma dificuldade que foi vencida assim, na hora em que foi feito. Você vai trabalhar pela criança e o trabalho é um só. Então não só com o assistente social, e não só com o pedagogo. O pedagogo também vai passar a ser responsável pela família e o assistente social também vai ser responsável pelo aprendizado, como a escola está agindo, como o professor está agindo e pelo ambiente também. Então esse tipo de problema acabou. (EN 11)

A idéia de educação vai além de um conceito restrito à sala de aula, assumindo dimensões comunitárias e envolvendo a comunidade na vivência da cultura e na solução de problemas ali vividos :

O espaço que é tanto a pré - escola como a creche e até mesmo o espaço da escola pública que é o (...) também tem tomado uma outra dimensão. Eu acredito que os encontros de formação promovido pelo Ágata e que essas professoras de escola pública puderem e quiserem, que antes elas nem queriam, foi um outro trabalho, melhorou bastante porque elas começaram a descobrir a dimensão daquele trabalho. Porque antes era o livro porque tinha uma merenda, era simplesmente para responder o exercício e hoje não porque tem a questão da cultura, tem a questão do estar resgatar o que é mais significativo naquela comunidade, no respeito às diferenças isso é um ponto interessante para o crescimento da comunidade. (EN 05)

Este avanço profissional, de natureza interdisciplinar, provoca inclusive uma revisão da forma com que a ONG oferecia os cursos ou iniciativas de formação ou

capacitação de suas técnicas e/ou educadoras; ao mesmo tempo, as técnicas e/ou educadoras sentem a necessidade de crescer :

Eu acho que ela começa a acontecer nos espaços e nos encontros que a própria Instituição vai oportunizando. Então, você tinha por exemplo, no primeiro momento a capacitação só vinculada a pedagogia e a assistente social era mais um ouvinte. Depois você percebendo que existe a possibilidade de envolver também o assistente social nisso, então, aí a troca vai se concretizando. Da mesma forma, existia a capacitação das merendeiras, mas era o saber do setor nutricional. Aí você tem os encontros com os agentes comunitários, o que a gente chamava de braços direitos, os colaboradores, aí o serviço social, então tudo muito setorializado, tudo muito desarticulado. Existia a troca de saberes, existia, mas não com uma consistência, ou com uma direção, ou com uma perspectiva de trabalho integrado, interdisciplinar. (EN 04)

A gente sempre vinha justamente da demanda que surgia dos espaços educativos, a gente vinha tentando juntar esse espaço educativo com aquilo que ele solicitava, não era algo pronto, era construído com eles, a própria dinâmica, eu acho que assim, com o rompimento que teve dos cursos de capacitação que a gente vinha tendo e que era mais conteúdos da área de pedagogia, e a partir do momento que a gente começou a falar de escola comunitária, começou a falar do perfil desse professor e aí que venho também o curso de aprofundamento que eu acredito que ele perdeu um pouco do seu objetivo inicial, mas que trabalhou esses conteúdos formais, de que um professor de uma escola precisa, então assim esses saberes eles eram imediatos lá na comunidade, eu acredito que hoje, tanto no Ágata quanto nas instituições eles vêm buscando, então hoje o índice de professores e de professoras e até de irmãs que estão fazendo pedagogia e que estão querendo fazer serviço social, então isso mostra de que alguns dos saberes que nós temos, é interessante para eles também então eles estão também buscando esses saberes mais formais, por que antes é como se fosse uma prática meio informal, então eles estão a medida de que cada grupo vai crescendo eles também estão tentando ter acesso a esse saber mais formal. (EN 07)

Enfim, uma técnica, voltada para a comunicação, considera que não há outro caminho de transformação senão aquele que passe pela educação :

Acho que a primeira de todas é a questão da educação, das pessoas. Muito mais que a educação formal das escolas, é as pessoas terem educação doméstica, as pessoas terem uma perspectiva de Vida, de melhora. Talvez o que falta também é a questão das pessoas acreditarem que é possível, e é possível fazendo junto. Então acho que isso que deveria mobilizar o terceiro setor, isso é o que eu acredito, e trabalho no terceiro setor por isso. Acho que as pessoas mobilizadas, elas podem fazer mais, elas podem transformar sua vida. O que eu gostaria que acontecesse nas comunidades, é que elas comessem a pensar diferente, o que só se consegue através da educação, de você ter um conhecimento maior, de você conseguir

separar o que é realidade, o que não realidade, conseguir entender os problemas de outra forma, conseguir que você pode mudar, que não adianta você ficar esperando que alguém mude e que as coisas num passe de mágica aconteçam para acabar. (EN 12)

c) **Organização coletiva e projeto participativo**

Nas falas citadas alhures está presente de alguma forma a idéia de que os agentes da Ong Ágata Esmeralda se referem a um processo de organização coletiva. Em nove (09) entrevistas ressalta-se que a Ong amadureceu em sua proposta e ação à medida que passou a se organizar em torno do coletivo e a desenvolver um processo democrático e participativo. Alguns discursos comprovam essas características :

Uma relação que é construída com os dirigentes, educadores e as crianças, por que é mais de uma forma muito indireta, as crianças são muito receptivas e aí a gente não tem muito problema com elas, a gente chega, e elas abraçam e tal, e assim, a gente constrói junto com os educadores. (EN 01)

A gente não leva nada pronto, a construção precisa ser coletiva. Tudo é construído lá. A única coisa que eu levo pronto são alguns textos, para estarmos trabalhando alguma dinâmica, mas a construção é lá no local. Eu levo até papel em branco, não levo nada pronto. (EN 02)

Hoje eu vejo a Ágata como uma construção coletiva, hoje eu consigo visualizar dessa forma. Eu acho que cada um deixou uma parcela de contribuição, eu acho que eu também deixei a minha. Se você me pergunta aonde, eu não sei, agora eu não sei te dizer, posso até maturar isso, eu fico me perguntando que contribuições que eu pude concretamente estar trazendo. (EN 04)

Para mim é forte a questão do saber ser, que hoje se discute muito. Porque é o elemento básico do trabalho coletivo. Eu preciso saber estar com outro, estar dividindo mas estar também sabendo colher o que ele tem, os seus conhecimentos. Isso é forte. Nós já fazíamos isso sem usar o termo “saber ser” nesses momentos, nos momentos de grupo, nos momentos da pessoa que eu trouxe para dar contribuição, nos momentos até mesmo da própria brincadeira. Tudo era muito construtivo, essa relação, esse “saber ser”. (EN 05)

Era muito setorializado e depois deixou de ser e assim, trabalhar de forma integrada, essa articulação e integração acabou sendo um trabalho interdisciplinar, e esse trabalho me proporcionou assim, o que eu visualizava muitas vezes era complementado pelo que ela também visualizava, e quando começamos a atuar juntas passamos

a ter uma articulação maior e eu reforçava e ela também reforçava e os educadores, os responsáveis começavam a perceber que nós não estávamos falando um discurso dissociado mas com unidade (EN 09)

As vezes nos encontros de educadores, tinha aquela discussão coletiva mesmo, cada um colocando a sua prática às vezes nos momentos de coordenação e houve momentos interessantes quando a gente tava fazendo a coordenação sócio educativo, a gente conseguia dialogar, trazer a experiência dos outros grupos e a gente dialogava. (EN 09)

Tal não quer dizer que não haja conflitos e que se trate de um processo tranqüilo, sem sobressaltos:

Um dos exemplos foi relacionado à própria formação dos professores. Se nós já demos alimento e salvo alguns não eram de qualidade, se nós já estamos dando a essa escola esse reforço, o que é que eles querem mais? É perceber a dimensão dessa transformação desse ser humano. Por que isso? Eu me perguntava. E até hoje eu me pergunto. Para alguns hoje, que hoje são poucos, graças a Deus. Por que o indivíduo ainda pensa assim será por que tem interesses pessoais que são maiores do que para aquelas crianças, para aqueles professores, para o resultado do coletivo? Será que é a não compreensão desse trabalho solidário, comunitário, coletivo? (EN 05)

Agora, o que eu consegui, é que também já foi dito, é o reconhecimento de que contribuições, a técnica de lá pode trazer, e quem pode me ajudar, eu preciso fazer, por exemplo, projeto político, digamos, que foi construído em outros grupos, eu tenho dificuldades mas eu sei que eu posso contar com as colegas, eu sei que eu posso contar. Uma visita familiar, “eu tive dificuldade, não, eu vou ligar, procurar, porque eu sei que ela de alguma forma vai me ajudar a fazer junto comigo”... (EN 06)

E por isso eu me sinto muito bem-vinda, eu não tenho um grupo que diga: “Eu tenho um problema de relacionamento com a responsável, eu tenho dificuldade de penetração naquele grupo”. Eu tinha uma dificuldade porque as pessoas me viam de certa forma, hoje, não tenho a menor. Então, as vantagens é que juntos você pode traçar porque são forças que se unem. Antigamente, quando você não conquista esse espaço, quando você não chega a esse ponto, você trabalha de forma paralela, você pensa de uma forma, mas o outro que acha que a forma que eu estou pensando é para derrubar, é para ir de encontro então, são caminhos que se andam paralelos, em forma divergente. Quando você consegue essa confiança, você anda,

caminha junto com.(EN 06)

A gente precisa aprender a conviver com as pessoas, que são diferentes, que tem conhecimentos válidos, o que é um desafio das organizações. Por que se você tem uma equipe que trabalha com um objetivo único e você não consegue integrar as pessoas a partir do conhecimento que elas têm, fica cada uma querendo fazer o seu, defender o seu, acho que isso fica muito complicado dentro da organização. (EN 10)

A construção de uma postura participativa deu-se a partir das exigências que surgiam ao longo do trabalho e resultaram de uma aprendizagem na qual a interação se tornou fundamental, incluindo-se aí a troca de saberes, a partir de um diagnóstico da comunidade:

A princípio os saberes eram socializados de maneira emergencial, então se eu tinha, por que no Ágata são várias assessorias, se eu tinha um problema diretamente, se eu percebia numa instituição uma alimentação de má qualidade que é algo que eu não domino eu de imediato recorria aos conhecimentos de outra, e ela trocava muito comigo, as trocas elas aconteciam mais de forma emergencial, em cima de um problema que precisava ser resolvido e aconteceu também nos momentos de encontro de equipes, onde você sempre via que os discursos das pessoas eram embasados na sua especificidade de trabalho mas que eram permeados pelo mesmo objetivo que eram o trabalho de cada um ali dentro do Ágata, mas com o tempo passando, a divisão do trabalho por dupla, isso foi sendo mais difundido, as pessoas passaram a conversar mais, a trocar mais e a coisa foi ficando de um jeito que a especificidade foi perdendo um pouco, então assim, atividades que eram específicas da assistente social começar, eu comecei a fazer, a assistente social, começou também a participar dos encontros de educadores e os conhecimentos foram trocados na prática, no dia-a-dia (EN 03)

A minha proposta de trabalho pessoal foi de nunca levar pronto, mas de construir com o núcleo. E às vezes as pessoas até falavam. Não, mas faça isso, que você sabe fazer. Eu dizia: vamos fazer juntos, por que muitas viam na gente, a solução para os problemas daquela Instituição. Então elas só traziam problemas. E quando você parava para refletir o problema, para pensar nas soluções, esse era um desafio que eles encontravam. Então às vezes eles queriam que a gente desse respostas e soluções para os problemas. (EN 10)

A gente começou a ganhar mais espaço enquanto equipe, a gente começou a fortalecer e a ver que a gente poderia construir mais dentro do Ágata. Você acha que o Ágata decidia sem ouvir a comunidade? Então existia no Ágata uma secretaria executiva, uma presidência. Então assim, será que essas decisões passavam também por essa discussão com os técnicos ou as propostas eram lançadas? Então acho que este caminho foi bom. De a gente ter buscado essa integração. Tanto que não tinha participação de uma educadora da equipe na diretoria. E essa questão, a gente começou a levantar. Mas por que não têm? Discutem-se os problemas do Ágata, nós não

estamos aqui no dia-dia fazendo o Ágata? Isso mudou a Instituição. (EN 10)

Tudo se discutia, se planejava tinha um diagnóstico anterior que era da comunidade. Quais são as necessidades da comunidade? O que vamos trabalhar esse ano? Por que a comunidade precisa disso, ela pede isso. Eu acho que existia esse trabalho de diagnóstico. Talvez não fosse um diagnóstico formal, mas existia todo um trabalho de diagnóstico para se saber o que se fazer. (EN 12)

4.3.2.5. A evolução da Ágata e os problemas enfrentados

Ao longo dos vários anos da ação da Ágata Esmeralda no Brasil, especialmente na Bahia, além dos problemas já identificados e citados em outros momentos desta análise, podem-se identificar nos discursos das técnicas e/ou educadoras da Ong problemas mais candentes, que chamam a atenção do pesquisador. Eles dizem respeito ao relacionamento com a Igreja (todas as doze entrevistadas), a desafios emergentes de natureza diversa (oito entrevistadas) e à tendência ao assistencialismo (05 entrevistadas).

A partir do quadro 4.5, apresentado abaixo, destacaremos os elementos centrais das categorias e sub-categorias identificadas no conteúdo dos discursos das entrevistadas.

Quadro 4.5.
Problemas enfrentados

Relacionamento com a Igreja	EN 01, EN 02, EN 03, EN 04, EN 05, EN 06, EN 07, EN 08, EN 09, EN 10, EN 11, EN 12
Desafios emergentes	EN 01, EN 04, EN 05, EN 06, EN 07, EN 08, EN 10, EN 12
Assistencialismo	EN 03, EN 04, EN 05, EN 06, EN 08

a) Relacionamento com a Igreja

A tradição da Igreja Católica é vista por uma das entrevistadas como razão para a tendência ao assistencialismo em uma instituição conveniada :

Por que é um bairro super carente, as pessoas ficam muito na porta, e aí aquela aglomeração de pessoas, aí eles suspiravam de surpresa, e aí entrou e tal, e depois viu a proposta, a igreja, tudo está muito claro, a questão da tradição católica, a questão da caridade, do assistencialismo.(EN 01)

Há dirigentes, padres, que não confiam no trabalho desenvolvido pelos profissionais da ONG e exigem uma formação voltada para a pastoral da Igreja :

Eu sei que os embates com o Padre não são nada fáceis, mas a gente precisa tentar não brigar, por que se a gente brigar, vai provocar mais rupturas e vai acabar saindo todo mundo e não é isso que a gente quer. É como eu coloquei antes, a gente coloca o espiritual, mas por que a gente quer conseguir... a gente perde algumas batalhas mas na verdade a gente quer ganhar a guerra, então isso para mim está bem claro, e que na realidade, o embate com ele não é nada fácil, por que ele não acredita na nossa capacitação. Tanto que ele não quer a capacitação, ele quer a formação, mas como a gente sabe que ninguém forma ninguém, a gente dá os instrumentos, mudar palavras não tem problema, o importante é que a gente tenha bem claro isso, e que ele não quer a capacitação dos educadores e isso não é interessante. (EN 02)

A técnica refere-se à postura de novos dirigentes da ONG no Brasil, que tem levado os próprios profissionais a questionarem a identidade construída historicamente como organização comunitária voltada ao social:

Agora como dizem que o Ágata, que nós já ouvimos falar nas nossas atuações que os padres falaram: “o Ágata agora é da Igreja, é da arquidiocese, vocês não podem estar fazendo isso”. Cadê a nossa identidade? A busca a identidade, nós somos o quê? Igreja? Organização comunitária que quer a transformação social? Qual é nossa identidade hoje? Está muito ofuscada. Então, isso dificulta muito as nossas ações... Eu penso duas coisas distintas: a missão da Igreja, a missão do bispo, a missão de Padre é uma. Ágata, eu vou colocar nós educadores, é outra. O que o padre pensa nós precisamos, nós estamos na conquista dele pensar junto com a gente e ele está modificando. Não sei se é um jogo mas está parecendo que ele está modificando, não sei. Nós quando vamos estabelecer a nossa ação na base, a gente leva o que a gente acredita, não hoje o que está acontecendo mas o que a gente acreditou que a gente vê isso como a nossa missão. (EN 02)

Quando eu falo com Bispos, com Cardeais você se reporta justamente a uma estrutura hierárquica de poder. Aí hoje a gente

tinha uma relação de respeito a hierarquia mas dentro de uma relação de independência também, porque a gente tinha propósitos bem claros e que não, eu acredito, que não desrespeitam a Igreja mas a gente tinha uma relação de cordialidade, de aproximação por que previa justamente no Estatuto. Hoje você alimenta uma relação de dependência a ponto de você fazer determinadas consultas ao Bispo para ver se é possível desenvolver algumas ações.(EN 04)

Há um relato interessante de poucos dias quando um grupo questionava o fato de você estar em uma área que não tem trabalho social concreto e você tem uma Instituição séria que atende a um número significativo de crianças mas por não ter nenhuma relação com a Paróquia, um padre chega, que diz que é responsável pela Pastoral Social, e te questiona: mas eu fui ao Bispo e o Bispo me disse que os grupos de Ágata precisa ter uma relação com a Igreja. Como é que fica nesse caso? Esse grupo tem ou não tem uma relação com a Igreja? Se tem, tudo bem, se não tem, como é que vai ficar? Então, o que é quer se quer dizer com isso? Se não tem relação com a igreja, fecha um grupo desse você percebe que um interesse não é com a vida da comunidade, não é com aquelas crianças, é com o dinheiro que chega para aquele trabalho. E assim, como toda a relação de poder, as relações de poder que se constroem na Igreja são muito vinculadas também de ter o dinheiro na mão, isso é muito forte com os padres. Aí você tem uma série de preconceitos, é o homem, é um padre, é a autoridade, e é quem precisa ter na mão o dinheiro. Então muitas vezes você vai tendo dificuldades, aí também aparece como uma pergunta lá atrás se constituiu como um dos desafios do Ágata, que era desmistificar essa relação e o padre reconhecido como hierarquia mas que no Ágata era um dirigente como outros. E essa semana, eu também questionei ao novo dirigente do Ágata quando eu questionei a postura do padre, eu dizia assim: mas um padre que não se posiciona, que fica calado o tempo inteiro ele está concordando com tudo. E ele falou: nem sempre, e você tem que entender que o padre é uma autoridade. Mas ele é uma autoridade onde? Na Igreja dele ou no Ágata? A gente ainda carrega esse ranço de uma história de dominação passada, de que a gente deve submissão a um padre por quê? O que um padre é melhor do que eu, ou qualquer outro educador ou pessoa da Paróquia? Então, tem essas dificuldades que são políticas, que são hierárquicas. (EN 04)

A proposta, é assim, é utilizar a pobreza, utilizar a criança no nosso caso como o foco e na verdade a gente sabe que o foco não é de promover de emancipar, de dar alimentação de dar saúde, educação, mas o que está por trás é a fé católica. Eu venho questionando muito isso, porque assim, ultimamente, talvez por você está afastado você não esteja sentindo tanto. Mas esta questão da fé católica está mais presente do que nunca nos espaços educativos. É como se eles estivessem dando uma retomada a esta questão, a esta questão da catequese, voltando a dar ênfase a esse processo que é um processo de, é um retrocesso, eu vejo....(EN 07)

Percebe-se pelo discurso das entrevistadas que há um conflito de visões entre a Igreja e a ONG, que retratariam formas diferentes de conceber a ação junto às comunidades e

mesmo de encaminhar as intervenções :

Tivemos uma ação bem pertinente porque usamos no centro do Núcleo, no caso, a área 1, o Centro Dom Lucas que hoje é mantido pelo Ágata mas que hoje não serve a comunidade. e assim, colocamos aos padres, nós duas, a nossa proposta, nossa intenção de como estar integrando o Centro a todos os espaços educativos e no meio da reunião a gente percebia que era um embate entre dois poderes. No caso, a área 1 Paróquia e o Projeto Ágata. quem quer comandar o Centro? Os dois. E de que maneira você se articulava? Então a gente as vezes não conseguia. Precisou de nossas intervenções até para poder acabar aquele embate se não ia ficar mesmo... (EN 09)

E o que eles sempre perguntam, uma das perguntas mais freqüentes, principalmente esses que estão mais ligados, a religião, a Itália, tem uma ficha para mim? Posso ter mais fichas? Essa questão das fichas como estaria chegando até os padres, será que essa ficha está chegando às crianças? A gente questionava, aumentou esse ano o número de fichas? Passou? Mudanças não foram feitas no espaço educativo? O tempo todo está sendo alegada a questão financeira na Instituição e as vezes até uma laje precisa ser batida num espaço educativo para fazer uma sala de qualidade não está sendo feita nesse momento e poderia estar sendo feita. Enquanto, aí vem, na Paróquia no caso, está sendo construída outra Igreja belíssima. E a gente pergunta: poxa, será que esse mesmo dirigente que motivou para fazer uma construção belíssima aqui, será que não poderia também estar fazendo o mesmo no espaço educativo? Então existem sempre as vantagens mesmo para aqueles que estão ali perto. E às vezes nós conseguimos driblar, no momento de ser privilegiado com fichas mas tem, dependendo da amizade mesmo, outros conseguem e a gente vê que muitas vezes não vai para as crianças em alguns casos. Em outros que tem um valor pequeno e conseguem fazer o máximo. Temos exemplos belíssimos que conseguem fazer o máximo, aquilo que recebe não estar nem aí pedindo ficha enquanto outros. E a gente que as vezes pergunta, não seria interessante aquele grupo estar recebendo ficha? As vezes ele nem aceita. (EN 09)

Já com os bispos e cardeais, com certeza as vezes atrapalha e visualiza sempre o benefício próprio no caso os bispos e cardeais, também representados por padres, eles visualizam benefício próprio, para a comunidade deles né? Na comunidade católica, religiosa, na comunidade deles enquanto localização, e assim, não consegue muito visualizar os outros, hoje eu percebo também da instituição, do Ágata Esmeralda, com relação aos grupos, até mesmo a prioridade de intervenção hoje ser na área 1, ser mais também por questões de identidade pessoal também, então os outros não comungam da mesma religião, então eles podem ficar mais lá. (EN 09)

Uma entrevistada atribui esta confusão às orientações e exigências da própria

Itália, dos dirigentes italianos :

O Ágata é uma igreja. É confuso, Por que o Ágata é uma igreja? Na minha visão ele não é uma igreja, mas tem uma coisa mal resolvida, uma confusão. Era melhor que eles definissem: é igreja ou não é igreja. Mas é como se fosse assim: ele ta no meio da sociedade civil e da igreja, sendo que ele procura beneficiar mais os interesses da igreja do que da própria sociedade. O Ágata hoje. Então é claro que outras pessoas estão envolvidas. Acho que se o Ágata (Brasil) tivesse mais voltado para a sociedade civil ele estaria ligado a outros Órgãos, a outras Instituições ao que se fala hoje tanto em rede. Acho que o Ágata não conseguiu estabelecer esta rede... houve este interesse do Ágata (Brasil) de se transformar numa rede junto a Instituições que defendem os direitos da criança e do adolescente. Mas a gente também se deparava com esse outro interesse do Ágata (Itália), que é estar voltado para a igreja. E a gente sabe que a Instituição igreja tem um trabalho com as comunidades, mas não ainda no sentido de promoção, no sentido de assistencialismo. E esse era um conflito nosso, dentro do Ágata, e acredito que a gestão do Ágata que pretendia uma transformação e que havia esse impasse. (EN 10)

Rejeita uma entrevistada a idéia de um responsável de instituição conveniada segundo o qual a questão religiosa era o elemento central do trabalho a ser desenvolvido pela ONG:

Isso me lembra um fato muito marcante que aconteceu num encontro de área do projeto Ágata em que o responsável afirmou que a solução dos problemas das crianças não era por via psicólogo, ele entendia que a religião supria tudo, que era um problema espiritual, ficou assim, muito claro que a forma era criar indivíduos que possam ter uma fé católica muito forte, e aí isso seria a solução dos problemas.(EN 03)

Contudo, afirma-se que há uma relação dita voluntária com a Igreja, o que justifica que grande parte de agentes do projeto sejam catequistas e que haja muitas instituições conveniadas lideradas por padres e religiosas:

Não é uma relação forçada, é voluntária, é algo que você vai filtrando e isso vai ter dimensões muito grandes e não é à toa o fato da maioria dos professores serem catequistas, isso não é um fato que é por acaso, tem uma coerência ideológica atrás de tudo.(EN 03)

Há uma ligação com um bispo, em Salvador, no sentido de que na própria direção do Ágata tem uma pessoa, um padre que é representante do bispo. Até aí a gente vê a presença da Igreja nesse sentido de ter essa pessoa como representante. Na cidade do interior foi mais fácil justamente por que é um trabalho que literalmente os padres já fazem o trabalho social nas comunidades mais pobres, junto com a pastoral da criança, a pastoral da família. Aí se vê mais como parceiro, como ajudante. Não tem influência nenhuma, nem de orientação, nem de orientação religiosa. Agora tem essa presença. Lá é um movimento ligado à Igreja católica no sentido

religioso. Inclusive eu trabalho há tanto tempo, sou da Igreja Presbiteriana a secretária hoje e do Projeto da Igreja Batista Então tem influência da Igreja, no sentido de que é movimento. (EN 11)

Já outra entrevistada considera que a dependência em relação à Igreja é bastante forte, havendo em consequência, um controle acentuado, e com a mudança de direção, no Brasil, há uma submissão que preocupa:

Precisamos dessa ajuda, e que esse recurso chegue até aqui, da igreja, por que queira ou não o Ágata começou com esse vínculo forte com a igreja, e assim as pessoas na Itália que ajudam, ajudam por que é um projeto católico, e lá isso é muito forte, e nós estamos submissos a essa situação, não conseguimos e nem sei se vamos conseguir já que vamos ter outra presidência, que tenha uma mentalidade diferente da anterior e o que torna essa relação cada vez mais Hierárquica, dependente, submissa, onde as ordens são ditadas e muitas vezes precisamos cumprir só para garantir que esse recurso chegue até nós, mesmo que a gente não acredite, são ações que são feitas e que são realizadas pela hierarquia mesmo que existe. (EN 06)

Eu acreditava antes que era articulação, mas hoje eu vejo que não é. Talvez o que esteja em jogo, é justamente esses interesses, a igreja, como se a igreja quisesse fazer uma nova cruzada. Eu tenho sentido isso muito forte, muito forte mesmo. A presença do discurso da igreja católica mais presente do que antes, até porque antes eu não sentia tanto, agora eu sinto mais. E essa preocupação não sei se de congregar mais fiéis ou de não perder os fiéis mas tem muito isso. Então hoje a instituição Ágata não é uma articulação com a igreja. (EN 07)

A religião no caso, eu vejo muito que a religião católica hoje influencia muito e aí vem a questão de priorizar muitas vezes, a Itália prioriza muito a área 1 porque tem influencia mas também por estar ligada a religião católica enquanto outros não e que comunga as vezes dos mesmos ideais. (EN 09)

Embora o campo de atuação muitas vezes seja o mesmo, dão-se conflitos com setores da Igreja, sobretudo com o setor voltado para a Pastoral do Menor; questiona-se também a Igreja como incapaz de entender a história e a proposta da ONG:

No sentido Igreja sim, porque apesar do Ágata se declarar no seu estatuto como uma instituição que é livre para qualquer credo, qualquer raça, qualquer religião, ela tem uma forte veia da Igreja Católica. E muitas vezes as orientações, e as solicitações vindas da Igreja e do próprio bispo e isso num certo momento ela, isso ele provocou um certo mal estar na condução do trabalho e de repente a

relação conflituosa que a gente teve com a própria Pastoral do Menor, que é uma Instituição ligada a Igreja e que começou justamente com aquela coisa da indignação. (EN 04)

Eu não vejo nenhum benefício em relação à articulação com o bispo porque até então, é a minha impressão, tudo que chegou a eles foi a nível de atrapalhar o trabalho porque é como diz Bete Coelho: “Quem conta um conto aumenta um ponto” ou então inventa e são essas invenções, são esses contos aumentados que atrapalham o trabalho, porque o tempo em que estão inventando história, um disse me disse, com questões pessoais, porque fulano me disse tal coisa de sicrano, então vamos mudá-lo de localidade poderiam estar juntos, pensar juntos e realizando ações, pensando propostas juntos. Aí eu pergunto, até que ponto mesmo a Igreja Católica, o arcebispo, tantos padres entendem esse trabalho do Ágata Esmeralda, realmente enquanto que são a maioria responsável acredita e quer junto com essas pessoas da comunidade estar fazendo o que é proposto, estar alcançando aqueles objetivos? Essa é uma pergunta que eu faço desde quando entrou e que até hoje eu não tenho a resposta. (EN 05).

Eu vou citar um exemplo que eu achei que foi muito forte, é quando um padre, uma colega, uma educadora, foi num determinado espaço educativo, e ela falou de uma ação, que eu não me lembro exatamente agora, e o dirigente que é padre, foi até o bispo reclamar que o Ágata não queria que catequizasse as crianças. Isso para mim foi doloroso porque a gente fala, o ecumenismo, o pluralismo, apesar de que não era muito bem essa questão, a questão era muito outra educativa. (EN 08).

Considerada por uma entrevistada como presente em todas as instâncias da Ágata, a partir da Presidência, no Brasil, afirma-se que a explicitação exigida do elemento religioso, de forma autoritária, difere da percepção do que as técnicas e/ou educadoras têm de sua missão :

O PAE é hoje é totalmente da igreja, e claro que quem responde pela igreja aqui é o bispo. Então, muita coisa que o bispo diz, o Ágata acata. E tem essa ligação com a igreja, pelo histórico e por hoje o presidente ser um padre. Não é uma ligação independente onde ambas as partes conversam e refletem, é uma ligação totalmente autoritária, infelizmente. Onde se dá muito mais valor às crenças e à política e aos dogmas da igreja, do que as coisas construídas coletivamente e entre as pessoas que estão trabalhando nas comunidades. Essa, acho que é a ligação mais forte, não tem como negar, tanto que hoje em dia até os materiais de comunicação do Ágata tem que ter a igreja embutida em algum lugar. Parecem aquelas coisas de antigamente, que as igrejas passavam suas mensagens até nas coisas mais fúteis. Hoje o Ágata prega isso também. A gente vai fazer uma feira de cultura, de educação, onde se pergunta: cadê Jesus? Cadê Cristo? Onde é que ele está? Cadê a mensagem?... Ainda não saiu a visão de que Deus está em tudo. Se a gente está fazendo uma coisa to grande, quer dizer que ele está ali.

Está escrito. Ainda é preciso estar dito, ainda precisa catequizar, as pessoas precisam ler lá: Jesus é quem salva. Que é um equívoco hoje em dia. Hoje as Organizações estão tomando outra dimensão, tem uma outra tendência. Que a tendência justamente é desvencilhar desses laços com a igreja. (EN 12)

Por fim, uma entrevistada compara a relação com a Igreja antes e no atual momento e afirma que é muito forte hoje a presença da Igreja nos caminhos da ONG :

Aqui no Brasil, também sempre existiu essa ligação com a igreja. Mas de alguma forma, era uma relação mais dosada, mais controlada. Ouvia-se, mas não se fazia tudo aquilo que a igreja queria. Hoje, por causa dessa nova estruturação de gestão e por se ter um padre à frente que é muito ligado às questões religiosas. Claro. Existe uma submissão, digamos assim, à igreja. Então o bispo, o cardeal é o supra-sumo e é a ele que devemos recorrer em qualquer situação, e ele que nos dá as orientações. (EN 12)

b) Desafios emergentes

A maioria das entrevistadas se referem a desafios e problemas de natureza diversa que vêm afligindo Ágata Esmeralda, conforme os depoimentos apresentados a seguir.

Um problema citado por uma entrevistada é quanto ao controle dos recursos que são repassados aos dirigentes das instituições conveniadas, e quanto à organização administrativa :

Ter maior organização administrativa na instituição, a gente precisa organizar o banco de dados, antes do banco de dados, os arquivos, o registro, acho que o Ágata se perde muito, perde muitas informações, então assim a gente trabalha com essa modalidade de apadrinhamento e você vê questões complicadíssimas nessa relação com a Itália, é o padrinho que não quer, que reclama de não dar notícia, então assim, o Ágata precisa ter um arquivo por criança com todas as informações daquela criança e tudo que se manda para lá, na verdade é organizar melhor o trabalho da secretaria. (EN 01)

O Ágata precisa estar trabalhando mais a questão de prestação de contas por que sempre foi algo muito livre, muito na base da confiança e é complicado, a gente está na base e vê. E para o Brasileiro, não sei se é o estilo ou o popular a nossa cultura mas, percebe com propriedade que tem muitas instituições que não utilizam de recurso financeiro para o que isso se destina. (EN 01)

Cita-se a necessidade de capacitar mais e melhor os dirigentes das instituições conveniadas e as técnicas e/ou educadoras, para que exerçam as suas funções com mais competência :

Eu penso na questão da capacitação maior para os responsáveis, por que o dirigente é a mola mestra da instituição, e o dirigente não tem

clareza quanto ao trabalho as vezes, muitos dirigentes não tem isso e outros tem. E aí, talvez como mudança para alcançar aqueles objetivos que a gente quer, é trabalhar com mais propriedade a questão dos dirigentes, capacitar mais, por que o dirigente ele se vê numa hierarquia que nega a participação nos encontros, que é proporcionado pelo Ágata, no encontro de capacitação, por exemplo, o dirigente não está presente, nós tivemos o encontro de capacitação por área de você tem em cada área, o número de dirigentes pouquíssimos, é um ou dois para cada área, em 11 instituições teve um, dois dirigentes, e as vezes mandavam substitutos que não tem poder de decisão, e nem de atuação as vezes. (EN 01)

A gente vinha inclusive com a perspectiva de investir mais na formação desse educador, se sonhava tomava como desafio primeiro, como um grande desafio nosso foi sempre lidar com essa relação com a Igreja, aquele famoso Seminário com alguém da Igreja que tivesse uma mente mais aberta, que fosse mais politizada para discutir isso com os nossos educadores e com os dirigentes que estão aí nas comunidades. Então, uma mudança necessária, eu acho que era no sentido de investir na formação desses educadores, o que hoje se fala ao contrário, investi para que se amanhã ele vai sair? E se ele amanhã ele sair, a gente vai investir dinheiro numa formação e depois não dá o retorno para a Instituição. Aí você fica com aquela visão limitada de que você só dá retorno para a Instituição Ágata e não para a sociedade ou para outra Instituição. Talvez o profissional que saia daqui hoje vá trabalhar como assistente social, como pedagogo, como nutricionista em outra ONG e as contribuições deles vão estar sendo... é uma associação desse gênero, que não reconhece o valor e o significado para a contribuição da formação do ser humano que está ali hoje como educador, como técnico de uma Ong mas que amanhã vai estar em qualquer lugar do mundo. (EN 04)

A primeira mudança é a retomada da formação continuada dos técnicos, algo que nós perdemos com a nova direção. E claro, essa formação ser ampliada, que também foi outra perda, para as comunidades. Não dá para conceber crescimento pessoal sem encontro, sem estudo, sem formação e é algo que hoje a Instituição acha desnecessário. Eu não vejo como isso... (EN 05)

Nós fomos barradas na formação e na capacitação nossa enquanto técnicos do projeto Ágata, isso foi um avanço há dois anos atrás, uma conquista, foi uma necessidade que o grupo trouxe, e a pessoa que estava na época, como uma pessoa responsável, percebia essa necessidade e isso foi tirado como se tira um bombom de uma criança, porque num momento tão bom, num momento de crescimento, profissional do grupo, é como se tirasse da gente e isso só veio a fragilizar não somente as nossas ações como também o grupo, a equipe de técnicos e de educadores do Ágata, agora mudanças que eu gostaria que tivesse era de crescimento nos técnicos do projeto Ágata, eu acho assim, que durante essa minha história com o Ágata há seis anos, deixou a desejar o reconhecimento, e eu acho que a maioria dos técnicos que estão lá hoje, vestem a camisa das propostas e dos objetivos, das metas, e em poucos momentos fomos reconhecidos, tanto profissionalmente e

hoje isso é muito mais grave, muito mais gritante, eu tenho consciência do nosso trabalho e do nosso valor, e hoje no projeto Ágata, acho que é o sonho de todos, é que esse trabalho seja reconhecido e valorizado.(EN 06)

Propõe-se também que se converse com a Diretoria da ONG no sentido de tornar a gestão mais participativa, democrática e co-participativa. A nova Diretoria ainda aparece como uma incógnita e a entrevistada teme a postura da nova presidência :

E acho que a gente precisava mudar no sentido da abertura também com a diretoria. A gente conquistou um espaço anterior na diretoria, onde a gente tinha um educador que participava mesmo, não tinha poder de voto mas pelo menos tinha um poder de voz e que também dava um feedback daquilo que ele vivenciava e experimentava na relação com o grupo e com as comunidades e a gente foi perdendo esse espaço, e a gente precisa recuperar isso porque hoje sobretudo você tem uma gestão que desconhece a história, porque você tem que assegurar que algumas coisas não se percam por completo. (EN 04)

Assim, eu acho que o Ágata é uma luz no fim do túnel para muitas comunidades parceiras. Assim eu falo isso com relação a responsabilidade social, o que é feito hoje e realizado em muito locais periféricos, não seria possível se não houvesse essa ajuda da Itália. Eu me sinto feliz e privilegiada por fazer parte dessa história, e assim, eu acredito tenho esperança não deixei de acreditar que nós vamos enquanto instituição Ágata viver um outro momento, que vivemos hoje, faz parte desse processo, mas eu não deixei de acreditar em nenhum momento, eu já falei isso anteriormente, eu sou bastante otimista e as vezes até me considero sonhadora demais, mas eu confio que como já ouvi de muitos responsáveis, é que é um caminho sem volta, talvez os meios precisem ser outros, mas é um caminho que não tem volta mais e não tem como o bem acabar, ser destruído dessa forma. A missão do Ágata, a responsabilidade social que o projeto assume no Brasil, a responsabilidade com a comunidade e com as crianças, não pode e não deve acabar. Enfim, em relação a entidade Ágata Esmeralda, é um momento de crise, e a gente percebe isso em pequenas coisas e uma das coisas que eu posso citar é a construção do organograma, onde a nova presidência diz a todo instante que mudou, mas não diz pra onde mudou, pra onde vai, e esse organograma quando você vê o que é determinado, ele vai totalmente de encontro ao que é na prática, ele diverge completamente do que vem acontecendo hoje em cada setor, o organograma diz uma coisa, que é diferente do que na prática acontece. Então é uma crise de identidade.(EN 06)

Eu fico muito triste, porque o Ágata também sempre teve o discurso não dependa só do dinheiro do Ágata, se legalize pra você ter outras possibilidades, então hoje muitas instituições dizem se o Ágata sair, eu sobrevivo, eu vou correr atrás de outras instituições, agora, o que morre é a proposta né? Então assim, a preocupação hoje de muitos espaços, é lógico que hoje a gente não sabe em quem confiar, mas muitos deles dizem que o que pode morrer é o trabalho que o Ágata

deslanchou, esse trabalho de mudança de mentalidade, de situação de consciência, de investimento no educador, na comunidade, nos educadores que estão em torno da criança, nessa transformação, de chegar até a comunidade, de chegar até a família, então pro futuro tudo isso pode acabar, a gente sabe que o Ágata pode se tornar só uma repartador e eu me sinto muito triste, é como se você visse alguns anos de luta indo por água abaixo, mas é lógico que a gente também tem a certeza de que aquilo que foi feito não tem volta, então, se foi bem feito, se chegou a mexer comigo, chegou a mexer com outras pessoas também, então vai ter retorno.(EN 07)

É você nadar contra a maré, então assim, são questões que vão além do papel da cidadã, é a relação mesmo profissional. Enquanto profissional, ou eu vou ter que dizer assim: “tá eu fico e vou fingir que to fazendo isso que você está me pedindo”, ou fazer em um outro espaço, porque eu não acredito que dentro do projeto Ágata esmeralda a gente vai ter como fazer isso. (EN 07)

Então assim, a gente já tentou algumas mobilizações, com a produção da carta e tudo a gente tentou se mobilizar, enquanto grupo, mas até que ponto aquela carta foi uma voz do grupo? Se a gente sabe que existem pessoas no grupo que não estão. Eu nesse momento, é como se eu tivesse no ritual de passagem, eu ainda não sei do meu futuro, mas é como se o que eu tinha para dar no Ágata... por que eu não vejo que a instituição vai investir daqui por diante, na gente nessa perspectiva de mudança, as preocupações não é com a mudança, é muito mais uma preocupação com a relação com a Itália do que com a criança. Então assim, a gente tinha uma preocupação com a Itália, mas por que a criança era o nosso centro, então se a criança estava bem, a gente sabia que o padrinho também estava bem, mas hoje não. (EN 07)

Teme-se também pela continuidade dos projetos e dos sonhos que vêm sendo desenvolvidos historicamente pela ONG :

Eu percebo que uma das preocupações a gente está sentindo na pele hoje que é a questão da garantia da continuidade dos projetos, porque (..) crescente vai acontecendo, a comunidade vai se entusiasmando, como assegurar que esses projetos de fato continuam? Está ligado ao financeiro mas está ligado também as questões ideológicas. E hoje por exemplo no Ágata isso é forte do ponto de vista ideológico. Então, uma preocupação para mim no Ágata mas também num contexto mais amplo que é da sociedade lá fora que tem outros projetos, do próprio governo, de outras Organizações que muitas vezes se vem ameaçado por conta de que o recurso pode acabar, a política pode mudar, e aí a gente vê todo um trabalho saindo, escorrendo pelas mãos. De como eu me posiciono nisso, eu acho que tenho me posicionado criticamente e tenho buscado defender algumas idéias que eu acredito e que eu fui sendo ajudados por outros para acreditar, construir e a caminhar com uma certa perspectiva, aquela coisa do ideal. Então eu acho, hoje no Ágata eu vejo isso com muita força. Então, o meu aprendizado tem me ajudado hoje a defender alguns interesses Institucionais e não os interesses meu, pessoais mas os interesses de um grupo que ajudou a

construir uma Organização. E eu acho que fora, o espaço para isso são os espaços dos Conselhos. Eu tive uma caminhada com os Conselhos e isso me ajudou a ampliar meu olhar, a ver que, talvez do ponto de vista mais amplo de transformação social a gente precisa participar na elaboração de políticas públicas, a gente precisa também monitorar esse processo, fiscalizar a ação do governo do que se diz respeito às políticas públicas, e eu acho que eu e cada cidadão também pode fazer isso. Eu tenho buscado dentro das minhas limitações mas tenho buscado sim fazer e contribuir. (EN 04)

E o que eu vejo como grande responsabilidade social de Ágata Esmeralda é que ela planta a semente num terreno que foi preparado e que hoje ela não pode deixar eu essa semente se perca. Então a responsabilidade social hoje é com 153 Instituições com diretamente 9.253 crianças e indiretamente quase 18.000, quase o dobro. O compromisso social com inúmeras famílias que vinheram beneficiadas do fruto do trabalho do Ágata ao longo desses anos de trabalho então a responsabilidade da gente vai no sentido defender um trabalho que foi defendido processualmente e envolveu as pessoas nesse processo, então não foram só os técnicos do Ágata que construíram a história de Ágata, mas cada criança, cada educador, cada dirigente, cada braço direito, cada merendeira a ponto da gente reunir esses agentes sociais num programa de capacitação e de você ter uma merendeira que diz assim: eu não me dava conta de como era importante o meu trabalho, de que meu trabalho era só, eu achava que meu trabalho era só ficar na cozinha, preparar a comida e depois servir para os meninos e hoje eu vejo além disso. Então, a nossa responsabilidade social é assegurar a continuidade desse processo de crescimento, eu acho que é muito desse sentido. (EN 04)

Da gente não depender, não precisar depender desse recurso, é quase impossível. Porque, de onde é que os responsáveis vão poder tirar recurso né? Eu acho que o grande sonho seria do Ágata ou até mesmo de outra instituição, é de se tornar ponte, de ser encontro de culturas, que quem está lá contribuindo porque teve uma outra história, tem uma outra condição de vida né? E que quer dividir isso com outros mas que ele contribua sabendo que ele também vai ter que mexer com ele, que ele vai dar mas ele também tem que receber. É aqui assim, a gente não ficar dependendo dessa relação. Ah não, vamos cuidar bem por que ele precisa estar bem, de ter notícias, por que ele tem que contribuir mensalmente. Ele vai contribuir por que ele sabe que o trabalho existe, que o trabalho tem que ser levado a frente, então ele precisa contribuir. Que o Ágata fosse ou que essas instituições e congregações fossem esse encontro de culturas e que na verdade não é. Eu nesse momento eu não consigo ser otimista, não consigo justamente pelo momento que a gente tá passando, então assim, pensar assim nesse encontro de cultura, sendo que muitas instituições nossa são congregações, e que assim, vem pessoas de lá pra trazer toda aquele ritual de congregação pra aqui, aí eu muitos desses jovens vão pra lá pra se enquadrar num padrão, então isso não é um encontro de culturas, na verdade é uma formatação de uma cultura de lá, uma cultura ainda muito predominante, é o que está aqui é o que serve e que é bom para todo mundo. A gente sabe até de algumas freiras que tentaram romper

com isso e o que aconteceu com elas, elas vão pra Itália e...é sonhar mais do que o próprio Ágata. (EN 07)

A partir de agora tudo pode acontecer, eu acredito que sim, daqui por diante... por que hoje de manhã mesmo a irmã dizia: “ele não vai demitir ninguém, ele pode até mudar o modo de vocês trabalharem”. Então assim, a questão ta justamente nisso, não é questão de emprego, é a questão de mudar, eu acho que a diretoria ainda não entendeu. É lógico que a gente tem a preocupação com o trabalho, mas a questão é mudar a proposta ou extinguir a proposta. (EN 07)

Com relação à Ágata Brasil, acho que a gente tem dois momentos. O momento quando eu entrei e o momento atual. Quando entrei no Ágata, sempre percebi essa preocupação com a mudança dos técnicos. Que ia desde a mudança de costura, de como eu me relaciono com o outro, de como eu chego a esses espaços, e como eu interajo com as pessoas que estão no Ágata que têm história de vida diferente. Não era uma preocupação inicial com o conteúdo daquele técnico, mas com conteúdos de vida, que as Universidades não dão isso. Ela não forma o sujeito para essa interação com o outro, agora forma para você trabalhar as questões conceituais. Então essa mudança era algo desejado a princípio. Hoje a gente percebe no Ágata (Brasil) que não há essa preocupação com esse técnico, a gente tem se perdido. Inclusive a dissolução do próprio grupo, a demissão de algumas pessoas, a não permissão de encontros de reflexão, de discussão, que foi uma proibição da Instituição. E se hoje eles ainda acontecem, não é mais significativo como antes, até por que os interesses hoje, da Instituição Ágata são outros. Eu percebo é como que se o desejo que o técnico tem no Ágata fosse igual a alguém que está na Itália. A dar conta de fichas, de cartões, de controle burocrático mesmo da situação. Com relação ao Ágata (Itália), já falei. Acho que se eles não têm a preocupação lá, muito menos com o Brasil. (EN 10)

Além de insatisfação, a atuação da nova diretoria provoca indecisão e temor por parte dos técnicos, estando alguns perdidos no processo, como diz uma entrevistada :

Hoje, está todo mundo perdido, em pleno meio de ano você não tinha uma proposta de trabalho, porque essa proposta não era construída com técnicos, ela vinha de cima, é eu decido como vai ser, eu vou ver, não sei se isso é importante. Quer dizer, quem estar na base, quem estar na ponta, pouco opina, porque quem estar em cima, o gestor, o dirigente, ele acha que não é importante. Então, o diálogo tornou-se difícil, porque há muitas divergências, há divergências em relação o que é realmente prioridade, hoje você não sabe o que é prioridade que não é. Vai fazer alguma coisa não pode fazer porque primeiro tem que consultar. Então, o tempo vai passando o trabalho vai se perdendo, vai ficando solto. Então, você na realidade naquele espaço profissional você só tem cidadania passiva, não existe autonomia nenhuma, você tem que aguardar é como um soldado mandado, você recebe a ordem e executa, se sua sugestão foi dada, a princípio ela é logo descartada e até é uma forma

irônica, então, você que está na base, que conhece, você estar lá junto, planejando junto com o dirigente, está vendo a dificuldade, você quer montar um plano de trabalho, “mas vou ver, não sei se é prioridade ou não” (eles dizem). Então muita coisa que eu acho importante foi cortada e em razão que não achava interessante e que não era importante, então algumas ações que o Ágata desenvolvia que eu achava importante, a mostra de cinema, algumas ações que eram importante, acho que ficou mesmo o festival, e outras agora... para você agora, como estou, que nem me lembro mais o que era importante ao ponto que cheguei. Mais uma vez eu repito, eu não sei até que ponto determinados dirigentes entre o discurso e a prática eles realmente estão preocupados em fazer um trabalho social com responsabilidade, com seriedade, até que ponto realmente está buscando em defesa dos direitos humanos, da criança e do adolescente. Porque quando você vê o seu “eu” você não vê o coletivo e o trabalho fica muito a desejar. (EN 08)

Manter a confiança dos dirigentes e das famílias é citada também, por uma das entrevistadas, como sendo um desafio permanente :

Uma relação saudável e principalmente de confiança, não somente com os dirigentes como eu falei, mas é gratificante quando você percebe essa relação de confiança com as famílias, o que tem acontecido comigo mesmo, é ter um compromisso em outra comunidade às duas horas e nesse mesmo horário eu ainda estar numa comunidade, eu estou passando por um momento, eu me deparei com uma situação, onde eu preciso ser uma estância de escuta, você se depara com o outro nessa situação que nós sabemos, as dificuldades que a sociedade está oferecendo pra gente, e para essas pessoas que são desprivilegiadas, e eu tenho que parar, eu percebo que aquela pessoa precisa e a família também, e quando você se depara com uma pessoa que conta detalhes da sua vida, e coisas bem pessoais e íntimas, você percebe que essa confiança não é comprada, essa confiança é uma conquista, é um processo e isso é gratificante pra você, e ao mesmo tempo lhe faz pensar na sua responsabilidade, o que é que eu posso dar de retorno a essa pessoa, claro que não vou poder resolver os problemas dela, mas nesse momento, o que é que eu posso estar oferecendo. (EN 06)

Outro desafio levantado por uma das entrevistadas é a busca da autonomia, a independência frente ao capital estrangeiro, que geralmente sustenta essa iniciativa :

O reflexo do desejo dos países de Terceiro Mundo é essa famosa autonomia: financeira, ideológica. É o desejo de caminhar segundo os interesses da vontade da comunidade, daquele lugar. É aquela coisa do fortalecimento da identidade de um povo e eu acho que mesmo o país do Terceiro mundo que hoje ainda tem uma dependência das grandes potências, a gente ainda depende muito do capital estrangeiro, a gente tem um governo que agora é (...) mas que ainda está preso aos ranços da direita, talvez é claro a gente precise esperar um pouco mas claro, a gente acha que está esperando muito, a gente já esperou oito anos outros tantos mas eu acho que é o desejo

mesmo de autonomia, de valorização de uma cultura, de um povo, do respeito a sua identidade, às suas origens a sua vida mesmo, a questão da dignidade da pessoa humana que a gente tem isso publicado em lei mas que no concreto nem sempre se realiza. Então eu acho que é um desejo de mudança meio que utópico mas é uma utopia que é possível, então eu também aprendi isso no Ágata, a gente tem que alimentar uma utopia de um sonho possível e nunca perder essa capacidade de sonhar, foi uma orientação muito forte que você trouxe para o Ágata o tempo inteiro toda vez que você chamava a atenção da gente para a questão da indignação, você também chamava para sonhar alto, não vamos pensar num menino num boteco, vamos pensar numa Perini para o menino. Então a gente sonha alto para a gente conseguir correr, seguir em busca dos sonhos da gente. (EN 04)

c) **Assistencialismo**

Nos discursos das entrevistadas frequentemente surge o conflito assistencialismo/promoção social. Embora haja entre as técnicas e/ou educadoras o consenso de que o assistencialismo é improdutivo e superado, este aparece sempre como um problema ainda não resolvido, na fala de cinco entrevistadas :

A prática da instituição que existia era muito assistencialista, ele distribuía esse critério, ele distribuía alimentos, eletrodomésticos, sem critérios nenhum, isso criou uma dependência muito grande da comunidade para com a escola na figura do dirigente e nessa situação toda que já foi indicada e a gente já tinha tomado partido e como nós intervimos diante dessa realidade, nós chamamos o dirigente para um encontro e todos envolvidos na escola, envolvidos no espaço educativo, e a temática abordada foi a questão do assistencialismo, e ele colocou com propriedade abertamente para todos que a intenção do Ágata era dar e não era educar e assim, ele foi muito claro e nossa intenção aqui é matar a fome das pessoas, é dar, e não educar, por que educar é uma ação secundária, ficou muito claro isso, e nosso recado foi dado feedback e nós mostramos para ele que isso no Brasil não funciona, por que se as pessoas não tiverem atentas para como receber o educado e como utilizar aquilo para proporcionar melhores condições de vida, ou seja, beneficiar elas próprias, elas não vão utilizar, vão descartar ou vão vender e vão continuar na mesma situação... Os professores estavam incomodados com aquela situação, por que as mães vinham mesmo brigar, como se estivessem brigando pelo direito de receber , e já era algo consolidado ali, e até hoje ainda se tem resquícios disso, que já não existe ele já saiu da instituição, e já existe outra forma de ser trabalhado isso, mas assim, era um descontentamento geral, por que as professoras elas sentiam as conseqüências dessa ação assistencialista esse tornou por um momento um grande debate e foi muito rico e foi muito bom, é por que ele saiu de lá muito vermelho com toda a situação. (EN 03)

O que eu gostaria que mudasse, é que eles buscassem o caminho da auto-sustentação, por que somente dessa forma acabaria essa relação de dependência, por que aí eles deixariam de ser os pobres

coitados e passariam a ter condições de se auto-sustentar e de ser responsável por si próprios, por que aí voltando aos países de terceiro mundo, nós sabemos que são países ricos e que tem possibilidade de encontrar o caminho, mas eu acho que o que precisa é de auto - sustentabilidade para que eles deixem de ser comunidades dependentes.(EN 06)

Há muitos que se aproveitam da miséria para dizer que é um trabalho social, só da aparência. Porque quando vai ver a essencial não tem nada de social, é meramente assistencialista. E tem muita resistência na questão a mudança, só lembra da fome, só dão comida, comida e onde esta a saúde integral, onde esta a educação? Agora há uns dirigentes que o Ágata conseguiu que refletissem sobre o seu fazer mudança. Hoje eles percebem que não é só comida, eles procura outros meios de desenvolver a comunidade, conselho tutelar, Ágata, eles já sabem caminhar e a quem procurar para que aquele direito da criança seja garantido e assegurado e isso eu acho importante dizer, que é um avanço. (EN 08)

Em alguns espaços ainda não se conseguiu uma saída para a superação do assistencialismo, convivendo-se ainda com ações de natureza apenas emergencial e com crianças que vendem nas ruas:

A coisa que mais nos entristece, é saber que uma ou outra criança que é parte desse projeto, está vendendo bala na rua, por mais que a gente saiba que ainda exista, mas saber disso é difícil, agora deixar que elas sejam crianças isso é fundamental, oferecer uma alimentação é muito bom, eu acho que as crianças que são do projeto Ágata, elas tem a oportunidade de ser criança e tem oportunidade de crescer, acho que isso é fundamental. As famílias, como o Ágata ainda não desenvolveram um projeto específico para o trabalho com as famílias existem aquelas que são beneficiadas por um processo de emergência, é uma casa que cai, ou se consegue uma internação para um pai, uma mãe ou um óculos, um emprego ou alguma coisa assim, mas ainda não existe um investimento, pelo menos assim, pode ter sido discutido mas ainda não deu prioridade nem um programa de ação no trabalho com as famílias, então são ações pontuais de promoção, de determinadas famílias, e as outras são beneficiadas sim, na medida que os filhos são beneficiadas, mas não existe um programa de ação para elas. Existe o benefício, mas ele é a curto prazo, ou emergencial, ou ele é pontual, ele não é um projeto que possibilite a família crescimento como o que a gente quer para o filho também. (EN 03)

Há comunidades que pensam em superar realmente o assistencialismo e outras em que os pais e pessoas envolvidas transformam a doação que chega de uma forma assistencialista em um fator de desenvolvimento e promoção das pessoas :

Aí hoje a gente percebe que foi um caminho de crescimento, porque também a gente começou seguindo esse círculo vicioso de seguir a orientação da Itália de ajudar a criança de ajudar a família e a gente vê que hoje, inclusive é uma perspectiva que não é só do Ágata que é das Instituições sérias que atuam no terceiro setor que é trabalhar em

rede, trabalhar de forma articulada, e eu lembro daquela discussão que a gente teve com Pe. Piazza num encontro de dirigentes que falava sobre famílias unidas, de como ajudar as pessoas com o pouco que elas têm a serem solidárias umas com as outras, de encontrarem coisas em comum e de caminhar numa direção comum, de sofrer com o sofrimento do outro, mas de sorrir com a conquista do outro e criar um pouco dessa relação que a gente vai perdendo de comunidade na metrópole porque você vai se distanciando cada vez mais com o outro, de reforçar a importância de aproximar as pessoas em torno de algum comum e as crianças eu sinto, que a direção é justamente de oportunizar a essas crianças cada vez mais o acesso a educação, porque a gente já viu que é o caminho mesmo, de continuar investindo no fortalecimento da auto-estima delas, então, eu acho que a gente não pode perder a veia cultural que o Ágata também foi amadurecendo nesse espaço de tempo porque além de ser uma releitura da situação que eles vivem na comunidade, o teatro, a música, a dança, é uma forma de trabalhar a auto-estima desses meninos que vai se perdendo por conta do modo de vida que eles têm na comunidade. (EN 04)

Entender quem é esse parceiro que está ali com eles. E isso foi um ganho grande, porque para as pessoas dessas comunidades carentes projeto que simplesmente manda o dinheiro porque quer saciar a fome, ou saciar uma outra coisa. E compreender isso é muito grande, é muito significativo para mães para pais, responsáveis que estão ali, para o crescimento daquele grupo. Isso foi bom. Uma outra coisa que tem se pensado que é, projeto para 2004 e já é resultado do trabalho sócio-educativo é estar fazendo um trabalho com as mães em busca da geração de renda, questão da auto-gestão. Porque também não dá para ficar só discutindo as questões, precisamos ver como melhorar isso e correr na frente para buscar as soluções. (EN 05)

4.3.2.6. O relacionamento com os dirigentes da Itália

Conforme o Quadro 4.6. o fato da Associação Ágata ser uma ONG italiana, com a sede na Itália, leva as entrevistadas em sua totalidade a avaliarem essa relação com uma mentalidade e uma cultura estrangeira. Prevalece contudo o discurso de que esse relacionamento se dá com base em um choque de culturas e de visões sobre a forma de conceber e conduzir os trabalhos. Outro fator bastante interveniente é a postura dos padrinhos e a visão deles que as técnicas e/ou educadoras têm construído, sempre de forma crítica, o que merece considerações de dez entrevistadas. A análise dessas duas categorias será feita a seguir.

Quadro 4.6.
Relacionamento com os Dirigentes da Itália

Choque de culturas e conflito de visões	EN 01, EN 02, EN 03, EN 04, EN 05, EN 06, EN 07, EN 08, EN 09, EN 10, EN 11, EN 12
Os padrinhos	EN 01, EN 03, EN 04, EN 05, EN 06, EN 07, EN 08, EN 10, EN 11, EN 12

a) Choque de culturas e conflito de visões

Defendem algumas entrevistadas que há um embate de culturas no relacionamento Ágata Itália e Ágata Brasil :

São diferentes, muito diferentes, então eu acho que é um embate cultural, que se vê entre o que a Itália pensa a respeito do trabalho comunitário, que não pensa, por que pensa mesmo no imediatismo, no assistencialismo, que o dinheiro chegue de uma forma... assim, que chegue à criança, mas não vê como a gente possa estar trabalhando para que chegue melhor, então assim, são dois ideais completamente diferentes e a gente percebe muito claramente quando um padrinho chega para visitar, da forma como ele chega, a frieza do Europeu, na sua cultura, e assim, o presente que se dá, e assim, tudo isso reforça a maneira de vida, do Italiano e do Europeu e aí a gente vê que são realidades completamente diferentes, duas formas diferentes de pensar, e intervir na realidade Brasileira, e eu vejo como algo mesmo assim, partindo da equipe do Ágata na Itália, e aí eu vejo como uma intervenção financeira é o discurso do colonizador que vem para apropriar e sai com a alma limpa como se tivesse fazendo mesmo a caridade, enfim, é bom para o Brasil, talvez. Ele pensa e aí é assim, e querer transformar o nosso trabalho, em um trabalho comunitário, administrativo, então o recurso, ele pode chegar simplesmente à instituição, e isso é drástico, por que nem sempre a instituição está preparada para receber e utilizar esse recurso da melhor forma possível, para que chegue mais crianças com esse ideal que foi colocado. São duas visões diferentes, o embate mesmo cultural, são duas maneiras, nem a Itália concebe direito o que o Brasil... não entende, até por que é difícil por que ele não está no dia-a-dia, é complicado por que assim, a gente tem problemas muito peculiares da nossa cultura e que eles não estão muito... é a questão da disponibilidade, tem que estar disposto também a entender, então assim, quando eu saí com a Helena, a primeira coisa que eu falei para ela é: você precisa conhecer a palafita, por que é uma realidade que você precisa estar nela, para saber que ela existe e como ela existe, e aberta a tal, e aí eu fui, vá através da ponte..., vá... você pode morrer ou contar sua história, brincando um pouco né? Aí vai, entra na casa, vê, é justamente provocar esse sentimento de que como é difícil essa realidade (EN 01).

É isso que muitas vezes no Ágata a gente se frustrava, por que até então tinha dificuldades, preocupações muito grandes, por isso que eu sempre trago as questões políticas que não perpassa somente pelas nossas ações, mas tem as questões políticas que permeiam esse processo, principalmente as relações políticas que

são estabelecidas muitas vezes entre o próprio responsável e o pessoal da Itália, é que a Itália na realidade é aquele fantasma que está sempre presente, que a gente não vê mas sabe que está ali. Muitas relações políticas que se estabelecem entre os responsáveis e o pessoal da Itália, o que quer dizer isso? Muitas vezes a gente chega com as nossas ações, que a gente vê a dificuldade perante os nossos olhos, vou trazer a questão de um bairro em que o padre que está lá é uma pessoa que não vê as questões sociais como algo gritante que ele pode estar modificando, as crianças ali passam fome, vem recurso para ser utilizado com aquelas crianças, e ele não faz, e ele não muda, eu já vi recursos virem diretamente para uma criança e a criança não está indo para a escola por que não tem sandália, aí o que foi que eu fiz junto com Ana e o pessoal da comunidade? Vamos ver um recurso que possa dar uma sandália para essa criança, e depois a gente vê o que pode estar fazendo com esse recurso, eu não me omito, o que é que eu chego? (EN 02)

Mas é preciso estar aberto mesmo a se despojar e não é fácil, então assim, infelizmente essa relação Brasil Itália né? Esse encontro de culturas não está acontecendo, então assim, o Ágata por muito tempo serviu como ponte pra essas duas culturas, justamente já no confronto, sede Brasil, sede Itália, já há esse confronto, imagine de culturas...quem já teve oportunidade de passar mais tempo, sabe que precisa realmente, então se eu fosse citar pessoas que conseguiram avançar, há poucas, é muito difícil. (EN 07)

Segundo algumas entrevistadas a Ágata Itália age como colonizador em relação ao que se fez e se realiza no PAE Brasil :

A idéia é ainda do colonizador, que a gente não pode deixar isso, tem todo um vínculo histórico que na realidade eles querem nos passar um rolo compressor, que eles mandam as coisas e nós aqui precisamos executar sem falar um “ê” ou um “não”, tem que executar de qualquer jeito. É por isso que nós estamos tendo dificuldade agora com o presidente que está, que ele não vê muitas ações nossas como ideais, porque infelizmente ele ainda centra tudo na sua figura e que quem está próximo a ele a gente precisa mostrar com a mais b essas ações que a gente faz e que ele precisa ver que isso é importante independente de quem fez ou de quem deixou. (EN 02)

Porque está vindo muito recurso, é isso que eu não consigo entender e o pessoal lá de fora vê a gente como coitadinho, a gente precisa acabar com essa cultura da miséria, mostrar realmente o que a gente faz. Por que para a Itália a gente só pode mandar fotos e relatos de crianças que passam fome? Porque que a gente não manda realmente o que a gente faz, as transformações que a gente consegue? É isso Gianni, essas mudanças que nós precisamos ver. Porque até então fica uma coisa frustrante, será que a gente está trabalhando e não está fazendo nada? Nós precisamos mudar, mudar. Realmente mudar, o pensamento, ou trazer pelo menos novos subsídios, eles precisam mudar essa mentalidade, porque nós somos ainda um país ainda colonizado, quer dizer, colonizado, o

colonizador que vem com os ideais e que precisa conquistar massacrando aquele povo, mas não é assim, a gente tem uma cultura própria, nós precisamos ser respeitados e nós sabemos, nós temos a solução. A gente precisa ser respeitado em relação a isso, nós temos essa mudança. (EN 02)

Na Itália existe uma centralização de poder, pelo menos essa é uma leitura que eu faço. Tem uma pessoa que se auto intitula quase que proprietário da Instituição então tem as questões das vaidades aí também. Alguém que é ele que vai e que faz todas palestras, que é ele que faz todas as motivações que é ele que produz todos os artigos, não existe a preocupação de envolver outras pessoas e de preparar outras pessoas para esse trabalho então é alguém que se morrer amanhã acabou realmente, porque não tem a perspectiva de continuidade. Então, não existe na Itália nenhum programa e eles não estão preocupados com isso e talvez porque, é um pouco daquilo que eu disse, eles são fechados em si mesmo, não existe nem a relação com outras Instituições, talvez eles nem tenham se preocupado em conhecer como é que trabalham outras Organizações de adoção à distancia, por exemplo, a visão mundial trabalha com adoção à distância. Acho que não existe essa preocupação. (EN 04)

Negativamente a gente vê figura centralizadora da Ágata Itália, vem de outra realidade que, no entanto não entende a realidade em que vivemos aqui no Brasil. Ela quer ditar quais as ações que devem ser desenvolvidas aqui, o que dificulta bastante porque ela não conhece essa realidade, não sabe das necessidades, isso fica a nível da imaginação dela, ela não está aqui, na base, então, o que é importante para ela, não é importante para nós. Assim como as necessidades que nós visualizamos, que nós experimentamos aqui no Brasil não conseguem ser importantes para eles, para eles basta que o recurso chegue até a criança, agora como esse recurso vai ser utilizado, que benefícios ele vai trazer para a criança, que transformações é possível para a comunidade, para a família e para a criança, isso não tem muita importância ou valor para eles. Para a consciência deles basta que o dinheiro chegue. (EN 06)

Na verdade hoje eu vejo isso claramente, sempre existiram dois Ágatas, o Ágata Itália que é essa mentalidade da Igreja e existe o Ágata Brasil que é uma mentalidade de transformação. Então eu acho que se no início, houve problemas, se teve esses conflitos com os objetivos de uma ONG, foi muito mais pelo processo porque você detonar um processo de transformação em comunidades, é lógico que isso é normal mas eu acho que o confronto maior foi justamente Ágata Brasil que queria transformação, que propôs transformação, que se organizou para a transformação que se articulou, que já estava conseguindo alguns frutos com esse Ágata Itália que é esse Ágata que não tem em seus princípios a transformação. O que quer realmente é que o reforço chegue e seja bem utilizado se ta alimentando a criança, se a criança está num espaço educativo, se a criança existe, é o que importa os outros interesses que era de certa forma a filosofia do Ágata Brasil hoje já não importa, justamente por que hoje a gente sabe que quem ta na frente está com outros interesses e a gente nem sabe que interesses são esses ainda

estão escondidos. (EN 07)

Vi pessoas no computador trabalhando. Mas se falou em ficha, em arquivo, em foto de criança, em recibo das pessoas que pagam, acho que isso eles tem organizado e contam com voluntários. Até por que eles defendem muito o trabalho voluntário. Para esse tipo de serviço, acho que você até pode contar com voluntários, por que dá para ele um monte de fichas, pede para que ele catalogue e assine tudo e aí fica fácil. Então eles também achavam que aqui no Brasil podia ter esse tipo de trabalho com voluntários. Só que como é que a gente vai manter uma unidade na Instituição, uma linha de pensamento, tendo uma rotatividade de pessoas. Acho que isso não condiz. Depois quem não está preocupado com a continuidade não vai investir na formação, não precisa. É o técnico que está ali operando para um levantamento de dado. Com certeza, nunca vi falar dentro do Ágata que tinha essa preocupação com essa sistemática. (EN 10)

A maneira como a Ágata Itália percebe o Brasil provoca um dualismo até mesmo no exercício profissional desenvolvido pelas secretarias da ONG em cada país:

Com a Itália, a ligação sempre foi muito restrita, no processo de trabalho do Ágata no sentido de que seria atender as necessidades que a secretaria na Itália traz, o padrinho quer uma notícia, o padrinho quer conhecer a criança, o padrinho mandou presente, a gente faz mais um serviço burocrático, então, nesse sentido as relações são mais trabalhistas, pelo menos no meu ver, eu mando e você faz. Não existe uma discussão daquilo que é necessário, daquilo que pode ser mudado, daquilo que tem surtido efeito ou não, começou-se com a proposta de troca entre as secretarias, e isso tanto é real que a proposta do Ágata aqui é uma e a de lá é outra que não comungam com a daqui, torna-se difícil isso. É uma relação vertical na minha concepção, é uma relação onde o diálogo não é exercitado, é unilateral onde as ordens vem de um lado para outro e é uma relação desgastante por que você tenta mostrar o tempo inteiro a importância do seu trabalho, e ele é menosprezado, eu sinto dessa forma... O que eu sei da secretaria na Itália não por ter ido lá, mas por depoimentos de quem já foi, é que existe uma organização muito grande de tudo aquilo que é enviado pelo Brasil, até para que eles não se percam no trabalho, mas é mesmo um escritório de repasse de informações pra lá e pra cá, como um meio de garantir que o recurso continua indo e vindo. Não existe uma preocupação com o conhecimento de realidade, não existe uma preocupação com unidade de discurso, com formação e a preocupação que se teve aqui, não se tem lá, e aí fica meio difícil por que as concepções de mundo são diferentes e obviamente vão ter conflitos de pensamento. (EN 03)

Com a Itália existe uma relação pura prática, coma troca de papéis, mas existe uma ausência de conhecimento de realidade, por exemplo a Secretaria na Itália desconhece a realidade das nossas comunidades daqui, desconhece a história do Brasil que eles “ajudam”, a presença deles é uma presença burocrática então a

relação que a gente tem é de cobrança de informação, de protocolos sem relação de troca e de crescimento também nisso aí porque a gente cresceu muito aqui e a Itália poderia ter crescido muito mais se houvesse essa proposta de interrelação, de conhecimento de realidade porque eu acho que o que é mais frio disso tudo, frio no sentido que hoje as Organizações internacionais que operam no Brasil e em outros países elas se preocupam com determinadas questões que o Ágata da Itália não se preocupa por exemplo, com a utilização racional dos recursos não só para a alimentação mas para outros tantos investimentos por exemplo, para desenvolver projetos de auto sustentação de geração de trabalho e renda, de profissionalização de adolescente, então outras Instituições tipo Unicef, tipo ... tantas outras tão preocupadas com essas coisas e o Ágata ainda está naquela relação de veicular a informação dentro da Paróquia que é ligada a uma relação de solidariedade muito mesquinha porque exige muito mais que dar então...(EN 04)

A Ágata Itália é muito burocrática mesmo, há encontros, mas quais são os encontros? É pra falar da experiência do projeto, mostrar as nossas favelas, mostrar as crianças carentes, então assim, é uma visão do tipo: ver os pobres pra poder você ajudar, então assim, arrecadar dinheiro, então é... isso geralmente é feito em paróquias, grupos e escolas, então a comunicação Itália é essa, mas não tem um processo que pense na formação dessas pessoas e que queira mudar a vida dessas pessoas, que eu saiba não, só se teve depois...(EN 07)

A gente lidava dentro da Instituição com essa relação Brasil-Itália. Acho que demorei um pouco a compreender essa relação dentro do Ágata. Algumas ações do Ágata eram executadas por conta de solicitações da Itália. A gente não entendia o por que dessas ações. Era complicado você cooperar sem compreender o que estava fazendo, o processo. E era como se fosse um mito dentro da Instituição Ágata (Brasil) ou Ágata (Itália). Era como se fosse a toda poderosa, o Ágata da Itália é o todo poderoso, manda na gente e algumas coisas a gente precisa executar. Então de uma hora para a outra a gente viu o nosso trabalho mexido enquanto sistemática, enquanto ação. Por que tinha que parar tudo para uma solicitação da Itália. A gente fazia por que tinha uma exigência. A gente não questionava e atendia. Depois acho que o Ágata Itália nunca compreendeu bem ao certo o trabalho que era proposto aqui no Brasil. Acho que ainda tem uma visão muito assistencialista. E muitos dirigentes têm uma relação forte com essa diretoria da Itália e que burlam o trabalho que é proposto de promoção. Então eles passam direto, não precisa passar pelo Ágata (Brasil), a gente não precisa fazer diferente. Dar comida ao menino é o que o Ágata da Itália pretende. Manda os cartões de agradecimentos, que são aqueles documentos deles. Anualmente para as pessoas que participam do trabalho. Por isso que eu disse no início, era o medo do dirigente que aqui estava, por que tinha toda uma cadeia hierárquica por trás daquilo, que você tinha que respeitar, por que isso existe, é um fato concreto, mais não podia aceitar. Essa não aceitação era o desafio para mim, como pessoa, como profissional. A gente fala tanto de ética, e como é que eu ia negar aquilo que eu

era. Eu não podia. Eu também podia romper com a relação que estava começando a estabelecer com aqueles fatos. Então eu tinha todo o cuidado para entender o que se passava naquela relação Brasil-Itália, e com aquela Instituição, com aquela freira, com aquele padre. Mais não dificultou o trabalho no sentido de não ter ações concretas. Foi o desafio inicial, mais que hoje a gente consegue pelo menos ter um diálogo com essas pessoas. Mais essa relação até hoje com o Ágata (Itália) é difícil. Muitas vezes enterra o que se pretende aqui no Brasil. (EN 10)

E eles perguntavam sobre nosso trabalho aqui, e a gente percebia que eles não tinham conhecimento realmente de como era feito. “Ah, é assim que vocês fazem?” Eu não sei, nem por que na verdade nunca tive clareza de como é dito à eles de como o trabalho aqui é feito. E eles começavam a ter interesse pelo trabalho, estavam maravilhados. “É assim que é feito? Como que vocês conseguem?”. E aí a gente ia explicando. Uma preocupação que eles têm, é com a criança e também com a família dessa criança. A gente explicava como era feito o trabalho, que não era a gente que assumia isso. Era junto à Instituição, até por que não tínhamos condição nenhuma de assumir um trabalho desses sozinhos. Então existe essa preocupação. Depois acho que o Ágata aqui no Brasil também foi crescendo na sociedade baiana principalmente. Então a gente era convidado a participar de alguns encontros. Acho que o fato do Ágata participar do Conselho ajudava a divulgar esse trabalho. E sempre que tive a oportunidade de participar, ou na Universidade ou em Fóruns, onde a gente tinha a oportunidade de falar do Ágata, as pessoas tinham interesse, por que muitas não conheciam o trabalho do Ágata. Acho que a gente também ajudou na divulgação daquilo que era feito. Por que o Ágata foi silencioso na divulgação por muito tempo. A partir do momento que ele percebeu que era importante também divulgar, que tinha uma participação significativa da visibilidade daquilo que se fazia, eu me sentia até mais à vontade também de falar. Por que antes, não era a política da Instituição a gente estar divulgando nada. A partir do momento que a gente viu que não era divulgar por divulgar, mais até para socializar aquilo que se fazia e trocar, e dizer quais eram os desafios que a gente enfrentava, saber como era que as outras Instituições estavam trabalhando. Acho que isso foi muito significativo também. (EN 10)

A própria estrutura da Itália, eu já tive oportunidade de trabalhar lá por um mês, já é pequena, e as pessoas não conhecem o trabalho que se faz aqui. Não conhecem as pessoas que trabalham aqui, não conhecem a realidade do Brasil e da Bahia. Então é difícil até você estabelecer algum tipo de relação com essas pessoas, a não ser uma relação de estritamente técnica. “O número é esse, de tal ficha”. Por exemplo, uma coisa falha no Ágata, nunca se pensou num planejamento junto, onde estivesse Brasil e Itália, as duas Organizações, juntas, pensando em cima do mesmo objetivo, que no final das contas, teoricamente, as duas têm o mesmo objetivo. Mas nunca planejaram juntas o que se ia fazer. Vendo todos os aspectos, de todos os lados. Todos os padrinhos. Todos os colaboradores da Itália, quanto os beneficiários, que são as comunidades aqui no Brasil. Com relação a outras ONGs, o Ágata tem vários relacionamentos. Tem relacionamentos fortes com várias ONGs. E

várias que tem a missão parecida. Acho que sempre foram relações saudáveis. Até onde eu consigo perceber. Sempre existiu muita articulação, na verdade, uma pessoa ou duas sempre eram articuladas com outras ONGs. Acho que isso era muito importante para o Ágata. E o Ágata perdeu hoje aqui no Brasil, por que não existe ninguém que se articula e se mobiliza dentro dos conselhos, dentro dos fóruns, ou dentro de qualquer outra coisa que esteja junto com outras Organizações que tem a mesma missão. Existia antes e hoje não existe mais. Na Itália, até onde eu sei, não existe nenhuma articulação. O Ágata é muito sozinho. Ele é quem faz, é daquela maneira e pronto. A pouca experiência que tive lá, nunca vi nenhuma articulação, seja com o governo, seja com outras Organizações que trabalham com a mesma coisa, seja até com outras empresas que quisessem investir na causa do Ágata. Nem em fóruns, em debates, em outros espaços de reflexão em cima até da ajuda ao terceiro setor, por que a gente faz, como a gente faz. Nunca existiu isso no Ágata da Itália. Aqui até que existiu, mas na Itália não. Inclusive os fóruns que aconteceram, ninguém nunca foi, pelo contrário, o trabalho era muito mais técnico, mais frio do ponto de vista do técnico mesmo, burocrático, do que da reflexão. (EN 12)

Esse dualismo se configura em conflitos de concepções de trabalho, segundo uma entrevistada. Enquanto a Itália se nutre da miséria e da pobreza, o Brasil tenta mostrar os avanços e a superação da pobreza e da miséria :

A gente tomou direção oposta, a Itália caminhou em uma direção e a gente caminhou em uma outra direção. A gente caminhou numa direção de construção da autonomia e a Itália vinha construindo, queria ou pretendia construir conosco uma relação de dependência. E as influencias externas, sobretudo a de vindas da Itália eu acho que elas também tem essa penetração com a Igreja, porque justamente ela dava respaldo para a Igreja para essas cobranças a essa Instituição. Depois que outras influências a gente tinha externas e negativas talvez da Itália sempre, se diz respeito a utilização do recurso. Porque eles também tem a visão de que o dinheiro vem para o menino e que deve ser com comida, que deve ser com.. Então, eles têm uma visão limitada que não percebem, por exemplo, que o investimento na formação do educador, na melhoria do espaço, que você dar melhores condições de convivência com a criança naquele espaço é um investimento na criança. Então eles estão muito ligados a uma ação caritativa de dar comida, de dar alimentação, aí você vê que as influencias negativas vem em forma de campanhas. No Natal a campanha era da cesta básica, ninguém era capaz de tomar a iniciativa de fazer uma campanha de “adote um educador”, mas “adote uma cesta básica”, “adote uma família que passa fome”. Outros materiais por exemplo, você tem influências negativas da forma de como é comunicado o nosso fazer na Itália, se você pega um folhetim, um jornal e você vai ver, não tem um crescimento mas tem uma cultura da miséria instalada em que você comunica o menino que passou fome, o filho do presidiário que está ali, a Irmã que foi assaltada, o padre que foi assassinado, então, você tem toda uma coisa de penalização, de coitadinho que é uma influencia externo negativa no nosso trabalho apesar de que, como corpo técnico, como educador, como profissional que sustentou também a

Instituição durante muito tempo, a gente sempre combateu isso, a gente sempre defendeu mas como a gente não falava a mesma língua, literalmente falando, porque é um outro idioma a gente não conseguia entender, mas além disso, uma outra cultura, a gente caminhou num caminho diferente por isso, porque lá eles investiam nisso enquanto nosso folhetim, o nosso jornalzinho aqui mostrava um outro lado, do que é possível fazer em meio em tanta pobreza e tanta miséria, como tem talentos, como os meninos tem potencial artístico, muito pode ser estimulado, como a merendeira é capaz de usar bem o alimento que ela recebe com criatividade com qualidade, como as pessoas podem muitas coisas quando elas caminham numa direção que elas sabem onde elas querem chegar, onde elas caminham juntas, que elas têm algum em comum, então eu acho isso. (EN 04)

Porque estamos situados no Brasil, a Itália tem suas normas, suas leis e seguir as leis deles lá. Mas aqui é o Brasil, é outro país e temos nossa soberania e eles tiveram que adequar o estatuto. Foi um momento muito difícil, desgastante justamente por essa questão, eu acho que prevaleceu a questão do poder, o dinheiro, eu que mando, então tem que ser como eu quero, eu dito as normas e eu acho que não é por aí. Como exploram as vezes alguns dirigentes principalmente os estrangeiros em mais (..) daqui do Brasil, das mazelas. (EN 08)

Eu acho que o Ágata (Itália), eu já participei de alguns encontros com pessoas do Ágata na própria Itália e não via essa missão com a transformação. É a missão da caridade pela caridade. Ajudar por que está com fome, o discurso é da fome. O discurso do menino pobre. Então nem se fala nessa transformação. É como se dissesse: vamos ajudar ele agora nesta situação de fome e miséria. Então realmente não há esse discurso de unidade entre uma distância e outra. São serviços diferentes. É uma concepção diferente de criança, como eles chamam de pobre e aqui no Brasil a gente usou também um ditado que pobres traz mais pobres. Isso é um discurso que exclui. (EN 10)

Existe uma coisa interessante dentro do Ágata, que é o fato de o Ágata ser ligado à Itália. Pelo fato de ser ligado à Itália e por ter uma pessoa lá responsável também pelo Ágata, essa pessoa influencia muito no Ágata Brasil com as suas idéias. De uma maneira muitas vezes não participativa, muito mais autoritária e muito mais que uma conversada. O que é uma coisa ruim, por que são contribuições negativas mais do que positivas.. (EN 12)

Pode-se falar assim de relações de poder estabelecidas nas quais transitam os diversos interesses das pessoas e instituições :

Como tudo na vida, existe muita política. Então o que acontece hoje, é que quem é mais ligado ao presidente, é quem tem mais facilidades, tanto aqui, quanto lá na Itália. Então as pessoas mais ligadas ao presidente são aquelas que tem mais poder, que tem mais dinheiro, são aquelas que recebem mais iniciativas. A relação é mais ou menos essa, uma relação política, é uma relação de poder mais do

que outra coisa.(EN 12)

Entrevistadas frisam que o fato de a Ágata Itália possuir o controle financeiro do processo, isso causa uma série de problemas no relacionamento entre as duas Ágatas. Há o caso de pessoas que motivadas por interesse financeiros, para terem mais recursos, passam por cima dos que dirigem a Ágata Brasil e obtém sucesso diretamente com a Ágata Itália :

Eu acho que para a Itália, os padrinhos não são vistos como parte do processo e sim como um banco, setor de repasse de recursos, que não precisa ser estimulado e nem discutido, então só se reúne para manter o recurso mas não se reúne para trabalhar os assuntos e a realidade social, então assim, é como se eles fossem agentes de repasse de recurso e pronto.(Em 03)

O fator financeiro, querendo ou não muda toda a história, toda uma proposta. Teve também todo um desgaste, mas acho que também houve muito jogo de cintura daquele que era coordenador, dirigente do Ágata, teve que também que gostar muito o seu italiano para mudar essa cultura. O que é realmente Brasil e Itália. Pode ser que tenha problemas lá de exploração sexual mas aqui.. são realidades diferentes. Tem interferência muitas vezes que mantém muitas vezes financeiramente muitas vezes, que por determinadas ações, ou você aceita ou você perde. Mas eu acho que em relação a Ágata, e Itália, apesar de todos os desgastes que ocorreram eu acho que muita coisa foi possível manter, outras não. (EN 08)

Porque a gente não pode deixar de pensar que o Ágata é uma Instituição que recebe o lado financeiro, que é de outro país. Com outra mentalidade. Então nós sabemos que o lado financeiro sempre quer falar mais forte, é aquela coisa de falar: eu dou o dinheiro e quero decidir como é que vai ser. Então teve que mudar, por que se dizia: olhe, a gente deveria fazer isso, mas não pudemos agora por causa do dinheiro, vamos dizer assim claramente. O dinheiro vem de outro país, de outra pessoa, então eles não pensam assim. Então isso sempre foi uma luta. Eu acho que recebeu influências. (EN 11)

Recorda-se inclusive que mesmo sem conhecer a legislação brasileira, e alertada sobre isto, a Ágata Itália elaborou um Estatuto que teve de ser refeito posteriormente, por estar em desacordo com a legislação brasileira :

Então isso foi uma construção, a princípio tinha que ter um estatuto, tinha que ter o reconhecimento jurídico, ela precisa de uma identidade. Um dia reúne-se a equipe técnica, e fomos informados que o Estatuto estava sendo elaborado na Itália por juizes, por um juiz, pelo presidente e o padre. E aí causa uma grande péssima surpresa porque a gente ao longo do anos falando do outro, reconhecer o outro como sujeito direito, exercer a cidadania, a cidadania ativa e aí eu questioneei: como o

estatuto do Ágata Esmeraldo no Brasil é construído na Itália, se quem conhece a realidade somos nós aqui no Brasil? Aí eu questioneei ao presidente.(EN 08)

Diante deste quadro, a técnica se sente impelida a propor uma avaliação do tipo de relação existente entre a Ágata Itália e a Ágata Brasil, ou mesmo uma interação e diálogo mais freqüentes, para que a Ágata Itália entenda a proposta da Ágata Brasil :

A gente fez todo caminho de crescimento e conseguimos ver além do meu menino, mas hoje eu perco tempo catalogando fichas, catalogando fotos, cartões para o padrinho quando eu vejo que o resultado é muito maior aqui. Que mais do que aquele Joazinho, João, Pedro, Maria, Joana estão sendo beneficiados. Então, eu vejo a necessidade, como a gente já discutia antes, de repensar essa relação com a Itália, de repensar inclusive o termo “adoção a distância”, porque essa também é uma influência negativa porque existe todo um marketing na Itália nessa direção então as pessoas são motivadas mesmo a ter o “meu menino”, e a se ver inclusive, no ponto de vista lá, numa outra cultura, com um certo status (EN 04)

Que outra mudança a gente poderia estar vendo, implementando? Criar talvez, espaço de troca desse educador com quem está lá na Itália, é um caminho mais longo porque você primeiro precisa ajudar a Itália a ver um outro Ágata Esmeralda que ela ainda não conseguiu ver, que vai além daquilo que é o repasse do dinheiro que eles mandam todo mês para ajudar o menino, talvez, eles ainda não tenham conseguido se dar conta da dimensão que se tornou o Ágata Esmeralda. Então, eu acho que a mudança precisa se dar nas relações Brasil-Itália sobretudo para que eles consigam ver com outros olhos o que foi construído em potencial com a ajuda que eles destinaram para essa Organização durante esses anos todos e de como foi bem empregado e administrado esses recursos que a gente poderia estar como lá no começo como a gente começou e no entanto a gente deu passos que são reconhecidos, só não pela Itália porque não quer. (EN 04)

Não temos maiores ligações com as pessoas da Itália. . O que seria até importante. Não dão possibilidade e eu vejo isso até como uma necessidade. No momento até de agora, porque o outro precisa entender o porquê que o trabalho aqui é realizado desta forma pelas necessidades, pelas dificuldades. Porque insistimos em ser com essa metodologia, com esses objetivos. Agora, insistimos nesse objetivo, nós temos tentado nesses encontros, lá mesmo em cada comunidade, estar junto com a pastoral, estar junto com a Associação de Mães, estar juntos com Partidos com o PT, por exemplo, estar junto com todas as organizações locais porque com certeza eles têm contribuições, não só a nível financeiro claro para aumentar esse trabalho, mas também de idéias e assim, porque a gente fala de criar autonomia, a preocupação é, um dia não tendo o Ágata, o que é que acontece com essas instituições? O que é que acontece com esse povo? Vão deixar de caminhar? Vão voltar a ser o bebezinho que engatinha, que chora, que pede o leite e etc..? Então, isso é uma constante. Já que não temos no momento essa

oportunidade de estar com aqueles que são os nossos maiores colaboradores em termos financeiros, vamos buscar quem estar mais perto. (EN 05)

Chega-se mesmo a interrogar qual seria hoje a identidade da ONG Ágata Esmeralda, após a mudança havido na orientação da Ágata Brasil :

E aí eu fico perguntando de que missão a gente está falando e de que Ágata a gente está falando que eu estou falando de um Ágata antes, que hoje a gente não reconhece mais a missão do Ágata, nesse momento que o Ágata está vivendo em 2004, então eu estou falando de um Ágata que existiu e que foi ganhando forma, ganhando identidade, ganhando força, ganhando credibilidade e reconhecimento na sociedade baiana. Aí a gente tem ainda esse diferencial porque hoje a gente perdeu esse norte, não é que a gente perdeu essa missão, ele está ali adormecido e impedido de ser colocado publicamente porque se volta a relação de dependência com Itália e a influência externa de fazer aquilo que o (...) sem saber se é interessante para quem recebe a doação. (EN 04)

b) Os padrinhos

Na verdade a categoria padrinhos aparece nos discursos das entrevistadas, na maioria das vezes, inserida na discussão sobre o relacionamento existente entre a Ágata Itália e Ágata Brasil. São duas faces de uma mesma moeda, visto que se trata de uma ONG italiana e voltada para a adoção à distância, e em consequência, para a questão do apadrinhamento. Dez (10) técnicas e/ou educadoras se referem a esta categoria, o que veremos a seguir.

Há uma tendência, por parte do PAE, a ver o padrinho como benfeitor de uma determinada instituição conveniada ou comunidade, sem a fixação em uma única criança, por uma série de razões, o que conflita com a visão da Ágata Itália, que motiva a doação e o apadrinhamento em cima do perfil de uma determinada criança. Mas há padrinhos que vêm mudando de mentalidade à medida que vêm a realidade de perto :

O processo de adoção à distância, é mais uma forma de captação de recurso, o que precisa e que a gente vem percebendo ao longo do tempo, é talvez trabalhar a idéia de que você pode contribuir com uma instituição e não para a criança, isso aí é deixar um pouco o sentido egoísta e passar a trabalhar no sentido de solidariedade, talvez essa mudança de consciência não seja tão fácil, não seja tão rápida, mas acho que se precisa trabalhar nisso. Na minha concepção, o nome em si, eu não vejo tanto como um problema, eu vejo que é uma forma de captação de recurso, que é rentável e eficaz e até então vem sustentando as ações do projeto, acho que pode ser feito um processo de adoção interno também como alguns grupos

parceiros vem fazendo, mas eles adotam a instituição, outros adotam crianças e que a causa seja comum, por que quando a causa for comum, não vai precisar se adotar uma criança, você vai contribuir com um trabalho sério, e que promova as outras crianças.(EN 03)

Somos uma ONG que depende de pessoas do outro lado, nessa relação que as vezes a gente diz assim: “será que é de solidariedade mesmo ou é pra um descarrego de consciência”, então a gente sempre fica com essa preocupação, será que os padrinhos estão contribuindo para ver a mudança, ou somente para garantir seu lugar no céu? Então assim, tem essa relação,então eu acho que o Ágata enquanto instituição, assim Brasil, ele sempre enfrentou esse dilema ideológico, então assim, eu sempre tive essa preocupação, o que a gente ta fazendo, é como se, tem quem financia, mas essa pessoa que financia é como se fosse uma instituição outra, então como a gente recebe esse dinheiro a gente pode fazer o que quiser e na verdade a gente no fundo não tem isso, então assim, a gente deve prestar contas a esse padrinho e que eu acredito que ultimamente esse padrinho não tem se queixado tanto, do que é feito, porque os que vem e conhecem, eles acreditam no que a gente faz. (EN 07)

O padrinho lá na Itália, infelizmente ele tem uma idéia de que ele adota uma criança e o que a gente vem dizendo é que ele deve abraçar o trabalho, se ele quer contribuir, se ele quer colaborar que ele colabore com o espaço educativo com a instituição, com uma turma, mas não com a criança, então essa relação de padrinho-criança, é uma relação de dependência, eu vejo assim, então a gente ainda está muito atrelado a essa relação que não é de autonomia, eu vejo que é uma relação de heteronomia, então assim a gente fala tanto em mudança de mentalidade, de explosão de consciência, mas infelizmente esse processo não foi feito na Itália, então assim, aqueles que vem e que tem oportunidade de ter um contato, então eles abrem os horizontes, e a gente até tem algumas experiências positivas como o exemplo da casa do sol que os padrinhos de lá conhecem o trabalho da casa do sol, então eles não adotam a criança em si, eles adotam a instituição, mas assim, eu vejo ainda assim, muito como uma relação de dependência, norte-sul, pobres e rico, mesmo que eu saiba que tem pessoas lá que não são ricas, são pessoas como eu, que passam por necessidades, que trabalham, que são profissionais liberais, mas que não deixa de ser uma relação do Europeu colonizado e colonizador, ainda tem muito isso, e eles quando vem pra cá, vem querendo mudar, querendo resolver, querendo ajudar, e as vezes a gente sabe que não é por aí, porque tem que ter tempo, precisa de um tempo de um processo. É algo que Delia dizia nos encontros: “ os Italianos precisam saber de que as crianças aqui não são bichinhos, que eles tem o poder de manipular.” Por que tem um discurso de que eles tem um laço afetivo, então eles se apegam pelo afetivo, mas na verdade é como se eles tivessem também, porque eles estão contribuindo, é o poder de dizer o que deve e o que não deve ser feito com essa criança. (EN 07)

Assim, a gente vinha tentando, acho que o cartão de agradecimento esse ano, a gente vinha tentando aos pouquinhos, porque é mudar a

mentalidade de quem está no comando na Itália né? Então assim, aqueles padrinhos que tiveram a oportunidade de estar aqui no Brasil, também não garanto, porque é uma cultura diferente da nossa, então eles tiveram a oportunidade de vivenciar um outro Ágata, mas lá eu acredito que não foi detonado nenhum processo de mudança, só mesmo aqueles que vieram, ou que testemunharam e que vieram abertos pra isso, porque muitos vem pra ver sua criança, aí viu a criança e sai pra fazer turismo, a gente sabe disso, então o que aconteceu, acho que essa experiência de Donato e Rosa, era interessante, porque eles vieram pra ver a criança, então foi assim... o oba oba né? Na primeira vez que eles vieram, aí eles sentiram que mudaram alguma coisa neles, daí eles vieram a segunda vez, passaram só um dia na comunidade, então o fato de ter almoçado com as crianças, o fato de estar lá presente, de ver que aquilo que eles pensaram como contribuição, que tava sendo colocado em prática, então eles começaram esse processo de mudança, então hoje eles falam de vim fazer um voluntariado na instituição, de passar 15 dias, de não vir só ver a criança, eles querem contribuir não só com o financeiro, mas também querem dar a energia deles, mas isso é uma gota no oceano. (EN 07)

A adoção à distância é mais complicada, a questão dos padrinhos. Na minha visão, os padrinhos são tratados como clientes, pagam e por isso tem que ser bem recebidos, e por que pagam você tem que dar tudo que eles querem, acho que essa é a concepção que se tem hoje. Talvez antes, tínhamos um pouco menos, se respeitava como colaborador, como pessoal que quer ajudar, mas hoje é uma questão de cliente que paga pelo colaborador que está ajudando na comunidade. As crianças são vistas como minha criança, e por que é minha, tenho que ver e receber as notícias. (EN 12)

A visão que o homem italiano e europeu que participa da ONG tem em relação ao seu afilhado, se dá sem muita ligação com o que pretende de fato a Ágata Brasil. Uma entrevistada revela isto ao contar como o padrinho que vem da Itália visitar o “seu” afilhado, se emociona e fica feliz ao saber que ele está inserido na Igreja Católica :

Eu me lembro que uma coisa mais marcante, por que assim, quando você trabalha numa instituição, você precisa fazer também toda a política daquela organização, então assim, eu me lembro de um exemplo marcante que quando um padrinho chegou aqui da Itália e eu fui levar esse padrinho na instituição, e esse padrinho chegou e a criança estava estudando, tava fazendo reforço escolar, e eu cheguei a ele e disse assim: olha o Paulo, aí ele abraçou o Paulo e chorou e eu subi com ela mostrando a instituição e a primeira coisa que eu mostrei foi a igreja, e quando ela chegou na igreja, por que a igreja ficava lá em cima, uma igreja até que eu fui contra a construção por que foi a ... não sei, não tinha muito por que, por que tomou o espaço das crianças, a construção da igreja ficou em cima da instituição, que era um espaço onde as crianças estavam fazendo teatro, e ele tomou, se apropriou e aí eu mostrei a igreja, e quando mostrei a igreja, eles

ficaram maravilhados, aí quando eu disse: Paulo faz catequese aqui, aí ficou mais ainda maravilhado, então como ainda existe essa questão do valor. (EN 01)

A fixação do padrinho em uma determinada criança cria muitos problemas, a exemplo de que há casos em que devido à violência os pais mudam de bairro ou tiram o filho da escola, o que descaracteriza a relação inicialmente estabelecida :

Os padrinhos ainda não perceberam a visão que temos do apadrinhamento, talvez se a gente pudesse estar colocando com mais propriedade e trabalhando para que isso aconteça, possamos conseguir. Mas, e aí se você for perceber, há o processo de substituição, porque por causa da sua condição de vida, as famílias tendem a mudar, elas tendem a sair do bairro pela questão da violência, a criança não interessa mais estar na escola, a gente provoca que essa criança volte à escola, mas nem sempre isso acontece, nem sempre a mãe se sensibiliza, é difícil, as vezes a mãe fala: não quero mais meu filho na escola, e aí do ponto de vista do padrinho, como isso é traumático, é a figura que representa, a ação, não é a ação que representa, a intervenção, é a figura da criança que representa a ação de você dar o dinheiro, e é a representação do assistencialismo. (EN 01)

Outras vezes é o mal-estar que causa em uma sala de crianças pobres o fato de uma ser privilegiada com a visita e com os presentes que os outros não terão, ou a forma como as crianças são abordadas pelos padrinhos visitantes :

Uma outra influência negativa ligada sempre a Itália é a presença dos padrinhos, que vêm « o meu menino », isso sempre foi uma dificuldade que a gente enfrentou no Ágata, eles tem a dificuldade de se desprenderem desse menino para ver os meninos que o Brasil atende, para ver quantos outros meninos, com a ajuda que ele manda, é possível estarem sendo beneficiados. Então eu quero meu menino, eu quero a foto do meu menino, eu quero notícia para o meu menino, eu tenho presente para o meu menino, eu quero ver o meu menino e a gente até hoje caminha nessa direção de ver além, de ver os meninos, quantas crianças ao longo de 12 anos de história de Ágata esmeralda foram beneficiadas e tiveram mudança de vida mesmo e que as pessoas nem sempre se dão conta. Embora é difícil você conter um padrinho que quer dar o dinheiro para a própria família para certificar que o dinheiro vai chegar para ela, é difícil você convencer o padrinho que vem com um presente na mão e que não dê o presente para aquele menino. E eu me lembro já uma experiência esitosa, a relação com Renato e Rosa, já agora a pouco tempo, no sentido em que, também eles chegaram aqui com essa visão, eu vim para ver o meu menino, eu vim celebrar meu matrimônio com esse menino. Por mais que agente tenha preparado antes para não dar presente ao menino, numa sala cheia de crianças ele dá um presente ao menino e um presente que chama a atenção, um urso de pelúcia que não tinha mais tamanho e as outras crianças todas olhando. Então Ir. Cândida naquele momento contornou a situação, fazendo que o urso passasse em mão em mão

para que as crianças percebessem que aquele urso era para todos, e assim, aquele casal saiu dali com uma outra visão, mas talvez porque eles tivessem mais sensibilidade e conseguisse ver além, mais tempo para estar aqui, enquanto com tantas outras pessoas a gente não conseguia ver diferente, então eles voltaram, com outra perspectiva, não olhando o menino, mas olhando a comunidade e isso foi um gesto significativo. (EN 04)

Hoje a gente também vive um momento onde a gente considera importante mudar, a mentalidade do que seja a adoção à distância para os padrinhos italianos. Muitos deles, vêm na criança, um filho e cria-se um vínculo muito forte que em muitos momentos não é saudável. A gente já percebe hoje a mudança de alguns colaboradores, de alguns padrinhos italianos vindos aqui. Talvez pela presença deles aqui no Brasil, eles percebam que o importante não é só as crianças dele, mas que por detrás da criança dele, existe várias outras crianças que são beneficiadas, existe um espaço educativo e assim, eu posso trazer como experiência de Nonato e Rosa aqui no Brasil. Quando eles vieram para vir Melissa e Nerivaldo, que são os afilhados deles, trouxeram muitos e muitos presentes para Melissa e Nerivaldo. E nós fomos visitar o espaço educativo de Melissa e Nerivaldo estudam e quando eles chegaram, os olhos deles se voltaram para Melissa e Nerivaldo e felizes da vida com aquele momento para entregar todos os presentes que eles haviam trazido e as outras crianças tão carentes quanto Melissa e Nerivaldo sentiram não só o presente material, mas também todo carinho, abraço, beijo Melissa e Nerivaldo tiveram. E automaticamente por se tratar de pessoas sensíveis, eles também perceberam isso, e eles pediram desculpa para todos. Desculpa por ter causado esse momento tão constrangedor, onde Melissa teve vários brinquedos e as crianças só olharam e a partir do momento vivido por eles, por isso que eu digo que viver é muito diferente do que se imagina lá, a partir daqueles momentos vividos por eles como eles mudaram a mentalidade, como eles mudaram a forma de pensar, e a partir daquele momento eles adotaram não só Melissa e Nerivaldo, mas toda aquela comunidade, todas as crianças daquele espaço educativo, e eu digo, até da comunidade, famílias, adolescentes porque hoje tem projetos para os adolescentes, eles tiveram a oportunidade de voltar outras vezes, nesse mesmo espaço educativo onde os presentes não vieram da Itália especificamente para Melissa e Nerivaldo mas aqui eles compraram presentes para todas as crianças do espaço educativo, não que o presente em si seja mais importante que qualquer outra coisa, eles foram muito mais além, eles queriam oferecer àquelas crianças, um espaço educativo em que o todo estivesse um ambiente mais saudável para crescer, e hoje eles fazem a reforma que vai atender não só a Melissa e Nerivaldo, porque poderiam se preocupar em fazer uma reforma na casa de Melissa e Nerivaldo, melhor a vida deles, mas foi uma coisa que marcou tanto eles que eles se preocupam em melhorar a vida de todas as crianças e como se torna impossível, melhorar a moradia, eu acho que é quase impossível de setenta crianças, eles melhoram o espaço educativo porque vai atender não só a Melissa e Nerivaldo mas todas as crianças que lá passam. (EN 06)

O Ágata na Itália, acho que também não tem uma proposta de

acompanhamento à esses padrinhos. Primeiro, que tem uma rotatividade. Tem padrinhos que mantêm essa ajuda por muito tempo e têm outros que só por um ano. E quando vem o grupo de italianos, representante dos padrinhos, também têm essa rotatividade. Claro que é bom a cada ano oportunizar que venha um grupo diferente. Mas eu acho que eles também quanto colaboradores precisam ser ajudados a refletir sobre essa ajuda. E quando eles vão às comunidades, eu pude acompanhar algumas visitas. É um pouco estranho. Primeiro que eles são pessoas diferentes, têm um perfil diferente, se vestem diferentes. E a forma que chegam é uma coisa que marcou negativamente foi quando a gente estava num evento cultural, muitas crianças brincando e sorrindo e uma italiana vem colocando o crachá com número em cada criança e batendo uma foto. Aquilo para mim é como se fosse uma foto de presidiário que você bate com um número. Então é uma coisa complicada. Tudo bem que até ela precisava identificar aquela criança para depois saber para quem enviar, mas a forma que acontecia. Por que muitas vezes a criança nem sabe o que é. Ela é chamada no canto para tirar uma foto e alguém diz para ela esse é o seu padrinho. Que padrinho? Por que muitas vezes não tem contato nenhum, não escreve, mas de repente chega aqui como se fosse de pára-quedas e diz: agora sou o seu padrinho, sou eu quem lhe ajuda. E às vezes até distante da realidade daquela criança. Presentear é importante é, mas se ele ajudasse uma Instituição de fato, ele ia ter uma preocupação com a Instituição. É algo até possessivo, por que muitos dizem: é o meu filho. E quando não é verdade, o sentido de filho vai além de uma ajuda mensal, de alguns euros.(EN 10)

Uma técnica estima que se o PAE se impuser perante a sociedade organizada, poder-se-ão encontrar novas formas de apoio financeiro, no próprio Brasil, superando-se a estratégia da adoção à distância :

A relação Ágata e pessoas públicas e políticas essa eu não vi muito forte, mas acho que o peso que o projeto Ágata tem na sociedade ele começa agora a atrair essas pessoas né?, mas por interesses individuais dessas pessoas de querer aparecer e não pelo interesse coletivo de promover essas crianças. Por isso é que eu acho que as relações poderiam se dar de uma maneira diferente beneficiando o projeto Ágata no sentido de expandir esse ideal de promoção humana, talvez assim a gente não precisasse de tantos padrinhos na Itália, talvez conseguisse o apadrinhamento de empresas aqui, conseguisse leis que beneficiassem essas crianças, mas essas relações não se dão com constância e isso prejudica. (EN 03)

Quanto aos benfeitores da Itália nós tivemos até uma idéia que estamos até para discutir com a nova direção. É que na medida do possível, essas pessoas que vêm aqui nos visitar, esses padrinhos, esses colaboradores, eles pudessem não só estar dentro dos espaços, mas pudessem estar também em alguns momentos, como esses do encontro para planejamento, dos encontros com outras Organizações para mostrar que o trabalho pretende se estender e pretende também ter outros parceiros porque isso também é importante. (EN 05)

Propõe-se que haja uma maior articulação entre o que se faz no Ágata Brasil com o Ágata Itália, visto que esta privilegia sempre o lado da miséria e da pobreza para facilitar o apadrinhamento das crianças, fazendo-lhe ver inclusive a forma como a Ágata Brasil tem percebido a questão :

Na hora de mostrar a miséria, há a notícia. Se for para adotar então mostra a miséria. Mas não têm a mínimo compromisso de mandar para os padrinhos o acompanhamento daquela criança, do desenvolvimento daquela criança, como cresceram, quais foram as mudanças que conseguiram proporcionar aquela família. E isso não tem. Mas na hora que dizem vamos adotar mais criança aí coloca ficha, preenche rápido, aí relata as misérias, as dificuldades e tal. Mas depois o retorno precisa estar ali sempre em cima pedindo. E o que é mais interessante, de muitos dirigentes italianos, não enviam os padrinhos com uma certa frequência, por que? Eles só conhecem as duas realidades a de lá, e a daqui. Tem essa dificuldade de enviar, então vem sempre a história dos padrinhos saberem das notícias. E tem outra coisa, a dificuldade de acompanhamento. (EN 08)

Acho que não podemos negar o benefício que esse apadrinhamento traz para as nossas crianças no Brasil. Acho que isso é um fato que até precisa ser destacado por que é significativo, pessoas, já tive a oportunidade de ir à Itália, que não às vezes uma situação financeira melhor, mas que se preocupa com a situação das crianças brasileiras. Essa relação é positiva. Agora, quando isso vem para o Brasil, a forma que vêm, eu acho que ela poderia ser melhor trabalhada por que não importa, essa coisa de quem adota, ter uma criança como referência é um pouco complicado por que pode ser necessária, inclusive precisa-se refletir um pouco mais isso. Por que quem ajuda, quer saber o que está ajudando e a quem está ajudando. (EN 10)

É uma ajuda que é bem-vinda e necessária. Só que não basta ver o padrinho como um financiador. Acho que essa visão precisa ser refletida. Será que vêem eles como apenas alguém que me dar dinheiro. Até por que muitos até colaboram com essa visão. Por que eles chegam aqui, como se fosse banco. Distribuindo dinheiro; um real aqui. Os meninos pedem, e quando vai lá na comunidade: ah me dá R\$ 1,00. Já os vi tirando do bolso e dando. Isso é um inconveniente nessa relação. Já que o Ágata tem essa preocupação com a promoção da criança, com a transformação (EN 10)

Uma entrevistada, contudo, não coloca maiores problemas quanto ao apadrinhamento, considerando que a questão flui sem maiores conflitos :

A adoção à distância que é um modo de ajudar claramente a criança, ficando no seu país, e ela recebendo essa ajuda, que não é só para ela, é para a família e para toda a comunidade. Isso despertou muito a ajuda de pessoas que gostariam de ajudar e não sabiam como fazer um trabalho social. Então daí surgiram na própria comunidade alguns voluntários. Inclusive muitos grupos começavam como voluntários, e às vezes não sabiam fazer o trabalho por falta de orientação. Essa adoção sempre foi vista no Ágata, não como uma ajuda só para a criança, é uma ajuda

também para os padrinhos da Itália, no sentido do pessoal do 1º mundo se conscientizar das necessidades que passam fora do mundo deles, que é um elo bem concreto entre o 1º mundo e nós aqui. (EN 11)

4.3. Síntese do Discurso das técnicas e/ou educadoras brasileiras entrevistadas

Uma análise dos discursos resultantes das entrevistas realizadas com as técnicas e/ou educadoras da ONG Ágata Esmeralda que atuam na linha de frente do Projeto na Bahia, dando o apoio e a sustentação às entidades que se encontram conveniadas, nos permitiram resgatar as seguintes categorias: as razões para o engajamento na ONG Ágata Esmeralda; os desafios iniciais do engajamento na ONG Ágata Esmeralda, dificuldades e experiências angustiantes; as experiências iniciais reconfortantes; os objetivos da ONG Ágata Esmeralda. Outras categorias são os objetivos e os princípios de ação, a evolução da Ágata Esmeralda e problemas enfrentados, e o relacionamento com os dirigentes da Itália. Entre as razões que levaram as técnicas e/ou educadoras do Ágata Esmeralda, na Bahia, a ingressar na ONG trazida da Itália : oito (8) entrevistadas apontam como motivo de engajamento a identificação com o trabalho e realização pessoal e profissional; sete (7) se referem ao atendimento a um convite pessoal e seis (6) assinalam a influência da Universidade. No tocante às dificuldades e experiências angustiantes enfrentados nos primeiros dias de implantação do projeto. Vemos que se destacam as dificuldades inerentes às instituições orientadas (onze (11) entrevistadas cada), as relações conflituosas de diversos matizes (sete (07) entrevistadas), a inexperiência das entrevistadas diante das tarefas assumidas (seis (06)) e por fim a indignação e o choque diante das situações sociais testemunhadas (cinco (05) entrevistadas). As técnicas e/ou educadoras afirmam que a sua trajetória e ação na ONG Ágata Esmeralda proporcionou-lhes experiências bastante interessantes e reconfortantes, quer em termos de mudança pessoal (dez entrevistadas), quer de mudança dos agentes ou responsáveis pertencentes às instituições conveniadas (dez entrevistadas). Qualificam também como reconfortantes os resultados obtidos que foram motivos de satisfação (seis entrevistados), enquanto quatro (04) entrevistadas falaram de mudanças provocadas, ao longo do processo, na própria ONG; a análise de conteúdo do discurso das entrevistadas nos revela que quanto aos objetivos de ação da Ágata Esmeralda predominam dois elementos : a importância da ação educacional e do espaço educativo (todas as doze entrevistadas) e a organização coletiva e projeto participativo (nove entrevistadas). As técnicas e/ou educadoras apresentam um ressignificado da educação, entendida não só como o espaço escolar, mas como “espaço educativo”, que passa a ser um trabalho complexo e global de formação e de promoção não só das crianças, como de suas famílias, das comunidades, dos agentes ou responsáveis, das próprias técnicas e daqueles que dirigem a ONG. Percebe-se contudo um terceiro elemento, mais forte no início do projeto, elemento

que pode ser caracterizado por incertezas e falta de clareza quanto aos próprios objetivos.(sete entrevistadas). Em relação à evolução histórica da ONG Ágata Esmeralda podem-se identificar nos discursos das técnicas e/ou educadoras da ONG problemas candentes, que chamam a atenção do pesquisador, e que dizem respeito ao relacionamento com a Igreja (todas as doze entrevistadas), a desafios emergentes de natureza diversa (oito entrevistadas) e à tendência ao assistencialismo (05 entrevistadas). Referindo-se ao relacionamento com os dirigentes da Itália, prevalece o discurso de que esse relacionamento se dá com base em um choque de culturas e de visões sobre a forma de conceber e conduzir os trabalhos. Outro fator bastante interveniente é a postura dos padrinhos e a visão deles que as técnicas e/ou educadoras têm construído, sempre de forma crítica, o que merece considerações de dez (10) entrevistadas: enquanto a Ágata Itália insiste em ver o apadrinhamento como uma relação a dois (padrinho e afilhado), as técnicas e/ou educadoras evoluíram conceitual e operacionalmente: há uma pobreza mais geral, uma educação mais comunitária e participativa a ser desenvolvida, o que torna inoportuna e inadequada a tradicional visão de educação à distância.

4.4. Síntese geral dos dados apresentados

Tendo em vista os dados apresentados à saciedade neste capítulo, pode-se para efeito de uma compreensão mais global da análise realizada, propor a seguinte síntese : considerando a pobreza e a exclusão social das crianças brasileiras, que levam à dificuldade de ingressar numa escola e portanto de ter acesso à educação, a ONG Italiana Ágata Esmeralda se propõe a oferecer a estas crianças, em situação de risco social, uma alimentação sadia, uma educação escolar e os necessários cuidados médicos. O caráter pedagógico da iniciativa, que visa implementar um projeto de adoção à distância, é visto como uma experiência que pode levar os jovens italianos a uma educação para a mundialidade. Pressupunha-se que com a adoção à distância se estabeleceria uma ligação estável (afetiva e econômica) que permitiria trazer uma criança do terceiro mundo, de modo simbólico, para a casa do adotante europeu, o que permitiria o crescimento, sobretudo nos jovens italianos, de valores cristãos e ajudaria a formar uma nova mentalidade voltada para a solidariedade mundial e o repúdio do consumismo. Vê-se também a iniciativa como importante para tirar da cadeia, no terceiro mundo, jovens inocentes, libertando-os do risco da pedofilia e do turismo sexual. As razões propostas fazem parte da luta contra o aborto, que teria sua motivação maior no anseio do amor pela vida e o desejo de vê-la respeitada e acolhida, a começar por velar por quem ainda não nasceu. Portanto a luta contra o aborto, ideário do *Movimento per la Vita*, associação da qual nasceu o Projeto Ágata Esmeralda, se

associa à vontade e à ânsia das famílias italianas pela adoção de crianças oriundas de regiões mundiais em conflito ou em subdesenvolvimento. A iniciativa tem o apoio e a cumplicidade da Igreja Católica. Neste quadro de referências, acena-se com o desejo de trabalhar com as crianças de acampamentos dos Sem Terra e com crianças indígenas. Quanto aos dirigentes que vivem no Brasil, o que mais importa, além de obter recursos para a alimentação, a educação e a saúde, é a preocupação com um trabalho de educação que permita realizar ações solidárias de maior significado e duração no tempo, superando a visão assistencialista e de cunho religioso. Para eles o importante será portanto a possibilidade de se engajar, sempre mais concretamente, num trabalho de base que permita garantir, através da educação, a dignidade das crianças. Outro aspecto, atrelado à idéia de adoção à distância, é o que vê a criança adotada como símbolo da necessidade de uma mudança de mentalidade dos interessados e engajados neste processo, apresentado pelos dirigentes no Brasil, e que pretende mostrar aos adotantes que o caminho para a justiça é ainda muito longo não se restringindo a um plano de curto prazo e que a estrutura de poder existente no Brasil leva aos poucos à perda da esperança de mudanças significativas no quadro da pobreza. Nos depoimentos analisados, chamam a atenção, pela frequência, os agradecimentos e a gratidão declarada pelos dirigentes que vivem no Brasil quando se dirigem aos adotantes, agradecendo pela ajuda recebida, ressaltando a necessidade de ser contínua e regular, o que permitiria portanto planejar as ações com uma certa tranqüilidade e por um tempo maior.

Quanto às concepções externadas pela Secretaria Geral Executiva da ONG no Brasil, especificamente em Salvador, Bahia, na categoria “educação nas escolas”, vem sendo proposto aos parceiros do PAE desenvolverem juntos um projeto de capacitação de recursos humanos e acompanhamento pedagógico sistemático considerando a realidade local, tendo como contraponto a globalização da economia, as novas tecnologias e um novo conceito de interatividade. Realça-se a importância do diálogo e da negociação, para superar o conceito de dominação, e do lúdico como elemento fundamental de uma escola que ensine a mediar. Quanto à categoria “educação e organização da comunidade”, os dirigentes são incentivados a participar ativamente da elaboração de políticas públicas que se refiram às necessidades e/ou às aspirações das comunidades, sendo que a Secretaria se propõe a orientar, organizar e sistematizar as ações e as muitas formas de enfrentamento. Quanto ao item “educação infantil e básica na comunidade” retoma-se a necessidade da construção de uma educação de qualidade e de uma reflexão quanto à identidade das escolas comunitárias, propondo um conceito de escola vista como “oásis”.

Por fim, de acordo com os discursos resultantes das entrevistas realizadas com as técnicas e/ou educadoras da ONG Ágata Esmeralda, vê-se que, entre as razões que levaram as técnicas e/ou educadoras do Ágata Esmeralda, na Bahia, a ingressar na ONG trazida da Itália, a identificação com o trabalho e a realização pessoal e profissional, o atendimento a

um convite pessoal e a influência da Universidade. No tocante às dificuldades e experiências angustiantes enfrentadas nos primeiros dias de implantação do Projeto, destacam-se as dificuldades inerentes às instituições orientadas, as relações conflituosas de diversos matizes, a inexperiência das entrevistadas e, por fim, a indignação e o choque diante das situações sociais testemunhadas. As técnicas e/ou educadoras afirmam que a sua trajetória e ação na ONG Ágata Esmeralda proporcionou-lhes experiências bastante interessantes e reconfortantes, quer em termos de mudança pessoal, de mudança dos agentes ou responsáveis pertencentes às instituições conveniadas, quer em termos de mudanças provocadas, ao longo do processo, na própria ONG. Quanto aos objetivos de ação da Ágata Esmeralda, predominam dois elementos : a importância da ação educacional e do espaço educativo e a organização coletiva e projeto participativo. A educação é ressignificada e a escola entendida não só como o espaço escolar, mas como “espaço educativo”, complexo e global de formação e de promoção não só das crianças, como de suas famílias, das comunidades, dos agentes ou responsáveis, das próprias técnicas e daqueles que dirigem a ONG. Em relação à evolução histórica da ONG Ágata Esmeralda, podem-se identificar problemas que dizem respeito ao seu relacionamento com a Igreja, a desafios emergentes de natureza diversa e à tendência ao assistencialismo. Referindo-se ao relacionamento com os dirigentes da Itália, prevalece o discurso de que esse relacionamento se dá com base em um choque de culturas e de visões diferentes sobre a forma de conceber e conduzir os trabalhos. Outro fator interveniente é a postura dos padrinhos e a visão destes que as técnicas e/ou educadoras têm ressignificado, sempre de forma crítica, no sentido de rever a concepção tradicional de adoção como uma relação apenas biunívoca (padrinho/afilhado) em favor de uma visão mais comunitária dessa relação.

Capítulo V

INTEGRAÇÃO E interpretação dos resultados

Este capítulo tem como finalidade integrar e interpretar os resultados obtidos a partir da análise dos discursos dos dirigentes italianos da ONG Ágata Esmeralda, das concepções expressas pela Secretaria Executiva da ONG na Bahia e das técnicas e/ou educadoras que atuam como intermediárias entre a ONG em estudo e as instituições ou comunidades conveniadas. Procurar-se-á fazer isto levando-se em conta as sínteses apresentadas ao final de cada grupo de análise de dados do capítulo anterior, dados apresentados, ciosamente, de forma analítica, e a discussão teórica estabelecida no segundo capítulo deste estudo. Ao mesmo tempo ter-se-ão sempre em relevo os objetivos propostos a esta tese, atuando eles como elementos norteadores da produção de resultados e de sua integração aos propósitos da própria tese.

Vimos que o nosso estudo mostra-se relativamente complexo, considerando que procuramos resgatar as idéias e pressupostos dos dirigentes da ONG na Itália, dos dirigentes e principais responsáveis pela Secretaria Executiva da ONG na Bahia e dos técnicos (as) e/ou educadores que colocaram e vêm colocando em prática a proposta do Projeto. Se esta diversidade aponta em direção a uma múltipla e rica perspectiva de análise, também requer do pesquisador um redobrado cuidado para evitar a fragmentação e a dispersão, não só na coleta de dados como também na sua compreensão e interpretação. Procuramos superar tal desafio fazendo um estudo em profundidade e dando a palavra, o máximo possível, aos atores sociais em evidência nos três espaços de pesquisa referidos.

A interpretação dos resultados dar-se-á tendo-se em conta a hipótese e os objetivos de estudo, configurados no primeiro capítulo desta tese, que fazemos questão de repetir:

- ✎ Definir os pressupostos que norteiam as ações da Associação Ágata Esmeralda/Projeto Ágata Esmeralda (PAE) em relação à educação e promoção das comunidades periféricas da Bahia (5.1);
- ✎ Analisar se a pressão avaliativa neoliberal dos organismos financiadores e a pressão dos próprios princípios identitários das ONGs cooperam à criação, manutenção e revisão

desses mesmos princípios identitários (5.2);

✎ Identificar as concepções da ONG, quanto à ação educativa por ela desenvolvida (5.3).

5.1. Os pressupostos norteadores e subjacentes ao Projeto

Tendo-se em conta o discurso dos dirigentes italianos, em relação às razões da existência do Projeto Ágata Esmeralda, vê-se que eles têm como pressuposto uma idéia de pobreza, registrada em artigos e depoimentos, que fundamenta toda a sua atenção em favor das crianças. Trata-se de uma visão assistencialista, que decorre de uma campanha mais ampla realizada na Itália contra o aborto e em defesa da vida. Dar atenção à pobreza seria uma estratégia lógica de uma acirrada campanha contra aquele gesto que era condenado como um crime irreparável, o aborto.

Daí, o enfrentamento da pobreza passar a ser motivo de uma cruzada em que a estratégia passa a ser a adoção de crianças favelizadas de Salvador. Os italianos são assim convocados a essa empreitada, a colaborarem com o “Movimento per la Vita”, em prol das crianças baianas de Salvador e de outros países vítimas de guerras ou de convulsões sociais. (TOSCANA OGGI, 1993, 1994, 1996, 2000, 2001, 2003 *passim*; PASSALEVA, 1993) A esta iniciativa dá-se um caráter religioso: estar-se-ia mostrando fé em Deus, multiplicando a vida em abundância. Aqui, dois pontos chamam a nossa atenção, que é a relação metafórica que se estabelece entre aborto/luta pela vida/adoção de crianças pobres. Há todo um jogo semiótico em que os conceitos e a realidade se conjugam e, paradoxalmente, se contradizem na construção de um discurso de cunho sócio-religioso e moral: “aborto/morte/pobreza” ou “pobreza/morte/aborto”, confrontados com o binômio “vida/adoção”.

A convocação do povo italiano, pelos dirigentes italianos da ONG Ágata Smeralda, nos projeta de retorno ao estereótipo da conquista da América, tendo-se como pano de fundo o ideal religioso (HORNAERT, 1977; AZI, 1987). Naturalmente, que se está diante de um novo contexto, mas o referencial é o mesmo. A Península não é mais a península ibérica, mas a itálica; as lentas caravelas cedem o seu lugar aos aviões supersônicos e à Internet. O discurso é semelhante: mudar os caminhos simultaneamente, da própria Itália e do país que se encontra além-mar.

É-se convidado a ressignificar o discurso da ideologia humanitária proposta pelo Projeto do “amor pelo homem”. Jesus deu sua vida para todos... dizem os promotores do Projeto de Adoção à distância. - E você vai fazer o que? Vai deixar o irmão morrer ou vai ajudar? Vai querer ser um “beato” ou vai virar a cara?”. Parece portanto estar aqui, no resgate do homem pelo amor ao evangelho, a oportunidade para os adotantes entrarem em um grande projeto de salvação/desenvolvimento, que sempre esteve no âmago da cultura cristã-européia, para com o outro mundo. *Mutatis mutandi*”, configura-se o europeocentrismo apoiado pelo espírito missionário do cristianismo.

Percebe-se que há uma estreita relação com a Igreja Católica, que vinha se consolidando, desde que o *Movimento per la Vita* na Itália, assumiu como bandeira a luta contra o aborto, em favor da vida “do concebimento à morte natural”. Esta ligação é abraçada e referendada pelo Cardeal da Bahia, que lhe abriu as portas, entregando ao Projeto, em Salvador, diversos espaços de matriz religiosa e católica, a exemplo de paróquias e obras assistenciais mantidas pela Igreja Católica.

A relação com a Igreja Católica retoma, desta forma, o posicionamento histórico da conquista do Brasil pela coroa portuguesa; ele se consolida na sociedade civil brasileira, que apoiava, no antigo “padroado” do século XIX, as iniciativas de um Estado em construção. Mais recentemente, a partir da década de 70, quando as ONGs cresceram e se organizaram com o respaldo desta mesma Igreja, na tentativa de amparar as comunidades consideradas carentes ou “marginalizadas”, como nos faz ver Landim (1995).

Olhando-se as razões apresentadas pelas técnicas e/ou educadoras que se encontram à frente da ONG, percebe-se que há muitos elementos comuns com os pressupostos e anseios dos dirigentes italianos. A maior parte delas, coloca como razão maior do engajamento no projeto a sensibilidade para com a pobreza das crianças e o fato de possuírem uma história de engajamento sócio-religioso em suas comunidades de origem.

Parece-nos importante aprofundar neste momento uma preocupação da Associação Ágata Esmeralda na Itália e que se reflete no Brasil, quanto aos temas do aborto e do turismo sexual. É notório o esforço que a Igreja Católica desenvolve, sobretudo nos países considerados católicos, para que se qualifique o aborto como crime, visto portanto como destruição da vida humana, como equivalente ao homicídio. Ryan (1999, p. 125) afirma que as opiniões sobre a questão do aborto “são condicionadas por algumas das mesmas atitudes e ensinamentos da Igreja sobre sexo e sexualidade”, sendo que o debate sobre “se o aborto é ou não a destruição de uma pessoa torna a questão altamente emocional e controvertida. No centro da polêmica está a pergunta: quando começa a vida humana?”

Sem entrar no mérito da pergunta ou da questão, os dirigentes italianos do Projeto, desde o início, vêm no Projeto, nascido do ventre do *Movimento per la Vita*, um meio de se engajarem, junto com a Igreja, na defesa do feto. Em dos seus artigos já citados, o prof. Barsi, lembrando madre Teresa de Calcutá, diz para os leitores/adotantes, que: “a criança que ainda não nasceu é o mais pobre entre os pobres”, e que no Brasil a luta para o direito à vida terá de ser assumida em favor, tanto das crianças ainda não nascidas, como daquelas nascidas, porque: “também estas são as vítimas de uma espécie de aborto *post partum* que se realiza por meio de sua expulsão da sociedade” (BARSÌ, Toscana oggi, 19 de set., 1993, p. 04).

As próprias técnicas e/ou educadoras entrevistadas afirmam não ter percebido, nos discursos dos dirigentes italianos, uma preocupação em conhecer as discussões sobre o aborto no Brasil, assim como não detectaram, em momento algum, uma preocupação com a realidade da periferia de Salvador, com relação ao aborto, e, sobretudo, em relação às mulheres, que afinal de contas são as mais afetadas pelo problema. Como relata (RYAN, 1999, p.126), “Há muitas mulheres católicas para as quais a questão do aborto é mais uma situação na qual um clero exclusivamente masculino e celibatário está ditando aquilo em que alguém deve acreditar e praticar, quando de fato são as mulheres as vítimas dessa atitude autoritária”. A preocupação do Projeto parece se pautar para manter, também no Brasil, as concepções e a filosofia do *Movimento per la Vita* da Itália, que claramente se declara “contra o aborto e em favor da vida, do nascimento à morte natural”.

Entretanto, estes mesmos dirigentes, que afirmam conhecer a realidade, em nenhum momento se perguntam: o que a mulher pensa sobre isso tudo? Eles abraçam a tese da Igreja e do *Movimento per la Vita*, desprezando discussões e debates que existem na própria sociedade brasileira, apontados, inclusive, pelo próprio Cardeal Neves. Uma organização social, um movimento leigo como o *Movimento per la Vita* e o seu braço operacional no Brasil, o Projeto Ágata Esmeralda (PAE), aceitam sem debates ou dúvidas, a tese da Igreja pois, como escreve Ryan (1999, p. 127), “O controle da natalidade, o aborto e a homossexualidade, continuam a ser intrinsecamente erros e distúrbios, apesar das pesquisas dos sociólogos, cientistas ou psicólogos. Por causa disso, as doutrinas oficiais são freqüentemente desprezadas pela população instruída”.

Com relação ao turismo sexual, tema tratado nas conversas entre técnicas do PAE, dirigentes italianos e padrinhos em visita à Bahia consideram, como relatado por várias das entrevistadas, que, se de um lado, é louvável esta sensibilização feita na Itália, com mostras itinerantes, cartazes e panfletos, do outro lado, não se percebe, nos escritos dos responsáveis italianos, uma clara consciência do problema nos seus vários desdobramentos e quais as

estratégias, para que o objetivo da erradicação do turismo sexual tenha êxito. É uma denúncia e, como tal, ou leva a desdobramentos e a uma ação concreta, ou então se torna, sobretudo, uma estratégia de marketing. De fato, não se tem registro de que os dirigentes ou a própria Associação *Ágata Smeralda* desenvolva articulações, nacionais ou internacionais, para um trabalho de prevenção, de tutela e de reinserção na sociedade, das vítimas.

Ao ler os artigos e os documentos, assinados pelos dirigentes italianos, tem-se a impressão, de que a Associação *Ágata Smeralda*, como ONG, tenha um caminho solitário, no cenário da cooperação italiana. De fato, as ações contra o turismo sexual, desenvolvidas em território italiano, não são planejadas e executadas em conjunto com outras associações ou com outros movimentos que partilham das mesmas preocupações. A adoção de crianças nas favelas da Bahia, na sua quase totalidade de até 7/8 anos, portanto, ainda ligadas à família, seja qual for a família, precisam, mais de que campanhas contra o turismo sexual, de uma proposta educativa que as mantenhas na escola e em uma escola de boa qualidade, que facilite seu crescimento e sua autonomia, afastando-as do perigo de um turismo perverso.

Percebe-se então que, em um primeiro momento, a preocupação se dá em torno da questão da fome, da exclusão social, da morte/aborto que ronda os que vivem nas periferias dos países mais pobres. Esta preocupação vai trazer consigo dois elementos que estarão presentes, como conflito, durante o tempo inteiro, na avaliação das ações desenvolvidas e na luta por um trabalho que conduza à autonomia das pessoas atendidas: de um lado a forte presença da Igreja e de outro lado a forte tendência à caridade e ao assistencialismo. Será difícil fugir da tendência da Igreja para substituir um Estado, cada vez mais ausente da sociedade civil (AZI, 1987; LEONARDIS, 1998; NANDY, 2000).

Este binômio, Igreja/assistencialismo, se manifesta pelo não dito ou não escrito. De fato não há nenhuma palavra, nos documentos analisados, que demonstre uma tomada de posição frente à injustiça encontrada; uma reflexão que ajude o leitor longínquo (italiano) a uma tomada de consciência diante da violência da situação; uma denuncia de uma opressão que vem se perpetuando há séculos. Tem-se a impressão de que o que interessa ao visitante não é entender a realidade como diferente, que necessitaria de uma aproximação cuidadosa, mas a possibilidade de vender uma imagem que permita mostrar como a própria presença de um Projeto de “adoção à distância”, pode resolver esta situação de miséria quase num passe de mágica, somente oferecendo uma ajuda, como um presente, sinal e anúncio de libertação.

Parece, portanto, que o ideal humanitário, base da construção ideológica do Projeto, proposto como valor a ser perseguido em busca da construção da cidadania, contribua ao contrário para mercificar as tragédias e o sofrimento das pessoas transformando-as em mercadoria de consumo conforme a lógica do mercado, como sublinha uma técnica

entrevistada, “O processo de adoção à distância é mais uma forma de captação de recursos” (EN 03).

O que se realça, portanto, nos depoimentos e nos escritos, é a miséria do Brasil, suas mazelas, sem acenar para uma trajetória histórica que permita entender quais os mecanismos que levaram o povo a uma tal situação de miséria e de exclusão. Torna-se prioritário para os depoentes, indicar e sugerir, que o PAE leva a esperança de um futuro melhor: “Das favelas do Brasil, dos muitos lugares onde o homem vive na pobreza e na opressão - com o Projeto Ágata Esmeralda - renasce a esperança que Cristo é realmente ressuscitado” (BARSÍ, Toscana oggi, 12.04.98, p.II).

Este fato foi comentado nos depoimentos das educadoras/técnicas que não escondem a amargura de que tal inserção na realidade local não tem acontecido: “...a nossa intenção não é só transformar a vida das pessoas daqui, mas também ajudar as pessoas na Itália ... ajudá-los também a perceber que existe um outro mundo, e que um outro mundo é possível também na cultura” (EN 04). Entretanto, esta possibilidade parece ser ainda distante: “Não existe uma preocupação com o conhecimento de realidade, não existe uma preocupação com unidade de discurso”, segundo os técnicos, a preocupação com formação que se teve aqui, não se tem lá, e “aí fica meio difícil por que as concepções de mundo são diferentes e obviamente vão ter conflitos de pensamento” (EN 03).

A preocupação dos dirigentes se concentra muito mais em comentar o crescimento do Projeto, reafirmando sua “presença generosa” (BARSÍ,1998) e enaltecendo o trabalho dos missionários, do que em apresentar uma válida proposta educativa. O chamado tem sempre uma finalidade: o pedido de ajuda; enquanto a solidariedade é vista sempre como doação de algo, no caso, a adoção de uma criança. Escreve Deriú (2001):

As ONGs e as associações que trabalham em projetos de emergência, encontraram nas 'crises humanitárias' a fonte da riqueza... Assim muitas delas renunciaram a tomar posição ou a denunciar as violências, os massacros e limpezas étnicas para salvar seus interesses; às vezes mostraram uma atitude de conservadorismo político e de subserviência para com os poderosos locais (DERIÚ, 2001.p.31).

Algumas das técnicas entrevistadas relatam esta divergência de opinião, com relação à pobreza e ao modo como vem sendo apresentada pelos dirigentes italianos. Enquanto outra

relata até alguns encontros, de que teve oportunidade de participar com os adotantes e os dirigentes do PAE na Itália, onde o que se reforçava era uma visão de miséria voltada para a arrecadação de recursos (EN 07).

Nesta perspectiva, sublinha Marcon (2002, p. 60): “Do porque das desgraças, quem seja o responsável raramente se fala; no cartaz fica o rosto sofrido das crianças despersonalizado, descontextualizado que comove e te convence a abrir o bolso”. Parece afinal que exista uma “publicidade humanitária” que através da mídia, nas suas várias formas jornais, revistas, vídeos, campanhas consegue simplificar a miséria e vendê-la como um produto (o financiamento da ação humanitária).

A luta pela autonomia de muitas organizações não governamentais, entre as quais a *Ágata Esmeralda*, tornar-se-ia um processo permanente, como se depreende dos sucessivos depoimentos dos técnicos e/ou educadores do Projeto, ao se sentirem incomodados pelo espírito colonizador dos dirigentes italianos. Há um claro choque de visões de mundo e de códigos ou de estruturas culturais expressa por todos os técnicos, o que se torna ainda mais agudo diante da alienação assistencialista dos padrinhos que adotam crianças baianas, segundo (83%) dos técnicos.

Depreende-se também dos discursos, tanto dos dirigentes italianos quanto das técnicas e/ou educadoras, que a razão maior, inicial, da Associação *Ágata Esmeralda*, pouco ou nada tinha a ver com a educação das crianças e famílias. Os dirigentes italianos destacam a falta de alimentação, as técnicas e/ou educadoras se sentem movidos pelo quadro de pobreza. A questão da educação, é restrita à idéia de “educação dos jovens” para a mundialidade, à medida que as famílias italianas se decidam a abraçar, pela adoção à distância, as crianças famintas do Brasil..

Nesta conceituação de educação para a mundialidade, dirigida aos jovens italianos e às suas famílias (TOSCANA oggi, 1996; 2000), alguns elementos se repetem: reforça-se o tipo de relação, como “uma ligação estável e duradoura à distância” (TOSCANA oggi, 1993); qualifica-se o objeto desta atenção como “uma criança do terceiro mundo”; explicam-se os elementos que permitem o conhecimento, “a foto da criança, as notícias periódicas sobre sua vida, sua família, suas dificuldades, seu crescimento”.

Na perspectiva dos dirigentes italianos, o testemunho de visitantes e as entrevistas com os responsáveis seriam suficientes para o desenvolvimento de uma solidariedade universal, por parte de uma criança italiana e de sua família, que quase como num passe de

mágica, ao ler estas notícias ou ao ouvir os relatos, modificaria seu próprio estilo de vida, permitindo então, “se abrir aos mais profundos valores humanos e cristãos”, afirmação que contemplaria esta desejada mudança de mentalidade.

Entretanto, quem melhor explica, nesta relação norte-sul, matriz-filial, os valores de uma educação, fundamentada na atenção aos outros e na busca da cidadania, são os dirigentes e voluntários italianos que operam na Bahia e que são chamados a escrever ou a dar depoimentos sobre o PAE. Estes voluntários parecem encarnar a tradição colonial, que porquanto paradoxal, mostra como alguns estrangeiros têm conseguido entender a colonização como violência, colocando-se, portanto, abertamente na defesa dos oprimidos: índios e negros (BOSCOLO, 1992).

Numa sociedade neoliberal esta presença estrangeira, pode continuar a tradição do colonizador e, portanto, como bem afirmam Dupas (1999) e Gentili (1995), consolidar a exclusão, com todas suas conseqüências; ou, de forma diversa consegue se encarnar numa realidade diferente, superando os limites da cultura, do espaço e do tempo, que Husserl (BELLO, 1998), resume o conceito de “distância”, como capacidade de se moldar diante de uma experiência concreta, superando assim a idealização que está na base da mentalidade ocidental eurocêntrica.

A perspectiva de Tonucci (TOSCANA oggi, 1993) é muito clara, a ajuda terá que ser vista numa perspectiva de autonomia, portanto numa perspectiva de transitoriedade, pois ela é importante enquanto prepara: “...a não precisar da ajuda externa”, perspectiva nunca colocada abertamente nos artigos e nas cartas dos dirigentes italianos, que fundamentam os objetivos do Projeto e a relação com os adotantes. As próprias técnicas e/ou educadoras repetem e insistem na necessidade de uma formação que leve à autonomia (EN 03; EN 12), perseguindo o objetivo da autosustentabilidade (EN 03; EN 08; EN 06)

Ainda o próprio Tonucci (TOSCANA oggi, 1993), relatando a experiência de Camaçari, município da região metropolitana de Salvador, onde o Projeto, na sua expansão, veio a se implantar, afirmou pretender esclarecer os adotantes de que, “uma iniciativa que deseja ajudar, tem de respeitar a cultura das crianças e de suas famílias”, não somente como desejo e sim na sua prática operacional.

Depois de explicar a situação do mundo, cujo bem-estar de poucos “é construído na exploração, na miséria e na fome do terceiro mundo”, diz que não basta calar a consciência

frente aos graves problemas mundiais com uma oferta generosa; é importante cooperar com uma iniciativa que pretende, como sinal de solidariedade ajudar as crianças e suas famílias no seu país, na sua cidade.

O autor propõe então sua experiência de implantação do Projeto como um das práticas de operacionalização, que se preocupa com o respeito das famílias e dos meninos aos quais o Projeto será destinado. Seu relato começa mostrando a situação caótica do Município de Camaçari, o problema do desemprego e sua vinculação com o Pólo Petroquímico: “As fabricas são altamente poluidoras, a criminalidade aumenta a cada dia. Dados do governo mostram como 35% da população vive na miséria. Tudo isso se reflete naturalmente nos emarginados e nas crianças”.

O relato mostra como na paróquia padres e leigos trabalham em conjunto, e não se poderia tomar uma iniciativa como esta sem ouvir a comunidade. Esta gerenciava a ajuda aos pobres e era a comunidade que solicitava, também aos padres, ajuda complementar, caso faltasse, porque a comunidade sabia que eles recebiam ajuda de amigos do exterior, “portanto o discurso da adoção a distância entrou neste contexto”. O Padre relata um debate, no qual foi apresentado o Projeto, que permitiu fornecer “esclarecimentos, também porque a preocupação de todos era de evitar um fácil assistencialismo, um descompromisso dos participantes da comunidade e ao mesmo tempo não se queria facilitar um descarrego de consciência por parte dos adotantes/contribuintes do exterior” (TONUCCI, Toscana oggi. 05.12.93,p.II).

O depoimento reflete uma didática da intervenção na comunidade, sem agressões e imposições, com o respeito devido às pessoas e aos grupos, quase um trabalho de etnopesquisa, no qual o animador consegue encaminhar uma proposta de trabalho que desvele como diria Gadamer (1984), o sentido da vida naquele contexto. De fato, o relato explicita os passos efetuados, os encontros realizados, as decisões tomadas para se chegar à implementação do Projeto junto à comunidade. Como primeira ação: “as crianças a serem adotadas serão escolhidas pelos próprios animadores de cada comunidade, depois de contatos com sua família”; cada líder da comunidade, comprometido com a iniciativa, se tornaria responsável por uma adoção “se comprometendo a ajudar não somente a criança mas também sua família”. A ajuda do exterior, assim, não deveria se transformar em uma simples remessa de dinheiro, mas “se transformar em amizade, com a participação na iniciativa também das pessoas de Camaçari”; o compromisso não poderia ser permanente, eterno, “porque a criança, com sua família, possa ser educada a construir de modo autônomo sua

própria história e se torne sujeito de promoção humana”. Neste sentido as técnicas e/ou educadoras se queixam como muitas vezes as decisões que afetam a comunidade são tomadas aleatoriamente pelo dirigente ou por decisão de outros, sejam dirigentes italianos ou pessoas ligadas á Igreja (EN 01; EN 02; 06; EN 09).

O artigo do Pe. Paulo termina com uma reflexão que pode servir a quantos trabalham com educação popular e comunitária, dizendo:

Assim, em Camaçari, a iniciativa das adoções a distancia, ajudou não somente as famílias 'beneficiadas' mas todas as pessoas que se comprometeram a seguir a iniciativa, evitando o limite do 'personalismo', favorecendo ao contrário, um espírito comunitário e o amor fraterno (TONUCCI, Toscana oggi. 05.12.93, p.II).

As colocações e preocupações de Tonucci permitem perceber como, para estabelecer uma relação chamada de à “distância”, é também necessário que esta relação se concretize e adquira responsabilidades “políticas” com as pessoas que moram longe. E que também, para que esta responsabilidade se materialize, se torna importante que, como diz Deriú (2001), primeiramente o interesse se manifeste com os que estão ao nosso redor.

Manter um critério de proximidade pode servir para liberar nossas energias, a nos educar a uma consciência e a uma prática cotidiana, revendo compromissos e obrigações e isto talvez leve à obtenção de algum resultado positivo. A proximidade não é necessariamente ancorada a uma dimensão espacial, à vizinhança direta da pessoa que será beneficiária, mas pode contemplar o teatro das mediações objetivas e práticas das nossas ações. Por exemplo existe uma proximidade com pessoas e instituições que podem ser nossos referentes políticos e sociais: o município, a assembleias, o governo, os representantes das instituições internacionais. Comprometer e mobilizar estes atores para que assumam responsabilidades e posições precisas nas sedes apropriadas pode se tornar de fundamental importância (DERIÚ, 2001, p.172).

O discurso de uma educação para a mundialidade passa necessariamente por um comprometimento local, porque é a proximidade que garante o espaço para um real confronto aberto a críticas recíprocas, permitindo a possibilidade de repensar as próprias atitudes, as próprias ações, e escutar aquilo que o outro pode dizer, recebendo aquilo com que o outro pode nos presentear. Como sugere Pascal Bruckener, citado por Deriú (2001, p. 173),

Uma solidariedade efetiva é uma solidariedade circunscrita, canalizada, sobre a qual aparecem outras solidariedades, entretanto como conhecimento de ações assumidas por outros. Trata-se de definir que a responsabilidade, para se tornar efetiva, deve escolher uma esfera de fraternidade limitada e uma sua própria geografia (nada tem a ver com a distancia), sem a qual restaria indeterminada, isto é cega.

Os relatos das técnicas mostram como os padrinhos que chegam ao Brasil para visitar as crianças, realmente não sabem o que está de fato acontecendo e como o trabalho é executado; desconfiamos pois, que essa educação para a mundialidade, proposta pelo Projeto, não esteja conseguindo alcançar os adotantes, 10% das técnicas referem o nível de desconhecimento da realidade mostrada pelos próprios.

Os depoimentos das técnicas, além de confirmar o descompasso entre o discurso dos dirigentes italianos que, nas justificativas da importância da colaboração ao Projeto, destacam seu valor pedagógico como uma atividade que pode mudar a vida das famílias dos adotantes, parecem reforçar a idéia de que as propostas e os ideais apresentados, são utilizados como meios para reforçar, junto aos italianos, a imagem do Projeto e seu financiamento, como dizem 10% das entrevistadas: “Eu acho que para a Itália, os padrinhos não são vistos como parte do processo e sim como um banco”.

Parece faltar, portanto, aos dirigentes italianos, uma clara perspectiva pedagógica do que seja a formação de uma educação à mundialidade. As formas de aproximação com os outros, do outro lado do mundo, como as fotos e as notícias, não necessariamente marcam um compromisso, não oferecem necessariamente uma motivação ou um desejo de mudança. Outra, é a proposta de mudança apresentada no relato de Tonucci (TOSCANA oggi, 1993) e que encontra ecos em Candau (1995, p.15), quando afirma: “O compromisso com a construção de uma sociedade que tenha por base a afirmação da vida e da dignidade de toda pessoa humana se torna a utopia radical a ser vivida” .

Portanto, uma mudança de mentalidade não se dá apenas por conceitos religiosos ou por um dever moral, ao contrário, exige uma visão na qual a problemática local e internacional se articulam para afirmar a dignidade humana, como uma estratégia de conquista por parte de todos. Será então na vida cotidiana, no dia a dia de sua escola, nas brincadeiras com os amigos, no encontro com os extracomunitários: negros, latino-americanos, asiáticos, etc., que o jovem italiano poderá provar se sua mudança de mentalidade aconteceu verdadeiramente; se ele é capaz de se indignar diante de toda violência e humilhação; se ele começa a perceber que exclusões e violações são historicamente construídas e que, portanto, comece a se perguntar sobre suas causas, superando a passividade, a insensibilidade para jogar-se ativamente na construção da solidariedade.

Os retratos e as notícias das crianças podem criar um clima de interesse que leve a uma atitude de busca de informações que permitam reflexões e questionamentos, sem os

quais não existe interesse, a não ser o momentâneo e emotivo. Em definitivo o será na ação, no compromisso concreto de participação em grupos, em campanhas, no engajamento em movimentos, que a mudança poderá se dar. Portanto, uma educação para a mundialidade só poderá se conquistar a partir de uma prática de vivência comunitária e de uma participação ativa no coletivo, como espaço de construção de um saber, de uma análise da realidade e de um confronto e intercâmbio de experiências que leve a um exercício concreto de cidadania e de solidariedade.

O caminho é a imersão na cultura, tentando descobrir as razões das mazelas encontradas, tentando assim rever concepções e preconceitos que dificultam a compreensão de uma realidade diferente. O que acontece com Paulo Tonucci e com outros educadores ou voluntários estrangeiros, que aportaram na Bahia e aceitaram se questionar sobre a realidade encontrada, parece não acontecer com estes italianos; de fato esta revisão não acontece. O esquema cultural predeterminado passa a “funcionar como mecanismo de redução, deformação e ficcionalização da nova realidade encontrada” (BOSCOLO,1992).

Também com relação à educação, concretamente, é uma dirigente italiana que mora na Bahia e que preside a ONG no Brasil, quem levanta, pela primeira vez, a idéia de oferecer educação às crianças, e de forma compensatória e substitutiva.

Assim, Irmã Romana, considerando que as crianças (*da favela*), na sua maioria não têm possibilidade de freqüentar um curso preparatório para ingressar na escola pública, compensa esta necessidade, promovendo em sua paróquia seis 'escolas de alfabetização' onde as crianças mais pobres recebem as primeiras noções de escrita e leitura (TOSCANA oggi, 29.05.94). Veremos contudo que junto com a idéia de apenas salvar a vida das crianças pela alimentação e assistência social, se agrega à idéia de educação escolar, educação que vai sendo consolidada como familiar, comunitária e para a cidadania. Mas, isto não surge da noite para o dia, aparece como o resultado de idas e vindas, conflitos e rupturas, em que sempre estão em cena os técnicos e/ou educadores brasileiros, os dirigentes italianos, a Igreja, os responsáveis pelas instituições que assinam convênio com a ONG Ágata Esmeralda.

A capacidade de enxergar os problemas da pobreza e da educação, a partir de uma contextualização local, é apresentada também por outro dirigente italiano que reside na Bahia: o Pe. Clodoveo Piazza. Piazza, padre jesuíta, conhecido na Bahia pelo seu trabalho social na OAF (Organização do Auxílio Fraternal) e como Secretário de governo, apesar de apoiar a vinda do Projeto, não esconde seu afastamento do termo “adoção”, afirmando que “é uma palavra que nesta cultura mete medo, eu chamaria de apadrinhamento”. Mostra como, para ele, a adoção ou o apadrinhamento tem que ser muito mais do que o envio do dinheiro: ela deve possibilitar que se criem estruturas de acolhimento onde as crianças possam se sentir

acolhidas e formar sua personalidade.

Imaginemos uma criança que procura desesperadamente o colo de alguém. Se por alguns meses ele não encontra ninguém que o acolha, se não esporadicamente, depois de dois meses renunciará a pedir colo, não mais manifestará este desejo. Os adultos começam a acreditar que ele não precisa mais deste carinho, portanto nem mais o oferecerão, isso vai influenciar toda sua vida, até sua vida de marido e pai (PIAZZA, Suplemento mensal LA SPERANZA, Firenze, 09 dez. 1993, p. IV).

Em outro trecho de sua entrevista, o religioso mostra que o problema do acesso à escola não é simples, e não é só um problema financeiro, como às vezes aparece nos artigos que estimulam a boa vontade dos doadores:

...As crianças não vão à escola porque não tem o dinheiro para o necessário, para o ônibus, para roupas limpas... precisa ter sabão a água, às vezes não tem água dentro de casa, mas tem fonte. Às vezes na fonte a água só chega de noite e as crianças ficam a noite toda para fazer fila. Os problemas são coligados entre si, precisa resolver aqueles problemas concretamente e isto se torna também um problema financeiro (TOSCANA oggi, 05.12.93, p. IV).

5.2. Os princípios identitários e a caminhada da ONG Ágata Esmeralda/Projeto Ágata Esmeralda (PAE)

Vimos então que, no início dos anos 90, o PAE procura apoio e respaldo no seio da Igreja, o que vai nortear a sua incipiente busca de identidade. A dependência da matriz no exterior pode justificar esse posicionamento, revelado sobretudo nas falas das técnicas/educadoras; estas reconhecem a tendência do PAE ao assistencialismo, parecendo não permitir em seus primeiros momentos a construção de um projeto independente e de acordo com as propostas de cooperação e solidariedade, que geralmente acompanham este tipo de iniciativa. O estreito relacionamento com a Igreja possibilita uma força de penetração junto às comunidades da periferia de Salvador, que tem no trabalho social da Igreja suas fontes de sustento. Padres e freiras permitem também que a arrecadação dos recursos, pela matriz italiana, e sua canalização para as comunidades baianas, adquira, junto aos adotantes italianos, garantias de um serviço generoso e transparente.

Um permanente desafio acompanha, assim, desde a sua instalação na Bahia, em Salvador, o Projeto Ágata Esmeralda, em decorrência deste seu enraizamento religioso: a necessidade de conciliar este fato com dois aspectos que Montañó (2000) considera fundamentais para a identidade de uma ONG, ou seja, pertencer à esfera privada e ser capaz de se autogovernar dentro de um espaço de participação popular, com todas as conseqüências daí advindas. Por isto, em diversas oportunidades, as técnicas e/ou

educadoras do PAE fazem observações quanto às dificuldades que os dirigentes italianos demonstram, de compreender o projeto comunitário planejado ou desenvolvido, devido ao choque de mentalidade e ao espírito de colonizador que predomina em seus gestos. Uma das entrevistadas chega a afirmar que as afirmações de colaboração e de respeito, repetidas pelos dirigentes italianos da ONG, não são confirmadas pelos técnicos que atuam no Brasil, como afirma, indagando, uma técnica no seu relato: “como o Estatuto do Ágata Esmeralda no Brasil é construído na Itália, se quem conhece a realidade somos nós aqui no Brasil?” (EN 08).

Dois elementos se destacam, assim, que permanecerão todo o tempo interferindo no desenvolvimento dos trabalhos no Brasil, ora como algo positivo, ora como um entrave à autonomia, ao crescimento, à educação livre e comunitária das comunidades: a parceria com a Igreja Católica e a visão exacerbada e negativa da favelização e da pobreza das crianças de Salvador, por parte dos dirigentes italianos que moram no país europeu.

Dir-se-ia então que a história da construção identitária da ONG Ágata Esmeralda caminha na interface entre a proposta e a história das ONGs como um todo e as pressões que se dão, quer da direção italiana, quer dos dirigentes italianos que trabalham no Brasil, quer da Secretaria Executiva instalada na Bahia, quer dos técnicos e/ou educadores operacionalizadores/executores do projeto, quer dos responsáveis e dirigentes das instituições conveniadas, quer das famílias, crianças e comunidades. São múltiplas e diferenciadas pressões que se dão em rede, quer de forma horizontal, quer de forma vertical. Confirma-se, desta forma, a posição de Armani (2002) e Leonardis (1998), que definem a identidade das ONGs como formada no amálgama de organizações, agentes, práticas, crenças, discursos, constituído por três feixes de relações: para baixo, com as bases; horizontalmente, entre si; e para cima, com as agências de cooperação.

É neste processo complexo que o PAE consegue se situar dentro dos quatro pontos que segundo Montaño (2000), identificam uma ONG: a pertença à esfera privada, a ausência de lucro, a capacidade de se autogovernar e a participação popular. Contudo, enquanto a pertença à esfera privada e a ausência de lucro são elementos claramente distintivos desde a criação da ONG, a capacidade de se autogovernar e a participação popular chegam a contagotas e são um desafio permanente. Favorecem os dois últimos aspectos dois fatos que nos chamam a atenção: primeiro, o fato de haver uma experiência partilhada de construção da gestão da ONG, a partir da manutenção de um diálogo permanente entre a Secretaria Executiva e as técnicas e/ou educadoras e dessas com os dirigentes e responsáveis das instituições conveniadas; segundo, a constatação de que a maioria dos técnicos e ou educadores que atuam no PAE, e que possuem uma experiência de engajamento na Igreja,

em trabalhos comunitários, que confessam que sonhavam com um espaço de trabalho profissional em que se pudesse intervir, ordenadamente, nos espaços sociais de pobreza e exclusão.

O referido diálogo e a experiência e expectativas profissionais dos técnicos e/ou educadores abrem espaços para a inserção na sociedade civil. Essa busca de inserção encontra apoio em algumas outras iniciativas de articulação que são consideradas por Landim (1993) como próprias do movimento identitário que marca as ONGs brasileiras: na medida em que o PAE se expande, ele cria e mantém a articulação com associações, escolas, igrejas, constituindo uma rede flexível, mas que constitui o espaço de dinamização e operacionalização das propostas iniciais e das que foram incorporadas ou modificadas ao longo do tempo; esta articulação em rede leva o PAE a se aproximar da ABONG, que suporta também em rede outras ONGs atuantes no Brasil.

Mas tal não ocorre de forma harmoniosa e sim em um clima de conflitos e tensões que se sucedem e se superpõem: conflitos e tensões com os dirigentes e professores das instituições conveniadas, como sugerem muitas das técnicas e/ou educadoras entrevistadas, por causa da falta de condições de acolhimento das crianças; com os poderes instituídos em virtude da exclusão e da violência social consentida; com os dirigentes de instituições conveniadas. Conflitos específicos, também, com dirigentes eclesiais e tensões, sentidas fortemente, com os dirigentes da Itália, pois constam dos relatos dos 12 técnicos e/ou educadores entrevistados; assim, muitas das entrevistadas apontam, ainda, diferenças de concepções em relação à visão dos padrinhos das crianças adotadas, sendo que algumas mostram existirem diferenças de concepção, com relação ao trabalho, até mesmo entre os próprios colegas de trabalho profissional.

Marianne Gronemeyer (DIZIONARIO ALLO SVILUPPO, 2000, p. 13) afirma que o poder tem várias formas de se apresentar ou se esconder, dependendo do momento e da situação. Ela chama de “poder elegante” uma forma de poder que pode ser definido por algumas características como o fato de não ser percebido, ficando escondido, obscuro.

O Poder então se torna elegante quando, numa ânsia de liberdade e de receber ajudas, até os próprios submissos negam a sua existência. A 'ajuda humanitária' se apresenta sempre com muita inocência, apesar de ter se transformado, ao longo do tempo, em um instrumento perfeito para o exercício do poder. A ajuda seria, portanto, “um cabresto que não permite que os próprios submissos percebam o poder daquele que está lhe guiando”.

Conflitos e tensões nascem na medida em que os dirigentes italianos, que sempre se remetem a um ideal humanitário para explicar a captação e a doação dos recursos, não

deixam dúvida sobre a forma, a maneira e as prioridades de aplicação dos repasses: o poder implícito é percebido claramente nos depoimentos, citados alhures, dos educadores brasileiros: “A gente não questionava e atendia...” (EM 10); “A idéia é ainda do colonizador... na realidade eles querem nos passar um rolo compressor, eles mandam as coisas e nós aqui precisamos executar, sem falar um “e” ou um “não” (EM 02); “É uma relação onde o diálogo não é exercitado, é unilateral... e é uma relação desgastante, por que você tenta mostrar, o tempo inteiro, a importância do seu trabalho, e ele é menosprezado” (EM 03).

Como diria Marcon (2002, p. 160): “Por traz da elegante formula da *partnership*, muitas ONGs do Norte do mundo mantém na coleira as ONGs do Sul, tendo o dinheiro na mão e a faca pelo cabo” .

As constantes tensões, ao tempo em que colocam em xeque a autonomia e a identidade da Ágata Esmeralda, tendem a fortalecer o lado institucional , em detrimento das conquistas na dimensão social. Uma análise dos discursos da Secretaria Executiva e das técnicas e/ou educadoras, mostram uma grande dificuldade em se manterem as conquistas sócio-históricas da Ágata Esmeralda, no seu percurso na Bahia. Há sempre a ameaça no ar de que a direção italiana ou as mudanças ocorridas na estrutura e na gestão da Bahia fragilizem as conquistas e os ganhos locais, em direção à conquista de direitos, cidadania, educação popular e comunitária.

Temem as técnicas e/ou educadoras pela sobrevivência das respostas que vêm sendo dadas às emergências e contextos de atuação da ONG, como o fortalecimento das instâncias familiares e comunitárias, a formação de professores para as escolas comunitárias, a capacitação dos técnicos e/ou educadores, os convênios e parcerias com a Universidade. Reclamam, em sua maioria, os técnicos e/ou educadores daquilo que Landim (1999), chamou de “Incremento ao desenvolvimento organizacional e institucional das ONGs”, em busca da eficácia, quer no modelo gerencial, quer no modelo sistêmico. E, ao tempo em que confessam sua indignação diante do que possa vir a acontecer, tudo fazem para enfrentar as novas determinações, e, mais da metade das entrevistadas, critica uma possível submissão.

Como formas de enfrentamento da tendência gerencial, as técnicas e/ou educadoras propõem maior controle dos recursos, através de prestação de contas; maior capacitação dos dirigentes das instituições conveniadas e dos técnicos e/ou educadores; construção de uma gestão mais democrática, participativa e co-participativa; garantia de continuidade dos projetos que vêm sendo desenvolvidos.

Sem dúvida, as referidas tensões se dão no quadro de um Estado

neoliberal que, devido à sua postura, termina por impor às ONGs preocupações voltadas para o pragmatismo monetarista, para a racionalidade burocrática e para a eficácia gerencial. No caso do PAE, as técnicas e/ou educadoras estranham, com veemência, a substituição de uma Secretaria Geral que marchava em sintonia com projetos educativos, comunitários e populares, por um novo presidente, padre católico de origem belga, determinado a fazer cortes justamente nesse domínio. Vive-se, assim, no momento atual, uma crise que coloca em xeque toda uma trajetória já encetada, como desabafa uma técnica e/ou educadora: “Cadê a nossa identidade? Nós somos o quê? Igreja? Organização comunitária que quer a transformação social? Qual é nossa identidade hoje? Está muito ofuscada. Então, isso dificulta muito as nossas ações...”(EN 02). Visivelmente, o PAE, sofreu um retrocesso, os dirigentes italianos ou não compreenderam ou não querem compreender e aceitar as razões locais, a evolução necessária, do assistencialismo à criação de uma identidade do Ágata Brasil, como propiciadora de ações em prol da autodeterminação das populações atendidas.

Na ânsia de rever a atuação do PAE, pela matriz italiana, ameaça-se jogar por terra um processo em que, sem descuidar da eficiência exigida pela racionalidade moderna, se conseguiu um desdobramento sócio-comunitário e educacional considerável. Assim, percebe-se que a ONG conseguiu conciliar uma dimensão não incluída na proposta inicial do projeto (educação, participação popular, organização comunitária, construção da cidadania), com os indicadores de eficiência e de eficácia de uma ONG, sugeridos por Armani (2002).

Tomando por base esses indicadores, e confrontando-os com os discursos dos dirigentes italianos da Secretaria Executiva da Bahia e das técnicas e/ou educadoras pode-se afirmar que: o PAE possui uma base social sólida, resultado de parcerias e convênios estabelecidos com escolas, creches, associações de bairros, centros paroquiais e eclesiais, universidades, e é notável seu grau de “responsabilidade pública” (*accountability*). As suas ações, sua presença junto às comunidades têm prodigalizado a busca pela autonomia e credibilidade técnico-pedagógica, sobretudo, junto às entidades que, na Bahia, atuam na defesa das crianças e dos adolescentes e no trabalho comunitário. Os pedidos da realização de parcerias técnico-pedagógicas, em que as instituições conveniadas se dispõem a investir na infra-estrutura, indispensável à operacionalização da proposta, mostram a aceitação de suas ações pedagógicas. A percepção, pelas Associações parceiras, da necessidade de profissionais competentes que se engajam nas atividades planejadas, é de bom auspício para diminuir o nível de dependência dos recursos captados pela ONG na Itália, podendo-se fazer

o discurso da sustentabilidade relativa ou co-responsável.

Nós primeiros dez anos de sua atuação, traz o PAE uma história de construção de uma gestão participativa e democrática, sendo o planejamento realizado com o envolvimento das diversas instâncias e dos diversos espaços que compõem o Projeto; o quadro de recursos humanos foi construído na medida em que as emergências e os contextos o exigiam, permitindo-se a criação de um quadro de doze técnicas e/ou educadoras que possuem a formação necessária para as exigências concretas (pedagogas, assistentes sociais, advogada, comunicador social, nutricionista, socióloga); quanto ao sistema de PMA (Planejamento, Monitoramento e Avaliação), este se dá de forma transparente e participativa, com avaliações permanentes e periódicas, contando-se inclusive com o apoio de assessores especiais.

As avaliações e encontros com assessores, relatados pela maioria das entrevistadas, e encontrados na análise dos documentos da Secretaria Executiva, mostram a capacidade do PAE em termos de produção de saberes e informações significativas, quanto às questões sociais e do desenvolvimento social; em diversas ocasiões a ONG se tem mostrado capaz de organizar, promover e influenciar processos de mobilização, organização e articulação sociais (jornadas comunitárias, festivais de teatro, gravação de CD, encontros de responsáveis, seminários pedagógicos e produção de livros; as parcerias e os intercâmbios com o poder público, setor privado e universidade, revelam a capacidade da ONG em estabelecer relações e ação conjunta; assim o PAE vinha gradativamente se mantendo articulado setorialmente, engajado ao lado de outras ONGs na luta pela superação da exclusão social, o que lhe permitiu construir uma identidade coletiva, tornado mais visível e reconhecida a sua atuação.

Os campos de atuação das ONGs, em um estado neoliberal, têm-se dado, como nos mostra Carvalho (1995), preponderantemente no terreno da qualificação da sociedade civil e no seu desenvolvimento, o que pode ser confirmado pelas falas dos técnicos e/ou educadores que consideram superada uma postura meramente assistencialista e se lançam ao enfrentamento de desafios emergentes voltados ao campo do desenvolvimento social e econômico das comunidades e das famílias, como afirma a maioria das entrevistadas. Vale a pena repetirmos o discurso de uma técnica entrevistada:

E o que eu vejo como grande responsabilidade social de Ágata Esmeralda é que ela planta a semente num terreno que foi preparado

e que hoje ela não pode deixar que essa semente se perca. Então a responsabilidade social hoje é com 153 Instituições com diretamente 9.253 crianças e indiretamente quase 18.000, quase o dobro. O compromisso social com inúmeras famílias que vieram beneficiadas do fruto do trabalho do Ágata ao longo desses anos de trabalho então a responsabilidade da gente vai no sentido defender um trabalho que foi defendido processualmente e envolveu as pessoas nesse processo, então não foram só os técnicos do Ágata que construíram a história de Ágata, mas cada criança, cada educador, cada dirigente, cada braço direito, cada merendeira a ponto da gente reunir esses agentes sociais num programa de capacitação e de você ter uma merendeira que diz assim: eu não me dava conta de como era importante o meu trabalho, de que meu trabalho era só, eu achava que meu trabalho era só ficar na cozinha, preparar a comida e depois servir para os meninos e hoje eu vejo além disso. Então, a nossa responsabilidade social é assegurar a continuidade desse processo de crescimento, eu acho que é muito desse sentido. (EN04)

Este engajamento sócio-econômico e, de certo modo, político, facilita as ações de uma Organização Não Governamental, na medida em que espaços são ocupados diante do retraimento do Estado. Mas, se há um campo em que os discursos dos entrevistados se firmam e se expandem, configurando uma nova Ágata Esmeralda, este é o espaço educativo, sobre o qual o PAE vem desenvolvendo uma atuação especial e única e de que trataremos a seguir.

5.3. O espaço educativo como espaço privilegiado

Como já foi visto, a proposta inicial da Ágata Esmeralda não previa maiores desdobramentos quanto à educação formal. No discurso dos fundadores predominava uma preocupação de fundo moral, a partir da “defesa da vida”, e contra o “aborto”, que se concretizava no PAE, através da adoção à distância, enquanto procurava a salvação de vidas de crianças marcadas pela miséria e pela pobreza. (TOSCANA OGGI, 1993, 1994, 1996, 2000, 2001, 2002 passim). O compromisso que se firmava de público era no sentido de se dar a alimentação básica à criança, para que essa pudesse freqüentar a escola, mas não se dizia que a ONG deveria ter, como preocupação imediata, a oferta do ensino ou da educação escolar.

Viu-se também alhures (p.120), que a primeira vez em que uma dirigente italiana radicada na Bahia fala de ensino, é no sentido de criação de classes de alfabetização, a título suplementar, para as crianças. Assim se pode depreender do discurso de Irmã Romana, que fazemos questão de

repetir:

As crianças (*da favela*), na sua maioria não têm possibilidade de freqüentar um curso preparatório para ingressar na escola pública, requisito essencial para ter acesso à escola. Para compensar esta necessidade, na nossa paróquia abrimos seis 'escolas de alfabetização' onde as crianças as mais pobres entre as pobres, recebem as primeiras noções de escrita e leitura (TOSCANA oggi, 29.05.94)

Nas diversas vezes em que os dirigentes italianos se referem à escola, é porque a adoção da criança sempre exigiu como contrapartida que a criança estivesse frequentando os bancos escolares; contudo, a grande motivação inicial da ONG se concentrava na situação de pobreza e de miséria das crianças faveladas. Este elemento nucleador se faz presente, todo o tempo, nas estratégias de captação de recursos, nas quais as fotos de crianças, no lixo ou em barracos, eram usadas como o elemento decisivo de convencimento. Este fato chega mesmo a incomodar os técnicos e/ou educadores brasileiros, que se tornaram críticos ferrenhos dessa atitude. Para eles, tem-se de questionar a postura de dirigentes italianos que tendem, ultimamente, a privilegiar o assistencialismo, no sentido de que a intenção do PAE seria dar comida, roupa, remédios, e não educar com qualidade.

Conforme um dirigente europeu, que dirige a ONG ultimamente na Bahia, em encontro havido com os técnicos e/ou educadores, declara: “nossa intenção aqui é matar a fome das pessoas, é dar, e não educar, porque educar é uma ação secundária” (EN 03). Conta, no entanto, a entrevistada, que:

nós mostramos para ele que isso no Brasil não funciona, porque se as pessoas não estiverem atentas para como receber e como utilizar aquilo para proporcionar melhores condições de vida, ou seja, beneficiar elas próprias, elas não vão utilizar, vão descartar ou vão vender e vão continuar na mesma situação (EN 03).

Pode-se dizer então que o PAE teve uma trajetória que terminaria por privilegiar o espaço educativo, como o caminho natural de superação da exclusão social, com vista ao resgate, das famílias empobrecidas, da cidadania negada. Os depoimentos da Secretaria Executiva na Bahia, configurados no manual “O drama do bem-te-vi” (1999), aponta um caminho que passa, necessariamente, pelo privilégio do processo educativo, do fortalecimento da educação comunitária. A contratação de técnicas que eram pedagogas/professoras, e que atuavam com o apoio de uma advogada, de uma assistente

social, de uma nutricionista, de um comunicador social, de uma socióloga, criando assim um núcleo interdisciplinar de atuação, revela-se como uma opção que marcaria o desenvolvimento da história da Ágata Esmeralda no Brasil, mais especialmente na Bahia.

Os discursos dos técnicos e/ou educadores apresentam a educação como uma opção histórica, resultante da luta diária junto às famílias e aos bairros ou grupos sociais nos quais estas famílias estão inseridas. As incertezas iniciais, decorrentes da complexidade do meio de atuação, em que se multiplicam a violência, o desemprego, as carências de todo tipo, as doenças, a morte, para 58% das entrevistadas, cedem o seu lugar, na opinião unânime dos técnicos e/ou educadores, a uma preocupação com a educação. Quer a educação considerada em seu sentido restrito, quer a educação concebida como formação para a cidadania, para a vida comunitária, democrática, participativa. Chega-se, pouco a pouco, à conclusão de que não havia outro caminho a seguir, encontrando-se na educação o caminho de construção da identidade brasileira da própria ONG.

Nota-se que esta opção marcante pela educação não é fruto do acaso mas o delineamento que historicamente se constrói, como uma exigência sócio-histórica, como nos faz ver a EN 03, ao dizer que as pessoas, as famílias, as instituições não se contentam com pouco e exigem cada vez mais o melhor em termos de alcance dos seus direitos. Concomitante a esse delineamento, os técnicos e/ou educadoras se convencem da importância da educação para que se possa avançar no combate à pobreza e à exclusão, com uma educação entendida como ação envolvente, enraizada no cotidiano das pessoas, educação de natureza comunitária (EN 02).

Trata-se assim de uma iniciativa planejada, uma construção coletiva, que conta com o fortalecimento interno, mas que se revê no confronto com o olhar externo dos assessores (EN 10). Mas, no fundo se ganha a consciência de que a educação predomina em tudo, já que todos os profissionais se situam como educadores, todos os espaços são tidos como espaços educativos, todas as ações são ações educativas, a envolverem o que se chama de “comunidades”, como afirmam muitas das entrevistadas. Na verdade, a idéia de “comunidade” se faz sempre presente nos discursos dos técnicos e/ou educadores, o que se justifica pelo fato de se estar diante de um processo segundo o qual se exprime a idéia de relação, de interação, de um lugar globalmente constituído em um quadro marcadamente interativo (MILAN, 2001; ARAUJO, 2005).

O quadro de referências, que resulta para os entrevistados com conceitos como “educação comunitária”, escola comunitária”, “comunidade”, se justifica com apoio em Tönnies (*apud* MILAN, 2001) que no final do século XIX faz-nos ver que a idéia de grupo social específico e interativo traz consigo um valor específico em termos de dimensão de

comunidade, diferenciando-se de uma dimensão genérica do social. Seria a distinção fundamental entre “vida de comunidade” (*Gemeinschaft*) e “vida social” (*Gessellschaft*), distinção que os agentes do PAE fazem com muita propriedade. Mas por que isto ocorre? - Porque se confirmam nos espaços de atuação da ONG, as características ou elementos estruturantes de uma comunidade, segundo Contessa (1981, p. 35): “o espaço territorial, as características sociológicas e a unidade psicológica”.

De fato, estes três aspectos são recorrentes nos diversos discursos dos sujeitos deste estudo: o espaço definido é sempre o espaço da periferia, onde a exclusão social se torna gritante; as características sociológicas das famílias, das crianças e das instituições conveniadas aparecem à saciedade e se experimenta uma unidade psicológica, resultante da convivência diária em torno dos mesmos desafios, das mesmas idéias, das mesmas iniciativas, das mesmas crenças, dos mesmos valores, das mesmas atitudes. Tudo isto, em um quadro de complexidade, consolida a definição de comunidade como “uma unidade psico-sócio-territorial mínima, no interior da qual se desenvolvem relações significativas” (CONTESSA, 1981:35).

Essas relações significativas, sempre em favor de um processo educativo permanente, em sentido restrito ou não, se firmam como tal em diversas frentes: na interação com os dirigentes italianos, com os dirigentes da ONG na Bahia, com os dirigentes das instituições conveniadas, com os colegas, com as crianças adotadas, com as famílias assistidas, com os padrinhos italianos e adotantes das crianças brasileiras. São diversas frentes que se mostram ao longo das falas dos entrevistados. Há determinados elementos de reflexão que podem ser resgatados dessas diversas frentes, a partir dos referidos discursos, o que faremos a seguir.

Não se abre mão de que as práticas sociais e educativas sejam o resultado de uma construção social e coletiva, e de forma participativa. “A gente constrói junto, com os educadores” (EN 01), “são os atores que precisam de uma construção coletiva. “... o importante é manter um todo, e palavras a gente pode estar utilizando, mas realmente o nosso fazer quem faz somos nós. A gente não leva nada pronto, a construção precisa ser coletiva. Tudo é construído lá. A única coisa que eu levo pronto, são alguns textos, para estarmos trabalhando alguma dinâmica, mas a construção é lá no local. Eu levo até papel em branco, não levo nada pronto”, observa a EN 02. Em suma, há um processo de construção coletiva, que é defendida e confessada, amplamente, pela maioria das entrevistadas.

Esta consciência de uma construção coletiva, comunitária, participativa, leva as técnicas e/ou educadoras a protestar contra os dirigentes italianos, que são vistos como colonizadores, que impõem elementos prontos e estranhos à cultura e realidade local, a desrespeitar as idiossincrasias que dão os contornos e a consistência da ONG no Brasil; a reclamar dos dirigentes que não conseguem sintonizar-se com o discurso comum que vem sendo elaborado; a criar áreas de atrito com autoridades ou líderes eclesiásticos que preterem os espaços educativos, em favor do espaço religioso; a tentar convencer os padrinhos, que vêm da Itália, de que não há mais lugar para um apadrinhamento individual, de uma criança, que recebe presentes e honrarias em detrimento da grande maioria que nada recebe. A força do elemento coletivo, faz com que os técnicos e/ou educadores convençam alguns dos padrinhos que vêm da Itália a se sentirem adotantes da comunidade, de todas as crianças, dando a sua colaboração para a consolidação de um projeto libertador.

Estas atitudes são possíveis porque, segundo Nimnicht (1995), a educação comunitária se dá sempre tendo como seus alicerces certos princípios como a manutenção do diálogo e da intervenção compreensiva; autoconfiança, auto-estima e capacidade de cuidar das próprias necessidades; respeito aos valores históricos e culturais dos grupos sociais; engajamento e participação de todos na construção que pertence a todos; capacidade de perceber os próprios problemas e buscar saídas pertinentes. Atualizam-se desta forma os conceitos de Freire (1986), que compreende a educação como um processo em que interagem os movimentos sociais, entre certezas e sonhos.

Freud (Interpretação dos Sonhos, 1900), sistematizava os sonhos como elementos portadores de mensagens cifradas, às vezes premonitórias; os sonhos, portanto, estariam no lado oposto ao da consciência. Nas palavras de Freire, o sonho é visto como algo possível, na linha da consciência e da esperança, no entusiasmo de Martin Luther King (1963) e do seu *I have a dream*, do que na direção proposta por Freud.

Entretanto, não resta nenhuma dúvida de que existe no imaginário dos técnicos do PAE e de quem trabalha com as classes populares, todo um cabedal de referências sobre a Escola Comunitária, construído a partir das experiências e das reflexões que ajudaram a construir um ideário; este, de certa forma é válido até hoje e a maioria das entrevistadas o confirma. Brandão (1982), Peixoto (1990), entre outros, ao mostrarem a luta do povo para se organizar, para reivindicar seus direitos, para lutar por uma nova educação, que se apostava ser uma educação popular, identificavam este lugar de luta nas associações de bairro e nas escolas nascidas no bojo destas lutas, consideradas centros de resistência,

contra um Estado massificador e autoritário.

Apesar de perceber as dificuldades das Associações e das Escolas Comunitárias, de se organizarem, como o confirmam muitas das entrevistadas, o próprio Documento Introdutório (2000) do PAE, se pergunta quantos dos “responsáveis” têm idéia do que seja um projeto pedagógico (*será que hoje têm ?*); quantos sabem como definir prioridades e fazer uma previsão de gastos; como é utilizado o dinheiro, que era visto, em alguns casos, como propriedade pessoal do responsável e, portanto, podendo ser usado conforme as necessidades as mais diversas, assim como, também, para suas próprias necessidades.

Entretanto, apesar de todos estes dados, parece que, ao tratar da educação na Escola Comunitária, o PAE, também no Brasil, se esquivava de repensar as próprias escolas comunitárias como o lugar onde se realiza a educação popular comunitária. Se, de um lado existe um esforço de defender o patrimônio social da escola Comunitária e da Educação Popular, apresentando elementos para uma mudança qualitativa na educação das crianças, do outro, não se estimula uma revisão e um aprofundamento sobre a identidade destas escolas chamadas de comunitárias.

Concluindo, dir-se-ia que se a discussão sobre o papel de uma ONG numa sociedade do terceiro mundo, na construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável, não encontra eco nas declarações dos dirigentes europeus, cujo objetivo principal é apenas oferecer alimentação aos pobres e permitir, dentro do possível, instrução mesmo que precária. A pobreza, descrita para os leitores/adotantes, serve muito mais para provocar comoção, do que para levantar aspectos e problemas institucionais que estão na base da miséria encontrada.

Sem dúvida, os dirigentes que pensaram a ONG Ágata Esmeralda, no início dos anos 90, na Itália, não imaginariam que, uma vez deslanchado, o processo histórico-social fugisse ao controle imediato dos que a gestaram, seguindo um rumo sobre o qual nem mesmo os que tentam vivenciá-lo no Brasil, mais especialmente na Bahia, contemporaneamente, têm o controle que imaginariam ter. As motivações e as práticas sociais encetadas fortalecem, de forma indizível, os elementos de “crescimento da autonomia e da responsabilidade dos cidadãos”, como nos alerta Leonardis (1998, p. 50).

5.4. A pertinência do estudo para atingir os fins da pesquisa

Pode-se afirmar que o estudo realizado em torno dos princípios identitários da ONG Ágata Esmeralda, e em torno da sua proposta de desenvolvimento de uma educação comunitária e socialmente significativa, apresentou uma série de informações, constatações e reflexões que são fruto da própria história da citada ONG. Vimos, também, que esta pesquisa produziu um conjunto de conhecimentos que foram e têm sido produzidos pelos sujeitos que fazem acontecer a ONG Ágata Esmeralda., conhecimentos centrados na inserção desses sujeitos na operacionalização do Projeto.

As intenções ou propostas iniciais; a ressignificação dessas intenções e propostas; o desdobramento do Projeto, de forma a superar uma visão restrita e assistencialista das crianças e famílias favorecidas; a construção de uma identidade a partir de princípios de diálogo, participação e construção coletiva; a definição da educação formal e comunitária como caminho de atualização dos objetivos, são elementos de destaque que permitem a dinâmica sócio-histórica da ONG.

Antes de concluir, convém que nos refiramos à dupla pertinência do estudo em evidência. Do ponto de vista científico, contribuiu-se para uma discussão epistemológica concernente ao debate sobre a constituição de uma determinada Organização Não Governamental; vê-se que a cognição social tem seus vieses e formas especiais de elaboração de conhecimentos, de forma que predominam, notadamente, pressões sociais que tornam o planejamento e a ação socialmente condicionados.

No que se refere à pertinência social, a contribuição deste estudo também se mostra respeitável, na medida em que abriu espaço para a voz e para o discurso, sobretudo dos técnicos e/ou educadores do PAE, que puderam expor, de forma objetiva, consistente e insistente, as atitudes, as expectativas e os elementos constitutivos de uma rica história de significados sociais, políticos e econômicos.

Esperamos que os resultados deste estudo possibilitem às instâncias diretamente envolvidas com as Organizações Não Governamentais na Bahia, motivo de análise, e possam servir de reflexão e análise, também, para os dirigentes do PAE, no sentido de se confirmar e de se consolidar uma rica história de busca de transformação social em um país do Terceiro Mundo. Tem-se a esperança de que os novos dirigentes da ONG Ágata Esmeralda no Brasil valorizem uma história rica que vem sendo construída desde os anos 90.

ConclusÃO

Nesta última parte de nossa pesquisa faremos um retorno ao nosso trabalho, lembrando as diferentes fases do processo de pesquisa. Em seguida introduziremos alguns elementos críticos e alguns pontos a serem explorados.

Nossa problemática de estudo nasce da constatação de um processo de exclusão social, que se dá a nível mundial, regional e local, provocando indignação de pessoas e setores organizados da sociedade, e iniciativas como a criação de Organizações Não Governamentais, que se multiplicam e constituem o chamado Terceiro Setor. Diante da minimização do Estado, e do fracasso do Estado do Bem-Estar Social, há um vácuo configurando-se o que se convencionou chamar de presença abstrata do Estado. Mas estas organizações (ONGs) não estão a salvo de pressões decorrentes dos paradoxos do neoliberalismo e de sua própria atuação, colocando-se na berlinda os seus princípios identitários. Como isto se daria em torno de uma ONG específica, a Ágata Esmeralda, que desde os primeiros anos da década de 90, vem adotando crianças pobres, à distância, na periferia de Salvador, tendo pois duas propostas de concepção/atuação, Itália/Brasil? Como se tem desenvolvido esta proposta? Que significações e ressignificações essa proposta tem provocado? Como se dá essa tessitura, levando-se em conta a construção e a manutenção de seus princípios identitários?

Para responder a essas questões privilegiamos, no campo da sociologia, da política e da educação os conceitos-chave de Organizações Não Governamentais, demorando-nos, sobretudo, em questões como desafios contemporâneos enfrentados por essas organizações, quanto à sua identidade e sustentabilidade, quer a nível internacional quer a nível nacional; o Estado, concebido em sua dinâmica histórica como Estado-Nação, como *welfare state* ou Estado do Bem-Estar Social, com as suas implicações neo-liberais; e enfim o conceito-chave de Educação em suas vertentes de Educação Popular e de Educação Comunitária.

Privilegiando os discursos produzidos pelos sujeitos que compõem a ONG em estudo (dirigentes italianos residentes na Itália, dirigentes italianos residentes na Bahia, Secretaria Executiva na Bahia e técnicos e/ou educadores que operacionalizam o Projeto), definimo-nos, epistemologicamente, no sentido de que, diante da complexidade dos sujeitos, uma forma interessante

de abordagem seria através de um paradigma qualitativo da produção de discursos, por partes dos sujeitos citados. Dando-lhes a palavra, poderíamos ouvir deles mesmos as significações por eles apresentadas, restando-nos o cuidado de identificar e analisar o sentido que permeia os conteúdos dos discursos produzidos.

Os dados coletados foram submetidos à técnica de análise de discursos. Esta análise, inspirada em Bardin (1979), se deu em diversas leituras realizadas de forma recursiva, até a etapa de interpretação. Os diferentes movimentos de leitura, nos permitiram identificar diversos temas tratados e as referências comuns aos sujeitos em estudo, com a subsequente identificação de categorias. Pudemos constatar que as significações hauridas estão enraizadas social, cultural e politicamente nos diversos grupos de sujeitos escutados.

Os resultados nos permitiram observar que, tanto os dirigentes italianos, quanto os técnicos e/ou educadores constituem grupos de forte enraizamento, quer na cultura italiana, quer na cultura brasileira, especialmente na cultura do nordeste brasileiro. Enquanto os primeiros revelam concepções européias e burocratizantes, os segundos se inserem nos bairros e locais periféricos da Bahia, entronizando-os em seu planejamento, ações e reflexões.

Os resultados obtidos confirmam que a proposta inicial e às vezes retomada contemporaneamente pelos dirigentes italianos, no sentido de reduzir a ação do PAE a um assistencialismo e à superação da pobreza absoluta, é desmontada pela ONG no Brasil, à medida que o desdobramento sócio-histórico de planejamentos e ações, julga como insatisfatória, porque é insuficiente, a postura pretendida pelos dirigentes europeus. A convivência com o cotidiano das famílias, das crianças e das comunidades gesta uma ONG que se desgarras das intenções iniciais e privilegia os espaços educativos, quer formais quer informais ou decorrentes do viver diário, como a forma mais justa de se enfrentar a exclusão social na periferia urbana. Isto acarretou desdobramentos conflitivos com a orientação italiana, com dirigentes pertencentes à Igreja, com os padrinhos que vieram a adotar à distância as crianças baianas. Enquanto os técnicos e/ou educadores resistem às imposições estrangeiras, usando de estratégias especiais junto

aos padrinhos italianos, no intuito de mostrar-lhes a perspectiva por eles descoberta e alimentada, o mesmo fazem em relação aos responsáveis ou dirigentes de instituições conveniadas e em relação aos professores engajados no projeto; enfim, em relação às crianças e suas famílias. Como tentativa de retomada do poder e das rédeas da ação, o grupo de dirigentes italianos, elabora e apresenta um novo Estatuto da Entidade elaborado na Itália.

Nosso estudo confirma a propriedade das escolhas teóricas e metodológicas e alerta-nos no sentido de que futuros estudos não podem perder de vista, no estudo de uma Organização Não Governamental, os técnicos que atuam na base do projeto, operacionalizando-o. Eles se revelam catalisadores dos principais desafios experimentados pela organização e, por ocuparem uma posição intermediária, possuem o distanciamento necessário para mostrar o sentido que se faz presente no desenrolar do projeto ou dos projetos encetados.

Permitimo-nos, pois, afirmar que a contribuição contextualizada dos técnicos e/ou educadores é o momento mais consistente desta pesquisa, trazendo-nos esclarecimentos e percursos que permitem uma visão crítica do objeto de estudo. Além do mais, foi dada uma significativa possibilidade desses agentes refletirem a sua prática e redimensioná-la em vista a um trabalho de fato construtor de cidadania.

O escritor austríaco Robert Musil (1880-1942), no seu livro *L'uomo senza qualità* (Berlim, 1930, p. 28), escreveu que “uma utopia é uma possibilidade que pode efetivar-se no momento em que forem removidas as circunstâncias provisórias que obstem à sua realização”. A análise dos textos produzidos pela Secretaria Executiva do Projeto Ágata no Brasil mostra, às vezes, que o sonho de implementar uma sociedade mais justa, sobretudo no trato das crianças e dos adolescentes, a vontade de possibilitar uma vida mais digna e uma educação de boa qualidade, se torna desafio constante que vai além das soluções propostas.

O PAE, quando repete e procura perpassar uma idéia de cidadania que leve os indivíduos a exigirem do poder público a proteção à vida, à saúde, a um comprometimento maior com a educação e que o interesse coletivo é superior aos interesses particulares e privados, assume responsabilidades que se constituem tarefas de toda uma sociedade. Tarefas que exigem uma mudança estrutural que vai da saúde pública ao planejamento

urbano; da educação infantil à profissionalização; da construção de um sistema macro e micro econômico, que permita a circulação de bens e serviços e que dê acesso, à maioria da população, a um salário que satisfaça suas necessidades de vida e de dignidade. Tudo isso requer a reforma do Estado e não somente uma ação, apesar de bem organizada, de uma ONG.

Na enorme expansão do neoliberalismo, fins dos anos 70, e a conseqüente crise do *welfare state*, deu-se um processo de regressão das práticas sócias, tanto que a própria social democracia, que se dizia herdeira das conquistas da esquerda e se colocava como defensora das conquistas sociais, começou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal (GENTILI, FRIGOTTO, 2001), tendo portanto começado uma desmontagem do tecido social que tinha sido construído ao longo de séculos de luta.

O PAE, no decorrer destes 10 anos, parece ignorar ou minimizar a importância destes aspectos na sociedade onde ele atua, a grande periferia marginalizada da cidade de Salvador, quando propõe aos parceiros uma luta que nem ele nem eles terão condições para vencê-la. Talvez possamos encontrar, no receituário bíblico catecumenal dos primeiros cristãos ou na filosofia e teologia da libertação, motivação para enfrentar o mundo acreditando que o espaço comunitário ofereça possibilidades de superação. “A fé num Deus que nos ama e nos chama *ao dom da comunhão plena com ele e da fraternidade entre os homens*, não é só alheia à transformação do mundo, mas leva necessariamente à construção dessa fraternidade e dessa comunhão na história” (ALMEIDA, 2005.p, 57).

A não ser que, repetindo Coleman (BAGNASCO, 1999), este patrimônio de relações que existe na comunidade e que forma o capital social, seja tão rico e fértil que possa, não só reproduzir seus estereótipos, mas produzir uma nova cultura. Entretanto, Bagnasco (1999, p. 82) lembra que: “os network de relações são algo de mais dinâmico e complicado que uma comunidade. A sociedade espontânea em pequena escada de hoje na sociedade racionalizada não é sem dúvida a comunidade”.

Não podemos entretanto perder de vista os objetivos do PAE nem a missão que parece incorporar, na busca de soluções que permitam superar a situação de exclusão das crianças e adolescentes na construção da cidadania. Soluções que devem ser viabilizadas num plano micro econômico: recuperação da capacidade educativa das escolas como centro propulsor de iniciativas populares; formação dos educadores; retomada das práticas de organização social na comunidade; reestruturação jurídica das organizações de base, como apontam

também muitas das entrevistadas, apesar de se sentirem incomodadas e perplexas diante das novas diretrizes do PAE que segue, abertamente, as orientações dos dirigentes italianos, tendo, hoje, como responsável maior um padre belga,

Se, na construção de um projeto de educação para a mundialidade, para as famílias e os jovens italianos, os dirigentes brasileiros, se mostram mais atentos e oferecem aos leitores elementos de análise e incentivos para uma reflexão e uma possível tomada de posição, mais efetiva e responsável no próprio país, o mesmo não acontece com relação às responsabilidades institucionais de uma Organização Não Governamental. Às vezes tem-se a impressão que os dirigentes do Projeto tanto na Itália com na Bahia não têm claros os limites e as competências de uma ONG.

Diante do crescimento do número das ONGs no mundo e no Brasil, muitos autores, (BARBETTA, 2000; DERIÚ, 2001; MONTAÑO, 2002; OLIVEIRA, 2002; MARCON, 2002), se perguntam: até que ponto estas Organizações, surgidas na incapacidade do Estado em atender às reivindicações e às necessidades da população, conseguem dar uma resposta convincente ou substituir o Estado nas suas responsabilidades constitucionais?

A resposta recoloca as Organizações do Terceiro Setor, como um colaboradoras do Estado, como parceiras de uma intervenção setorial e limitada, tanto que a socióloga Peliano, do Ipea, afirma (FOLHA,31.03.05) “é uma bobagem imaginar que o Estado possa repassar suas obrigações para a iniciativa privada” e para o Terceiro Setor. Apesar de críticas e alertas, que provêm também de algumas organizações do Terceiro Setor (ABONG), parece não estar claro, aos dirigentes do PAE, o papel subsidiário que qualquer Organização que atua num determinado território, deve ter com relação ao Estado.

Nesta busca do fortalecimento das relações institucionais entre os parceiros, o PAE, consciente de sua força organizativa e de pressão para a construção uma rede de organizações de base, que tenham capacidade de reivindicar seus interesses junto ao poder público, coloca-se como primeiro interlocutor e porta bandeira, e estimula à ação, sem entretanto indicar o caminho e os meios de uma participação política mais agressiva e coerente. Isto parece confirmar a incapacidade ou uma não percepção, que as ONGs têm em geral da realidade política na qual estão inseridas (ARMANI,2002), apesar do discurso de rejeição do modelo neoliberal, de suas limitações na solução da maioria dos problemas do povo e de sua fragilidade em relação ao Estado nas suas várias instâncias.

Não existe por parte dos dirigentes, tanto na Itália como na Bahia, e dos técnicos e/ou educadores entrevistados, uma competência e uma proposta de como conciliar a participação

das associações de base na ocupação dos espaços públicos, nas reivindicações dos direitos sociais, com uma clara atuação política. Brandão (1984), ao falar sobre a mobilização popular e a participação, afirma: “em si mesma a idéia de participação não significa coisa alguma... No limite, o desafio da participação está em saber a que tipo de poder concretamente ela serve e, portanto, para que projeto político de 'desenvolvimento' ou de 'transformação' ela aponta” (BRANDÃO, 1984.p,104).

Falta, portanto, ao PAE ou não está presente nos documentos analisados e nas entrevistas das técnicas e/ou educadoras, o discernimento do tipo de atividade política e de interação (cooperação ou confronto), com o Estado, que se distingue portanto da atividade política partidária, por se tratar de uma presença, definida por Teixeira (2001), como “participação cidadã”. Atividade, na qual os movimentos, as associações, as organizações, captam os ecos dos problemas sociais, condensando-os, transmitindo-os para a esfera pública política. Porque, é “no espaço público (fóruns, redes e plataformas), que se tematizam questões de interesse geral, realizam-se negociações, formulam-se proposições de políticas públicas e pode-se exercer o controle social dos atos e decisões do poder político” (TEIXEIRA,2001, p. 20).

O que falta, portanto, é uma clara consciência de uma participação qualificada, uma participação que tenha como meta a tomada de decisões junto ao poder local e até ao nacional, pois as mazelas da sociedade não podem ser resolvidas apenas pelo trabalho de uma ONG, por quanto importante ela se considere:

Em nenhum lugar do mundo o investimento de empresas ou de ONGs resolve a situação. Políticas públicas são as únicas capazes de universalizar o atendimento, ter escala e promover justiça social (Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Folha de São Paulo, 31.03.05).

Apesar disso, o PAE tem clara consciência de que a agregação das várias entidades parceiras, para pressionar o Estado, é um dos caminhos para conseguir benefícios em favor da criança e dos adolescentes. Neste aspecto, há uma forte recomendação para que as entidades se organizem juridicamente: “para reivindicar junto ao Estado, com maior força, seus direitos” .

Cabe-nos, contudo, apontar como um dos limites deste estudo o fato de ter sido oferecida de forma limitada e menos pródiga a oportunidade, dos dirigentes italianos produzirem os seus discursos. Ativemo-nos, preponderantemente, aos discursos publicados em periódicos italianos, o que não deixou de ser uma limitação discursiva. O fato, contudo, desses dirigentes

se encontrarem em outro país, e a escassez de recursos para viagens especiais e, algumas vezes, a recusa de confrontar-se numa entrevista, impediu-nos de ampliar o espaço de fala dos referidos dirigentes italianos.

A este limite, se junte também o da impossibilidade de maiores generalizações, devendo os resultados aqui apresentados serem considerados de forma restrita à ONG tomada como objeto de estudo. No entanto, os resultados alcançados podem servir de reflexão para outras ONGs que se disponham, no nordeste brasileiro, a operacionalizar a difícil e complexa tarefa de executar os planos de estrangeiros que adotem crianças pobres à distância e que não estejam dispostos à intermediarem os contextos, os desejos e as possibilidades locais, brasileiras e nordestinas.

Enfim, sugerimos que o presente estudo seja socializado entre os sujeitos estudados, não somente por questão de justiça e de ética, mas sobretudo para que se possa, em um futuro estudo, avaliar a propriedade dos resultados aqui apresentados.

REFERÊNCIAS

- ACTIONAID BRASIL. *A pobreza no Brasil*. Disponível em <http://www.actionaid.org.br/poverty/p/poverty.htm>. Acesso: 12 de novembro de 2002.
- ALMEIDA, João Carlos. *Teologia da Solidariedade*. São Paulo: Loyola, 2005.
- ARAÚJO, JOSANNE F. M., *Linguagens observadas em quatro espaços escolares-comunitários: expressão do agir heterônomo ou autônomo (?)*, Tese de Doutorado, Salvador: UFBA, 2005.
- ARMANI, D. *Breve Mapa dos Desafios das ONGs Brasileiras*. Porto Alegre: março 1999, mimeo (disponível no site da ABONG www.abong.org.br).
- ARMANI, D., *O Desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade das ONGs no Brasil*. Disponível em www.abong.org.br. Acesso: 10 de outubro de 2002.
- A TARDE, Salvador: A Tarde, 6/7 MAIO, 1998.
- AZZI, Riolando. *A Igreja e os migrantes*. São Paulo: Paulinas, 1987.
- BAGNASCO, A., *Tracce di Comunità*. Bologna: il Mulino, 1999.
- BAHIA. ECA. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: 1990. Salvador: Criança Cidadã. Secretaria do Trabalho e Ação Social. Governo da Bahia.
- BARBETTA, G.P., *Il settore non profit italiano*. Bologna: Il Mulino 2000.
- BARDIN, L., *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARROSO, João. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In _____ . (org.) *O Estudo da Escola*. Portugal: Porto, 1996.
- BAUMAN, Z., *Voglia di Comunità*. Roma: Laterza, 2001.
- BEBBINGTON, Antony, Reflexões sobre a relação norte-sul na construção de conhecimentos sobre as ONGs da América Latina. . In: *ONGs e Universidades. Desafios para cooperação na América Latina*. São Paulo: ABONG, 2002
- BELLO, Angela, Alles , *Cultura e Religiões: Uma leitura fenomenológica*. Bauru SP: EDUSC, 1998.
- BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BOBBIO, N. *Dizionario di Politica*. Torino: UTET, 1983.
- BOFF Leonardo. *A águia e a galinha, a metáfora da condição humana*. Petrópolis: Vozes, 1997
- BOISVERT, Danielle. Recherche documentaire et informationnelle. In: Karsenti, T e Savoie-Zajc, Lorraine. *Introduction à la recherche en éducation*. Montréal: CRP, 2000. p.57-77.
- BONFIM, J. B. Bezerra., *A fome que não sai no jornal*. Brasília: Plano, 2002.
- BOSCOLO, G., *Os Voluntários Italianos na Bahia*. Dissertação de Mestrado, Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1992.
- BOSCOLO, G. (Coordenador), *O Drama do Bem-te-vi: Manual de reflexão e ação dos*

- dirigentes do Projeto Ágata Esmeralda e de quem trabalha em comunidades*, Salvador, Ágata Esmeralda, 1999.
- BRANDÃO, C. Rodrigues (Org.). *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRANDÃO, C. Rodrigues. *Pensar a Prática*. São Paulo: Loyola, 1984
- BUARQUE, Cristovam. *O que é Apartheid O Apartheid Social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CACCIABAVA, Sílvio. *Diálogo Nacional sobre o Desenvolvimento Institucional de ONGs no Brasil*. São Paulo: ABONG/IFCB, julho 2000, mimeo.
- CANDAU, Vera Maria. (et alii) . *Tecendo a Cidadania : Oficinas Pedagógicas de direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CANDAU, Vera Maria (Org.) *Reinventar a escola*. Petrópolis: Vozes, 2000
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant. *A Política de Assistência Social e seu Reordenamento Institucional*. São Paulo, Universidade Católica (mimeo), 1995.
- COLOMBO Cristóvão, *Diários da descoberta da América*. Porto Alegre: L&PM editores, 1986.
- DEMO, P., *Complexidade e aprendizagem*. São Paulo: Atlas, 2002.
- DERIU, M., *L'illusione umanitaria*. Parma: EMI, 2001.
- DUPAS, G., *Economia Global e Exclusão Social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra S. A, 1999.
- DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação*. São Paulo, Loyola, 1977.
- ESPING-ANDERSEN G., *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Polity Press, Cambridge, 1990.
- ESTEVA, G. *Dizionario dello Sviluppo*. Torino: Edizioni Gruppo Abele, 2000.
- FALCONER, ANDRES PABLO. *A Promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. São Paulo: 1999. Acessado no site do RITS (<http://www.rits.org.br>).
- FERRERA M., *Il Modello sud-europeo di welfare state*, in “Rivista italiana di scienza politica”, nº 1, 1996.
- FOUCAULT, M., *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- , *A ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 2004.
- FREIRE, P., *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- , In : VALE, Ana Maria do, *Educação Popular na Escola Pública*. São Paulo: Cortez, 1996.
- , *A Educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 2000.
- , *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. São Paulo, Imago,
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Os Delírios da Razão Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo Educacional.. In: Gentili, Pablo (ORG) *Pedagogia da Exclusão*. Petrópolis: Vozes, 1995.

- FUKUYAMA, Francis. *Construção de Estados*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- GABRIEL, C. Teresa., Escola e Cultura: uma articulação inevitável e conflituosa. In CANDAU V.(org.). *Reinventar a Escola*, Petrópolis: Vozes, 2000.
- GADAMER, Hans- Georg. *Verdade e método: fundamentos de uma hermenêutica filosófica*. Salamanca: Sigueme, 1984.
- GADOTTI, M. América Latina. Escola Pública popular. In: POSTER e ZIMMER (orgs) *Educação Comunitária no Terceiro Mundo*. São Paulo: Papirus, 1995.
- GALEANO, E., *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GARCIA, P. Benjamin., Educação popular: algumas reflexões em torno da reflexão do saber. In: Garcia, P. e outros, *O pêndulo das ideologias: a educação popular e o desafio da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GEERTZ, C., *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GENTILI, P., (org.). *Pedagogia da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GENTILI, P; FRIGOTTO, G., (Organizadores) *A Cidadania negada*, São Paulo: Cortez, 2001.
- GIDDENS, A. *Teoria Social Hoje*. São Paulo: UNESP, 1996
- GOHN, M. da Glória., *Movimentos sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- , *Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.
- < <http://www.ongba.org.br> >
- GRACIANI, M. Stela Santos., Brasil: Educação popular produtiva como alternativa para os meninos e jovens de rua. In: POSTER e ZIMMER (Org.), *Educação comunitária no Terceiro Mundo*. São Paulo: Papirus, 1955.
- GRANZOTTO, Gianni. *Cristoforo Colombo*, Milano: Mondadori, 1994.
- HADDAD, S., (org.) *Desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: ABONG, 2002.
- LANDIM, L., Múltiplas Identidades das ONGs. In: *ONGs e Universidades. Desafios para cooperação na América Latina*. São Paulo: ABONG, 2002
- HORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- LA ROSA, M., *Le organizzazioni nel nuovo welfare: l'approcio sociologico*. Rimini: Maggioli, 2001.
- LE GOFF, Jacques, *História e Memória*. Campinas, Ed.Unicamp, 1996.
- LEONARDIS, Ota de., *In un diverso Welfare*. Milano: Feltrinelli, 1998.
- LUCKESI, C. Cipriano (Org.). *Ludopedagogia Ensaios n° 1*. Salvador, UFBA/FACED, 2000.
- MARCON, G., *Le ambiguitá degli aiuti umanitari*. Milano: Feltrinelli, 2002.
- MARSHALL T., *Cittadinanza e classe sociale*, Utet, Torino, 1976.
- MATURANA E NISIS, *Formação Humana e Capacitação*. Petrópolis: Vozes, 1997
- MILAN, G., *Disagio giovanile e Strategie educative*. Roma: Città Nuova, 2001.
- MONTAÑO, C., *Terceiro Setor e Questão social*. São Paulo: Cortez, 2002.

- MORAES, M. Cândida, *Paradigma Educacional Emergente*. São Paulo: Papirus, 1997
- MOREIRA, Daniel Augusto, *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- MORIN, E. *Le XXIe siècle a commencé à Seattle*. Le monde. Paris, 7 décembre 1999. Disponible em: <http://www.lemonde.fr/recherche>. Acesso: 8 dezembro 1999.
- MORIN, E., *Os Sete Saberes Necessários à educação do Futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.
- MORIN, E., Por uma reforma do pensamento. In Pena-Veja e Nascimento (Org.), *O Pensar Complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- MUSIL, Robert. *L'uomo senza qualità*. Berlim, Rowohlt, 1830.
- NANDY, A., In: *Dizionario dello Sviluppo*. Torino, Edizioni Gruppo Abele, 2000.
- OFFE, C., *Disorganized Capitalism*, Cambridge, 1985
- OLIVEIRA, F. de. Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização? In: *ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Abong, 2002.
- OLIVEIRA, F. e PAOLI, Ma. Célia. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Nedic/Brasília; Vozes/Petrópolis, 1999.
- ONU. *Rapport Mondial sur le Développement Humain 1999*. De Boeck Université, Paris – Bruxelles, 1999.
- NOGUEIRA, Oracy. *Pesquisa social*. São Paulo: Nacional, 1968.
- PAIVA, V., *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- PASTOR, B., *Discurso narrativo de la conquista de América*. Havana: Casa de las Américas, 1989.
- PEIXOTO, Maria Solange. (org.). *Movimentos Populares: A Escola Comunitária e a Cidadania*. Salvador. UFBA. 1990.
- PEREIRA, Luis Carlos Bresser. *A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional*. Brasília: ENAP, 1998.
- _____. Sociedade Civil: sua Democratização para a Reforma do Estado. In Pereira L.C.Bresser; WILHELM, J.; SOLA, L. (org) *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo: UNESP, 1999.
- PINTO, Luiz Hosannah de Oliveira. *Cidadania X Criminalidade Urbana* .In: Revista da FAAEBA UNEB. Ano 2 , 1993, nº 2 jul-dez.
- PERRENOUD, Ph., *Pedagogia diferenciada: das intenções à ação*. Porto Alegre: ArMed, 2000.
- PNUD, Human development report. New York: ONU, 1980/1991
- PNUD, Human development report. New York: ONU, 1990/2001
- POLANYI, K., *La Grande Trasformazione*. Torino: Einaudi, 2000.
- POSTER, C. e ZIMMER, J. (Orgs.) *Educação comunitária no Terceiro Mundo*. São Paulo: Papirus, 1995.

- RIZZA R., *Logiche istituzionali e costruzione sociale delle organizzazioni*. Milano: Angeli, 1999.
- RIZZA R., Welfare State e emergência del Terzo Settore, in La Rosa M., *Le Organizzazioni nel nuovo welfare: L'approccio sociologico*, Maggioli, Rimini, 2001.
- RYAN J. Penélope, *Católico Praticante*, São Paulo, Ed. Loyola, 1999.
- SACRISTAN, J.G., *Educar e conviver na cultura global*. Porto Alegre: ArtMed, 2002.
- SANTOS, M., *O País Distorcido*. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SEM, A., *Lo Sviluppo é Libertá*. Milano: Mondadori, 2000.
- SERPA, Luiz Felipe Perret. A História dos Movimentos Populares em Salvador. In: Peixoto, Maria Solange(org.) *Movimentos Populares: A Escola Comunitária e a Cidadania*. Salvador : Empresa Gráfica da Bahia , 1990.
- SILVEIRA, Rosa M. Hessel, "Olha quem está falando agora": A escuta das vozes na educação. In: Costa M. Vorraber, *Caminhos investigativos, Novos olhares na pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SOUSA SANTOS, B. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pos-contratualismo. In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, Ma. Célia. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Nedic/Brasília; Vozes/Petrópolis, 1999. p. 83-132
- KOSIK, K., *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- SADER, Emir. "De Seattle a Porto Alegre e depois" In: *Caros Amigos*. Especial, N.8, março 2001. São Paulo, Editora Casa Amarela.
- SCHERRER-WARREN, Ilse. Redes e Sociedade Civil Global. In: *ONGs e Universidades. Desafios para cooperação na América Latina*. São Paulo: ABONG, 2002
- SELLTIZ ET AL. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EPU, 1974.
- SOUZA Santos, R., *Políticas Sociais e Transição Democrática*. Salvador: Mandacaru Cetead, 2001.
- STRAYER, J., *Le Origini dello Stato Moderno*, Milano: Celuc Libri, 1980.
- TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o Global*. São Paulo: Cortez, 2001.
- TITMUSS, R., *Social Policy: An Introduction*, Allen & Unwin, London, 1974
- TÖNNIES, F., *Comunitá e Societá*. Milano: Ed. Di Comunitá, 1979.
- TORRES, Rosa Maria, *Discurso e prática em educação popular*. Ijuí, Unijuí, 1998
- TORRES, Carlos Alberto. Estado ,Privatização e Política educacional: Elementos para uma crítica ao neo-liberalismo. In: Gentili, P. *Pedagogia da Exclusão*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VALE, Ana Maria do, *Educação popular na escola Pública*. São Paulo: Cortez, 1996.
- ZICHICHI, A., *L'irresistibile fascino del tempo*. Milano: Net, 2002.
- ZIMMERMANN, Roque. *América Latina: O não ser*. Petropolis: Vozes, 1987.

APÊNDICE

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. Apresentação do pesquisador, da finalidade da pesquisa e observações sobre o caráter confidencial das informações, dentro da ética da pesquisa;
2. Apresentação das linhas diretrizes da entrevista e seus fios condutores em geral.

II) Temas e fios condutores da entrevista semi-estruturada:

A) História pessoal (este tema é importante porque terá como elemento central o engajamento do entrevistado na ONG Ágata Esmeralda)

- quando começou a se preocupar com setores periféricos da sociedade civil; razões que o levaram a se preocupar com esses setores; experiências de atenção à pobreza antes de entrar na ONG Ágata Esmeralda;
 - os motivos, as influências, as origens de sua opção para trabalhar na ONG Ágata Esmeralda;
 - descrição de seu início como voluntário da Ágata, as dificuldades primeiras, os desafios a enfrentar, o apoio e orientação recebidos;
 - contar as primeiras experiências mais stressantes, mais angustiantes;
 - contar as primeiras experiências mais interessantes e reconfortantes;
 - o que mudou em você com esta experiência;
 - mudanças provocadas na realidade através dessa experiência.

B) Trabalho como voluntário da ONG (este tema é importante porque permita avaliar a relação entre Ágata Esmeralda e experiência pessoal como voluntário):

- descrição dos problemas vividos em relação aos objetivos e metas da ONG, aos programas por ela definidos;
 - os saberes necessários ao desenvolvimento dos trabalhos na ONG, os conteúdos e métodos que são socializados entre os membros da ONG;
 - idéias que influenciam a coordenação e encaminhamento das ações da ONG;
 - influência das idéias vindas dos setores periféricos e daqueles que recebem os benefícios;
 - mudanças pessoais que influenciaram a ONG;
 - influências e contribuições externas que provocaram mudanças na orientação da ONG;
 - como concebe a ONG, o trabalho voluntário, a adoção à distância, os padrinhos, as crianças e famílias beneficiados, o trabalho cotidiano na ONG;
 - Ligações estabelecidas com os agentes que se encontram nos países ou regiões beneficiadas, quer quanto aos objetivos da

ONG quer quanto a outros interesses;

- Vantagens e inconvenientes dessas relações no que se refere à missão da ONG;
- Ligações com os colegas dirigentes ou coordenadores da Itália; Relacionamento com outras ONGs que tenham a mesma missão ou não;
- Programas de formação e de aperfeiçoamento dos dirigentes e coordenadores da Itália;
- Mudanças desejadas na ONG e em relação ao voluntariado.

C) Inserção nas regiões ou comunidades beneficiadas (este tema permite avaliar o nível de inserção do entrevistado na ONG que ele coordena ou dirige)

- relações estabelecidas com as comunidades onde estão as famílias beneficiadas; com as crianças; com os pais; com os líderes das comunidades;
 - preocupação com os problemas atuais que atingem as ONGs; com os problemas que atingem as comunidades beneficiadas; como ele se vê nesse contexto, se participa ou se omite diante das situações identificadas e desafiadoras;
 - mudanças desejadas nas comunidades beneficiadas e nos países do terceiro mundo.

D) Articulação com o mundo fora da ONG (este tema permite traçar o horizonte pessoal do entrevistado, os laços externos à ONG)

- ligação com os benfeitores da Itália, com a prefeitura local, com outros benfeitores;
 - ligações com políticos e empresários;
 - ligações com bispos, cardeais, hierarquia religiosa